

Ulisses Rubio Urbano
da Silva · Otávio Ávila
· Vagner Godói · Nailda
Marinho da Costa · Priscila
Dieguez · Andréa Rabelo
Marcelino · Gildo Volpato
· Guilherme Grandi ·
Marcelo Roubicek · Solange
de Oliveira · Eduardo
Vidili · Dinha (Maria Nilda
de Carvalho Mota) · Ana
Carolina Carmona Ribeiro ·
Maurício C. Coutinho

revista



REVISTA DO
INSTITUTO
DE ESTUDOS
BRASILEIROS

Nº. 79 / AGO. 2021

Papilionaceae

Vicia (Vesce)
Sativa.

*Stylis f. l. com asfyndia
ave. f. vicia*

24

Euphorbia



Solidago virgaurea. [ca. 1880]. Desenhos botânicos da Coleção Alberto Lamego, Arquivo IEB/USP, código de referência AL-160. Número da imagem: 155



Lithrum salicaria. [ca. 1880]. Desenhos botânicos da Coleção Alberto Lamego, Arquivo IEB/USP, código de referência AL-160. Número da imagem: 155

155

Lithrum Salicaria
Salicaria
Lithreum



Epilobium
molle
Muzuriels

Epilobium molle. [ca. 1880]. Desenhos botânicos da
Coleção Alberto Lamego, Arquivo IEB/USP,
código de referência AL-160. Número da imagem: 153

153

Dors



Hieracium vulgatum var. [ca. 1880].
 Desenhos botânicos da Coleção
 Alberto Lamago,
 Arquivo IEB/USP, código
 de referência AL-160.
 Número da imagem: 147

Hieracium
vulgatum
 var. *sylvaticum*
 (Semiflores)

147

142



Scabiosa
arvensis L.

Scabiosa arvensis. [ca. 1880].
Desenhos botânicos da
Coleção Alberto Lamego,
Arquivo IEB/USP,
código de referência AL-160.
Número da imagem: 144

144

140



Oxalis stricta. [ca. 1880]. Desenhos botânicos da Coleção Alberto Lamago, Arquivo IEB/USP, código de referência AL-160. Número da imagem: 142

Oxalis stricta
Oxalidaceae

134

Lathyrus. [ca. 1880]. Desenhos
botânicos da Coleção Alberto Lamego,
Arquivo IEB/USP,
código de referência AL-160.
Número da imagem: 141





Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Vahan Agopyan

REITOR

Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandez

VICE-REITOR

 Instituto de
Estudos Brasileiros

Profa. Dra. Diana Gonçalves Vidal

DIRETORA

Profa. Dra. Flávia Camargo Toni

VICE-DIRETORA

Pedro B. de Meneses Bolle

CHEFE TÉCNICO DA DIVISÃO
DE APOIO E DIVULGAÇÃO



Credenciamento e Apoio Financeiro
do: Programa de Apoio às
Publicações Científicas da USP
Comissão de Credenciamento



Instituto de Estudos Brasileiros
Espaço Brasileira
Av. Prof. Luciano Gualberto, 78
Cidade Universitária, Butantã
05508-010, São Paulo - SP, Brasil
(11) 3091-1149
www.ieb.usp.br

Revista do Instituto de Estudos Brasileiros

ISSN 2316-901X · n. 79, 2021 · agosto

COMISSÃO EDITORIAL **DARLENE J. SADLIER** (UNIVERSIDADE DE INDIANA, BLOOMINGTON) BLOOMINGTON, EUA; **FERNANDO LARA** (UNIVERSIDADE DO TEXAS, AUSTIN) AUSTIN, EUA; **FLÁVIA INÊS SCHILLING** (FE-USP) SÃO PAULO, BR; **HELOÍSA ANDRÉ PONTES** (UNICAMP) CAMPINAS, BR; **JOSÉ LUIZ PASSOS** (UCLA) LOS ANGELES, EUA; **LAURA DE MELLO E SOUZA** (PARIS IV-SORBONNE) PARIS, FR/(FFLCH/USP) SÃO PAULO, BR; **ŠÁRKA GRAUOVÁ** (UNIVERSIDADE CAROLINA DE PRAGA) PRAGA, CZ

EDITORES RESPONSÁVEIS **Inês Gouveia** (IEB-USP); **Luciana Suarez Galvão** (IEB-USP); **Walter Garcia** (IEB-USP)

PRODUÇÃO **DIVISÃO DE APOIO E DIVULGAÇÃO** (IEB-USP)

EDITOR-EXECUTIVO **Pedro B. de Meneses Bolle**

DIAGRAMAÇÃO **Flavio Alves Machado**

PREPARAÇÃO E REVISÃO DE TEXTOS **Cleusa Conte Machado**

PROJETO GRÁFICO **Camilo e Tressler Design**

CAPA **Flavio Alves Machado**

CONSELHO CONSULTIVO **ADRIÁN GORELIK** (UNIV. NACIONAL DE QUILMES, BERNAL, AR); **BARBARA WEINSTEIN** (UNIV. DE NOVA IORQUE, NOVA IORQUE, EUA); **CARLOS AUGUSTO CALIL** (UNIV. DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, BR); **CARLOS SANDRONI** (UNIV. FEDERAL DE PERNAMBUCO, RECIFE, BR); **ETTORE FINAZZI-AGRÒ** (UNIV. DE ROMA LA SAPIENZA, ROMA, IT); **FERNANDA ARÉAS PEIXOTO** (UNIV. DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, BR); **HELOISA MARIA MURGEI STARLING** (UNIV. FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE, BR); **JOÃO CEZAR DE CASTRO ROCHA** (UNIV. ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, BR); **JORGE COLI** (UNIV. ESTADUAL DE CAMPINAS, CAMPINAS, BR); **LUIZ FELIPE DE ALENCASTRO** (UNIV. DE PARIS-SORBONNE, PARIS, FR); **MANUEL VILLAVARDE CABRAL** (UNIV. DE LISBOA, LISBOA, PT); **MARIA CECILIA FRANÇA LOURENÇO** (UNIV. DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, BR); **MARIA LIGIA COELHO PRADO** (UNIV. DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, BR); **MARIA LUCIA BASTOS KERN** (PONTIFÍCIA UNIV. CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL, PORTO ALEGRE, BR); **PETER BURKE** (EMMANUEL COLLEGE CAMBRIDGE, CAMBRIDGE, RU); **REGINA ZILBERMAN** (UNIV. FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, PORTO ALEGRE, BR); **RICARDO AUGUSTO BENZAQUEN DE ARAÚJO** (PONTIFÍCIA UNIV. CATÓLICA DO RIO/ INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISAS DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, BR); **RODOLFO NOGUEIRA COELHO DE SOUZA** (UNIV. DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, BR); **SERGIO MICELI** (UNIV. DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, BR); **WALNICE NOGUEIRA GALVÃO** (UNIV. DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, BR)

Capa: 23. *Papillonacées*; 24. *Euphorbia*. [ca. 1880]. Desenhos botânicos da Coleção Alberto Lamego, Arquivo IEB/USP, código de referência AL-160. Número da imagem: 23

Ulisses Rubio Urbano da Silva · Otávio
Ávila · Wagner Godói · Nailda Marinho da
Costa · Priscila Dieguez · Andréa Rabelo
Marcelino · Gildo Volpato · Guilherme
Grandi · Marcelo Roubicek · Solange de
Oliveira · Eduardo Vidili · Dinha (Maria
Nilda de Carvalho Mota) · Ana Carolina
Carmona Ribeiro · Mauricio C. Coutinho
· Ulisses Rubio Urbano da Silva · Otávio
Ávila · Wagner Godói · Nailda Marinho da
Costa · Priscila Dieguez · Andréa Rabelo
Marcelino · Gildo Volpato · Guilherme
Grandi · Marcelo Roubicek · Solange de
Oliveira · Eduardo Vidili · Dinha (Maria
Nilda de Carvalho Mota) · Ana Carolina
Carmona Ribeiro · Mauricio C. Coutinho
· Ulisses Rubio Urbano da Silva · Otávio
Ávila · Wagner Godói · Nailda Marinho da
Costa · Priscila Dieguez · Andréa Rabelo

- 13 **Editorial - Da história econômica à poesia: um conjunto diverso, plural e instigante**
- ARTIGOS • ARTICLES)**
- 18 **O conservadorismo no liberal-desenvolvimentismo de Roberto Campos** [*The conservatism in the liberal-developmentalism of Roberto Campos* • Ulisses Rubio Urbano da Silva
- 36 **A estrangeiridade em *Os sertões* e o dilema da alteridade na imprensa brasileira** [*Foreignness in “Rebellion in the backlands” and the dilemma of otherness in the Brazilian press* • Otávio Ávila
- 53 **Do pioneirismo brasileiro da pesquisa em arte ao fenômeno mundial da “*artistic research*”** [*From the pioneering nature of Brazilian “pesquisa em arte” to the worldwide phenomenon of artistic research* • Vagner Godói
- 69 **Feminismo em revista: a União Universitária Feminina nas páginas do periódico *Jornal das Moças* (década de 1950)** [*Feminism in review: União Universitária Feminina on the pages of the periodical “Jornal das Moças” (the 1950s)* • Nailda Marinho da Costa • Priscila Dieguez
- 87 **Formação do professor de geografia: um olhar para o pensamento geográfico** [*Teacher training of geography: a look at geographical thinking* • Andréa Rabelo Marcelino • Gildo Volpato
- 104 **Entre os gramados e os trilhos: a história do Paulista Futebol Clube de Jundiaí** [*Between fields and rails: the history of Jundiaí’s Paulista Futebol Clube* • Guilherme Grandi • Marcelo Roubicek
- 124 **Stela do Patrocínio: um passado de areia** [*Stela do Patrocínio: a past of sand* • Solange de Oliveira
- 134 **Trânsito e significados do pandeiro no Rio de Janeiro (1900-1939)** [*Transit and meanings of the pandeiro in Rio de Janeiro (1900-1939)* • Eduardo Vidili

CRIAÇÃO • CREATION)

156 **Poemas** [*Poems* • Dinha (Maria Nilda de Carvalho Mota)

DOCUMENTAÇÃO • DOCUMENTS)

164 **Entre plantas e documentos: algumas considerações sobre a contribuição do acervo do IEB ao *Pequeno guia da botânica modernista*** [*Between plants and documents: some considerations on the contribution of the IEB collection to "A guide book of modernist botany"* • Ana Carolina Carmona Ribeiro

RESENHAS • BOOK REVIEWS)

180 **Correspondência intelectual: uma nova perspectiva sobre Furtado** [*Intellectual correspondence: a new perspective about Furtado* • Mauricio C. Coutinho

170
Campânula rapunculus. [ca. 1880].
Desenhos botânicos da
Coleção Alberto Lamego, Arquivo IEB/USP,
código de referência AL-160.
Número da imagem: 138



*Campânula
rapunculus*

EDITORIAL

EDITORIAL

DA HISTÓRIA ECONÔMICA À POESIA: UM CONJUNTO DIVERSO, PLURAL E INSTIGANTE

Um conjunto diverso, plural e instigante compõe a edição de número 79 da *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. Economia, literatura, música, artes e história econômica constituem uma pequena amostra dos temas e áreas tratados nos artigos ora apresentados.

Abrindo o número, temos o artigo de Ulisses Rubio Urbano da Silva, “O conservadorismo no liberal-desenvolvimentismo de Roberto Campos”, que analisa aspectos ortodoxos e conservadores do liberal-desenvolvimentismo de Campos com base em textos produzidos pelo próprio autor, dando ênfase naqueles publicados no período de 1955 a 1964, além de textos de outros autores que também procuraram analisar o pensamento de Roberto Campos.

Em seguida, o artigo “A estrangeiridade em *Os sertões* e o dilema da alteridade na imprensa brasileira”, de Otávio Ávila, apresenta uma interessante reflexão sobre o estatuto da estrangeiridade do sertanejo na principal obra de Euclides da Cunha. Utilizando conceitos de teóricos das migrações, o autor discute a contribuição que a obra dá ao tema a partir das próprias contradições existentes nela sobre a alteridade, a pureza e a nacionalidade construídas a partir do pensamento positivista que dominava os intelectuais desse período.

Dos sertões para a arte. No artigo “Do pioneirismo brasileiro da pesquisa em arte ao fenômeno mundial da *‘artistic research’*”, Wagner Godói discute o pioneirismo em defesas de produção artística do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, criado em 1974, e o grande número de artistas-pesquisadores nos diversos programas que atualmente contemplam a pesquisa em arte, aproximando o pioneirismo brasileiro nessa área ao fenômeno recente da *artistic research*.

E passamos da pesquisa em arte para a representatividade feminina. No artigo “Feminismo em revista: a União Universitária Feminina nas páginas do periódico *Jornal das Moças* (década de 1950)”, Nailda Marinho da Costa e Priscila Dieguez analisam notícias publicadas sobre a União Universitária Feminina, escritas por Flora Ferraz Veloso na revista *Jornal das Moças*, buscando perceber de que forma a associação de mulheres universitárias era representada nas páginas do periódico e a relação da articulista com essa entidade.

Permanecendo no tema da educação, temos o artigo “Formação do professor de geografia: um olhar para o pensamento geográfico”, no qual Andréa Rabelo Marcelino e Gildo Volpato buscam compreender o pensamento geográfico na formação do professor de geografia, analisando, para isso, a matriz curricular de dois cursos de licenciatura na modalidade à distância.

Passando da educação ao esporte. No artigo “Entre os gramados e os trilhos: a história do Paulista Futebol Clube de Jundiaí”, Guilherme Grandi e Marcelo Roubicek percorrem a história do Paulista Futebol Clube a partir do cruzamento entre fontes documentais do Clube e o Banco de Dados Ferrovia, Cidade e Trabalhadores, a Conquista do Oeste (1850-1920). Como resultado, revela-se o perfil dos ferroviários participantes da agremiação futebolística, trazendo à tona a dimensão paternalista das relações entre a equipe de futebol e a ferrovia.

Do paternalismo à poesia. No artigo “Stela do Patrocínio: um passado de areia”, Solange de Oliveira propõe uma leitura de abordagem fenomenológica existencialista sobre a poesia de Stela do Patrocínio, poetisa negra e pobre que foi interdita com apenas 21 anos no Centro Psiquiátrico Pedro II, em Engenho de Dentro, sendo posteriormente transferida para a Colônia Juliano Moreira, onde permaneceu por cerca de 30 anos até a sua morte. Segundo a autora, a poesia de Stela impõe uma experiência de engajamento, como se o seu olhar invadisse o leitor e nele se instalasse. O ensaio celebra a alteridade como fonte de conhecimento e de inúmeras possibilidades que se abrem quando nos permitimos adentrar em um mundo impensável até então, apresentando caminhos e pontos de resistência ao pensamento homogêneo, redundante da cultura do cancelamento do diverso, convocando à tomada de posição.

E, por fim, da poesia à música. No artigo “Trânsito e significados do pandeiro no Rio de Janeiro (1900-1939)”, Eduardo Vidili examina o trânsito do pandeiro no Rio de Janeiro no período entre 1900 e 1939 e os significados atribuídos ao instrumento. Como questão inicial, problematiza-se o estatuto do pandeiro como instrumento nacional brasileiro em face da suposta proibição imposta a ele anteriormente, buscando mapear os ambientes pelos quais o pandeiro transitava naquela cidade e período histórico, compreendendo os papéis simbólicos ocupados pelo instrumento e instrumentistas no imaginário nacional que se constituía na época, além de examinar, por fim, como se deu a construção das imagens artísticas dos primeiros pandeiristas profissionais.

Encerrando a revista, além da estreia da seção Criação, temos ainda um artigo na seção Documentação e a publicação de uma resenha.

Nesta edição, temos a estreia da seção Criação, que tem como objetivo publicar textos e materiais inéditos de escritores e/ou artistas, fotógrafos, desenhistas, além de documentos inéditos encontrados no Arquivo do IEB/USP. Para inaugurar a seção, publicamos seis poemas de Dinha, Maria Nilda de Carvalho Mota. Poeta, militante contra o racismo, integrante e cofundadora do selo independente Edições Me Parió Revolução, além de pós-doutora em Literatura e Sociedade pelo IEB/USP, Dinha é autora dos livros *Zero a zero: 15 poemas contra o genocídio da população negra* (2015) e *Maria do Povo/Maria Pepe Pueblo* (2019), além de outros. Em 2019 foi homenageada como patrona da Academia Estudantil de Letras da EMEF Candida Dora Pretini, na cidade de São Paulo.

Na seção Documentação, no artigo “Entre plantas e documentos: algumas considerações sobre a contribuição do acervo do IEB ao *Pequeno guia da botânica modernista*”, Ana Carolina Carmona Ribeiro apresenta o livro *Pequeno guia da botânica modernista*, no qual são investigadas 19 das espécies vegetais representadas pelos modernistas de São Paulo. A publicação traz, além de reproduções de obras artísticas e literárias, imagens de documentos históricos pertencentes a diversos arquivos, entre eles o do IEB, discutindo as contribuições trazidas por esse acervo, notadamente o do Fundo Mário de Andrade, no qual se encontra um curioso cartão-postal enviado por Oswald a Mário, além de três fotografias pouco conhecidas tiradas por Mário na viagem que fez à Amazônia em 1927.

A resenha “Correspondência intelectual: uma nova perspectiva sobre Furtado”, de Mauricio C. Coutinho, analisa o livro *Celso Furtado: correspondência intelectual – 1949-2004*, recentemente publicado pela Companhia das Letras.

No mais, os editores esperam que a leitura deste novo número da *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* seja tão agradável como foi participar de sua editoria.

Inês Gouveia¹, Luciana Suarez Galvão², Walter Garcia³
Editores

REFERÊNCIAS

FURTADO, Celso. *Correspondência intelectual 1949-2004*. Seleção, introdução e notas: Rosa Freire d’Aguiar.

Posfácio: Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

MOTA, Maria N. C. *Maria do Povo*. São Paulo: Edições Me Parió Revolução, 2019.

MOTA, Maria N. C. *Zero a zero: 15 poemas contra o genocídio da população negra*. São Paulo: Edições Me Parió Revolução, 2015.

RIBEIRO, Ana Carolina Carmona. *Pequeno guia da botânica modernista*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo/Proac, 2021.

SOBRE OS AUTORES

INÊS GOUVEIA é docente do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP).

inescgouveia@usp.br

<https://orcid.org/0000-0003-4783-9033>

1 Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

2 Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

3 Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

LUCIANA SUAREZ GALVÃO é docente do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP).

lsgalvao@usp.br

<https://orcid.org/0000-0003-1369-688X>

WALTER GARCIA é docente do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP).

waltergarcia@usp.br

<https://orcid.org/0000-0002-0455-4831>

Recebido em 5 de agosto de 2021

Aprovado em 9 de agosto de 2021

GOUVEIA, Inês; GALVÃO, Luciana Suarez; GARCIA, Walter. Da história econômica à poesia: um conjunto diverso, plural e instigante. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 79, p. 13-16, ago. 2021.



DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1179p13-16>

Onagraceae. [ca. 1880].
Desenhos botânicos da
Coleção Alberto Lamego,
Arquivo IEB/USP,
código de referência AL-160.
Número da imagem: 128



Onagraceae
Epilobium
mille

128

ARTIGOS • ARTICLES)

O conservadorismo no liberal-desenvolvimentismo de Roberto Campos

[*The conservatism in the liberal-developmentalism of Roberto Campos*]

Ulisses Rubio Urbano da Silva^I

RESUMO • Roberto de Oliveira Campos foi personagem de destaque no Brasil durante a segunda metade do século XX. Ocupou cargos importantes em instituições públicas como BNDE e Itamaraty, foi ministro do planejamento e senador. O intuito deste artigo é apresentar a dimensão conservadora do liberal-desenvolvimentismo de Roberto Campos. Nossa hipótese é a de que sua visão de planejamento e de intervenção do Estado era coerente com o uso que o autor fazia da ortodoxia econômica. Para tanto, apresentaremos uma interpretação das opiniões do autor utilizando textos produzidos por ele (ênfase ao período de 1955 a 1964) e textos de outros autores que procuraram analisar o pensamento de Roberto Campos.

• **PALAVRAS-CHAVE** • Roberto de Oliveira Campos; conservadorismo; desenvolvimento.

• **ABSTRACT** • Roberto de Oliveira Campos was a prominent character in Brazil during the second half of the 20th century. He played an important role as head of public institutions such as BNDE and Itamaraty, he was minister of planning and senator. His ideas had great repercussion in civil society at that time. The purpose of this article is to discuss the conservative side of Roberto Campos' liberal-developmentalism. Our hypothesis is that his view of State planning and intervention was consistent with the author's use of economic orthodoxy. In order to debate it, this paper will present an interpretation of the author's opinions using his own contribution (it will emphasize the period from 1955 to 1964) as well as other authors' who analyzed Roberto Campos' thoughts. • **KEYWORDS** • Roberto de Oliveira Campos; conservatism; development.

Recebido em 2 de março de 2020

Aprovado em 31 de maio de 2021

SILVA, Ulisses Rubio Urbano da. O conservadorismo no liberal-desenvolvimentismo de Roberto Campos. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 79, p. 18-35, ago. 2021.



DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.vii79p18-35>

I Universidade Federal de Alagoas (UFAL, Rio Largo, AL, Brasil).

Roberto Campos atuou em importantes funções no Estado durante praticamente toda a segunda metade do século XX. Intelectual reconhecidamente arguto e combativo, suas ideias tornaram-se referências para seus contemporâneos, tanto para os que com ele concordavam como para os que dele discordavam, e assunto incontornável para aqueles que se debruçam sobre estudo da história desse período. Entre os anos de 1950 e 1960, Roberto Campos transitou de um pensamento econômico que absorvia categorias analíticas da Comissão Econômica para América Latina (Cepal) para um pensamento mais alinhado às posições ortodoxas defendidas por neoliberais como Octávio Bulhões (BARBOSA, 2017)². Para o período de 1952-1964, Bielschowsky (2000) caracteriza o pensamento de Roberto Campos em três fases. Em nosso estudo³, nos restringiremos às duas últimas fases. Enquanto na primeira Campos adota também categorias cepalinas, na segunda fase, 1955-1959, o autor passa a conceder menos razões para os argumentos dessa instituição no que se referia ao câmbio e à inflação, levando-o a uma posição discordante com relação às políticas monetária e cambial em prática no Brasil. Ademais, embora Campos tenha mantido a defesa do planejamento, começa a apresentar discordâncias com a ampliação de monopólios estatais, como já havia ocorrido com a Petrobras.

A aproximação de Campos aos liberais fica mais acentuada a partir de 1959 (terceira fase), após o rompimento das negociações do governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o abandono do Plano de Estabilização Monetária (PEM) por Juscelino Kubitschek e a saída de Campos do governo (BARBOSA, 2017).

As diferenças nas interpretações sobre o pensamento de Roberto Campos revelam a qualidade retórica do autor. Nos anos 1960, houvera maior consenso quanto à sua filiação ao pensamento econômico ortodoxo⁴. Nos anos 1980, quando Campos passou

2 Para uma abordagem do pensamento de Bulhões, ver: Saretta (2001).

3 Este texto é uma versão modificada de capítulo da tese de doutorado *A questão nacional no Brasil entre 1954 e 1964: perspectivas de Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré* (SILVA, 2018).

4 Ver, por exemplo, a visão de Furtado, em 1959, sobre Campos: “Campos representa o neoliberalismo”; “De tudo isso o que se pode concluir é que uma das inteligências mais poderosas de nossa geração tendeu a desviar-se mais e mais para uma atitude conservadora, ligando-se a todas aquelas forças que desempenham o papel de reação no processo histórico. Neste momento, entre a posição dele e a do velho Gudín já não existe diferença perceptível” (FURTADO, 2019, p. 165; p. 167).

a expor sua concordância com o pensamento e as políticas neoliberais, Bielschowsky (2000) classificou o Roberto Campos dos anos 1950-1964 como desenvolvimentista, embora tenha adicionado o adjetivo “não nacionalista”. Madi (2007), contudo, classifica o pensamento de Roberto Campos como conservador e filiado à ortodoxia econômica. Gennari (2005) também acentua o caráter conservador do pensamento de Roberto Campos.

Outra controvérsia diz respeito às rupturas e continuidades no pensamento do autor. Se seguirmos a interpretação de Bielschowsky (2000), há uma ruptura, uma vez que Campos deixou o desenvolvimentismo para ser defensor das ideias neoliberais a partir dos anos 1980. Contrariamente, Gennari (2005) e Madi (2007) defendem que houve continuidade, destacando o conservadorismo do autor e sua filiação à ortodoxia. Perez (1999) também acredita que há rupturas nas posturas de Campos: da racionalidade, localizada no Estado durante os anos 1950 e 1960, passa para a do mercado a partir dos anos 1980.

O motivo mais saliente para as divergências em torno do pensamento de Roberto Campos se deve ao papel que o autor acreditava que o Estado deveria desempenhar. Nossa hipótese é a de que uma qualificação da relação entre Estado e mercado no pensamento liberal auxilia a compreensão do pensamento de Roberto Campos enquanto referência do pensamento conservador no Brasil de seu tempo. Apesar das diversas denominações já utilizadas para classificar o pensamento do autor, utilizaremos a expressão exposta por ele mesmo ao comentar o trabalho de Bielschowsky: liberal-desenvolvimentista⁵. Assim, liberal ao apoiar um relaxamento no controle sobre as aplicações do capital estrangeiro e ainda incentivar a entrada deste através de políticas econômicas alinhadas à ortodoxia. Desenvolvimentista por ressaltar a importância do Estado no que tange à programação e ao incentivo ao desenvolvimento. Como pretendemos demonstrar, o autor pôde, dessa maneira, utilizar o ideal de criação e ampliação do mercado (realizado por meio da industrialização) através da programação e dos incentivos do Estado, sem atrelar isso a uma proposta de alteração na ordem econômica, política e social marcada pela segregação social.

Apresentaremos uma interpretação das opiniões do autor utilizando textos produzidos por ele e textos de outros autores que procuraram analisar o pensamento de Roberto Campos. Daremos ênfase ao período de 1955 a 1964, com exceção dos temas do capital estrangeiro e do Estado, para os quais Campos se manteve coerente desde o início dos anos 1950 até 1964. O artigo está dividido em cinco tópicos, além desta introdução e da conclusão. No primeiro, abordamos o conceito de desenvolvimento utilizado por Campos e sua consequência para políticas distributivas. No segundo, apresentamos como as demandas da sociedade civil podiam ser vistas como geradoras de crises. No terceiro, tratamos de como o autor interpretava a racionalidade no Estado. No quarto, mostramos como Campos concebia a irracionalidade do comportamento da população. Finalmente, apresentamos quais medidas de política

5 Comentando a classificação feita por Bielschowsky, Roberto Campos disse que uma melhor denominação para seu próprio pensamento à época seria liberal-desenvolvimentista, em lugar de desenvolvimentista não nacionalista (PEREZ, 1999, p. 50).

econômica Campos considerava como incorretas e como isto indicava quais seriam as medidas corretas a serem adotadas.

CAVALOS QUE MARCHAM EM DIREÇÕES OPOSTAS: DESENVOLVIMENTO E EQUIDADE DISTRIBUTIVA

Roberto Campos entende o desenvolvimento como aumento da produtividade e, a partir dele, a possibilidade de maior consumo, fato que o autor assimila como aumento do bem-estar. Contudo, para o autor, uma característica singular do processo de desenvolvimento em países subdesenvolvidos consiste em que seu fator propulsor é o desejo de aumento no consumo:

[...] o seu processo de desenvolvimento é motivado, em geral, mais pela procura do que pela oferta. Esse desenvolvimento não é um desenvolvimento “schumpeteriano”, que se origina do movimento de produção espontâneo de homens de empresa. É, antes, a aspiração das massas, na ânsia de melhorar o padrão de consumo, que leva os governos a assumir funções empreendedoras e a estimular os empresários particulares a embarcarem em projetos de desenvolvimento que ofereçam, pelo menos, uma promessa de aumentos futuros de consumo. (CAMPOS, 1963a [1957], p. 125)⁶.

Dados os determinantes de aumento da produtividade tomados pelo autor, esse fator propulsor gerava uma dificuldade ao próprio processo de desenvolvimento. Para aumentar a produtividade seria necessário aumentar a acumulação de capital produtivo e, para isso, era preciso aumentar a poupança. Isto é, partindo da teoria de que a poupança determina o investimento, o autor postulava a necessidade de aumentar a poupança. Como a poupança é vista como resíduo do consumo, o autor acreditava na necessidade de conter o consumo. Assim, o autor pressupunha a existência de um dilema entre equidade distributiva e desenvolvimento. Citando Arthur Lewis, Campos afirmou que esses dois objetivos são cavalos que marcham em direções opostas⁷. Nesse sentido, para o economista o aumento da produtividade estava acima de tudo (PEREZ, 1999, p. 90). Como veremos adiante, essa ênfase na produtividade dava subsídio para a posição de Campos sobre o capital estrangeiro. Também dava subsídio para a ação do Estado enquanto agente que contribuía para indicar os investimentos a serem realizados pela iniciativa privada.

Nesse dilema, a escolha de Campos era claramente em direção ao desenvolvimento:

6 Os livros utilizados para a realização deste artigo são, em verdade, coletâneas de artigos de Roberto Campos publicados em datas distintas. Assim, nas citações colocamos a data de edição do livro e a página do mesmo. Entre colchetes colocamos a data de publicação original do artigo.

7 “No Brasil continuamos querendo cavalgar os dois cavalos em direções opostas” (CAMPOS, 1963b [1957], p. 115).

Para os países latino-americanos, nenhum problema encerra conteúdo mais dramático, e urgência mais dolorosa, que o do desenvolvimento econômico. É mais importante que o da segurança, porque, nos dias hodiernos, a capacidade de defesa é um subproduto da abundância econômica. É mais importante mesmo que o da justiça social, porque só com o acréscimo de produtividade se aumentará a riqueza a repartir, e se eliminará a inevitável acrimônia da competição dos diversos grupos sociais por um produto estagnante ou decrescente. (CAMPOS, 1963b [1957], p. 84).

Como considerava que políticas para o desenvolvimento econômico eram incompatíveis com políticas que visavam à justiça social, o autor conclui então qual deveria ser a política correta, a que delimita o caráter racional, e que exigiria inclusive alteração da psicologia do brasileiro: “A opção pelo desenvolvimento implica a aceitação da ideia de que é mais importante maximizar o ritmo do desenvolvimento econômico do que corrigir as desigualdades sociais” (CAMPOS, 1963b [1957], p. 115). O objetivo de aumento da produtividade por meio da formação de capital, portanto, é o fim último a que estarão submetidas todas as propostas de política econômica, e mesmo de organização social e política, ainda que parcelas da população “as massas”, como denomina o autor – tivessem que passar por “sacrifícios”. É nesse sentido que o autor criticava o que chamava de *ilusão distributivista* (CAMPOS, 1964 [1961], p. 185).

Podemos, assim, fazer um primeiro delineamento do conservadorismo de Roberto Campos. Ao menosprezar as medidas que tivessem o objetivo de garantir uma distribuição de renda mais equitativa, o autor se colocava como um apoiador da manutenção da ordem social brasileira, com desigualdade e segregação sociais.

DEMANDAS DA SOCIEDADE CIVIL – A “MASSA” – GERAM CRISE

No pensamento de Roberto Campos, estagnação com inflação são os “elementos que sintetizam uma crise mais ampla” (SILVA, 2004, p. 209), a qual se caracteriza por uma crise de organização social⁸. A inflação é tanto uma manifestação dessa crise quanto um instrumento utilizado para aprofundá-la. Para Campos, crise e inflação são resultados de medidas econômicas que desrespeitam o objetivo da política econômica, o *télos* do pensamento conservador coetâneo: o desenvolvimento com estabilidade⁹. Assim, a crise tem relação direta com o regime democrático, pois este permite à população expressar sua reivindicação por acesso a bens: “eleitores (efetivos) e consumidores (ou aspirantes a) conferiam à dinâmica dos mercados uma especial relação, potencializando o que era temido pelos liberais – o ‘excesso de demandas’” (PEREZ, 1999, p. 103).

Dessa maneira, as mobilizações sociais não eram bem-vistas, mas entendidas

8 A inflação estrangula o desenvolvimento “aguçando conflitos entre os diversos grupos sociais que lutam, através de reivindicações salariais, para preservar o seu padrão de vida e nível de consumo, ameaçado pelo desequilíbrio entre a procura monetária e a oferta real de bens” (CAMPOS, 1963a [1955], p. 158).

9 Silva (2004, p. 207) diz que “surge como um novo *télos* do Estado autoritário: o binômio ‘desenvolvimento econômico com estabilidade monetária’”.

como caos e desordem. Por isso, “A prioridade dada à meta de estabilidade aplica-se pela relação de causalidade estabelecida, por Gudin e Campos, entre estabilidade monetária e ordem social e política” (SILVA, 2004, p. 277). Vemos, portanto, que a ênfase colocada sobre a estabilidade significava evitar abalos na ordem social estabelecida e desqualificar atitudes ou propostas de política econômica que tentassem conciliar a continuidade do desenvolvimento com medidas redistributivas. Essa desqualificação era feita considerando tais pensamentos como irracionais e emotivos, pois, dados os pressupostos, não conduziriam ao objetivo almejado: o desenvolvimento. Barbosa (2017) argumenta que a “irracionalidade” era utilizada contra o oponente tanto por nacionalistas como pelos mercadistas (denominação na qual é incluído Roberto Campos). Contudo, queremos aqui ressaltar o fato de Campos apontar a irracionalidade no comportamento da sociedade civil, da “massa”.

A irracionalidade, então, estava na exagerada propensão ao consumo do povo brasileiro, aliás, do latino em geral, que objetiva apenas o bem-estar imediato sem pensar nos dilemas que precisariam ser enfrentados para alcançar esse aumento de bem-estar futuro¹⁰. Estamos aqui, portanto, no núcleo do pensamento conservador de Campos: o comportamento perdulário de um povo que não consegue poupar no presente para ter melhor bem-estar no futuro; um povo imediatista, cujo comportamento expõe uma irracionalidade diante dos meios necessários para atingir o fim, o desenvolvimento (isto é, o aumento do consumo).

Podemos agora reforçar o primeiro esboço sobre a posição conservadora de Roberto Campos. Temos aqui dois pressupostos na análise do autor. O primeiro diz respeito ao que seria o desenvolvimento (formação de capital e aumento da produtividade) e a impossibilidade de conciliar o meio necessário (aumento de poupança) com políticas sociais. O segundo diz respeito à irracionalidade da população portadora de comportamento perdulário, desejando o desenvolvimento sem compreender os seus meios. No primeiro pressuposto está implícita a manutenção da ordem social, com desigualdade e segregação. No segundo pressuposto, abre-se o caminho para propostas de políticas que ignorem a vontade de parcelas significativas da sociedade civil.

A RACIONALIDADE NO ESTADO

A ideia de racionalidade de Campos, no caso que tratamos aqui, está associada à racionalidade instrumental concebida por Max Weber. O autor acreditava que a economia era uma ciência de meios e não de fins. Uma vez que o fim já estava dado,

10 “De outro lado, se é necessária a aceitação cultural do consumo presente de bens terrestres como pré-requisito do desenvolvimento, é igualmente necessária a capacidade de abstinência, isto é, a capacidade racional de optar entre maior consumo presente e maior consumo futuro. Em suma, a capacidade de acumulação” (CAMPOS, 1963b [1957], p. 107). “As dificuldades que surgem são do lado da poupança ou da acumulação. As raças mediterrâneas em geral parecem ter um vezo hedonístico a que não escapamos. De outro lado, registramos uma grande capacidade de imitar formas de consumo, sem igual capacidade de copiar hábitos de produção” (CAMPOS, 1963b [1957], p. 112). A concepção que Roberto Campos tinha da cultura brasileira, incompatível com o desenvolvimento, foi analisada por Silva (2004).

o meio teria que obedecer à racionalidade desse fim. Por isso, essa racionalidade não está associada à concepção iluminista da razão humana. Segundo Perez (1999, p. 29), “Campos desacredita a razão como ente comum. Assim, ela deve ser localizada em lugares próprios – não obstante estes variarem ao longo do tempo – e merece um estatuto privilegiado”.

No pensamento de Roberto Campos de meados do século XX, a racionalidade estaria no Estado, desde que a política econômica obedecesse ao controle do saber técnico. O planejamento, uma vez realizado pelos detentores do conhecimento técnico necessário, dota o Estado de racionalidade. Para Campos, “o saber reivindicado pela técnica legitima o poder” (PEREZ, 1999, p. 98). O planejamento e a atuação do Estado são necessários porque Campos considera que o mercado ainda é frágil em consequência da ausência de racionalidade na sociedade civil. A racionalidade do Estado tem então a função de espalhar a racionalidade para a sociedade. E isso se conjuga com a função do Estado de produzir mercado, à qual Roberto Campos se referiu como “criar bom ambiente” para a livre iniciativa.

A intervenção do Estado é o principal ponto para esclarecer a posição de Roberto Campos. Podemos dizer que há dois tópicos nessa intervenção: o lado da criação de poupança e o lado da criação do mercado, que é vista como criação de bom ambiente para a iniciativa privada. Nesse segundo sentido estão incluídas as funções do planejamento estatal. Como argumenta Madi (2007), havia em Campos o planejamento executivo, para ser realizado pelo Estado, e o planejamento indicativo, para o setor privado. O segundo visava criar regras, instituições e incentivos para os investimentos da ação empresarial. Madi (2007, p. 371) argumenta que dessa maneira Campos “reforçava sua crença na compatibilidade entre o planejamento e a dinâmica da economia de mercado”. Embora concordemos com o argumento da autora, queremos enfatizar que a prioridade e o fim mesmo do planejamento, para Campos, era a criação de um bom ambiente para a iniciativa privada.

[...] a programação visa, no setor público, a coordenar investimentos e orientá-los prioritariamente; no setor privado, a fixar objetivos de desenvolvimento e, através de controles preferencialmente indiretos – monetários e fiscais –, fazer a “construção de clima” necessária para que a iniciativa privada possa agir em obediência à sua dinâmica natural.

A “construção de clima” para a iniciativa privada é, assim, tanto ou mais importante que a programação executiva do setor público. (CAMPOS, 1963b [1957], p. 85).

Perez (1999, p. 92) é preciso nesse ponto: “O conteúdo político liberal no pensar de Campos é indiscutível e não se torna precisamente antiliberal, dada a sua preocupação em promover o espaço privado. Ao Estado cabe esta tarefa”.

Vamos acompanhar a interpretação que Perez faz sobre o pensamento de Campos com relação a esse ponto. Faremos apenas duas ressalvas. A primeira é a de que Perez enfatiza os escritos de Campos do início dos anos 1950. Contudo, ele mesmo reconhece a continuidade desse aspecto quando ressalta que “Nenhum projeto esteve tão próximo das políticas econômicas efetivamente adotadas pelo poder público no

Brasil no terceiro quartel do século” (PEREZ, 1999, p. 96). A segunda é a de que Perez enfatiza que a racionalidade do Estado fora defendida por Campos como meio de suprir a irracionalidade do comportamento da elite brasileira. Em nosso caso, como pensamos ter demonstrado no tópico anterior, a irracionalidade era vista no comportamento do povo, da “massa”^{II}.

Perez deixa explícito que a intervenção do Estado era defendida por Campos sem pretender ocupar espaços pertinentes à iniciativa privada. “Campos, nesse momento, parafrasearia Polanyi: *ao Estado cabe a produção do mercado*” (PEREZ, 1999, p. 98). A necessidade da intervenção do Estado viria então da pequena dimensão do mercado, cujo crescimento não poderia ser esperado apenas por ações da iniciativa privada:

Para campos, a conjugação de dois fatores – escassez de experiência na gestão de empresas e desigual distribuição de renda – torna tanto a capitalização quanto sua dinamização limitada nos países atrasados, redundando em mercados pequenos e tíbios: daí a necessidade de a iniciativa pública suprir a lacuna. (PEREZ, 1999, p. 94).

Acreditamos que esse ponto é salutar para entender como Roberto Campos articula seu “liberal-desenvolvimentismo”, desde que revisitemos a relação entre Estado e mercado na tradição liberal. Para o liberal, não é estranho falar em intervenção do Estado para garantir expansão do mercado. O próprio Adam Smith dedicou o Livro V de sua *Investigação sobre a riqueza das nações* ao papel do Estado na criação de condições para a expansão do mercado. Como diz Rosanvallon (2002, p. 104), comentando Adam Smith: “Aos seus olhos, portanto, o Estado liberal não é inativo, devendo, ao contrário, ser extremamente ativo para construir o mercado”. Contudo, o mercado não é visto necessariamente como nacional. Ou melhor, para o liberalismo econômico, o espaço geográfico de determinado Estado (espaço político) não se confunde com o espaço do mercado. Nesse sentido, interior e exterior não são definidos pela relação política, mas pela participação, ou não, nas relações mercantis através das quais se conectam o mercado local e o de longa distância. A extensão do mercado “é produzida desde o interior pelo sistema de comunicações e localizações humanas. Assim, o mercado pode ser apreendido por ele [Smith] como uma rede, e não mais unicamente como um lugar” (ROSANVALLON, 2002, p. 107).

Tendo essa noção do que seria o mercado e da importância de ações do Estado para estimulá-lo, Rosanvallon (2002, p. 108) afirma que “não é tanto a oposição entre dirigismo e *laissez-faire*, mas sim a distinção entre espaço de mercado e território geográfico que marca a verdadeira ruptura entre o liberalismo e o mercantilismo”. O mercado se assenta sobre a expansão e a garantia da propriedade privada, para as quais o Estado tem certamente papel de relevo. A expansão do mercado é vista como desterritorialização: a ampliação da rede mercantil ignora fronteiras nacionais, mas, para isso, precisa generalizar a existência da propriedade privada. Se a expansão do

II “Poucos questionariam hoje a necessidade, em países subdesenvolvidos como o Brasil, de um grau maior de intervencionismo estatal [...]. Entre as razões válidas figuram, primeiro, a natureza derivada do processo de desenvolvimento, oriundo menos do vigor do empresário privado do que dos reclamos das massas por uma vida melhor [...]” (CAMPOS, 1964 [1961], p. 186-187).

mercado obedecer a esses princípios, provavelmente o liberal não se incomodará com a intervenção do Estado.

A singularidade em Campos é que, para realizar essa expansão do mercado, a intervenção do Estado está sendo vista como orientadora e coordenadora de investimentos, e fixadora de objetivos e criadora de clima para a iniciativa privada. Por isso podemos enfatizar a denominação de liberal-desenvolvimentista para Campos, atribuindo ao Estado a tarefa da programação, mas como meio para expandir o mercado e impulsionar a iniciativa privada, disso resultando o modo peculiar como a nação é vista pelo economista. Barbosa, utilizando o termo “mercadistas”, colabora para a compreensão desse nexos entre a nação e o mercado:

Já os mercadistas jogavam as suas fichas para transformar o “mercado” no mecanismo autopropulsor do desenvolvimento, o que não quer dizer que a nação, ao menos da maneira como a concebiam, tivesse sido descartada. Era antes compreendida como território ou “coletividade” que deveria experimentar a acumulação capitalista possível conforme as alianças internas e externas disponíveis, funcionando conforme a “dotação de fatores produtivos”, que poderia ser reorganizada no sentido de criar uma nova classe empresarial dinâmica. (BARBOSA, 2017, p. 242).

Em síntese, como no subdesenvolvimento o mercado era pouco abrangente, a racionalidade de mercado não atingia a sociedade civil. Nesse momento, portanto, a racionalidade estava no Estado, desde que este estivesse sob a disciplina do saber técnico que reconhecia os meios necessários ao desenvolvimento. A ação do Estado, no entanto, deveria ser no sentido de criar o mercado (*locus* no qual se localizaria a racionalidade futuramente) e, para tanto, coordenar e incentivar a iniciativa privada. Assim, a criação do mercado se faz com intervenção do Estado no sentido de reforçar os mecanismos de funcionamento do mercado e não de perturbá-los. A expansão do mercado interno se realiza diretamente atrelada aos fluxos internacionais, sobretudo financeiros. A nação é vista como território, como espaço geográfico de determinado Estado que incentiva a expansão do mercado. O mercado interno não é visto como mercado nacional, mas como fronteira de expansão do mercado internacional. Reforçamos, assim, a denominação que adotamos para Roberto Campos: liberal-desenvolvimentista. Assim, Campos pode adotar a ortodoxia econômica e defender uma ação do Estado separada dos anseios da população.

A posição conservadora de Campos inicia, assim, a ter contornos mais nítidos. O Estado sob o saber técnico é o *locus* de racionalidade, que é voltada para expandir o mercado, numa espécie de travessia à passagem para a racionalidade de mercado, através de coordenação e incentivos, assim como ao Estado devem caber também medidas para elevar a taxa de poupança, com restrições às políticas redistributivas e abertura ao capital estrangeiro. O Estado, portanto, seria responsável por conter as demandas da sociedade civil que gerariam crises e desordem.

SEPARAÇÃO ENTRE ESTADO E ANSEIOS DA POPULAÇÃO

Tendo essa racionalidade em mente, Campos podia conceber a necessidade de estadistas com “nervos rijos”, capazes de resistir às demandas da população e de impor sacrifícios a setores da sociedade civil. Como o comportamento perdulário da população brasileira não permite a ela ver os benefícios futuros de um sacrifício presente, o Estado teria a tarefa de assegurar a compressão do consumo¹².

Portanto, o principal obstáculo consistia nos sacrifícios exigidos no presente para aumentar o consumo futuro:

Ninguém pretende que os programas de austeridade da Argentina, Chile, Colômbia e Peru não tenham representado duro sacrifício e risco político, exigindo estadistas de nervos rijos e capacidade de solidão. Pois é sempre mais agradável sacar sobre o futuro do que corrigir os erros do passado e pagar as contas do presente. Ninguém pretende [...] que os reajustamentos corretivos do período de transição não tenham afetado, por vezes dolorosamente, as classes de baixa renda, provocando inquietações e greves. (CAMPOS, 1964 [1961], p. 100-101).

Nessa citação são elencados dois tipos de sacrifício: o da população, tendo que restringir o consumo presente; e o do estadista, que precisa ser antipopular para tomar as medidas certas, embora frustrando seus eleitores, pois estes não têm capacidade para discernir quais são as melhores medidas a serem tomadas para eles mesmos.

Ainda considerando a citação *supra*, vejamos quais os sacrifícios exigidos pela população. As medidas corretas correspondiam às propagadas pela ortodoxia: restrição da demanda agregada para conter o apetite pelo consumo. Dito de outra maneira, recessão e desemprego derivados da resolução de “distorções causadas pelo processo inflacionário”:

Interrompida a expectativa de alta de preços, cessam as encomendas para estocagem e até mesmo para o uso corrente, até a liquidação do material acumulado. Algumas indústrias antieconômicas fraquejam quando começam a soprar os ventos da concorrência, com a eliminação da procura excedente. Donde um temporário *declínio de produção e do nível de emprego, fenômenos que, por dolorosos que sejam, têm a função corretiva* de eliminarem duas das mais improdutivas formas de investimento: a especulação imobiliária e o açambarcamento de estoques. (CAMPOS, 1964 [1961], p. 99 – destaques nossos).

Mas o povo brasileiro, irracional, não consegue perceber que o desemprego é melhor para ele! Sofre ainda de mais irracionalidade: reivindica também aumentos salariais. Mais uma reivindicação inaceitável para os conservadores, pois que

12 “Em termos mais precisos: prevalecente a irracionalidade no mundo social subdesenvolvido, cabe aos governos – impregnados da racionalidade necessária e então dotados de ‘faculdade telescópica’ – avocar a si a responsabilidade pela escolha dos caminhos mais adequados ao desenvolvimento” (PEREZ, 1999, p. 96).

entendiam que o aumento salarial acima do aumento de produtividade (e em geral acreditavam que estava mesmo acima) causava inflação e aguçava os conflitos sociais (crise e desordem). Reivindicação essa que entrava no rol de manifestações do “Estado assistencial prematuro”, um libelo do que o Estado não deveria fazer:

[...] a despreocupação com a produtividade, na fixação de salários, a busca de benefícios sociais excessivos para a débil capacidade financeira da nação, como a aposentadoria de pessoas jovens e válidas, o encurtamento do horário de trabalho e a garantia de estabilidade independentemente da eficiência no emprego [...]. Ninguém com decência humana pode objetar a uma expansão dos benefícios sociais; a questão é que eles se tornam falsos e decepcionantes se avançam em ritmo superior ao possibilitado pelo nível de desenvolvimento econômico. (CAMPOS, 1964 [1961], p. 124).

Podemos, agora, dar maior consistência ao corpo teórico conservador de Roberto Campos. Inicialmente, a definição do fim, o desenvolvimento visto como aumento da produtividade através da formação de capital. Dado o fim, o meio exigia aumento da poupança, o que era incompatível com políticas sociais de cunho distributivista. Nesse sentido, o comportamento da população era visto como irracional, pois desejava o desenvolvimento sem entender seus meios, e suas reivindicações eram enquadradas como gestantes da desordem. Assim, caberia ao Estado portar a racionalidade necessária para a expansão do mercado e da produtividade. Essa racionalidade postulava um imbricamento da criação de mercado interno como fronteira de expansão do mercado internacional e a nação vista como território sob jurisdição do Estado. As políticas corretas para a criação e expansão desse mercado precisariam de estadistas capazes de ignorar vontades da população, uma vez que esta se portava de maneira irracional. Campos postulava a modernização, conduzida por uma elite técnica esclarecida, sem alterar a ordem social marcada por desigualdades e segregação.

AS POLÍTICAS CORRETAS DO ESTADO: ESTABILIDADE DE PREÇOS E ACENO AO CAPITAL ESTRANGEIRO

Roberto Campos acreditava que havia pontos de estrangulamento na economia. Para resolvê-los, chamava a atenção para a necessidade de reformas institucionais e não negava eventuais atuações diretas do Estado, com a ressalva de não prejudicar a iniciativa privada. Contudo, considerava que a inflação, fruto de má administração monetária, levava a intervenções do Estado na economia que causavam esses pontos de estrangulamento. O autor admitia que a economia, funcionando em livre mercado, também causaria desequilíbrios, os quais seriam, no entanto, autorregulados. O mesmo não ocorreria com os desequilíbrios que eram causados pela atuação do Estado:

Talvez a distinção válida a ser feita fosse, então, entre as *desproporcionalidades que se corrigem por si mesmas* [cita Rostow], que provocam ajustes subsequentes, e os

desequilíbrios provocados, que resultam em pontos de estrangulamento os quais causam a paralisação do desenvolvimento. Sucede comumente que estes últimos são causados por intervenções governamentais, que, geralmente, se destinam a promover o desenvolvimento, mas que, na prática, têm efeito contrário. (CAMPOS, 1963a [1957], p. 135).

Portanto, não havia problemas com o planejamento e a participação do Estado, mas apenas com intervenções errôneas que causavam *desequilíbrios*¹³.

E no que consistiam essas intervenções errôneas? O raciocínio era o que segue. Roberto Campos reconhecia que o processo de desenvolvimento nos países subdesenvolvidos gerava pressões inflacionárias. As razões dessas pressões estariam no deslocamento setorial de fatores de produção e na exigência de alto volume de investimentos concentrados em infraestrutura. “A pressão inflacionária não se traduz, porém, em inflação [...] a menos que as autoridades monetárias concordem em expandir a oferta de meios de pagamentos”¹⁴ (CAMPOS, 1963a [1957], p. 130-131). Assim, embora Roberto Campos afirmasse que “Agora no Brasil a panaceia em voga é o controle da remessa de lucros” (CAMPOS, 1964, p. 59), não deixava de oferecer outra panaceia: a estabilidade de preços¹⁵.

Segundo o autor, a permissividade governamental com a inflação era acompanhada pela inclinação ideológica de intervenção do Estado sobre a livre iniciativa, justificando-a como necessidade perante o contexto inflacionário. Portanto, para Campos não era a inflação, derivada de problemas estruturais, que reclamava a intervenção do Estado, mas a intervenção errônea do Estado, derivada da complacência com a inflação, é que levava a estrangulamentos. Como vimos acima, era assim que Roberto Campos entendia o desenvolvimento equilibrado: o que se realiza sem causar estrangulamentos. A intervenção do Estado seria aceita para criar bom ambiente à livre iniciativa, o que requer estabilidade social e, portanto, estabilidade monetária. Como argumenta Madi (2007, p. 376), a “análise de Roberto Campos ganha toda a força do diagnóstico ortodoxo na medida em que apresentava o Estado como responsável pelo entorpecimento da função alocativa do sistema de preços”.

Para Campos, as políticas adotadas para contornar a inflação resultariam em alguns problemas estruturais para a economia brasileira e, portanto, contribuiriam para a estagnação econômica e crescimento da inflação. Da crítica de Roberto Campos

13 “No que se refere à presente discussão, o termo ‘desenvolvimento equilibrado’ será empregado com um sentido mais amplo, de forma a denotar a ausência de *desequilíbrios* ‘criadores de pontos de estrangulamento’” (CAMPOS, 1963a [1957], p. 136).

14 Roberto Campos toma a inflação como fenômeno de excesso global de procura sobre a oferta, e não por desajustes estruturais, reforçado em: “Por definição, uma situação inflacionária é aquela em que a procura efetiva global excede a capacidade produtiva” (CAMPOS, 1963a [1957], p. 147). “Sejam quais forem as pressões inflacionárias, uma administração monetária severa sempre poderá dominá-las, pois, se as autoridades monetárias se recusarem a emitir moeda, a inflação, mais cedo ou mais tarde, chegará ao fim” (CAMPOS, 1963a [1957], p. 129).

15 “Ora, a verdade é que uma inflação persistente e aguda, como a da recente conjuntura brasileira, estrangula fatalmente o desenvolvimento econômico” (CAMPOS, 1963a [1955], p. 158).

às intervenções do Estado diante da inflação emergem as indicações ortodoxas de política econômica. Podemos visualizá-las através de dois exemplos:

- a) *no setor agrícola* – O autor dividia a agricultura em dois grupos: para consumo interno; para exportação. No que se refere à primeira, quando a inflação se acelerava, os governos tendiam a controlar os preços dos produtos de alimentação básica, inibindo a expansão da oferta de produtos agrícolas. Segundo o autor, “O resultado final é negativo [...]; o controle de preços atua nesta hipótese como um incentivo ao consumo e um obstáculo a uma oferta maior” (CAMPOS, 1963a [1957], p. 137). Quanto à agricultura de exportação, o raciocínio era simples: como a taxa de câmbio não era livre, tendia a ficar sobrevalorizada, pois as desvalorizações não acompanhavam a inflação. Essa sobrevalorização da taxa de câmbio desestimulava a agricultura de exportação. Vemos, assim, que, criando um bom ambiente à livre iniciativa, tudo se resolveria pelo mercado, regulando preços através do mecanismo de oferta e demanda, sem precisar fazer qualquer questionamento sobre a estrutura agrária e, conseqüentemente, a estrutura social, política e econômica do país;
- b) *infraestrutura de serviços públicos* – transporte, comunicação e energia elétrica. Nesse caso, dois são os argumentos principais. Primeiro, o princípio do custo histórico. Como a taxa de lucro desse setor estava sujeita a regras do governo, a não atualização do valor monetário do ativo investido inicialmente levaria a uma redução na taxa de retorno do investimento. O segundo seria a própria lentidão burocrática para reajustar as tarifas em um contexto inflacionário. Como resultado, por um lado, diminuía o lucro e, portanto, desestimulava investimentos nesses serviços; por outro lado, criava um subsídio ao consumo (CAMPOS, 1963a [1957]. Novamente a predominância da ideia de que não haveria desequilíbrio se deixado o livre mercado seguir as leis da oferta e demanda num ambiente favorável, isto é, num ambiente de “estabilidade”.

Para Roberto Campos, a redução de investimentos privados causada pelas intervenções do governo num contexto inflacionário estimulava a substituição da iniciativa privada por empresas estatais, para as quais o autor aconselhava moderação. O governo não deveria substituir a iniciativa privada, mas encorajá-la, ou seja, garantir a estabilidade de preços e arquitetura institucional que assegurasse lucros suficientes para manter investimentos nos setores. Ademais, era um agravante o fato de que a substituição por empresas estatais ampliava o déficit fiscal do governo. Nesses dois casos, portanto, deveria o governo gerar bom ambiente à livre iniciativa, o que significava deixar o capital estrangeiro em livre movimento e criar uma legislação que favorecesse os lucros¹⁶. Vejamos melhor isso.

Externamente, os efeitos da inflação, mediada pelas errôneas intervenções

16 “Dado que o problema de aceleração do desenvolvimento econômico é essencialmente o de acumulação de capital, e que a poupança interna é insuficiente, deve-se recorrer a todas as fontes possíveis de suprimento de capital que tragam uma contribuição líquida, independentemente de sua origem nacional ou estrangeira (CAMPOS, 1963b [1957], p. 115).

estatais, eram prejudiciais à capacidade para importar. Isso ocorria de duas maneiras: pelo desestímulo às exportações e pelo desestímulo ao ingresso de capitais estrangeiros. Como o autor concebia que a inflação significava excesso de demanda sobre a oferta, no balanço de pagamentos isso se refletia como aumento das importações superior ao aumento das exportações e, portanto, uma pressão para o déficit comercial. A transformação dessa pressão em déficit efetivo dependeria da política cambial. Como as taxas de câmbio eram controladas pelo Estado, havia tendência à sua sobrevalorização, prejudicando as exportações.

Com relação ao ingresso de capitais estrangeiros, o receio de que a taxa de câmbio para remessa de lucros pudesse sofrer súbita desvalorização inibia a entrada de capitais e, em momentos agudos, causava saída acentuada de capitais. Como melhor solução para esse problema, Roberto Campos propunha a implementação de um sistema de taxa de câmbio flutuante “para corrigir-se um desequilíbrio do balanço de pagamentos provocado pela inflação”, sem “distorcer a estrutura do crescimento e levar a uma redução artificial do setor de exportação” (CAMPOS, 1963a [1957], p. 150)¹⁷. Mais uma vez, reforçamos que Campos acreditava no funcionamento do mercado (desde que o Estado não o atrapalhasse):

O ajustamento automático das taxas cambiais à elevação dos custos internos evita a punição do setor de exportação, que muitas vezes ocorre no sistema de taxas fixas simples ou múltiplas, em que a taxa de exportação só é reajustada com atraso e mediante decisão administrativa arbitrária. (CAMPOS, 1963a [1957], p. 151)¹⁸.

Um último fator de desequilíbrio importante, também causado por instabilidade no quadro institucional devido a posições políticas “apaixonadas”, se referia ao capital estrangeiro. Com relação à remessa de lucros, Roberto Campos foi ferrenho opositor dos controles em pauta até a aprovação da Lei de Remessa de Lucros. Para ele, a existência de controle, ainda mais em um contexto de instabilidade e imprevisibilidade quanto à política que seria adotada, contribuía tanto para inibir novas entradas de capitais como para afugentar os capitais aqui instalados. O pressuposto para Campos defender a contribuição do capital estrangeiro era a insuficiência da poupança interna. Assim, para aumentar a formação de capital, seria necessário incentivar a contribuição do capital estrangeiro, que cumpriria a função de poupança externa, suprindo a insuficiente poupança interna. Roberto Campos acreditava que, assim, o capital estrangeiro contribuía para o aumento da produtividade e, portanto, da renda. Dizia que a possibilidade de enviar lucros só era possível porque o capital estrangeiro contribuía para o aumento da renda (CAMPO, 1963a [s. d.], p. 271-303 passim).

Nurkse (2007) desenvolve essa ideia utilizando um artigo de Roberto Campos, “Lord Keynes e a teoria da transferência de capitais”, publicado em 1950 na *Revista Brasileira de Economia*. O economista havia elaborado essa interpretação teórica

17 A referência citada por Campos, nesse assunto, é Milton Friedman.

18 “Assim, na visão de desenvolvimento econômico compartilhada por Gudin e Campos, além de se considerar o capitalismo como o sistema socioeconômico mais compatível com o desenvolvimento, também se defende a importância do capital estrangeiro e o estímulo à agricultura de exportação” (SILVA, 2004, p. 275).

para contrariar Keynes, para quem a exportação de capital poderia elevar os juros no país exportador, à medida que tornava escassa a oferta de capital neste país, gerando impacto negativo na renda do país exportador de capitais. No entanto, ao mesmo tempo, Campos também se opunha a argumentos contrários ao capital estrangeiro que vinham sendo levantados tanto por parcela do empresariado como por segmentos da esquerda, sobretudo pelos marxistas, segundo os quais o capital estrangeiro drenava a poupança do país receptor (PRADO JÚNIOR, 1957).

Esse aspecto nos parece ser realmente algo merecedor de atenção. No período que Campos escrevia, a ação imperialista não era mais incomodada por medidas protecionistas. Ao contrário, as medidas protecionistas podiam ser até um estímulo para o investimento estrangeiro, uma vez que garantiam mercado para a produção das filiais de empresas multinacionais. Naquele momento, o nacionalismo defendia o mercado interno principalmente através de medidas que controlassem ou mesmo inibissem a ação dos monopólios internacionais. Em oposição ao nacionalismo, Roberto Campos faz uma espécie de atualização do “doce comércio” para o “doce capital financeiro” (embora o autor não utilizasse essa denominação): uma relação ganha-ganha – aumenta a renda no país exportador de capitais e no país receptor de capitais estrangeiros.

Podemos dizer, então, que o pensamento de Roberto Campos legitima a ordem que garante a renda e as divisas necessárias para a remuneração do capital externo. Como consequência, o teórico que defendia a pertinência do capital estrangeiro contrapunha-se às políticas sociais e nacionalistas através do argumento de que estas baixariam o investimento mediante redução da poupança. Daí a necessidade de o Estado estar sob o domínio do saber técnico, garantindo a racionalidade de meios exigida para o desenvolvimento e contrariando a vontade da população, a qual apresentava comportamento irracional. Em realidade, Campos estava oferecendo subsídios teóricos para que o desejo dos capitais externos por ampliação de seus mercados se realizasse sem empecilhos políticos. Dessa maneira, garantiria a remuneração do capital externo por meio da extração do excedente, uma vez que de nada adiantava aumentar a renda internamente se não houvesse possibilidade de converter essa renda em moeda internacional¹⁹.

Vemos delineado, assim, o indicativo para as reformas institucionais que se oporiam às reformas de base²⁰: mecanismos para ampliar poupança através de compressão do consumo das massas; quadro institucional que permitisse maior controle sobre a moeda e o crédito; regras legais que permitissem, pelo mecanismo de oferta e demanda, lucros o suficiente para incentivar investimentos privados em setores de infraestrutura e serviços (a contrariedade ao controle de remessa de

19 Sobre a manutenção da inserção internacional, com predominância dos setores primários, para geração de divisas que garantissem a remuneração do capital estrangeiro, ver: Prado Júnior (1957).

20 Dreifuss (1986) aponta que as reformas articuladas no Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais e no Instituto Brasileiro de Ação Democrática – complexo IPES/IBAD – pretendiam ser uma oposição às reformas de base propostas por segmentos da esquerda.

lucros se inclui nesse item)²¹. Essas seriam as reformas condizentes com o principal objetivo: o desenvolvimento. As reformas estruturais e/ou distributivas eram desaconselhadas, considerando tal objetivo:

O segundo dilema envolvido nos programas de ajuda externa, que jaz despercebido sob a tempestuosa superfície dos recentes debates havidos sobre o assunto neste país, é que o objetivo da aceleração das reformas institucionais nos países recipientes, tais como a reforma agrária ou a fiscal, pode no curto prazo tornar-se incompatível com outros objetivos desejáveis, tais como a criação de clima favorável aos investimentos privados ou a estabilização de preços. [...]. Semelhantemente, o receituário distributivista em busca da justiça social é susceptível de exacerbar reivindicações assistenciais e salariais, que virão complicar o problema do controle da inflação e da estabilização de preços. (CAMPOS, 1964 [1963], p. 211-212).

Podemos concluir, assim, que desenvolvimento com estabilidade era uma forma velada de defesa da ampliação de acumulação de capital sem alterar a ordem social. Isto é, era uma forma de apresentar ideologicamente a defesa da ordem social segregada, da manutenção dos privilégios, embora tomando novos contornos (que eram inevitáveis) devido à transformação na estrutura produtiva e nas relações internacionais. Dito de outra maneira, a expansão do capitalismo e a modernização dos padrões de consumo da elite implicavam em transformações sociais, mas essas transformações deveriam ser conduzidas de forma a evitar alterar a segregação social e os privilégios das classes dominantes. É certo que isso também implicava alguma alteração sobre quais as frações do bloco capitalista teriam predominância nos negócios do Estado, mas essas desavenças não deveriam ser suficientes para rachar as classes dominantes a ponto de verticalizar a polarização política. Esse era o pressuposto para a estabilidade (social), necessária para a atração do capital estrangeiro e, dadas as liberdades a este concedidas, a permanência da inserção externa subordinada. Modernização, dependência e segregação social caminhavam juntas.

CONCLUSÃO

Conceber desenvolvimento como formação de capital e aumento da produtividade e postular isso como o fim a ser atingido pela política econômica trazia como meio, no pensamento de Roberto Campos, a necessidade de aumentar a poupança. Essa necessidade, e o desenvolvimento também, era vista como irreconciliável com políticas distributivistas. A necessidade de aumentar a poupança também conduziu Roberto

21 O autor é claro, nesse sentido, quanto à mineração: “Mais importante, entretanto, que qualquer medida tópica, é a criação de um clima de estabilidade econômica e segurança jurídica para a mineração. Trata-se de uma atividade que exige aplicação maciça de capitais; que impõe recuperação lenta do capital invertido, e que é sujeita, em regra, a preços internacionais, que não flutuam de acordo com a inflação interna. Investimentos desse tipo são fortemente desencorajados num clima de moeda cadente, ao contrário dos investimentos especulativos a curto prazo, que nesse clima prosperam” (CAMPOS, 1963a [1956], p. 202).

Campos a defender os benefícios gerados pela incursão do capital estrangeiro. Atrair capital estrangeiro exigia políticas que mantivessem a ordem social interna, isto é: altos níveis de desigualdade na distribuição de renda, manutenção de privilégios à classe dominante e, sobretudo, da segregação social. Essa manutenção, por seu turno, requeria a inexistência de espaço para reivindicações da sociedade civil que não corroborassem com a atração de capitais externos, sob pena de o país se ver em meio à crise e desordem caso essas reivindicações persistissem. Ou seja, a manutenção da inserção subordinada externa se coadunava com a manutenção da ordem social interna, a despeito de também haver modernização. Por isso, o Estado deveria ser capaz de contrariar vontades da sociedade civil e se responsabilizar pela condução racional da economia do país diante da irracionalidade e imediatismo da população. A defesa da importância do Estado se alinhava à defesa do mercado, não como mercado nacional, mas como fronteira de expansão da rede de mercado internacional.

SOBRE O AUTOR

ULISSES RUBIO URBANO DA SILVA é professor de *Campus* de Engenharias e Ciências Agrárias da Universidade Federal de Alagoas (Ceca/UFAL).

ulisses.silva@ceca.ufal.br

<https://orcid.org/0000-0002-6248-4771>

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Alexandre de F. *O Brasil desenvolvimentista (1946-1964) e a trajetória de Rômulo de Almeida*. 637 f. Tese (Livres-Docência). Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, 2017.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- CAMPOS, Roberto. Lord Keynes e a teoria da transferência de capitais. *Revista Brasileira de Economia*, v. 4, n. 2, p. 7-32, 1950. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/2415/2506>. Acesso em: 5 fev. 2020.
- CAMPOS, Roberto de O. *Economia, planejamento e nacionalismo*. Rio de Janeiro: Associação Promotora de Estudos da Economia, 1963a.
- CAMPOS, Roberto de O. *Ensaio de história econômica e sociologia*. Rio de Janeiro: Associação Promotora de Estudos da Economia, 1963b.
- CAMPOS, Roberto de O. *A moeda, o governo e o tempo*. Rio de Janeiro: Associação Promotora de Estudos da Economia, 1964.
- DREIFUSS, René A. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.
- GENNARI, Adilson M. O pensamento de Roberto Campos: um esboço sobre desenvolvimento econômico

- co, inflação e institucionalização política. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n 17, dez./2005, p. 92-111.
- FURTADO, Celso. *Diários intermitentes: 1937-2002*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- MADI, Maria A. C. A vanguarda do pensamento conservador: as ideias econômicas de Roberto Campos (1917-2001). In: SZMRECÁNYI, Tamás; COELHO, Francisco da S. (org.). *Ensaio de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 2007, p. 367-385.
- NURKSE, Ragnar. Problemas da formação de capitais em países subdesenvolvidos. In: *Memórias do Desenvolvimento*, ano I, n 1, junho/2007. p. 11-13. Disponível em: http://www.centrocelsofurtado.org.br/interna.php?ID_M=136. Acesso em: 5 fev. 2020.
- PEREZ, Reginaldo T. *O pensamento político de Roberto Campos: da razão do Estado à razão do mercado (1950-1995)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Esboço dos fundamentos da política econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1957.
- ROSANVALLON, Pierre. *O liberalismo econômico: história da ideia de mercado*. Bauru: Edusc, 2002. (Coleção Ciências sociais).
- SARETTA, Fausto. Octavio Gouvêa de Bulhões. *Estudos Avançados*. v. 15, n. 41, jan.-abr. 2001, p. 111-145. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000100010&script=sci_abstract. Acesso em: 5 fev. 2020.
- SILVA, Ricardo. *A ideologia do Estado autoritário no Brasil*. Chapecó: Argos, 2004.
- SILVA, Ulisses Rubio Urbano da. *A questão nacional no Brasil entre 1954 e 1964: perspectivas de Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Estadual de Campinas, 2018.

A estrangeiridade em *Os sertões* e o dilema da alteridade na imprensa brasileira

[*Foreignness in “Rebellion in the backlands” and the dilemma of otherness in the Brazilian press*

Otávio Ávila¹

RESUMO • O artigo tem por objetivo refletir sobre o estatuto da estrangeiridade do sertanejo na obra máxima de Euclides da Cunha. Utilizando conceitos de teóricos das migrações, discute-se a contribuição que a obra dá ao tema a partir das próprias contradições existentes nela sobre a alteridade, a pureza e a nacionalidade construídas a partir do pensamento positivista que dominava os intelectuais desse período e refletia nas formas midiáticas da imprensa. Ao fim, é feita uma reflexão dos rumos da “grande imprensa” nos dias de hoje e as novas formas de representação popular. • **PALAVRAS-CHAVE** • Estrangeiro; alteridade; imprensa. •

ABSTRACT • The article aims to reflect about the foreignness statute of the backwoodsman in the Euclides da Cunha masterpiece. Using migrations theoretical concepts, it discusses the contribution that this book report gives for the migration’s theme from their own existing contractions about otherness, purity and nationality constructed from positivist thought that dominated the intellectuals of this period and reflected of media forms of the press. By the end, the texte reflects about the mainstream press in nowadays and its forms of popular representation. • **KEYWORDS** • Stranger; otherness; press.

Recebido em 18 de junho de 2020

Aprovado em 31 de maio de 2021

ÁVILA, Otávio. A estrangeiridade em *Os sertões* e o dilema da alteridade na imprensa brasileira. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 79, p. 36-52, ago. 2021.



DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v11i79p36-52>

1 Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil).

INTRODUÇÃO (OBJETIVOS DE UM NOVO ESTUDO)

O crítico literário Antonio Candido afirmou certa vez não haver na literatura nacional uma obra que desse conta de desenhar a imigração² no país nos moldes dos explicadores da vida brasileira que escreveram sobre a formação e o ordenamento da nossa diversidade social. Com o passar dos anos, o desenvolvimento das pesquisas em ciências sociais fracionou a produção de conhecimento em especificidades profundamente detalhadas, acionadas para garantir o caráter inovador das produções acadêmicas. Embora a imigração não tenha sido tratada de forma ampla, como ressaltou Candido, ela, a imigração, apresentou-se nessas especificidades típicas de sua amplitude como “fato social total” (SAYAD, 1998).

Em um valoroso artigo, Chiarelli (2016) evoca na literatura traços ainda específicos do universo migratório ligados a cada uma das nacionalidades, como a chegada italiana ao país no relato personalizado de Zélia Gatai em *Anarquistas, graças a Deus*, publicado em 1979; a ficção em primeira pessoa de Milton Hatoum, *Relato de um certo Oriente*, de 1989, em que descreve elementos particulares do trânsito entre o Brasil e o Líbano; e, a título de mais um exemplo, dentre tantos elencados por ela, a narração da imigração judaica (de russos) por Moacyr Scliar, *A majestade do Xingu*, de 1997, livro no qual o autor une a literatura a outra especialidade particular: a medicina.

No âmbito da pesquisa, importantes contributos foram dados pela antropóloga Giralda Seyferth sobre o aspecto cultural da imigração com enfoque nos processos de racismo e preconceito no Sul do país; Bela Feldman-Bianco acumula publicações sobre migrações e deslocamento e apresenta importantes reflexões sobre a saudade; Octavio Ianni, sociólogo crítico da globalização, debruçou-se também sobre o preconceito racial e empreendeu pesquisas sobre a migração no Sul do Brasil coordenadas por Florestan Fernandes. Apenas alguns nomes no labirinto temático no qual estava imerso Candido em sua crítica. Com tantas *nuances* e demasiadamente europeizado, o estudo das migrações no Brasil por vezes esteve vinculado a um aprofundamento

2 Utilizo os termos migração, imigração e emigração. É um uso consciente para demarcar diferenças contextuais.

identitário da Região Sul, como fez Wilson Martins em *Um Brasil diferente*, de 1955, livro no qual o crítico literário reavalia a “nacionalidade” da *Casa-grande e senzala* limitando-o a uma faceta de um Brasil diferente daquele erigido no estado do Paraná. No entanto, a atualidade abrange os estudos migratórios para além da chegada dos europeus ao país entre 1880 e 1940. Cabem os novos trânsitos entre os países do eixo do sul global potencializados a partir das décadas de 1970 e 1980, as dinâmicas de refúgio do século XXI e a proeminência na pesquisa científica, sobre o que a literatura também se debruça: os aspectos subjetivos do deslocamento humano no indivíduo e nas sociedades.

Voltando ao início do século XX, na linha tênue entre a literatura e as ciências sociais, *Os sertões: Campanha de Canudos* aparece nesse entrelugar como obra ímpar escrita nos moldes da tríade analítica entre o meio, a raça e o momento, preconizada pelo positivista francês Hippolyte Taine. A tríade situa a obra no conjunto de empreendimentos intelectuais cientificistas do século XIX que carrega como marca indelével a construção interpretativa de um jornalista contratado para cobrir a última expedição das forças republicanas contra os rebeldes de Canudos na virada para o século XX. Entre literatura, ciência e reportagem, o livro, publicado em 1902, ainda abre espaço para diversas e sempre providenciais interpretações do Brasil.

No entanto, a obra de Euclides da Cunha não trata da imigração. Por que, então, analisá-la nessas referências? A resposta está no caráter de estrangeiridade entre os pretensos civilizados e os sertanejos. É essa, justamente, a característica demarcadora na relação entre o imigrante e a cultura receptora. Desde Georg Simmel e Alfred Schütz, é o fato de ser estranho junto a ela que o torna estrangeiro, independente da fronteira entre os Estados-nação que organiza a política das migrações. Euclides³ reforça a principal distância com o “outro”, que, do paradigma oceânico, ou seja, das diferenças culturais pelas diferentes formas de compartilhamento de significados com outros continentes, vai para a distância temporal encontrada entre o homem litorâneo e o sertanejo, separados por séculos, segundo suas reflexões (CUNHA, 2012, p. 158). Vale a pena lembrar que o mote da obra se completa na dúvida sobre o estatuto civilizatório quando o desfecho da quarta expedição a Canudos se concretiza no massacre do arraial baiano. Imbuído da crença no progresso e na ciência que marcou o pensamento positivista desses intelectuais, o autor passa por aquilo que Homi Bhabha (2013) entende como um espaço a que a cultura está submetida: um entrelugar deslizante que desestabiliza os essencialismos pelo confronto entre sistemas culturais diferentes. Quem seria, de fato, o civilizado? Quem seria o estrangeiro quando o encontro com as diferenças já não é possível ser suspenso?

O artigo também não esquece d'*Os sertões* como redação jornalística, afinal, no Brasil, a arte de informar esteve a cargo dos homens das letras antes do jornalismo se tornar uma área específica de conhecimento (SODRÉ, 1999). Tendo sido Euclides enviado a Canudos como correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo*, abro espaço à reflexão da produção de uma imprensa elitizada. É ela também que marca no tecido social o estatuto da diferença, da estranheza e do estereótipo para as minorias sociais, nesse caso, os sertanejos; hoje, todos aqueles que estão à margem, desestabilizando a

3 Utilizarei o primeiro nome do autor ao invés do sobrenome, contrariando o costume dos artigos acadêmicos. A justificativa para isso é a força do seu primeiro nome em detrimento do segundo na literatura brasileira.

cultura. São essas as contribuições oferecidas para uma obra inesgotável e que serve à inconclusa formação (pluri)cultural brasileira.

A REPÚBLICA, O ESCRITOR E O BRASIL (INTRODUÇÃO À OBRA, O JORNALISTA EUCLIDES DA CUNHA)

A influência de Taine no pensamento científico do final do século XIX está exposta na divisão de *Os sertões*. A terra, o homem e a luta são os capítulos iniciais que estruturam o texto e são, na tradução euclidiana, respectivamente, o meio, a raça e o momento. A formulação dessa corrente de pensamento se baseia na associação da raça com o ambiente no qual ela está inserida e pelo qual ela é determinada. As raças seriam explicadas a partir das condições que o meio ambiente disponibiliza para a sobrevivência e pelas relações sociais que se utilizam do darwinismo biológico (de matriz reprodutiva por uma herança seletiva das características mais adaptadas à sobrevivência da espécie) como explicação inicial, mas que se amparam em um tecido social (chamado equivocadamente de “darwinismo social”) não pensado por Charles Darwin em *A origem das espécies* (1859). Tratava-se, pois, de uma luta direta entre raças e classes, interpretada em termos biológicos e que balizaria a sobrevivência pela competição, característica do liberalismo proposto por Herbert Spencer.

Essas são marcas contextuais que povoam a formação intelectual de Euclides da Cunha. Sua biografia foi extensamente debatida e publicada, no entanto, é imperioso o ordenamento de algumas premissas para o entendimento de como ele constrói o sertanejo pela diferença imposta “por três séculos” de distância cultural com o mundo de um engenheiro militar e todas as teorias científicas surgidas na virada do século e que faziam eco à sua classe.

Não que a dicotomia entre o “civilizado” e o sertanejo fosse absoluta. Sevcenko (1989) coloca Euclides na esteira de seu tempo, entre um século XIX literário, romântico e idealista, e um século XX científico, naturalista e materialista. Mundos negando um ao outro, mas coexistindo no escritor, fazendo-o resistir aos traços da modernidade que acompanhavam, na vida cultural, a doutrina de progresso da vida social e econômica.

Marcado por um lirismo romântico da juventude explicitado por Oliveira (2002), Euclides ainda reconhece o sertão como lugar de fundação da nação. Seu prosaísmo está marcado por seus viventes, sertanejos derivados da miscigenação entre o indígena e o bandeirante, que não são, contudo, os cidadãos da nação republicana pela qual ele reza. Logo voltaremos ao ponto do sertão e seus indivíduos. Atemo-nos ao pensamento do autor para pensarmos na genealogia do “outro” construída por ele.

Seguindo aqui a tríade de Taine, embora eu não entenda como ideal tal determinismo, o indivíduo se encontra em um meio marcado pelos ideais científicistas que nortearam intelectuais, como já dito, e envolto na redoma militar da então capital nacional que acompanha a revolução burguesa europeia incidida no Brasil pelos ideais de progresso. Como bem transitou Gilberto Freyre, da casa-grande e senzala para os sobrados e mocambos, a vida social rural deu lugar à vida nas cidades e com ela a valorização do conhecimento em detrimento das hierarquias imperiais-religiosas. O patriarca da casa-grande não desempenha mais poder absoluto nos

sobrados, locais nos quais, segundo Jessé Souza (2019), entram os médicos familiares como exemplo das novas fronteiras de um poder ligado aos saberes modernos, onde antes a força do patriarca cedia espaço apenas ao confessor religioso.

Emerge uma nova ordem imbuída dos valores republicanos oriundos da Europa burguesa e industrial (franco-bretã, não ibérica). Aqui também entrará o imigrante do Velho Continente, sinal do anseio por um novo Brasil mais branco e “civilizado”. A importante pintura de Modesto Brocos, *A redenção de Cam*, datada de 1895, mostra três gerações de uma família. A mais velha e mais negra roga a Deus pela mais jovem, que se encontra no meio da tela; alva, resultado de uma mestiçagem embranquecida, é espelho da esperança racialista que alimentava idealistas nos últimos suspiros de uma escravidão já não desejada pelos homens da cidade e ainda contrariada pelos homens da casa-grande, cujo oligopólio escravista perdia força pela chegada das máquinas. Reforça Souza (2019, p. 72):

Quando a modernidade europeia chega ao Brasil de navio, na esteira da troca de mercadorias, seus valores não são uma mera mercadoria de consumo. Afinal, seriam esses valores que iriam presidir a institucionalização incipiente de formas extremamente eficazes de condução da vida cotidiana: o Estado e o mercado capitalista.

Mas, para chegar à modernidade desejada, seria preciso parar em uma estação-chave, chamada unidade nacional. Consolidar a nação era fundamental aos desejos civilizacionais. O discurso totalizante dos Estados-nação parece ser mais bem-aceito no Brasil, visto que países com processos de unificação longos e pesados, como a Itália e a Alemanha, primeiro enfrentaram a histórica separação cultural, política e social dos seus territórios para aí contraírem símbolos nacionais que os unificassem. Ou seja, primeiro povo, depois nação, ainda que as assimetrias socioculturais sejam evidentes por onde fronteiras foram (quase sempre) forçosamente traçadas. No Brasil, o processo foi inverso, porém não menos problemático. Primeiro constituído como nação para depois se pensar em povo. As novas configurações demográficas se formaram ao redor do índio, do português e do negro concomitantemente ao estatuto de “Brasil” (como conceito) que surgia a galope – de insurreições, chacinas e escravidão, menos necessariamente nessa ordem e mais como acontecimentos paralelos. A formação forçada de um povo e de uma nação é o saldo dos empreendimentos colonialistas ibéricos iniciados ainda no século XV, com a descoberta do continente americano e o uso dos territórios interatlânticos como anexo nacional, e da continuidade sociocultural da colonialidade como esperança civilizacional. De igual forma e a partir da ocupação majoritariamente litorânea do Brasil (primeiramente protetora e só depois exploratória), o economista Carlos Brandão argumenta sobre as defasagens habitacionais de um país de dimensões continentais:

Nesse contexto histórico peculiar, o país será “cicatrizado” pelas especificidades históricas de ter construído instituições de âmbito nacional com enormes descontinuidades, defasagens, contradições e hiatos temporais; de ter demarcado um território nacional, depois “arrumado” população para esse imenso espaço; em seguida, de ter erigido um Estado nacional [...]. (BRANDÃO, 2012, p. 90).

O ponto de vista econômico de Brandão associa o alto custo da ocupação do território ao fato de as elites precisarem chegar aos espaços mais distantes das camadas litorâneas do país. Um desses elementos foi o ciclo do ouro, força mercantil resguardada ao século XVIII pela descoberta de uma riqueza natural inexplorada. Trazendo o fator explicativo econômico da concentração de renda e populacional no mapa brasileiro, mesmo não sendo foco deste artigo, é que podemos compreender que o desígnio de progresso motivado pelas elites produz uma brasilidade voltada ao espaço de civilidade e progresso, típica do lugar onde se encontra Euclides. Oposto, afinal, ao lugar de Canudos e seus sertanejos. Estrangeiros e nativos do mesmo território.

Antes de evocar o debate sobre a estrangeiridade no capítulo seguinte, é preciso ressaltar que a relação de diferença entre os litorâneos e os sertanejos se deu numa discrepância econômica que reverbera o embate civilizacional encontrado na chegada da República. Caio Prado Júnior (2011, p. 36) relata que o povoamento no Brasil colonial se expandiu ao interior com viés econômico a partir do “bandeirismo preador de índios e prospector de metais e pedras preciosas”. O sertão baiano e pernambucano é lembrado pelos rebanhos bovinos, pelo pasto que abasteceria o consumo de carne onde a agricultura era inviável. Embora marcado pelos chapadões no relevo, o clima hostil do sertão não era favorável à criação do gado. A cultura pecuária sertaneja sobrevive economicamente mais pela proximidade ao centro litorâneo e pela falta de concorrência, fator que é subvertido já ao fim do século XVIII pelo charque rio-grandense que desbanca a região. Mas o povoamento nordestino já estava concretizado, amparado pelas margens do São Francisco, do Rio Parnaíba e seus afluentes.

Entendendo o meio e o indivíduo, é possível também estabelecer um paralelo com Taine pelo momento vivido por Euclides da Cunha. Não se tratava apenas de uma guerra sobre a qual ele deveria cobrir como enviado da imprensa paulista. Tratava-se, na opinião dos republicanos do eixo Rio-São Paulo, da luta contra a barbárie notabilizada pelo atraso de selvagens que, de tão atemorizados, não percebiam que o trem da história passava pelo país substituindo a monarquia pelos valores republicanos. Como militar, entendia como necessária a coibição dos adeptos de Antônio Conselheiro insuflados pelo carisma do líder messiânico. A mentalidade dos armados pensava nas estratégias de prolongamento espacial daquilo que até então era movido por um povoado despossuído, mas que apresentava precedentes como a Inconfidência Mineira, de natureza separatista contra a Coroa portuguesa no fim do século XVIII; a Revolta dos Malês, de homens escravizados de maioria muçulmana na capital do mesmo estado da Bahia, em 1835; como também posteriormente, na década seguinte, viria acontecer a Guerra do Contestado, agora no Sul do Brasil, também marcada pela revolta contra o poder federal e certo messianismo.

ESTRANGEIROS, NÃO IMIGRANTES (DISCUSSÃO SOBRE ALTERIDADE)

O estudo do estrangeiro e da migração vincula-se à relação de uma sociedade que acolhe um “outro”. Esse “outro” ganha aspas porque não atua como uma expressão convencional utilizada na língua, ele é propriamente aquele que estabelece a

interculturalidade em um ambiente modificado culturalmente. A expressão pode ser alocada no tema das migrações, porém pertence a um universo mais amplo no que diz respeito à alteridade pensada por Ludwig Feuerbach e o reconhecimento da existência de um outro ser diferente e complementar ao Eu. Esse hífen do Eu-Tu (sendo o Tu o que é externo ao Eu, ou seja, a gênese do “outro”) é o que dá sentido à vida do homem, à sua existência e verdade, afirmarão Martin Buber e, recentemente, Muniz Sodré (2014), ao estabelecer tal relação vinculativa como a essência comunicacional. Retomando a linguagem, pela perspectiva de Gilles Deleuze (1974), a expressão pertenceria ao quarto elemento da linguagem, o sentido, produzido na intersecção entre o acontecimento (migração) e a intenção (a interpretação do acontecimento migratório). O “outro”, afinal, seria para Sodré aquilo que não é próprio, mas indissociável à formação do comum que aloca a experiência humana.

Ao compreender epistemologicamente o recurso linguístico para chegar, agora, a uma abordagem mais sociológica, a teoria das migrações e da estrangeiridade apresenta uma perspectiva “virulenta” de uma espécie de contágio externo, ignorando conscientemente que mesmo na relação intracultural há diferenças que podem colocar em xeque a pretensa homogeneidade e coesão grupal. Ou seja, a teoria construtivista avalia que, mesmo nas formas dialógicas entre membros de uma mesma cultura, que dividem formas similares de codificação e decodificação discursivas, o compartilhamento de significados se transforma à medida que as relações humanas se estabelecem. Cultura e homem se transformam de igual forma e, de antemão e seguindo Schröder (2008), toda relação intracultural pode se tornar intercultural a partir de percepções diferentes de realidade.

Por que até os teóricos construtivistas e críticos da concepção estática e objetiva da cultura entendem as migrações como um desafio das sociedades se todo corpo social, em contato ou não com elementos externos, seria movimentado pelos conflitos existentes nas práticas de produção e reprodução de sentidos que cravam nossa existência? Foi pelo empoderamento dos Estados-nação como força da globalização e da modernidade europeia (lembremo-nos da “estação” da unidade nacional, dita anteriormente, a qual o positivismo cientificista brasileiro precisava parar) que se aperfeiçoou nos regimes de poder a figura da nacionalidade e das fronteiras como recorte sociocultural, estabelecendo o que estaria dentro da cultura e, por isso, familiarizada ao campo dos sentidos, e o que estaria fora da cultura, pertencendo ao universo do exótico ou do sonho.

Entre esses dois universos referentes ao externo à cultura é possível verificar a impregnação do efeito colonialista na sociedade moderna. Ao exótico, podemos lembrar das investigações antropológicas que descreveram as culturas ao redor do mundo. Ao passo que os pesquisadores romperam com o mito de um estímulo-resposta que desconsidera o meio e o contexto e marca o objetivismo científico, ainda tínhamos a interpretação do tipo ideal do pesquisador: europeu, homem, branco. Essa crítica é trazida por Favret-Saada (2005), questionando a neutralidade da pesquisa observada e analisada sob o mesmo prisma hegemônico. Já no campo do sonho, Abdelmalek Sayad (1998) lembra dos argelinos que buscaram na França sua realização de vida. O lugar da colonização, desconhecido e inexplorado, cinde-se ao progresso de vida, logo rompido no ato da chegada. Do lugar do sonho, passa a ser o da desilusão, cuja

melancolia narrada pelos entrevistados o fazem essencializar o imigrante como um trabalhador. Trabalho como meio e fim da imigração. Longe de perfumá-lo à sociedade de mercado ou diminuir o bravo ato do deslocamento, Sayad permite-se reduzir a subjetividade do migrante – que continua a ser o emigrante na África – ao mundo do trabalho. Já não vivente, mas sobrevivente em seu permanente estado de exílio mental, chamado por ele de *ghorba*.

No universo do exótico ou do sonho, a diferença cultural apresenta como recorte transversal a colonialidade. Esse é também o traço notado em *Os sertões*, quando o sertanejo é apresentado como o bom selvagem rousseauiano. Embora Euclides carregue consigo o traço romântico do século XIX, como já dito anteriormente, subsiste nele a modernidade ampliada pela influência positivista.

E o traço da colonialidade se exercia na exacerbação do tipo brasileiro, ao mesmo tempo que o condenava. Se o sertanejo era o incivilizado, era também um tipo embrionário do brasileiro, esquecido pela degradação social do homem litorâneo motivada pelo avanço e pelo progresso. Oliveira (2002) fala desse “Brasil profundo” como se Euclides da Cunha transformasse o sertão numa forma mitológica. “No sertão o tempo corre de outra forma, com outro ritmo e dimensão. É um tempo imobilizado, o tempo das origens cosmogônicas e imemoriais da nação” (OLIVEIRA, 2002, p. 525).

No entanto, há que se antever a relação entre estereótipo e tipo como forma de representação, proposta por Richard Dyer (1977) no ensaio *Stereotyping* e explicada por Stuart Hall em *Cultura e representação* (2016). Dyer explica que a tipificação é a forma pela qual entendemos o mundo, classificando pessoas e objetos. Uma mesa é um plano sustentado por pés que o suspendem do chão. As mesas variam, mas há elementos comuns que as caracterizam como tais, tornando a tipificação fundamental à construção de sentidos. Por outro lado, o estereótipo reduz, fixa e naturaliza características particulares de um grupo geral, cindindo o aceitável/normal do inaceitável/anormal. Os tipos sociais estão inseridos na sociedade, os estereótipos não. São abjetos do convívio social justamente porque a estereotipagem atua em lugares de desigualdade de poder que, segundo Hall (2016), aplicam as normas de uma cultura sobre outra. Assim, o “Eu-Tu” de Feuerbach, Buber e Sodr e se produziria inserido em uma hierarquia violenta, de poder e exclusão. Hall explica que essa hierarquia de violência acontece no campo discursivo, aprofundado por Edward Said (1978) ao argumentar sobre o “orientalismo” como uma produção da cultura europeia administradora e produtora de um Oriente desejado. Hall (2016, p. 196) ainda afirma: “O poder inclui o dominador e o dominado em seus circuitos”, dificultando, para Bhabha (1986), o processo de subjetificação de quem se encontra no interior de um regime de dominação, caso do orientalismo, mas também dos argelinos que emigram para a França, e o inverso da dominação, vivido pelos republicanos no estigma aos homens do sertão.

É pensando nesse estatuto do “outro” pela ótica da diferença, do poder e da representação que podemos afirmar, então, que o sertanejo retratado por Euclides da Cunha é um estrangeiro, não um migrante. Enquanto o migrante é o que se põe em movimento rumo ao desconhecido e lá estremece a ordem estabelecida, o estrangeiro pertence a outra dimensão, mais ampla. Ele é o estranho na cultura hegemônica. O jagunço, o tabaréu, o caipira, o jeca. O estrangeiro, afinal, pode abarcar o imigrante, mas também todo aquele que atua como um “outro” nos padrões culturais

prevalentes. A estrangeiridade é marcada pelas migrações, mas diz respeito à ruptura de fronteiras existenciais estimuladas por distanciamentos de toda ordem. É notório o exemplo do texto de Georg Simmel (1950), *O estrangeiro*, intitulado primeiramente em inglês como *The stranger*. Simmel poderia ter utilizado “*The foreigner*”, mas preferiu “*stranger*”. A palavra carrega a ambiguidade de quem vem de outro país, mas também de outra cultura e, por isso, um “estranho” para a comunidade receptora. No texto, Simmel (1950) não especifica a dimensão geográfica do estrangeiro porque o enfoque é cultural.

Para o sociólogo precursor da sociologia urbana, o estrangeiro é analisado à luz da formação da cidade e seus relacionamentos. O estrangeiro é aquele que chega depois da sua formação (cabe aqui questionar quando se finalizaria tal processo, podendo-se responder que nunca cessa), e seu atraso na ocupação da *civita* acarretará diferentes condições no convívio social que também o beneficiam em alguns aspectos, como o papel de mediador de conflitos, “direito” adquirido pela neutralidade atribuída como membro externo de um grupo. Em Simmel, o estrangeiro é a tipificação desse indivíduo que perde sua humanidade em prol da sua condição, convertendo-se em estereótipo de estranheza aos demais. O mesmo diz Schütz (2010), cujo obra tem o mesmo título da de Simmel, para quem o estrangeiro é um indivíduo sem história perante o grupo receptor. Não à toa, na literatura, o estrangeiro carrega consigo um mistério daqueles que ocultam o seu passado, o qual é, para Schütz, reflexo do que interessa ao grupo receptor. De fato, não é o estrangeiro quem omite, mas os outros que se abstêm de perguntar.

Embora esses autores não tratem abertamente da “inferioridade” civilizacional do estrangeiro, Nedim Karakayali (2006) lembra que a relação entre o estrangeiro e a “sujeira” está presente na história e, no século XX, ela se equipou do aspecto da pobreza para se reafirmar. Lembrar do universo do trabalho e de Sayad (1998) ratifica que o “serviço sujo” da cidade está a cabo do estrangeiro – aqui, o estrangeiro já é o imigrante, notadamente proveniente do terceiro mundo. Saoud entrevistou argelinos imigrados na França, como um homem varredor que sonhou com o destino migrante, deparou-se com o desemprego, “subexistiu” nas minas de carvão e, à época da entrevista, tinha a vassoura como sua melhor amiga. Outro que trata da impureza do estrangeiro é Zigmunt Bauman (1998). O sociólogo polonês explica que, na sociedade atual, a impureza é vista como aquilo que invade a ordem e, conseqüentemente, ganha conotação de perigo quando as forças de poder entendem que ela pode constituir uma nova ordem social. É o que se tem visto, atualmente, no crescimento de governos de “extrema-direita” baseados no fechamento de fronteiras que, mais a fundo, são encerramentos da presença do “outro” na cultura. Ademais, Bauman não enxerga o estrangeiro de forma tão concreta como Simmel ou Schütz, pois na pós-modernidade, como ele chama o período presente, as fronteiras são mais curvas, líquidas, assim como o estatuto de quem seria o estrangeiro.

Embora não pertença ao universo das teorias de migração, como toda essa bibliografia apresentada no capítulo, *Os sertões* acampa no referido universo quando o estrangeiro analisado não está fora das fronteiras brasileiras, mas fora do Brasil ideal e hegemônico pelo *establishment* republicano. A inferioridade e a impureza estão presentes quando a narrativa principal do livro, a expedição do exército federal contra os rebeldes de Canudos, trata-os como uma ameaça a ser combatida. Essa é a síntese da batalha motivada pelo espírito republicano e contra o retrocesso monárquico, mas que também era contra um Brasil “atrasado” e incivilizado.

Adiante, seguiremos nessa construção da alteridade e analisaremos as controvérsias no texto de Euclides da Cunha. Antes ainda de falarmos da imprensa, faremos um breve mapeamento do livro como fonte discursiva dos usos do “estrangeiro”.

Jagunços, tabaréus, brasileiros? Controvérsias sobre a alteridade de Euclides

Licia Sousa (2008) produziu um instigante artigo para um dossiê sobre a língua portuguesa na imprensa brasileira e utilizou *Os sertões* como referência de análise. No texto, ela estabelece o distanciamento produzido entre os litorâneos e os sertanejos e busca os adjetivos utilizados por Euclides da Cunha aos homens do interior. De acordo com a autora, jagunços e tabaréus são expressões escolhidas por Euclides ao direcionar sua crítica mais pesada. Ela lembra que:

Os jagunços que já foram caracterizados como os titãs, que transformam o espaço dimensional natural em zonas de fontes de vida e de proteção, aparecem, nesse momento, como simples defensores de um *lar* construído que abrigava os excluídos da sociedade brasileira. (SOUSA, 2008, p. 361).

Aqui, a crítica que não adquire tons de autocrítica – pois Euclides continuava sendo um republicano mesmo após o massacre – recai, todavia, sobre o lado “civilizado” e a falta de critérios racionais que atuariam por evitar o genocídio em detrimento do conhecimento das populações sertanejas (SOUSA, 2008). Os “tabaréus” foram alcunhados por ele antes, em um artigo de 1897 para *O Estado de S. Paulo* chamado “Nossa Vendéia”. A Vendéia, local da fracassada e valente contrarrevolução francesa entre cristãos e republicanos, inspirava Euclides a acreditar que Canudos seria a versão brasileira da tentativa de uma volta monárquica. Assim, os “tabaréus”, ou seja, os ingênuos (também chamados de “fanáticos” pelo autor), corriam o risco de colocar a evolução brasileira à prova.

Entre jagunços e tabaréus emerge a brasilidade. A ambiguidade de Euclides para tratar o sertanejo só é produzida pelo conhecimento empírico da realidade do sertão, descrita em detalhes nos capítulos iniciais da obra. O romantismo euclidiano dá lugar a uma descrição mais detalhada e submersa no universo experienciado e respostas menos políticas sobre o conflito. No lugar delas, parece surgir um tipo de distinção racial, como se a determinação biológica fosse o fator decisivo para o iminente conflito. O sertanejo não é apenas o não civilizado, mas uma sub-raça limitada pela própria mobilidade geográfica. Uma guerra inevitável pelo encontro decorrente entre a mestiçagem do homem litorâneo (mestiçagem entre o europeu e o negro) e do sertanejo (mestiçagem entre o bandeirante paulista e o indígena).

É evidente que aí aparece novamente a relação pensada por Taine, especialmente a do homem e o meio. Dizendo que “o sertanejo é, antes de tudo, um forte” (CUNHA, 2012, p. 93), o escritor assemelha o meio ao sujeito vivente, com sua aridez constitutiva, porém conferindo ao “nativo” a força de peregrinar em busca de uma salvação, como uma “hégira sertaneja”, comparando à migração de Maomé de Meca a Medina no século VII.

O sertão não é só um meio onde o homem sertanejo vive. Starling (2019) afirma que

a palavra carrega ambiguidade – entre o potencial de liberdade e risco da barbárie – e uma solidão em meio à agressividade do entorno. O sertão não é só uma geografia, mas uma realidade política caracterizada pela inexistência de limites, precária de direitos e leis, constituída de um vazio. O sertão explica o Brasil, pois vai além do seu território geográfico e revela a marca do esquecimento de um país sobre si mesmo.

MARCAÇÕES DE CONTEÚDO: O ESTRANGEIRO, O ÊXODO E O MIGRAR

A construção dessa narrativa pode ser limitada ao uso, pelo autor, de algumas palavras que remetem ao universo do estrangeirismo e das migrações. Como um texto literário e também jornalístico, é possível afirmar que a obra de Euclides da Cunha seja categorizada como livro-reportagem, tal como Martins (2010) considera. Para Edvaldo Lima (2008), o gênero distingue-se pelo conteúdo, tratamento e função, correspondendo, respectivamente, ao real, à linguagem jornalística e à função de informar e orientar de forma extensiva (buscando causas e efeitos, reconstruindo a história, investigando a denúncia etc.).

O guiamento da linguagem euclidianiana situa-se entre a projeção jornalística de informar ao Sul o que se passava no Norte brasileiro (na época, a distinção geopolítica Nordeste ainda não existia) e uma linguagem literária que marca o romantismo na descrição detalhada do sertão e do sertanejo. Todavia, outro fator aparece de forma importante, como já citado na introdução: o componente científico, que perpassa a descrição territorial e a incorporação do povo e do contexto à obra, à luz dos pressupostos positivistas.

Algumas expressões que unem os estudos migratórios aparecem na obra de forma a dar a tonalidade de sentido ao livro. Nessa mescla proposta como livro-reportagem, entre jornalismo, literatura e ciência, mapeei expressões como “estrangeiro”, “migrações” e “êxodo” (aproximadamente 25 recorrências) e seus momentos no livro para serem brevemente analisadas.

As expressões ligadas ao verbo “migrar”, assim como a palavra “êxodo”, na maioria dos casos aparecem como a condição existencial ligada à sobrevivência. Vinculada à ideia do retirante, a migração/êxodo, num primeiro momento, é fruto da seca que abate o sertão que, por ser ambiental, é temporária e sazonal.

Na plenitude das secas são positivamente o deserto. Mas quando estas não se prolongam ao ponto de originarem penosíssimos *êxodos*, o homem luta como as árvores, com as reservas armazenadas nos dias de abundância e, neste combate feroz, anônimo, terrivelmente obscuro, afogado na solidão das chapadas, a natureza não o abandona de todo. (CUNHA, 2012, p. 49 – destaque meu).

Passa certo dia, a sua porta, a primeira turma de “*retirantes*” [...]. É o sertão que se esvazia. [...] e lá se vai ele no *êxodo* penosíssimo para a costa, para as serras distantes, para quaisquer lugares onde o não mate o elemento primordial da vida [...]

Passam-se meses. Acaba-se o flagelo. Ei-lo de volta. Vence-o saudade do sertão. *Remigra*. E torna feliz, revigorado, cantando [...]. (CUNHA, 2012, p. 110 – destaques meus).

A relação dessas expressões ainda demarca o sentido de deslocamento no momento

em que Euclides da Cunha descreve a fauna. Se o homem caminha pelo sertão, os animais também seguem o movimento por uma sobrevivência: “Despovoam-se aquelas grandes solidões alagadas, morrem os peixes nos rios, enregelados; morrem as aves nas matas silenciosas, ou *emigram*; esvaziam-se os ninhos” (CUNHA, 2012, p. 68 – destaque meu).

A migração também é tratada pela imigração, ou seja, pela chegada dos europeus ao Brasil. Durante o livro, Euclides oscila na sua colocação frente a eles: ora os observa como civilização desejada, ora como os verdadeiros estrangeiros na sua interpretação nacionalista da nação. A elevação do tipo imigrante pode ser percebida logo início do texto, nas “Notas preliminares”, mas a alusão aos benefícios e problematizações é recorrente a alguém de resguardo nacional.

Intentamos esboçar, palidamente embora, ante o olhar de futuros historiadores, os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil. E fazêmo-lo porque a sua instabilidade de complexos de fatores múltiplos e diversamente combinados, aliada às vicissitudes históricas e deplorável situação mental em que jazem, as tornam talvez efêmeras, destinadas a próximo desaparecimento ante as exigências crescentes da civilização e a concorrência material intensiva das correntes *migratórias* que começam a invadir profundamente a nossa terra. (CUNHA, 2012, p. 1 – destaque meu).

O homem sentia-se forte. Deslocado apenas o teatro dos grandes cometimentos, podia volver para o sertão impérvio a mesma audácia que o precipitara nos périplos africanos. Além disto – frisemos este ponto escandalizando embora os nossos minúsculos historiógrafos – a disposição orográfica libertava-o da preocupação de defender o litoral, onde aproava a cobiça do *estrangeiro*. (CUNHA, 2012, p. 71 – destaque meu).

Ele lembra ainda que, para o português, “O Brasil era a terra do *exílio*” (CUNHA, 2012, p. 74 – destaque meu), sobretudo nas porções litorâneas, já sem o ímpeto dos colonizadores do início do Brasil. A presença do imigrante europeu influenciava na mestiçagem que diferenciava o brasileiro litorâneo do sertanejo, argumentando que as migrações estimulam a mestiçagem, que macula a nacionalidade. Ao mesmo tempo, a nacionalidade euclidiana novamente se coloca em oposição à sua ideologia. Na segunda citação, o estrangeiro já não é o imigrante europeu, mas o sertanejo distanciado por séculos da civilização:

E não nos demasiamos em arrojada hipótese admitindo que este tipo extraordinário do paulista, surgindo e decaindo logo no Sul, numa degeneração completa ao ponto de declinar no próprio território que lhe deu o nome, ali renascesse e, sem os perigos das *migrações* e do cruzamento, se conservasse [...] (CUNHA, 2012, p. 82 – destaque meu).

Iludidos por uma civilização de empréstimo; respigando, em faina cega de copistas, tudo o que de melhor existe nos códigos orgânicos de outras nações, tornamos, revolucionariamente, fugindo ao transigir mais ligeiro com as exigências da nossa própria nacionalidade, mais fundo o contraste entre o nosso modo de viver e o daqueles rudes patrícios mais *estrangeiros* nesta terra do que os *imigrantes* da Europa. (CUNHA, 2012, p. 158 – destaques meus).

Por fim, pois as demais citações que poderiam ser feitas apenas coadunam o que já foi exposto durante este artigo, vale ressaltar as exposições do que seria o êxodo, ao fim da narrativa.

Os foragidos, já agora salvos, suportavam os últimos transe do *êxodo* penosíssimo requintando nas tropelias, ampliando o círculo de ruínas da guerra e iam-se de abalada para o litoral – ao mesmo tempo miserandos e maus, inspirando a piedade e o ódio – rudemente vitimados, brutalmente vitimando. (CUNHA, 2012, p. 356 – destaque meu).

Euclides guarda para a trama final a ação do deslocamento como luta pela sobrevivência, não mais pelas adversas condições climáticas, porém pela adversa situação na qual o homem se colocou. A da guerra, do genocídio, componentes que delimitam a amplitude civilizacional das forças nacionais e as próprias convicções de Euclides. Ali, o livro-reportagem já não cumpriria seu objetivo inicial e se colocaria como um marco na literatura brasileira, sem antes ter sido censurado pela *intelligentsia* da época.

A IMPRENSA DE ELITE E O SEU LUGAR DE FALA

Foco aqui na expressão jornalística d'*Os sertões*, abrindo um vértice para a relação estrutural do texto e seu veículo (a imprensa), também uma enunciação. Adepto dessa crítica estrutural e fundamentado pelo marxismo, foi Nelson Werneck Sodré que, em *História da imprensa no Brasil*, publicado pela primeira vez em 1966, traçou uma radiografia detalhada da imprensa brasileira, iniciando no período colonial (cujas atividades começaram tardiamente, apenas 300 anos após a chegada dos portugueses) e indo até meados do século XX, mais propriamente nos anos 1960, quando já diagnostica aquilo que chamaria de uma “crise da imprensa”, justamente pelas condições materiais que caracterizam a sociedade capitalista. Em síntese, e como um bom marxista, Werneck Sodré atrela a decadência do jornalismo à ascensão da “grande imprensa”, menos artesanal e política (panfletária, militante) e mais empresarial (RIBEIRO, 2015).

Outra etapa de análise desse historiador se encontra antes da ascensão da grande imprensa. No momento chamado de “A imprensa do Império”, datado entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, Werneck Sodré (1999) traça a gênese da grande imprensa, motivada pelas tecnologias de impressão que aumentam a rotatividade e criam a empresa jornalística, aliada ao desenvolvimento da indústria cafeeira, a abolição da escravidão (1888) e a Proclamação da República (1889). Nesse universo estão Euclides da Cunha, a Guerra de Canudos e *O Estado de S. Paulo*, como veículo de imprensa da futura maior cidade do país, transformada pela mão de obra migrante e pelo crescente capitalismo industrial.

A redação de *Os sertões* está, então, submersa nessas novas práticas jornalísticas que, segundo Ana Paula Ribeiro (2015), adotavam padrões estrangeiros, trocando os folhetins e as caricaturas pelas revistas ilustradas, de críticas e de costumes. Se o livro está justamente na troca de séculos que, durante o texto, resumi como um movimento que vai do romantismo para um objetivismo positivista, Sousa (2008) afirma que a escrita euclidiana influenciou a imprensa posterior a Canudos.

Sua narrativa descritiva traz para o centro as classes subalternas e toda a função estética desempenhada pelo autor ao mesmo tempo que sua escrita trilha um caminho repleto de opiniões, persuadindo leitores a respeito do que ela chama de uma “conspiração monárquica por parte dos conselheiristas” (SOUSA, 2008, p. 363).

Embora Sodré (1999) distinga a imprensa panfletária da grande imprensa, esta, como sabemos, não está imune à parcialidade, embora se caracterize pela defesa da isenção como valor empresarial. Não apenas a imprensa liberal como empreendimento capitalista, mas todo o mote ideológico do positivismo assim se produz. Na bandeira brasileira está escrito seu lema, “ordem e progresso”, naturalizado como objeto de verdade. É pela ordem que se chega ao progresso, dirá um cidadão nas ruas. Defendendo a ideia, não pode responder, contudo, a qual ordem e a qual progresso o lema de refere, pois os conceitos, totalizados na cultura, são assimilados por ela como objetos estáticos e puros.

A contestação da hegemonia cultural, mantida no estandarte da neutralidade, é contraposta pelos diferentes discursos que podem povoar o conteúdo midiático. Se Sousa (2008) afirma que, em *Os sertões*, a classe subalterna dos sertanejos aparece como protagonista, a narração ainda é oriunda do militar vivente no eixo Rio-São Paulo. A ausência da concepção do lugar de fala é incipiente na imprensa, em geral. Djamila Ribeiro (2017) lembra que esse “lugar” não diz respeito à exclusividade da fala, mas à compreensão de que pontos de vista atuam sobre determinados indivíduos de formas particulares. Esse ponto de vista atuou sobre Euclides, cujo estatuto de testemunha do acontecimento, ao lhe dar acesso direto a ele, também o viabiliza ao direito à fala e à comunicação (SODRÉ, 2009), modificando, todavia, sua matriz cultural.

A inversão de rumo ao fim da obra é clara quando Euclides se vê perguntando: onde estava, de fato, o incivilizado? Se sua dúvida estava na lógica da barbárie, podemos questionar a civilidade pela lente dos relegados e dos que relegam. Se o sertão é a imagem do deserto, como admitiu, não é só o componente objetivo do terreno e do clima que confronta tal comparação. É a dinâmica subjetiva, do abandono, mas também do isolamento ao qual a história não iria com seu Iluminismo civilizatório. Pois é justamente uma outra civilização que ali se impõe, negando a outra que a renega a não ter nome, nem direito à personalidade legal de cidadãos, como afirma Starling (2019).

E não seria essa também a dinâmica de muitos migrantes, relegados a um presente que elimina seu passado, como afirma Schütz (2010) na análise espaçotemporal da relação estrangeiro-nativo? A principal contribuição de Euclides da Cunha ao tema das migrações não está na geografia, mas nesse aspecto subjetivo da estrangeiridade. É essa a camada mais profunda não facilmente vista na superfície de sua obra. Uma distância infinitamente maior separava os republicanos daqueles sertanejos, estrangeiros um para o outro. Distância diminuída para os que visitaram Canudos. Para Euclides, mas também para os soldados combatentes, que, ao se verem desamparados pelo poder que defendiam, deram o nome aos seus casebres no Rio de Janeiro de “favelas”. A planta do sertão unia-os na situação de desamparo no Morro da Providência. Seriam eles os novos estrangeiros, os novos indesejados no Brasil do século XX, mais urbano e de, igual forma, segregado.

CONCLUSÃO: HÁ SEMPRE UM OUTRO OS SERTÕES PARA DESVENDAR

Definitivamente, *Os sertões* é uma das principais obras explicadoras do Brasil. Publicada logo nos primeiros anos do século XX, o texto, como todos os outros clássicos, não dá conta de explicar a totalidade de uma nação multifacetada, mas traz diagnósticos particulares da nossa vida social. Dois deles tentei destacar ao longo do artigo.

Um, no primeiro plano e transversal a todo o texto, refere-se à estrangeiridade dos sertanejos frente aos homens do centro do Brasil (eixo Rio-São Paulo). De forma proposital, terminei falando dos combatentes de Canudos, que, ao voltarem para sua cidade e aguardando uma promessa não cumprida do governo federal, ocuparam o Morro da Providência e formaram a primeira favela. No Brasil, sempre há estrangeiros, que não precisam necessariamente ser imigrantes ou refugiados. É da ordem da cor, do bairro, da expressão sexual, da religião e de tantas outras formas que se opõem ao ideal civilizacional construído pela geração de Euclides da Cunha, que nos construímos como nação.

O segundo ponto que busquei diagnosticar, ainda que se forma reduzida, foi a ação da imprensa na reelaboração da ordem “civilizacional”. A “grande imprensa”, à qual se refere Sodré (1999), substitui a militância e a imprensa do baixo clero (de imigrantes ligados ao operariado, por exemplo, gênese do jornalismo sindical) por uma forma midiática profissionalizada, empresarial e lucrativa. Sob a ética e o ideal da neutralidade, o jornalismo brasileiro manteve-se no poder contribuindo em processos eleitorais, como na ascensão ao poder vista no golpe militar de 1964 e na eleição de Fernando Collor de Melo, em 1989, e até nas derrotas eleitorais convertidas em vitoriosas narrativas empresariais, sob o guarda-chuva do livre-mercado e da totalização do discurso econômico, como o país acostumou-se a ver nos últimos 50 anos.

Essa união entre ideologia e poder midiático por vezes conferiu descrédito às camadas populares em detrimento de valores civilizacionais hegemônicos construídos pela revolução burguesa europeia. Cabe ressaltar que, embora certa elite intelectual e financeira brasileira adote essa estratégia, grande parte do povo, não, que esperava um momento para marcar seus sentimentos e vozes, o que parece ter se produzido no desenvolvimento de tecnologias planificadoras (dentro de certos limites) dessas vozes. Nesse sentido, a utopia que marcou a narrativa do século XX permaneceu entre a esquerda brasileira, inclusive nos estudos de comunicação e jornalismo que admitiam um horizonte de esperança com a ascensão da democratização das mídias pela imprensa popular e comunitária. Mas outro grupo, mais quieto e recolhido nesse período, também manifestava a mesma esperança, apenas em parte sintonizado ao discurso hegemônico liberal.

Eram grupos alinhados a perspectivas conservadoras, que admitem na economia a frente do livre-mercado, mas recusam a ideologia liberal na formação sociocultural. Na Europa aparecem na recusa à abertura de fronteiras e, na América Latina, na reafirmação moralista da religião única e do ideal de estrutura familiar, admitida somente entre o homem e a mulher. Ambas as expressões são ligadas aos essencialismos que configurariam a tradição nacional, expressões, por sua vez, de uma colonialidade que insiste em permanecer.

E aí retomo Euclides da Cunha. Não à toa, figuras expressivas do conservadorismo brasileiro utilizam *Os sertões* como explicação do perigo do avanço liberal contra as

tradições (no livro exploradas pelo monarquismo) provenientes da nação e defendidas pelo povo. Em um momento de proliferação da opinião, aqueles que se mantiveram fora do discurso científico, agora, não mais um cientificismo redutor, sentem-se possibilitados a dizer o que pensam e sentem, e o dialogismo pensado por intelectuais da democratização do saber e das mídias dá lugar a estratégias de sedução, não mais sob o modelo típico burguês, mas sob uma forma mais próxima ao povo: um populismo discursivo que se mistura a um messianismo e uma crença absoluta na representação.

Esta é a ambiguidade que era necessário estabelecer ao se demarcar a importância da obra, ao mesmo tempo que a reelaboração na opinião pública de um conservadorismo contemporâneo chega ao povo – movimento desejado pelos socialistas a si mesmos – sem, de fato, descortinar a hegemonia e a colonialidade em nós presentes.

SOBRE O AUTOR

OTÁVIO ÁVILA é doutorando em Comunicação e Cultura na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e integrante do grupo de pesquisa Diaspotics: Migrações Transnacionais e Comunicação Intercultural (<https://diaspotics.org/>).

ota_cez@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-6495-6226>

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. *O mal-estar na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BHABHA, H. K. *O local da cultura*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- BHABHA, H. K. The other question: difference, discrimination and the discourse of colonialism. In: BARKER, F. et al. (ed.). *Literature, politics and theory*. Papers from the Essex Conference 1976–1984. London and New York: Routledge, 2003, p. 148-172. (The New Accent Series).
- BRANDÃO, C. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. 2. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2012.
- CHIARELLI, S. Que Brasil existe? Estrangeiros na literatura brasileira. *Intelligere*, v. 2, n. 2, 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revistaintelligere/article/view/117632>. Acesso em: 18 jun. 2020.
- CUNHA, E. *Os sertões*: Campanha de Canudos (Versão Digital). São Paulo: Moderna, 2012.
- DELEUZE, G. *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- DYER, R. *Gays and film*. Londres: British Film Institute, 1977.
- FAVRET-SAADA, J. Ser afetado. *Cadernos de Campo*, v. 13, n. 13, 2005, pp. 155-161. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50263>. Acesso em: 18 jun. 2020.
- HALL, S. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Apicuri, 2016.
- KARAKAYALI, N. The uses of the stranger: circulation, arbitration, secrecy, and dirt. *Sociological*

- Theory*, v. 24, n. 4, 2006, pp. 313-330. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1111/j.1467-9558.2006.00293.x>. Acesso em: 18 jun. 2020.
- LIMA, E. P. *Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*. 4ª edição. Barueri: Manole, 2008.
- MARTINS, R. R. Livro-reportagem: entre o jornalismo e a literatura. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 33., Caxias do Sul, RS, Brasil. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – Intercom. *Anais...* 2010. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-2765-1.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2020.
- OLIVEIRA, R. Euclides da Cunha, *Os sertões* e a invenção de um Brasil profundo. *Revista Brasileira de História*, v. 22, n. 44, 2002, p. 511-537. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882002000200012&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 18 jun. 2020.
- PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- RIBEIRO, A. P. G. Nelson Werneck Sodré e a história da imprensa no Brasil. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 38, n. 2, jul.-dez 2015, p. 275-288. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/interc/v38n2/1809-5844-interc-38-02-0275.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2020.
- RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?*. Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- SAID, E. W. *Orientalismo: Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1978.
- SAYAD, A. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.
- SCHRÖDER, U. Comunicação intercultural: uma desconstrução e reconstrução de um termo inflacionário. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 9, n. 1, 2008, p. 38-49. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/9259>. Acesso em: 18 jun. 2020.
- SCHÜTZ, A. O estrangeiro: um ensaio em psicologia social. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 10, n. 113, 2010, p. 117-129. Tradução: Márcio Duarte e Michael Hanke. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/11345>. Acesso em: 18 jun. 2020.
- SEVCENKO, N. *Literatura como missão*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- SIMMEL, G. *The stranger*. New York: Free Press, 1950.
- SODRÉ, M. *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- SODRÉ, M. *A ciência do comum: notas para o método comunicacional*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SOUSA, L. Euclides da Cunha e o bicentenário da imprensa. *Revista da Anpoll*, v. 1, n. 25, 2008, p. 355-370. Disponível em: <https://anpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/75>. Acesso em: 18 jun. 2020.
- SOUZA, J. *A elite do atraso*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.
- STARLING, H. M. A palavra “sertão” e uma história pouco edificante sobre o Brasil. *Pernambuco – Jornal Literário da Companhia Editora de Pernambuco* [online]. 11 março 2019. Disponível em: <http://www.suplementopernambuco.com.br/artigos/2243-a-palavra-sert%C3%A3o-e-uma-hist%C3%B3ria-pouco-edificante-sobre-o-brasil.html>. Acesso em: 2 jun. 2019.

Do pioneirismo brasileiro da pesquisa em arte ao fenômeno mundial da “*artistic research*”

[*From the pioneering nature of Brazilian “pesquisa em arte” to the worldwide phenomenon of artistic research*]

Vagner Godói¹

RESUMO · O pioneirismo em defesas de produção artística do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (PPGAV/ECA/USP), criado em 1974, e o grande número de artistas-pesquisadores nos diversos programas que atualmente contemplam a pesquisa do artista colocam o caso brasileiro como um dos primeiros e mais consistentes do mundo, ao lado dos exemplos britânico e japonês. O propósito deste artigo é aproximar o pioneirismo brasileiro da pesquisa em arte do fenômeno recente da “artistic research”. · **PALAVRAS-CHAVE** · Reforma Universitária; ECA/USP; pesquisa artística.

· **ABSTRACT** · The pioneering nature of the studies on artistic production in the Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (PPGAV/ECA/USP), created in 1974, and the large number of artist-researchers in the various programs currently developing artist research, make the Brazilian case one of the first and more consistent in the world, next to the British and Japanese examples. The purpose of this paper is to bring the pioneering nature of Brazilian “pesquisa em arte” closer to the recent phenomenon of artistic research. · **KEYWORDS** · University Reform; ECA/USP; artistic research.

Recebido em 18 de julho de 2020

Aprovado em 31 de maio de 2021

GODÓI, Vagner. Do pioneirismo brasileiro da pesquisa em arte ao fenômeno mundial da “artistic research”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 79, p. 53-68, ago. 2021.



DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1179p53-68>

¹ Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp, Franca, SP, Brasil).

INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA NO BRASIL

No Brasil, a institucionalização da pesquisa do artista na universidade é próxima da institucionalização da pesquisa na universidade como um todo. A pesquisa na universidade brasileira se dará de forma completa, com programas de pós-graduação *stricto sensu*, compreendendo cursos de mestrado e doutorado, tal como conhecemos hoje, somente a partir de 1968 com a Reforma Universitária empreendida pela ditadura militar. Logo, em 1974, é estabelecido na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) o primeiro programa de pós-graduação próprio para artistas.

No processo de estabelecimento do ensino superior bem como da institucionalização da pesquisa universitária no Brasil, há um entendimento parecido, como se verificou na pesquisa que resultou neste relato², entre vários autores, tais como Luiz Antônio Cunha (2007), Maria de Lourdes Fávero (2006), Rodrigo Patto Sá Motta (2014) e Ana Mae Barbosa (2020), de perplexidade e constatação de paradoxo sobre a análise de seu desenvolvimento, uma história de atrasos, desigualdades e interrupções ao lado de processos de modernização e pioneirismo.

Inibido por mais de 300 anos, o ensino superior no Brasil começou depois da transferência temporária da corte portuguesa em 1808, com a criação de escolas de caráter profissionalizante: de medicina, de direito, de engenharia militar e de arte. Assim, uma Academia de Belas Artes³ foi criada no Rio de Janeiro em 1816, antes mesmo que em Lisboa. Diferentemente de outros exemplos pelo continente americano, as universidades só começaram a ser criadas entre as décadas de 1920 e

2 Este texto é uma versão modificada de capítulo da tese de doutorado *Funcionamento da obra de pesquisa* (GODÓI, 2018).

3 A Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios inaugura o ensino superior de artes no Brasil como desdobramento da vinda dos artistas da Missão Artística Francesa, com nomes como Jean-Baptiste Debret, Nicolas Antoine Taunay e Auguste Henri Victor Grandjean de Montigny. Durante o Império, a escola passou a ser chamada de Academia Imperial das Belas Artes; após a Proclamação da República, de Escola Nacional de Belas Artes e, a partir de 1931, de Escola de Belas Artes (EBA), sendo incorporada pela Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

1930, inicialmente como resultado da união de faculdades existentes, com privilégio na formação de profissionais em vez da pesquisa. É dessa época o começo das discussões, pela comunidade científica, sobre a incorporação da atividade de pesquisa entre as funções da universidade, um debate que não se efetivou em legislação, já que o Estatuto das Universidades Brasileiras, de 1931, estabeleceu doutorados voltados mais para a formação de professores. Discussões sobre a modernização das universidades voltariam a ocorrer somente entre as décadas de 1950 e 1960, com a criação em 1951 tanto do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) quanto da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Os primeiros programas de pós-graduação contemplando mestrado e doutorado começaram a funcionar em 1961.

Em 1965, segundo ano do regime militar que se estenderia ainda por 20 anos, é publicado o parecer CFE n. 977/65, cujo relator foi Newton Sucupira, em que são, pela primeira vez, distinguidos os cursos de especialização daqueles de pós-graduação voltados para a pesquisa no Brasil, passo importante para o desenvolvimento e a expansão dos cursos de mestrado e doutorado pelo país. O parecer teve forte influência do exemplo de pós-graduação norte-americano, que por sua vez foi inspirado no modelo germânico de universidade de pesquisa⁴, e seria fundamental para as grandes mudanças que viriam a seguir. Em 1968, há uma grande mobilização de estudantes em manifestações e em vários seminários propostos pela União Nacional dos Estudantes (UNE), onde se discutiam formas mais democráticas de universidade, em tópicos como autonomia universitária, participação dos professores na administração, regime em tempo integral para os professores, entre outros, mas sempre a favor da universidade como produtora de conhecimento. Em resposta, o regime militar criou um grupo de trabalho que deu início à Reforma Universitária de 1968. Ao mesmo tempo promulgou o Ato Institucional n. (AI-5), aparato perverso de censura, perseguição, exílio, tortura e morte. A pós-graduação foi um dos pilares dessa reforma, que também efetuou a substituição do sistema de professor catedrático pela estrutura de departamentos e criou a carreira do magistério. Foi estipulado que professores assistentes poderiam ter o título de mestre, mas para chegar ao cargo de professor adjunto, deveriam ter o título de doutor.

CRIAÇÃO DA PESQUISA DO ARTISTA NA UNIVERSIDADE

A criação da ECA/USP e do seu Departamento de Artes Plásticas (CAP) se dá nesse período atribulado entre os levantes estudantis favoráveis a uma universidade democrática e a modernização conservadora sobre o ensino e a pesquisa efetuada pelos militares. Antes de sua criação, as artes estavam presentes na USP a partir de disciplinas como história da arte na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) e na extinta Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) (ZANINI, 2008). É curioso

4 O modelo germânico das “universidades de pesquisa”, em que pesquisa e ensino se dão de forma integrada, foi implantado por Wilhelm von Humboldt através de uma reforma educacional na então Prússia e aplicado pela primeira vez em 1810 com a fundação da Universidade de Berlim.

que no decreto de fundação da USP, de 1934, estava prevista uma “Escola de Belas Artes” como um de seus institutos oficiais. A escola nunca foi concretizada dessa maneira, embora tenham acontecido várias discussões e tentativas ao longo do século XX (BARBOSA, 1994). No momento em que a concretização de um “Instituto de Artes” avançava na USP, o regime militar apoiaria, por seu interesse estratégico em novas tecnologias de comunicação, a Escola de Comunicações Culturais (ECC), criada em 1966, ofertando cursos de rádio e televisão, arte dramática, cinema, jornalismo, documentação, relações públicas e biblioteconomia. A partir de 1970, depois da insistência e luta de alguns professores, com o impulso da Reforma Universitária e da lei federal que instituiu “artes” como disciplina obrigatória nos currículos de 1º e 2º graus, a ECC se torna Escola de Comunicações e Artes (ECA), com a implantação dos departamentos de artes plásticas, música e artes cênicas e a oferta do curso de educação artística a partir de 1972. Era um curso generalista curto, de dois anos. Cursando mais dois anos, podia-se optar pela licenciatura plena, com habilitação específica em artes plásticas, artes cênicas, música ou desenho (design). Desde o começo já se previa o desenvolvimento de cursos de mestrado e doutorado, uma vez que foi estabelecido na reforma que professores universitários deveriam ter esses títulos

Se o ensino superior em artes visuais na USP demorou a ser estabelecido, em 1974 a ECA vai ser precursora no Brasil na implantação de um programa de pós-graduação em artes visuais, inédito aqui em pesquisas referentes a teoria, crítica, ensino e história da arte, e mundialmente um dos primeiros programas a estabelecer a pesquisa do artista na universidade. Segundo Walter Zanini (1994, p. 488), outro grande responsável por esse pioneirismo, o Departamento de Artes Plásticas da ECA tornou-se referência para os futuros mestrados e doutorados que estavam surgindo. O fato também é citado por Gilberto Prado (2009, p. 92-93), em seu relato que evidencia o papel da ECA “na disseminação dessa experiência através de seus participantes, alunos e professores de outras universidades” que passaram por lá e, assim, puderam ajudar a desenvolver programas e cursos em outros lugares do Brasil. Prado também fala como foram importantes as presenças de Walter Zanini e dos artistas Regina Silveira e Julio Plaza⁵ para o clima de efervescência, aumentada pela passagem de vários artistas de fora do país convidados a dar aulas na escola, que se constituiu como “um dos grandes centros de produção e difusão de conhecimento, no Brasil e internacionalmente”.

Em 1980, já professora do CAP da ECA/USP, Regina Silveira foi a primeira artista a defender uma dissertação no programa de pós-graduação recém-criado. A defesa foi composta da dissertação e de uma exposição apresentadas no Museu de Arte Contemporânea (MAC-Ibirapuera), que naquela época ocupava parte do terceiro piso do Pavilhão da Bienal. Com o título *Anamorfis*, o trabalho consistiu “em uma produção artística e um ‘texto descritivo’” com referências à produção anterior da artista e à história da arte, “através de aspectos conceituais relacionados com a obra,

5 Julio Plaza, Regina Silveira e Walter Zanini também mantiveram, com Donato Ferrari, a escola independente chamada Centro de Estudo Áster, entre 1978 e 1981.

a partir de uma bibliografia⁶. A obra de pesquisa desenvolveu-se fundamentada, por exemplo, nas ideias e no “tratamento teórico-prático” de Leonardo da Vinci sobre a “perspectiva artificial”, os “múltiplos pontos de vista” de Paolo Ucello, as perspectivas curvilíneas das miniaturas de Jean Fouquet, as “opticerics” de Marcel Duchamp, entre outros. Segundo Regina Silveira (1980, p. 9-10), a obra de arte *Anamorfias* não é uma ilustração da discussão sobre a perspectiva, mas a conclusão de um raciocínio visual gerado também pela leitura desses textos e obras. O estudo sobre a perspectiva, iniciado no mestrado, será continuado no doutorado com a pesquisa sobre as “sombras projetadas”, uma pesquisa artística que atravessará toda a trajetória da artista. A publicação depositada de *Simulacros*, que se encontra na Biblioteca da ECA, apresenta-se como um “memorial descritivo da tese de doutorado”, fundamentado em vários tratados sobre perspectiva, sobretudo o *Tratado de pintura*, de Leonardo da Vinci, e inspirado em fontes artísticas como Marcel Duchamp, M. C. Escher, Jan Dibbets, entre outros artistas que são comentados neste texto. A pesquisa, que foi orientada por Wolfgang Pfeiffer e teve o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo* (Fapesp), “compreende quatro grupos de trabalhos, constituídos por séries gráficas e instalações ambientais” (SILVEIRA, 1984, p. 4). *Simulacros* (1984) liga-se a *Anamorfias* (1980), mas sobretudo a outras obras que se desdobraram a partir de então e são apresentadas no memorial descritivo da tese também como simulacros: as séries *Enigmas* (1981), *Dilatáveis* (1982), *Símiles* (1983) e *Topo-Sombras* (1983), as instalações *Projectio I e II* (1984), e *In Absentia M.D.* (1983), que foi exibida na 17ª Bienal de São Paulo, edição que teve a curadoria de Walter Zanini. Os textos de *Anamorfias* e *Simulacros* são chamados de “texto descritivo” e “memorial descritivo”, o que faz essas propostas de mestrado e doutorado serem consideradas pioneiras, pois são focadas na pesquisa de produção artística, um tipo de pesquisa do artista que foi, como vai ser visto a seguir, discutido na Europa nos últimos anos, de um doutorado voltado à produção ou à prática de estúdio.

Regina Silveira⁷ diz que a ideia de defender mestrado e doutorado com obra de arte já estava sendo gestada no momento da criação do CAP no começo dos anos 1970. Segundo a artista, a criação da pós-graduação em arte seguiu a movimentação de criação dos outros programas de pós-graduação dessa escola. Outros departamentos, ao criarem seus programas, também estavam incluindo esse tipo de pesquisa de produção ou baseada na prática. Mestrados em rádio e TV, cinema e teatro e artes plásticas surgiram entre 1972 e 1974, sendo que os doutorados surgiram em 1980. Os departamentos da ECA tiveram que se enquadrar no padrão da pós-graduação brasileira para que seus professores obtivessem títulos de mestre e doutor, conforme o que foi estabelecido na Reforma Universitária de 1968. A partir daí, um ambiente institucional começou a ser criado, um ambiente propício para que os artistas comesçassem a fazer seus mestrados e doutorados e pudessem obter bolsas e auxílios financeiros.

Uma das necessidades naquele primeiro momento, princípio do que deveria

6 Depoimento de Regina Silveira a Milton Sogabe (2014, p. 27) realizado em 30 abril de 2012.

7 Conversa com a artista Regina Silveira realizada em São Paulo, na manhã do dia 26 de junho de 2018.

ser a pesquisa do artista na universidade, era equiparar a pesquisa artística com a pesquisa acadêmica. Por não haver parâmetros, modelos e definições do que deveria ser a pesquisa artística na universidade – tudo o que se estava pensando e fazendo ali era novo –, Regina Silveira diz que aos poucos os artistas e seus orientadores, geralmente historiadores ou teóricos da arte, tiveram que construir e imaginar algumas regras, estipular alguns padrões, e isso foi se desenvolvendo conforme mais artistas se engajavam na universidade. A artista diz que teve a ajuda de Fredric Litto – na época professor de metodologia científica – para formatar o seu projeto de pesquisa, sendo ele também quem a incentivou a pedir auxílio financeiro para essa pesquisa. A defesa do álbum de gravuras *Anamorfas* foi apresentada como que cientificamente, diz ela, que teve que começar a desbravar a questão da metodologia científica e trabalhar com os protocolos vindos da ciência.

Antes de Regina Silveira, Renina Katz na FAU/USP havia defendido seus trabalhos com produção artística e memorial descritivo, tanto em seu mestrado de 1979, intitulado *Matrizes modificadoras do campo plástico*, quanto em seu doutorado de 1982, intitulado *Lugares: 13 litografias originais*, algo muito próximo do que estava sendo desenvolvido na ECA como aquilo que deveria ser a pesquisa do artista na universidade. O artista Claudio Tozzi, sob orientação de Aracy Amaral, também defendeu com obra de arte a sua dissertação de mestrado chamada *Obra de arte e sua multiplicação: estudo do processo de reprodução por serigrafia*, em 1980. Porém, a pesquisa artística universitária acabou tendo um desenvolvimento mais duradouro e consistente no Programa de Artes Visuais da ECA, e depois em várias universidades públicas espalhadas pelo país, em vista da ligação com a graduação específica em arte, pelo número de artistas envolvidos, e também porque um modelo do que deveria ser a pesquisa do artista começou a ser desenvolvido dentro desses programas. Ainda em 1980, no programa da ECA, o artista Evandro Carlos Jardim defendeu seu mestrado com uma série de gravuras e um texto intitulado *Processos da gravura em metal*. Em 1981, Carmela Gross defendeu sua dissertação de mestrado com uma série de desenhos intitulada *Projeto para a construção de um céu*, exibida no mesmo ano na 16ª Bienal de São Paulo. Sua tese de doutorado *Pintura/desenho* foi defendida no Museu de Arte Contemporânea, em 1987. No momento em que as próprias noções de ciência e de pesquisa continuam a ser ampliadas⁸, esses exemplos abrem uma experiência única no Brasil e no mundo à época, que é a possibilidade de um artista, baseado na prática e na teoria, ser pesquisador na universidade, construir metodologias novas e únicas, ter à disposição um programa de pós-graduação para que isso aconteça, obter financiamento de pesquisa e institucionalizar um campo dentro das universidades e com as agências de fomento.

Com o termo “pesquisa em arte”, Silvio Zamboni (1998) diferencia pesquisas empreendidas por “artistas que objetivam obter como produto final a obra de arte”, em que o artista se “assume como pesquisador”, das pesquisas desenvolvidas em outros campos das artes, como história e teoria da arte, arte-educação, restauro,

8 Ver, por exemplo, os estudos de Isabelle Stengers (2002) e Bruno Latour (2012) de história e filosofia das ciências.

curadoria etc., que já possuem há mais tempo metodologias próprias, bem como área de atuação mais clara.

Dada a grande dificuldade sobre o tema entre artistas, professores, alunos e os dirigentes de pró-reitorias, e tendo em vista a história e o conhecimento adquirido, Silvio Zamboni defendeu sua tese de doutorado em 1993 na ECA/USP, intitulada *A pesquisa em arte: um paralelo entre arte e ciência*, que veio a ser publicada em 1998, preenchendo a lacuna de definição de parâmetros sobre o que é a pesquisa em criação artística. Zamboni diz que havia o Mestrado em Artes na ECA/USP, mas ainda não se sabia o que era a pesquisa em arte, sem referências de outros cursos que pudessem servir de parâmetro. Buscando traçar metodologias para a pesquisa do artista na universidade, o autor mapeou e analisou dissertações e teses prático-teóricas de artistas defendidas na ECA/USP – as que estavam incorporadas na biblioteca à época, de fato o acervo mais antigo da pesquisa em arte no Brasil. O trabalho de Zamboni foi muito importante para explicar e defender o modo de trabalho da pesquisa do artista diante das agências de fomento e dentro das universidades brasileiras, inclusive a fim de imaginar uma metodologia para o fazer artístico mais próxima das ciências, também para tentar criar um processo de trabalho para os artistas-pesquisadores.

No começo dos anos 1980, o campo muito vasto das artes, que inclui, além das artes visuais, o teatro e a música, por exemplo, ainda não era oficialmente reconhecido como um campo de pesquisa por nenhuma agência de fomento, e os poucos projetos de pedido de recurso apresentados eram julgados por pesquisadores de outras áreas. Esse panorama começou a se transformar em vista da atuação do ex-funcionário do CNPq, Silvio Zamboni, quando ainda dentro da coordenação de ciências sociais, em oportunidade dada pelo então superintendente de Desenvolvimento Científico, Marcos Formiga, e pelo antropólogo George Zarur, da Coordenadoria de Ciências Humanas, que foi incumbido com a tarefa de formar um embrião da área artística dentro do órgão (ZANINI, 2008, p. 35). Até então, segundo Zamboni (2008, p. 56), alguns poucos trabalhos de artes, incluindo história da arte, eram julgados, mas isso era feito de forma “clandestina”, “precária”, sem os critérios específicos que a área exige, avaliados por pareceristas de comunicação. Zamboni começou a fazer contato com pesquisadores das artes, viajando e fazendo reuniões em muitas escolas e faculdades de várias partes do país, de forma a divulgar as vias de acesso e os modos corretos de solicitação, “despertando a comunidade para a existência desse espaço institucional e para a possibilidade de conseguir auxílio financeiro para desenvolver seus projetos de pesquisa” (ZAMBONI, 2008, p. 56). O autor diz que era necessário, naquele momento, explicar para os artistas, arte-educadores, teóricos e historiadores da arte que eles deveriam pedir, porque os diretos são os mesmos tanto para “os físicos, os químicos, os biólogos”, quanto para eles (ZAMBONI, 2011). Depois dessas viagens, e com o aumento dos pedidos para bolsas e auxílios, criou-se um Comitê Assessor, agora especializado, para julgar as propostas. A partir disso foi possível negociar com os dirigentes a necessidade da oficialização da área, inclusive para esclarecimento àqueles membros do órgão que consideravam a arte como algo fora da ciência e da pesquisa, com a alegação de que não haveria critérios científicos para definir os projetos a serem aprovados (ZAMBONI, 2008, p. 55). Segundo Walter Zanini (2008, p. 36), havia “o obstáculo de prevenções e objeções de áreas científicas,

sobretudo a resistência entre as ‘exatas’, [...] uma opinião pouco ou nada sensível à subjetividade caracterizadora do pensamento artístico”. Após muitas reuniões e não sem divergências, a área de artes foi aprovada pelo CNPq em 1984.

A criação da Associação Nacional dos Pesquisadores em Artes Plásticas (ANPAP) ocorreu em 1986 como desdobramento desses esforços e através da figura atuante de Silvio Zamboni, que agora tinha também a tarefa de ajudar a estabelecer a subárea de artes visuais⁹ como um campo de pesquisa acadêmica, com parâmetros específicos de “pesquisa em arte” e “pesquisa sobre arte”, organizado por seus pesquisadores com interesses diversos. Além do interesse dos artistas, formalizado em um comitê chamado Linguagens Visuais, hoje chamado de Poéticas Artísticas, a ANPAP é dividida, nos termos atuais, em mais outros quatro comitês: História, Teoria e Crítica de Arte; Educação em Artes Visuais; Curadoria; e Patrimônio, Conservação e Restauro. Segundo Zamboni (1998, p. 6), esses outros quatro comitês não tiveram dificuldades no processo de conceituação e caracterização, porém, o mesmo não pode ser dito em relação ao comitê designado à pesquisa dos artistas, até hoje motivo de grandes debates e incertezas no Brasil e no mundo, não só para outros cientistas e acadêmicos, mas também para os próprios artistas e outros pesquisadores da área de artes visuais. Por outro lado, é interessante notar que na criação da associação há o esforço em evidenciar a demarcação de um lugar de pesquisa na universidade e uma regulamentação em órgãos de auxílio financeiro para a pesquisa feita pelo artista. Sobre isso, Walter Zanini (2008, p. 37) diz que: “Muitos debates a marcaram, principalmente ao tratar-se o ponto nevrálgico da formulação da pesquisa pelo artista”. Tanto é assim que são fundadores da ANPAP os artistas Regina Silveira, Anna Bella Geiger, Paulo Bruscky, Diana Domingues, Suzete Venturelli e Anna Barros. Daisy Peccinini (2017) nos lembra de que o surgimento da ANPAP se deu dois meses depois da instalação da Assembleia Nacional Constituinte, dentro do processo de redemocratização do país, depois de um terrível período para a liberdade de expressão e pensamento, demonstrando que tal momento histórico para as artes estava “em consonância com o *Zeitgeist*, o espírito do tempo que varria a nação”. Desse modo, pode-se dizer que o processo de desenvolvimento da pesquisa artística na universidade brasileira, iniciado no começo dos anos 1970, aconteceu como uma batalha subterrânea às imposições repressivas da época, contando não só com os esforços dos críticos, historiadores e teóricos das artes, mas também dos próprios artistas. Peccinini (2017) continua, dizendo que “A ANPAP nasceu como fruto de uma mística em relação ao desenvolvimento da pesquisa das artes, contaminando em definitivo todos os que se propuseram a trabalhar por sua expansão coletiva, isto é, todos os que participaram e participam da associação”.

9 A área é composta também das subáreas da música e das artes cênicas (teatro e dança), que, da mesma maneira que a ANPAP, criaram as suas associações. A Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM) foi criada em 1988, e a Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas (Abrace) em 1998.

PIONEIRISMO BRASILEIRO E FENÔMENO RECENTE MUNDIAL DA PESQUISA ARTÍSTICA

Em que pesem os atrasos e as descontinuidades no desenvolvimento da universidade no Brasil e o iminente perigo que corre pelos últimos retrocessos impostos a todos os campos científicos, nossa pós-graduação pode ser considerada um exemplo de sucesso. A consistência da pesquisa artística no Brasil é resultado de uma batalha história de vários artistas e intelectuais que se uniram para criar um lugar de pesquisa próprio e institucionalizado na universidade. Depois de vários artistas desbravadores, um campo novo de pesquisa foi promovido no Brasil, com o apoio e reconhecimento oficial de agências de fomento. Hoje, no país, 19 universidades públicas¹⁰ mantêm programas de pós-graduação acadêmicos em artes visuais, avaliados com nota acima de 3 pela Capes, com linhas de pesquisa ou áreas de concentração próprias para a produção artística. Em vista desse panorama extenso, pode-se dizer que a pesquisa artística está espalhada pelo país, resultando no crescimento do número de artistas na universidade. Além de tornar as áreas de história, teoria e crítica de arte institucionalmente mais sólidas, o grande ineditismo desses novos programas de pós-graduação em artes visuais foi permitir integrar dentro de sua organização um lugar específico para a pesquisa de criação do artista. Em 1993, quando Maria Amélia Bulhões publicou o texto “A pós-graduação e a pesquisa em artes plásticas no Brasil”, havia somente um doutorado em artes visuais no Brasil, ainda o curso pioneiro da ECA. No texto, Bulhões (1993) fala sobre a defasagem que existia nas artes visuais, de forma geral, em relação a outros cursos de pós-graduação, ao mesmo tempo que alertava para a necessidade do desenvolvimento da pesquisa do artista em cursos de mestrado e doutorado. Ela diz que os artistas formados, por essa época, não estavam tão interessados em continuar sua formação acadêmica como pesquisadores. Mas a autora diz que havia esforços realizados pela comunidade acadêmica em torno da ANPAP e que os resultados positivos surgiriam em breve. E foi o que aconteceu, tendo em vista a quantidade de exemplos explanados. Fazendo um salto de 25 anos, destaca-se aqui um artigo sobre a pesquisa artística no Brasil publicado em 2018 no *Journal for Artistic Research* (JAR), dos artistas Gilberto Prado, Milton Sogabe e Yara Guasque (2018), que fazem um panorama retrospectivo sobre a formação e o crescimento inicial dos programas de artes visuais. A evolução e a consistência da pesquisa em arte no Brasil são evidenciadas, assim como a demanda

¹⁰ Em 14 dessas universidades esses programas são compostos de doutorado e mestrado: USP, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade Federal do Pará (UFPA); e em cinco apenas mestrado: Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Ver: *Resultado da avaliação quadrienal 2017* da Capes e os sites dos programas dessas instituições.

por formação de um número crescente de artistas e outros profissionais da arte. Segundo Milton Sogabe (2014, p. 23; 2010, p. 35), conforme a pesquisa em arte avança na universidade e nos grupos de pesquisa e se transforma em uma das partes de uma área de conhecimento (linguística, letras e artes), começa a aparecer a partir dos anos 1980 um novo tipo de artista no Brasil, o artista-pesquisador, que constrói uma carreira acadêmica, engajado em um novo modo de fazer da arte a partir da pesquisa, com os mesmos níveis de exigência de outras áreas do conhecimento, além de ter que cumprir certos protocolos e atividades institucionais que não eram até então atribuídas a um artista. Sogabe faz essa reflexão pontuando a diferença que há entre o artista-pesquisador que surge nos anos 1980 e a imagem do artista-professor da década de 1970, transformação de perfil que se inicia com o crescimento dos cursos de graduação em educação artística e artes plásticas até a exigência crescente de se dar aulas nas universidades públicas, do diploma de graduação ao título de doutor em arte como pré-requisito. Ricardo Basbaum (2013, p. 193), indicando o aumento do número de artistas contemporâneos que atuam em várias universidades públicas pelo país, diz que “não há como escapar desta máxima: dentro da universidade, o trabalho de arte se transforma em pesquisa e o artista em pesquisador”.

O exemplo brasileiro dos doutorados em artes é uma das experiências pioneiras de pesquisa artística mais consistentes e duradouras em todo o mundo, pelo reconhecimento e financiamento das agências de fomento, pelo grande número de doutores formados desde os anos 1980 e pela quantidade de programas de pós-graduação estabelecidos. Nas literaturas norte-americana e europeia recentes sobre a pesquisa artística, o caso brasileiro não é considerado como um dos primeiros do mundo e, mesmo no Brasil, não temos muito claro esse nosso feito. James Elkins (2014, p. 17-32) elaborou uma lista de programas de doutorado para artistas, o que ele chama de “studio-art PhD”. Segundo o autor, são muitas as universidades no mundo que oferecem esse tipo de curso. Ele se pergunta qual é a conversa em comum que acontece entre esses programas, se eles compartilham as mesmas preocupações, já que ninguém visitou todas as instituições para se ter um balanço. Elkins (2014, p. 3-16) fala sobre dificuldades geográficas, problemas com idiomas, legislação de cada país e falta de comunicação sobre o assunto para que seja estabelecido um painel preciso. O autor cita apenas o Reino Unido e o Japão como cofundadores do que ele chama de “studio-art PhD”, pela tradição e pelo nível de desenvolvimento institucional. Outros autores vão citar também os programas australianos do final da década de 1980 e os finlandeses, do começo da década de 1990.

No Reino Unido as escolas de arte e design começaram a ser integradas, a partir de 1966, às antigas instituições politécnicas britânicas, que existiram até 1992, quando começaram, por sua vez, a ser transformadas em universidades. A partir da década de 1970 os institutos politécnicos, juntamente com o Council for National Academic Awards (CNAA)^{II}, a antiga autoridade de regulamentação de diplomas, começaram a conferir diplomas de mestrado (MPhil) e doutorado (PhD), sob uma regra que permitia que a defesa fosse composta de parte escrita, com 10-15 mil palavras para o mestrado,

II O CNAA foi um órgão criado em 1960 para a atribuição de títulos de ensino superior de cursos realizados em institutos de ensino não universitários, como os politécnicos.

e com 20-30 mil palavras para o doutorado, como também de uma apresentação de obra de arte ou trabalho criativo, parte integrante da tese. Segundo Erik Borg (2009, p. 45-87), o primeiro doutorado em artes visuais desenvolvido nesse modelo começou em 1975 pelo artista Andrew Stonyer, que teve o apoio do CNAAP e foi defendido em 1978, com o título de *The development of kinetic sculpture by the utilisation of solar energy*, contando com a produção de uma escultura cinética, em um coorientação de dois institutos, o Leicester Polytechnic, hoje Montfort University, e a Slade School of Fine Art, de Londres. Para o autor, uma cultura de “*practice-led*” ou “*practice-based PhDs*” começou a acontecer, mas não sem passar por um processo complicado, com poucos trabalhos defendidos até 1995, por exemplo, com orientadores vindos de outras áreas, da história da arte ou dos estudos culturais, e sem um consenso sobre uma metodologia para área de artes visuais, diferente do design, que se adaptou melhor com desenvolvimentos provenientes das ciências sociais.

No Japão, a Universidade das Artes de Tóquio, conhecida como Geidai, estabeleceu seus programas de doutorado em 1977, e as primeiras defesas foram realizadas em 1982. A escola conta hoje com três programas: artes visuais, música, e cinema e novos meios. O modelo desenvolvido por lá serviu de referência para outras universidades japonesas, exigindo a defesa de uma parte escrita em conjunto com a produção artística, o que requer habilidades tanto artísticas quanto de pesquisa acadêmica. O fato é notado com surpresa por James Elkins (2014, p. xiii), que lista 20 universidades japonesas com esse tipo de pós-graduação nas mais diversas áreas artísticas.

Na Austrália, seguindo reformas do setor universitário ocorridas a partir de 1987, várias escolas e institutos de arte foram inseridos institucionalmente nas universidades, o que levou a uma aproximação da arte com a pesquisa e ao consequente acesso aos fluxos de financiamento. Os assim chamados “doutorados em artes criativas” começaram a ser oferecidos em 1984 pela Universidade de Wollongong, nas áreas de artes visuais, design Gráfico, música, *performance*, artes cênicas, escrita criativa e jornalismo, com os esforços do compositor britânico Edward Cowie, então chefe da Escola de Artes (BAKER et al., 2009, p. 27).

Na Finlândia, a Escola de Arte, Design e Arquitetura da Universidade de Aalto concedeu seus primeiros DA (*doctor of arts*) em 1991, embora o programa tenha sido implementado desde o começo da década de 1980. Annette Arlander (2013, p. 152) diz que a Finlândia foi um dos primeiros países europeus a se engajar com a pesquisa artística. Uma das razões para que esse envolvimento tenha ocorrido, segundo ela, é que as escolas de artes na Finlândia já estão integradas ao sistema universitário há mais tempo.

A França, por sua vez, apesar de ter criado programas pioneiros desde os anos 1960, vai institucionalizar a pesquisa artística somente a partir dos anos 2000. Até 1968, o ensino da arte estava restrito às academias de arte. Diferente do que aconteceu em outros países, essas academias não foram transformadas até hoje, em sua maioria, em institutos universitários. Ocorre que departamentos de artes começaram a ser criados, a partir da reforma universitária que se seguiu às manifestações estudantis de 1968, em um processo de reorganização,

desmembramento ou criação de novas universidades, de adoção de um sistema de créditos e do incentivo à interdisciplinaridade, entre outras mudanças. Um desses primeiros cursos estabelecidos foi o da Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, dentro da Escola de Artes da Sorbonne. O curso surgiu como um desdobramento do Instituto de Estética e Ciências da Arte (IESA) – fundado por Étienne Souriau em 1960 e levado adiante por René Passeron nos anos 1970. Esses esforços foram precursores da pesquisa artística desenvolvida por essa universidade, hoje oferecida pelo Programa de Doutorado em Artes Plásticas, Estética e Ciências da Arte (APESA) e do grupo de pesquisas do Instituto ACTE (Pesquisas em Artes, Criações, Teorias e Estética) surgido em 2012. Segundo Bernard Darras (2012, p. III-III2 – tradução minha), “na França, dois sistemas coexistem: a universidade, que é a herdeira da formação dos professores em educação artística, e as escolas de artes, que são herdeiras do sistema das Belas-Artes”. Por muito tempo somente as universidades podiam ter programas de mestrado e doutorado. Após os mudanças propiciadas pelo Processo de Bolonha, as escolas de arte começaram a ter também esse privilégio, abrindo polos de pesquisa em parceria com as universidades.

Programas de doutorado em artes voltados à produção ou à prática de estúdio viriam a ser discutidos de forma intensa a partir dos anos 2000. As clássicas academias de arte e demais escolas superiores de arte europeias tiveram que incluir um terceiro ciclo de estudo, sendo obrigadas a criar programas de doutorado e a institucionalizar a pesquisa de artista, seguindo a reforma de uniformização do ensino superior europeu empreendida depois da Declaração de Bolonha, um acordo firmado em 1999 pela União Europeia¹². Daí que a pesquisa do artista na universidade é uma novidade em países como Holanda, Portugal, Áustria, Suécia, Suíça, entre outros. Uma curiosidade é que nos Estados Unidos a pesquisa artística não está institucionalizada na universidade, porque o “*master in fine arts*” é o título máximo a ser obtido em programas de pós-graduação próprios para artistas, tal como foi estipulado pela College Art Association (CAA) em 1977, ocorrendo apenas em alguns casos isolados (JONES, 2014, p. 107-108).

Em 2003 aconteceu em Amsterdã a conferência “Artistic research”, a primeira a ser realizada na Europa dentro dessa nova onda de criação de programas de pós-graduação próprios para o artista, marcando o início de um fenômeno no contexto universitário europeu, expandido para outros circuitos artísticos e para outros países. A conferência teve a participação de pesquisadores e curadores como Mika Hannula, Gertrud Sandqvist e Sarat Maharaj e deu origem a um dos

12 O processo que se desenrolou a partir desse acordo objetivou, além da criação de um Espaço Europeu de Ensino Superior (EEES), que veio a ser instituído em 2010, a uniformização de titulações e currículos em todas as áreas para que se pudesse estabelecer a comparação entre países, desenvolver critérios únicos de qualidade e metodologias, criar um sistema internacional de transferência de créditos para o intercâmbio entre universidades e instituir um sistema de três ciclos formado por graduação, mestrado e doutorado.

primeiros livros sobre o tema nessa nova perspectiva¹³. No prólogo do livro, os editores Annette Balkema e Henk Slager (2004, p. 9) dizem que o ensino superior em Arte estava em desenvolvimento naquele período e que era urgente explorar o termo “pesquisa” para a produção artística. Esse rumor, por parte da arte, em torno da palavra-chave “pesquisa” é parte de um processo de reforma universitária no momento em que “conhecimento” e “pesquisa e desenvolvimento” tornam-se denominações estratégicas para os países, em termos econômicos e geopolíticos, em um cenário globalizado e de orientação neoliberal. Henk Borgdorff (2012, p. 31-32) fala em 2005 sobre a urgência e o crescimento dos debates, naquele período, em torno de questões ontológicas, epistemológicas, metodológicas e sobre estratégias e políticas educacionais de estabelecimento da pesquisa do artista na universidade, pontuando uma condição totalmente diferente que existia entre as escolas de arte europeias, anteriormente ao processo de Bolonha, e o mundo acadêmico da universidade e dos institutos de pesquisa. Tom Holert (2009) alerta para uma nova preocupação da arte sobre a pesquisa, agora institucionalizada como disciplina acadêmica, e que a escola de arte começa a ser pensada nos termos de uma combinação entre prática artística e prática científica, para além do ensino da arte somente. Essa mudança, diz o autor, sugere “demandas e expectativas da comunidade científica e das agências de fomento em relação aos resultados” no mesmo nível de qualquer pesquisa feita na universidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto no Brasil quanto em outros países, a institucionalização da pesquisa do artista aconteceu, em sua maioria, a partir de desdobramentos de reformas no ensino superior. A pesquisa, que não estava institucionalizada e não era uma preocupação das escolas e academias de arte, tem no doutorado em arte o seu momento inaugural, para aqueles que pretendem construir uma carreira acadêmica ou, por exigência institucional, se veem obrigados a conquistar a titulação de doutor para ser professor na universidade. A preocupação sobre o curso de doutorado, visto como uma novidade nos últimos anos em países como Holanda, Áustria, Suécia e Portugal, por exemplo, deve-se ao fato de que a pesquisa artística promovida na academia é ainda inicial nesses países. Olhando a trajetória de países como Inglaterra, Brasil, Japão e Austrália, percebe-se a pesquisa artística em um estágio de maior complexidade, com um grande número de programas de pós-graduação estabelecidos e artistas doutores. Os cursos de mestrado e doutorado são momentos privilegiados da pesquisa artística, mas o percurso é maior, encontra-se além da tese e da dissertação, não se resume ao momento de formação, pois os artistas podem apostar em uma carreira na universidade, ao mesmo tempo como professores e pesquisadores, participando de congressos, publicando livros e artigos, engajando-se em

13 James Elkins (2014, p. xiii) situa a coletânea, que foi lançada em 2004, como o primeiro livro desse fenômeno e diz que a bibliografia sobre o que ele chama de “*studio-art PhD*” disparou em vários países a partir de então, a ponto de uma pessoa apenas não dar conta de tantos livros ou ter a certeza de não estar repetindo ideias já propostas em outros lugares.

grupos de pesquisa, orientando futuros artistas mestres e doutores, entre outras atividades. Portanto, para acontecer, a pesquisa artística na universidade precisa do reconhecimento manifestado pelo financiamento público constante, com auxílio para grupos de pesquisa e congressos, bolsas para os professores orientadores e demais pesquisadores, mestres e doutores dos programas de pós-graduação em arte. O artista que começa a cursar um doutorado na universidade e pesquisa pode vir a ser um professor e pesquisador e, por outro lado, ele pode, fora da universidade, levar a sua pesquisa para outros circuitos como museus, galerias de arte, bienais e centros independentes de pesquisa.

Assim, outro aspecto importante desse fenômeno é o interesse renovado dos artistas pela pesquisa e reflexão teórica. Desse modo, a pesquisa artística é um fenômeno da arte sobre o conhecimento que se intensifica a partir dos anos 2000 como uma das características mais expressivas e relevantes da arte contemporânea. Isso pode ser constatado em grandes mostras recentes, como a DOCUMENTA (13) (2012); a 1ª Trienal de Tbilisi (2012), na Geórgia; a 9ª Bienal do Mercosul (2013), em Porto Alegre; a 32ª Bienal de São Paulo (2016), entre outras. Muitos artistas se reconhecem através da imagem do pesquisador e criam obras de arte em relação a outros campos do conhecimento, tais como história, antropologia, educação, sociologia, estudos culturais, arqueologia, urbanismo e ecologia, em preocupações urgentes da atualidade¹⁴. Para Henk Borgdorff (2012, p. 32-33), o fenômeno da pesquisa artística, nascido da transformação das universidades europeias, também é resultado do desenvolvimento da arte contemporânea, que assume a pesquisa como uma de suas temáticas e métodos, e que é proveniente de uma longa tradição modernista sobre o conhecimento e a educação. Borgdorff percebe, do cubismo analítico ao *site-specificity*, um fenômeno mais amplo de relações da arte com outros campos do conhecimento.

A distância histórica permite ver com mais clareza o notável desenvolvimento e a consistência que a pesquisa em arte, as “poéticas visuais”, os mestrados e doutorados em arte alcançaram no Brasil, em uma série de batalhas e também de fatos paradoxais – como ter seu início em pleno regime militar, contradição que se verifica também em uma série admirável de experiências e resistências artísticas do período –, e permite ainda observar como foram criadas as circunstâncias para que a pesquisa do artista na universidade fosse institucionalizada e colocada ao lado de outras áreas do conhecimento e modos de fazer pesquisa com mais tradição e história. Impressiona como esse foi um debate do qual fizeram parte também os próprios artistas, uma demanda que convergiu para as preocupações e os interesses da cena da arte, em um trânsito que proporcionou o desenvolvimento e o direcionamento desse novo tipo de atividade, prática e produção para o artista. Faz parte dessa disposição a boa relação e convivência entre historiadores da arte, artistas e demais profissionais das artes visuais, compartilhando os mesmos circuitos, ambientes, revistas, livros, grupos de pesquisa, congressos. A história da pesquisa artística, localizada ao lado da história da

¹⁴ Entre os vários artistas que trabalham a partir da ideia de pesquisa, podemos citar Hito Steyerl, Ricardo Basbaum, Grada Kilomba, Maria Thereza Alves, Goshka Macuga, Mark Dion, Mabe Bethônico, Ursula Biemann, Carla Zaccagnini, Wendelien van Oldenborgh, Sarah Pierce, Jorge Menna Barreto, Falke Pisano, Nikolaus Gansterer, Simon Fujiwara, Beto Shwafaty, Mariana Castillo Deball, Ícaro Lira, a dupla Bik van der Pol, os grupos Raqs Media Collective e Forensic Architecture, entre outros.

arte, ainda está por ser escrita, pois revelaria as inúmeras contribuições históricas e sua convergência com a arte contemporânea. Uma história plural e, às vezes, de difícil apreensão, por não ficar restrita aos departamentos de artes visuais ou à própria universidade, por estar dispersa em vários lugares, cenas, circuitos, posições, tradições, poéticas, modos de fazer e pensar, ou seja, como uma história da própria arte.

SOBRE O AUTOR

VAGNER GODÓI é pós-doutorando no Departamento de História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), *campus* de Franca (SP), e colaborador do Centro de Investigação e de Estudos em Belas-Artes da Universidade de Lisboa (Cieba-ULisboa)

vagner.godoi@unesp.br

<https://orcid.org/0000-0001-8739-5401>

REFERÊNCIAS

- ARLANDER, Annette. Artistic research in a Nordic context. In: ROBIN, Nelson (ed.). *Practice as research in the arts: principles, protocols, pedagogies, resistances*. Londres: Palgrave Macmillan, 2013, p. 152-162.
- BAKER, Su et al. *CreativeArtsPhD: future proofing the creative arts in higher education*. Project Final Report. Melbourne: University of Melbourne, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3eLtBb2>. Acesso em: 15 fev. 2018.
- BALKEMA, Annette; SLAGER, Henk. Prologue. In: BALKEMA, Annette; SLAGER, Henk (ed.). *Artistic Research*. Lier en Boog (L&B), Series of Philosophy of Art and Art Theory, v. 18. Amsterdam: Rodopi, 2004, p. 9-10.
- BARBOSA, Ana Mae. Educação artística. *Estudos Avançados*, v. 8, n. 22, 1994, p. 491-494. Disponível em: <https://bit.ly/32ryS4U>. Acesso em: 25 jan. 2018.
- BARBOSA, Ana Mae. *Arte-educação no Brasil: das origens ao modernismo*. São Paulo: Perspectiva, 2020.
- BASBAUM, Ricardo. O artista como pesquisador. In: BASBAUM, Ricardo. *Manual do artista-etc*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2013, p. 193-201.
- BORG, Erik W. *The experience of writing a practice-based thesis in fine art and design*. PhD thesis, University of Leeds, 2009.
- BORGDORFF, Henk. *The conflict of the faculties: perspectives on artistic research and academia*. Leiden: Leiden University Press, 2012.
- BULHÕES, Maria Amélia. A pós-graduação e a pesquisa em artes plásticas no Brasil. In: PILLAR, Analice et al. (org.). *Pesquisa em artes plásticas*. Porto Alegre: UFRGS/ANPAP, 1993, p. 93-100.
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível. *Resultado da avaliação quadrienal 2017*. Disponível em: <https://bit.ly/2ZEjxqZ>. Acesso em: 11 jun. 2018.

- CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era de Vargas*. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.
- DARRAS, Bernard. Pesquisa em arte por ocasião dos doutorados baseados na prática. Um estudo do caso da Universidade de Paris I Sorbonne. *ARS*, v. 10, n. 20, p. 108-127, nov. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2DUW8Oz>. Acesso em: 23 mai. 2017.
- ELKINS, James (ed.). *Artists with PhDs: on the new doctoral degree in studio art*. Washington DC: New Academia Publishing, 2014.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar em Revista*, n. 28, p. 17-36, dez. 2006. Disponível em: <https://bit.ly/2OwiZ54>. Acesso em: 19 fev. 2018.
- GODÓI, Vagner. *Funcionamento da obra de pesquisa*. Tese (Doutorado em História da Arte). Programa de Pós-Graduação Interunidades em Estética e História da Arte, Universidade de São Paulo.
- HOLERT, Tom. Art in the Knowledge-based Polis. *e-flux journal*, n. 3, fev. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3ohqJxc>. Acesso em: 9 jan. 2016.
- JONES, Timothy Emlyn. The PhD in studio art revisited. In: ELKINS, James (ed.). *Artists with PhDs: on the new doctoral degree in studio art*. Washington DC: New Academia Publishing, 2014, p. 97-127.
- LATOURE, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora UNESP, 2012.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- PECCININI, Daisy. *Crônica dos primeiros tempos da ANPAP (1985-1997 2017)*. 25 set. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3hgPcK5>. Acesso em: 5 out. 2017.
- PRADO, Gilberto. Breve relato da Pós-Graduação em Artes Visuais da ECA/USP. *ARS*, v. 7, n. 13, 2009, p. 98-101. Disponível em: <https://bit.ly/3jgW6AP>. Acesso em: 13 jan. 2018.
- PRADO, Gilberto; SOGABE, Milton Sogabe; GUASQUE, Yara. Breve história – artistic research in Brazil. *JAR – Journal for Artistic Research*, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3olVYXR>. Acesso em: 28 jun. 2018.
- SILVEIRA, Regina. *Anamorfias*. Texto descritivo e apresentação. Dissertação (Mestrado em Poéticas Visuais). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 1980.
- SILVEIRA, Regina. *Simulacros*. Tese (Doutorado em Poéticas Visuais). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 1984.
- SOGABE, Milton. Arte e pesquisa na Academia. In: RIBEIRO, Walmeri; ROCHA, Thereza (ed.). *Das artes e seus territórios sensíveis*. São Paulo: Intermeios, 2014, p. 21-32.
- SOGABE, Milton. O ensino de artes e a formação do artista na academia. *Marcelina*, v. 4, 2010, p. 29-38.
- STENGERS, Isabelle. *A invenção das ciências modernas*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- ZAMBONI, Silvio. *A pesquisa em arte: um paralelo entre arte e ciência*. Campinas: Editora Autores Associados, 1998.
- ZAMBONI, Silvio. Alguns fragmentos da história das artes plásticas no Brasil (1993-1995). In: OLIVEIRA, Sandra Regina Ramalho e; MAKOWIECKY, Sandra (org.). *Uma história da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas*. Florianópolis: Editora da Udesc, 2008, p. 54-63.
- ZAMBONI, Silvio. Entrevista com Silvio Zamboni – Parte I. Entrevista concedida a Ana Beatriz Barroso. *Youtube*, 7 set. 2011. Disponível em: <https://youtu.be/jSciIIt4wOg>. Acesso em: 27 jan. 2016.
- ZANINI, Walter. Arte e história da arte. *Estudos Avançados*, v. 8, n. 22, 1994, p. 487-489, 1994. Disponível em: <https://bit.ly/2WuTQwo>. Acesso em: 17 jan. 2018.
- ZANINI, Walter. Elementos sobre a pesquisa em artes plásticas no Brasil e ANPAP (1987-1989). In: OLIVEIRA, Sandra Regina Ramalho e; MAKOWIECKY, Sandra (org.). *Uma história da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas*. Florianópolis: Editora da Udesc, 2008, p. 33-38.

Feminismo em revista: a União Universitária Feminina nas páginas do periódico *Jornal das Moças* (década de 1950)

[*Feminism in review: União Universitária Feminina on the pages of the periodical “Jornal das Moças” (the 1950s)*

Nailda Marinho da Costa¹

Priscila Dieguez²

RESUMO • O artigo analisa notícias publicadas sobre a União Universitária Feminina, escritas por Flora Ferraz Veloso na revista *Jornal das Moças* na década de 1950, buscando perceber de que forma a associação de mulheres universitárias era representada nas páginas do periódico e a relação da articulista com essa entidade. A década de 1950 ficou conhecida como o auge dos anos dourados, marcada pelo desenvolvimento e incentivo aos bens de consumo e culturais, que mudariam padrões de comportamento da sociedade brasileira e nela o cenário do ensino superior. • **PALAVRAS-CHAVE** • Associativismo de mulheres; Flora Ferraz Veloso; ensino superior. • **ABSTRACT** • The article analyzes pieces

of news published about União Universitária Feminina, written by Flora Ferraz Veloso, on the magazine “*Jornal das Moças*” during the 1950s, trying to know how the university women association was represented on the pages of the periodical, and the relation between the writer and the union. The 1950 decade was known as the peak of the golden years, a remarkable time by the development and increasing of consumer and cultural goods, which would change the behavior patterns of the Brazilian society and the higher education scene. • **KEYWORDS** • Women associations; Flora Ferraz Veloso; higher education.

Recebido em 21 de julho de 2020

Aprovado em 7 de julho de 2021

COSTA, Nailda Marinho da; DIEGUEZ, Priscila. Feminismo em revista: a União Universitária Feminina nas páginas do periódico *Jornal das Moças* (década de 1950). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 79, p. 69-86, ago. 2021.



DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v71i79p69-86>

1 Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio, Rio de Janeiro, RJ, Brasil).

2 Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio, Rio de Janeiro, RJ, Brasil).

No Brasil dos anos dourados, final da década de 1950, uma associação de mulheres universitárias denominada União Universitária Feminina estava presente nas páginas da revista *Jornal das Moças* nas linhas da articulista Flora Ferraz Veloso. Simbolizando o ativismo feminino, Flora informava às leitoras questões que ocupavam a agenda da associação, como menstruação, saúde da mulher, aposentadoria por tempo de serviço, mercado de trabalho, formação intelectual, mudança no Código Civil.

Entendemos que as fontes utilizadas nesta pesquisa não podem ser consideradas como fidedignas, mas à semelhança de registros de um momento daquilo que se desejava mostrar. Nesse sentido, cabe evidenciar que todo documento só adquire “o estatuto de fonte diante do historiador que, ao formular o seu problema de pesquisa, delimitará aqueles elementos a partir dos quais serão buscadas as respostas às questões levantadas” (SAVIANI, 2005, p. 13).

Nossa fonte primária, a revista *Jornal das Moças* era um periódico de variedades que publicava propagandas, vendendo produtos de beleza e as grandes novidades de equipamentos para o lar, que visavam facilitar a vida das mulheres enquanto esposas e mães. Suas matérias veiculavam notícias sobre as artistas de rádio, como as cantoras Emilinha Borba, a “Favorita da Marinha” e Marlene, a “Favorita da Aeronáutica”, bem como do cinema americano, destaque dado para Elizabeth Taylor e seus conselhos às mulheres e Audrey Hepburn, e os moldes do “vestidinho básico”; contos, notas de agradecimento, anúncios de consultas médicas também desfilavam em suas páginas, englobando até política na época de eleição do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira e o destaque para as possíveis primeiras damas (BATISTA, 2019).

Destacando no periódico as notícias publicadas sobre a União Universitária Feminina, o presente texto vem estruturado em três seções que se articulam. Em “A revista *Jornal das Moças* nos anos dourados”, caracterizamos o periódico; na segunda seção, “Ações da União Universitária Feminina nas linhas de Flora Ferraz Veloso”, definimos os marcos que compõem a instituição e suas ações; em “A advogada Flora Ferraz Veloso: a conquista do diploma ou ‘o belo sexo frágil’ perante o júri”, seguimos apresentado questões relativas ao ensino superior e nele a presença feminina; a advogada Flora Ferraz Veloso; e as formaturas do curso de direito publicadas nas páginas da revista com destaque para o “belo sexo”. Nas considerações finais,

destacamos como a União Universitária Feminina se inseria enquanto espaço privilegiado para reflexão de pautas e demandas entre as estudantes e diplomadas no ensino superior, ao final da década de 1950.

A REVISTA *JORNAL DAS MOÇAS* NOS ANOS DOURADOS

Na visão de Roger Chartier (1992, p. 220), “nenhum texto existe fora do suporte que lhe confere legibilidade; qualquer compreensão de um texto, não importa de que tipo, depende das formas com as quais ele chega até o seu leitor”. Refletindo a respeito da revista *Jornal das Moças*, podemos afirmar tratar-se de uma revista impressa de circulação nacional, publicada semanalmente, um periódico de variedades direcionado especialmente às moças, a começar pelo seu nome.

A primeira edição da revista foi apresentada em 21 de maio de 1914, sendo a data de sua última publicação ainda não identificada. Podemos apenas afirmar que o último exemplar disponível para consulta na base dados da Hemeroteca da Fundação Biblioteca Nacional é o n. 2.422, datado de 15 de dezembro 1961³.

No primeiro exemplar de 1956, “a revista de maior penetração no lar” apresentava-se como de propriedade da Editora *Jornal das Moças* Ltda., situada na Av. Rio Branco, número 31, no Rio de Janeiro, uma editora da família Menezes⁴. Na edição de 13 de setembro de 1956 (n. 2.152, p. 15), a nota sobre “As 10 revistas mais lidas no Brasil” demarca a posição de destaque da revista frente ao mercado editorial, classificação atestada pela McCann Erickson⁵, uma agência norte-americana.

Carla Bassanezi Pinsky (2014, p. 24) caracteriza as leitoras da revista *Jornal das Moças* como pertencentes a “faixas etárias, graus de escolaridade e poder aquisitivo variados. Porém, a revista passa pelas mãos de toda família; homens e crianças também a leem”. Logo, era permitida a toda a família a leitura da revista, devido ao seu caráter “cem por cento familiar”, e assim de “maior penetração do lar”, garantindo ao leitor em suas edições especiais tratar-se de uma revista que “o Sr. ou a Sra. pode deixar em sua casa porque não há perigo de perversão em nenhuma de suas páginas”.

3 Diego dos Santos Soares e Ursula Rosa da Silva (2013) e Dálete Albuquerque (2014) apontam dezembro de 1968. Esta última autora também aponta 1965 (ALBUQUERQUE, 2014). Liana Pereira Borba dos Santos (2011) delimita o fim da publicação em dezembro de 1961 enquanto Silvia Sasaki (2011) afirma que encontrou exemplares na Biblioteca Pública Estadual de Florianópolis para consulta até 1968.

4 À família Menezes, cabia a chefia da equipe editorial da revista *Jornal das Moças*, sendo composta de: Agostinho, diretor, a quem era atribuída a fundação da revista, Álvaro Menezes, diretor-gerente até a morte de Agostinho, quando assumiu a diretoria, e Hermínia, esposa de Álvaro, editora do suplemento da revista, o *Jornal da Mulher*, a partir do ano de 1960 (BATISTA, 2019).

5 A McCann Erickson, que existe até os dias de hoje com o nome de McCann Worldgroup, é uma agência americana especializada em publicidade, que se autoidentifica como a mais criativa e efetiva nessa área de atuação. Possui escritórios em mais de 100 países ao redor do mundo e inclui em sua rede de trabalho oito ramos de atuação, sendo um deles o de propaganda (tradução livre a partir do *site* da empresa).

Jornal das Moças

A REVISTA CEM POR CENTO FAMILIAR.

A REVISTA QUE O SR. OU A SRA. PODE DEIXAR
EM SUA CASA PORQUE NAO HA PERIGO DE
PERVERSAO EM NENHUMA DE SUAS PAGINAS

Figura 1 – *Jornal das Moças*, n. 2.235, 17 de abril de 1958. Acervo:
Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional

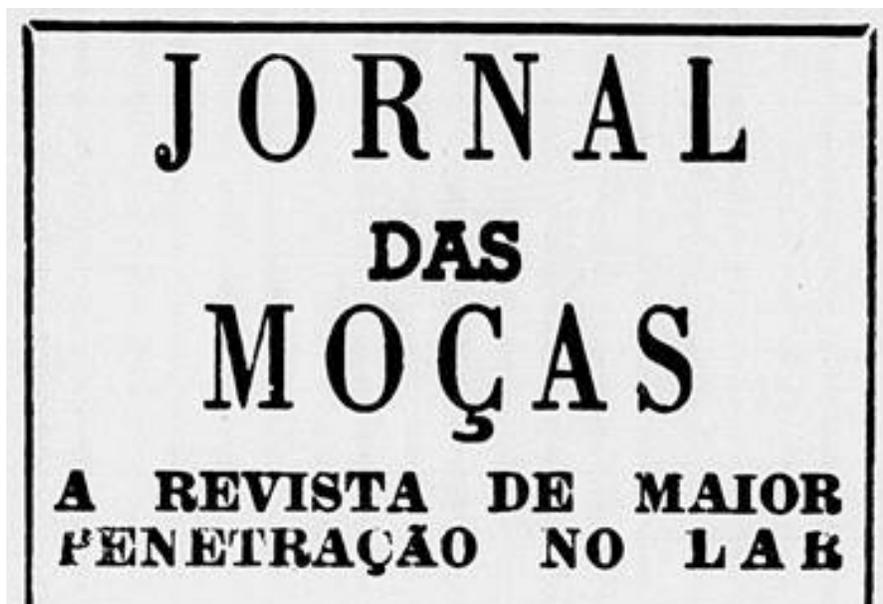


Figura 2 – *Jornal das Moças*, n. 2.220, 2 de janeiro de 1958. Acervo:
Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional

A coluna chamada Um Broto por Semana, publicada entre 1959 e 1960, ilustrada com fotos, buscava a opinião do “broto” que a cada semana desfilava nas páginas da revista, trazendo perguntas sobre variados temas e sobre a vida pessoal da entrevistada. O “broto” era uma moça solteira, com idade variando entre 16 e 20 anos, frequentadora de um clube e participante dos concursos de beleza nele promovidos, que podia estar estudando ou trabalhando. No exemplar de 15 de outubro de 1959 (n. 2.313, p.), o broto entrevistado caracteriza a revista como “sadia e seleta que tem milhares de leitores de nossa alta sociedade”.

Aponta Tânia Regina de Luca (2013, p. 459) que, nesse período, um aspecto comum

às práticas desse tipo de revista feminina é o fato de organizarem os assuntos “a partir da perspectiva, opinião e gosto masculinos, uma vez que é esse o personagem que comanda todo o enredo”.

A título de ilustração, indicando querer estreitar laços entre as leitoras e seus ídolos de cinema, como Elizabeth Taylor, a revista *Jornal das Moças* reproduzia, na edição 9 de julho de 1959 (n. 2.299), a entrevista concedida a “uma grande revista norte-americana” pela atriz de “beleza serena” de Hollywood⁶. Nessa entrevista, destaca “O decálogo da mulher ideal”, em que Liz Taylor dava conselhos de como as mulheres deveriam se portar no lar, na família e na sociedade para agradarem aos homens. No conjunto que compõe esses conselhos, entre o modo de vestir, o cozinhar bem e ser gentil, destacamos do decálogo o último deles, que recomendava “não fazer alarde da sua superioridade”. De acordo com Batista (2019, p. 12), a famosa atriz aconselhava:

Caso a mulher estivesse em condição de superioridade em relação ao homem, seja intelectual, econômica ou culturalmente, ela não deveria demonstrar isso, pois “nada afasta tanto um casal do que uma mulher independente, muito cônica do seu próprio valor. Os homens gostam de ser superiores. Não custa deixá-los na ilusão”.

Em meio a esses conselhos, propagandas, incentivo ao consumo, a articulista Flora Ferraz Veloso escreve a respeito de um espaço associativo de mulheres universitárias – a União Universitária Feminina.

AÇÕES DA UNIÃO UNIVERSITÁRIA FEMININA NAS LINHAS DE FLORA FERRAZ VELOSO

A União Universitária Feminina (UUF), uma associação que congregava mulheres diplomadas e estudantes de ensino superior criada em 1929, foi fundada pela engenheira Carmen Velasco Portinho, sua primeira presidente, ao lado de Bertha Lutz e outras mulheres. Portinho, em depoimento concedido a Geraldo Edson de Andrade em 1998, esclarece sobre os objetivos dessa associação:

Apoiar as mulheres na carreira que escolhessem e defender os seus interesses nas profissões liberais; auxiliar por todos os meios as aulas das escolas superiores e conscientizar a mocidade feminina a adquirir preparo técnico superior; estimular o desenvolvimento da intelectualidade feminina, colaborar nas questões de alcance geral, que se relacionassem com o progresso dos povos. (PORTINHO, 1999, p. 60).

No ano de fundação da UUF, ainda era exíguo o número de mulheres no ensino

6 Conforme definido por Pedro Butcher (2004, p. 16), o termo Hollywood é um “conceito flutuante [...] ele ora designa um estilo cinematográfico e marca genérica; ora qualquer obra de ficção produzida nos Estados Unidos; ora todo o complexo de produção e distribuição de filmes e programas de TV americanos, ou ainda o conjunto de companhias produtoras e distribuidoras de filmes”.

superior. De acordo com Heleieth Saffioti (2013, p. 307), “era reduzido o número de elementos do sexo feminino que, antes de 1930, se deixaram absorver pelo segundo sistema de ensino, nele diplomando-se”⁷. Nesse sentido, justifica-se uma associação como essa, fundada por mulheres formadas ou estudantes de ensino superior, portanto profissionais liberais, reclamando o direito de ingressar efetivamente nesse espaço, nele permanecer e concluir seus estudos, e exercer a profissão, após se formarem, em pé de igualdade com os homens.

Considerando o início das atividades dessa associação, muitas conquistas feministas, como direitos civis, sociais e políticos, já haviam ocorrido anteriormente à década de 1950, destacando-se o direito ao sufrágio universal e o aumento do número de mulheres nos espaços de ensino superior. Mas muito ainda havia para se conquistar, como mostra Flora Ferraz Veloso em suas linhas na revista *Jornal das Moças*.

A articulista, além de assinar a coluna fixa *Sonhos e Sua Interpretação*, e de seu nome aparecer no Expediente do periódico como colaboradora, escreveu matérias como “Personalidade feminina” e “A respeito da U.U.F.” referentes a essa associação, que também foi mencionada na coluna.

Em “Outubro – Personalidade feminina”, publicada no exemplar n. 2.260, de 9 de outubro de 1958, Flora Ferraz Veloso apresenta o debate travado pelas “senhoras diplomadas” sobre um tema bastante polêmico na época – a aposentadoria por tempo de serviço –, ocorrido em reunião realizada no Edifício Odeon⁸, sede da entidade localizada no centro da cidade do Rio de Janeiro. Entre os assuntos em pauta estava a Lei do Congresso, sancionada pelo presidente da República, que tornava a aposentadoria para os trabalhadores “compulsória aos 50 anos de idade”⁹. Nessa direção, uma participante da reunião propôs que a aposentadoria fosse diferenciada para a categoria de funcionários públicos, sendo 25 anos de serviço para as mulheres,

7 Cabe destacar que, embora o ensino superior estivesse presente no Brasil desde 1808, com a vinda da família real, no aspecto legal, só foi dado o direito de as mulheres se inserirem nesse nível de ensino pelo Decreto n. n. 7.247, de 19 de abril de 1879, que trata da Reforma do Ensino Primário e Secundário do Município da Corte e o Superior em todo o Império (BRASIL, 1879), que ficou conhecida como Reforma Leôncio de Carvalho.

8 O Edifício Odeon, situado no centro da cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente na Praça Cinelândia, foi oficialmente inaugurado em 1926. Entretanto, desde o início do século XX, o Cine Odeon funciona no que hoje é o primeiro pavimento do prédio, sendo até os dias atuais um símbolo, visto que se na década de 1920 existiam muitos cinemas de rua no seu entorno e atualmente ele é o único que restou (LUCENA, 2016). Hoje, o Edifício Odeon é em um condomínio empresarial, abrigando vários serviços em suas salas comerciais.

9 Não foi identificada a lei objeto de discussão.

permanecendo os 35 anos para os homens como estabelecido na lei federal¹⁰. A “senhora diplomada” argumentava que a proposta era viável: encurtar o tempo no serviço público para aposentadoria feminina em postos mistos – onde havia a presença de homens e mulheres desempenhando a mesma função, tendo em vista que as professoras já gozavam desse direito.

A presidente da associação, dra. Zeia Pinho Rezende da Silva, ao afirmar que as mulheres não querem privilégios e sim igualdade e que o conceito de inferioridade física das mulheres já havia sido superado, considerava que reivindicar um tempo menor de aposentadoria em relação aos homens significaria um retrocesso para a luta emancipatória das mulheres. Defensoras dos direitos iguais entre homens e mulheres, as outras associadas consideraram que, se fosse concretizada a proposta, “poria por terra” todo o esforço, toda a “capacidade física e psíquica” das mulheres para se manterem “no mesmo pé de igualdade com os homens”. Criticada, a proposta, por ainda corroborar a representação social das mulheres como “o sexo frágil”, por elas tão combatida, acaba incorporando estruturas dominantes sociais, as quais inferiorizam as mulheres. Na percepção de Pierre Bourdieu (2014, p. 46), o poder masculino sobre o feminino é exercido por meio do que ele denomina de violência simbólica, apontando que esse tipo de dominação acontece quando as mulheres são ainda meninas e aceitam valores instituídos pela sociedade, levando-as a achar natural a ordem social que lhes é imposta, através principalmente de agentes específicos, entre os quais os homens, “instituições, famílias, Igreja, Escola, Estado”.

Outros temas que ocupavam a agenda da UUF eram o concurso do Banco do Brasil e a reforma do Código Civil. Considerando as diferentes expectativas da sociedade brasileira em relação aos papéis e comportamentos masculino e feminino, especialmente no que cabe ao exercício profissional, em “A respeito da U.U.F.”, publicada em 6 de outubro de 1960, a associação se pronuncia:

A Reforma do Código Civil, em relação aos artigos que restringem a capacidade legal das mulheres casadas, bem como modificações nas restrições que impedem as mulheres de ingressarem nos concursos do Banco do Brasil, têm sido constantemente focalizadas pela nossa União Universitária Feminina, com notável destaque. (VELOSO, *Jornal das Moças*, 6 out. 1960, p. 8).

Vigia no país o Código Civil Brasileiro de 1916, segundo o qual a mulher era obrigada a adotar o sobrenome do marido, tornando-se sua senhora, e, ao assumir a condição de esposa, deveria se submeter a sua autoridade e proteção, pois “o marido é o representante legal da família, e a esposa, sem plena capacidade civil, precisa da autorização do cônjuge para trabalhar e negociar” (PINSKY, 2013, p. 486). A situação civil da mulher nos anos dourados apresentava-se restrita a dois homens: ao pai, enquanto era menor

¹⁰ Nos dias de hoje, sabemos que a mulher se aposenta mais cedo em relação ao homem, com tempo de exercício de atividades laborais menor. Em 13 de novembro 2019 foi aprovada a Emenda Constitucional n. 103, conhecida como Reforma da Previdência, que deliberou, entre outras coisas, o aumento do tempo de serviço e de contribuição para a aposentadoria, fixando para uso desse benefício como idade mínima 62 anos para as mulheres e 65 anos para os homens (BRASIL, 2019).

de idade, e ao marido, se casada fosse. Respingos do pensamento positivista do século XIX, a representação da mulher como inferior biologicamente, sexo frágil, dedicada ao lar, sendo o altar sua esperança de felicidade, e a maternidade, seu objetivo último (ALMEIDA, 2007). Isso justificava sua exclusão do espaço público masculino, apesar de algumas conquistas, como a possibilidade de cursar o ensino superior e votar.

O intercâmbio com outras instituições femininas é mais uma faceta da agremiação destacada pela articulista. Dois anos após a sua criação, a UUF filia-se à Federação Internacional de Mulheres Universitárias, sediada em Londres, capital da Inglaterra, ampliando horizontes na troca de ideias para diversas associações semelhantes ao redor do mundo, ultrapassando as fronteiras do Brasil, onde já estava organizada em estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Sergipe e Bahia.

Flora ressalta à leitora da revista esse intercâmbio por proporcionar “às mulheres intelectuais” a oportunidade de se candidatarem às bolsas de estudos no exterior, as quais a União Universitária Feminina não só instituiu, como também distribuiu, tornando possível às mulheres fazer “pesquisas, investigações ou aperfeiçoamento”. A edição do jornal *Correio da Manhã* de 1959 publica a concessão da bolsa de estudos “Carmem Moura” a Creusa Moraes Chaves, estudante do quarto ano do curso de escultura da Escola Nacional de Artes e desenhista de botânica do Museu Nacional pelas mãos da engenheira Carmem Portinho, demonstrando assim que a primeira presidente da UUF ainda se faz presente.

No acervo do Arquivo Nacional, observa-se uma fotografia como memória imagética ilustrativa do aniversário de 30 anos da UUF. Visualiza-se, sentada à mesa, Bertha Lutz ao centro, ladeada por Carmem Portinho e outras associadas. Ainda nos faltam elementos suficientes para confirmar na imagem a presença de Flora Ferraz Veloso.



Figura 3 – Fundo Correio da Manhã – BR RJANRIO PH.o.FOT.6785. Ensino Guanabara (Associações Estudantis – União Universitária Feminina). Acervo: Arquivo Nacional

No verso da imagem se encontra colado um recorte da edição de 14 de janeiro de 1959, do jornal *Correio da Manhã*, com notícia sobre a comemoração de aniversário de 30 anos de fundação da União Universitária Feminina. Comunica que “ontem” a associação ofereceu almoço de confraternização comemorando seu aniversário de fundação. Na nota lê-se o nome das sócias fundadoras e outras mulheres que estiveram presentes na comemoração e na história da associação^{II}, além de diversas representantes de outras associações. sobre a intenção de se instituírem “bolsas de estudos tendo como patronos” os nomes de Carmem Moura e Iracy Doyle, “sócias falecidas”, como forma de homenageá-las, no discurso proferido por Isabel do Prado, que será presidente da UUF, conforme identifica Flora na revista *Jornal da Moças*.

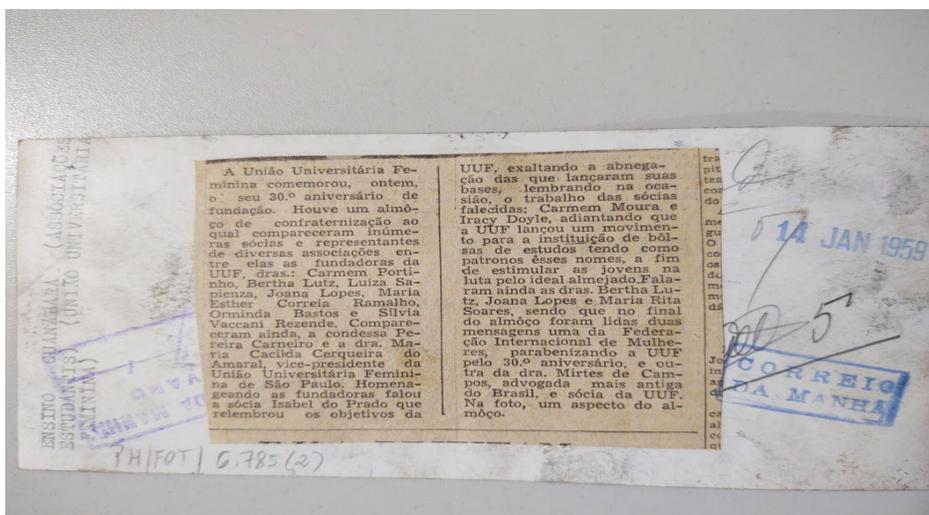


Figura 4 – Recorte de jornal colado no verso da imagem. Fundo Correio da Manhã – BR RJANRIO PH.o.FOT.6785. Ensino Guanabara (Associações Estudantis – União Universitária Feminina). Acervo: Arquivo Nacional

Retornando à reportagem “A respeito da U.U.F.”, publicada em 6 de outubro de 1960, Flora trata Zeia Pinho como a “nossa presidente”, e com isso denuncia ser membro da entidade. Talvez por ocupar esses dois espaços de atuação, como colaboradora da revista e membro da UUF, justifique a divulgação dessa entidade no periódico. Nessa luta por direitos iguais, Flora destaca a estrutura e a forma de atuação dessa associação de mulheres universitárias e, a fim de divulgá-la às leitoras da revista *Jornal das Moças*, esclarece o significado da sigla UUF. Dessa forma nos

II A reportagem cita a presença das sócias fundadoras da UUF: “dras.: Carmem Portinho, Bertha Lutz, Luiza Sapienza, Joana Lopes, Maria Esther Correia Ramalho, Orminda Bastos e Silvia Vaccani Rezende. Compareceram, ainda, a condessa Pereira Carneiro e a dra. Maria Cacilda Cerqueira do Amaral, vice-presidente da União Universitária Feminina de São Paulo”. Ainda aparecem outros nomes como o de Maria Rita Soares, que foi uma das oradoras, e de Mirtes de Campos, “advogada mais antiga do Brasil, e sócia da UUF” (*Correio da Manhã*, 14 jan.1959), mas não a primeira a se formar.

brinda com dados importantes sobre a história da União Universitária Feminina. Segundo ela, “Fundada em 1929, a U.U.F. tem como escopo coordenar os esforços das universitárias, no sentido de auxiliarem-se mutuamente, como o de defender os interesses femininos, na solução dos problemas relacionados com o progresso” (VELOSO, *Jornal das Moças*, 6 out. 1960, p. 8).

A entidade foi criada no âmbito da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), sendo consolidada durante o Segundo Congresso Internacional Feminista realizado em 1931¹², onde teve participação ativa, identificando-se como uma “agremiação de classe, de alunas e formadas pelas escolas superiores para a defesa dos seus interesses e intensificação da *atividade coletiva da mulher intelectual*”, conforme publicado na *Revista da Semana*, de 2 de julho de 1932 (MARINHO, 2016).

Entretanto, buscando cativar a atenção das leitoras sobre as vantagens de se associar à UUF, Flora “escorrega” sobre o papel instituído às mulheres na nossa sociedade, transitando entre o ontem e o hoje:

É hoje uma necessidade para a mulher que vai às urnas dar o seu voto não se encontrar divorciada dos assuntos que se encontram intrincados nas relações humanas, e que, de certo modo, causarão uma boa impressão no próprio lar, perante o seu marido e filhos. (VELOSO, *Jornal das Moças*, 6 out. 1960, p. 71).

Flora relembra a conquista histórica ocorrida em 1932 – o direito ao voto feminino¹³ –, evocando as mulheres a se informarem, cada vez mais, a respeito dos mais variados assuntos; ao mesmo tempo denuncia a concepção das ações das mulheres girarem em torno dos homens, do lar, dos filhos, da família. Nesse sentido, a ação de se filiar à UUF não somente causará “boa impressão no próprio lar, perante o seu marido e filhos”, como também as manterá a par dos mais variados assuntos pertinentes às relações humanas e não apenas à vida doméstica:

Se as mulheres, na sua maioria, demorassem um pouco o pensamento nas vantagens que aufeririam fazendo parte, como associadas, de tal corporação, veriam como os serviços domésticos – poderemos dizer assim – se tornariam menos pesados, menos embrutecedores, já que, tomando parte ativa nos diversos setores que compõem a vida social, recrearão, também, o espírito. (VELOSO, *Jornal das Moças*, 6 de out. 1960, p. 8).

Enaltecendo a “atual presidente”, a dra. Isabel do Prado, a articulista anuncia

12 Tendo à frente da organização do evento Bertha Lutz, presidente da FBPF, entre outras mulheres, nele a UUF teve participação ativa. Nesse Congresso havia *theses* discutindo se as mulheres no espaço de ensino superior deveriam estudar ao lado do homem (MARINHO, 2016).

13 Conforme June Edith Hahner (2003, p. 29), o direito ao voto feminino era “uma bandeira já levantada no final do século XIX, após a instauração da República, mas negada pelo Congresso Constituinte, em 1891”.

a representação da UUF na Federação Internacional de Mulheres Universitárias¹⁴ enquanto líder dessa associação, destacando algumas ações promovidas pela União durante a gestão dessa consócia em prol da permanência das mulheres no ensino superior, promovendo chás, notadamente o Chá das Calouras, ofertado quando do ingresso no ensino superior, e o Chá da Vitória, ofertado quando do término do curso universitário, atividades realizadas pela entidade desde seus primórdios (PORTINHO, 1999; REGIS, 2012).

Como colunista da revista *Jornal das Moças*, no exemplar n. 2341, de 28 de abril de 1960, Flora, em “Os sonhos e sua interpretação”, traz oportunamente a União Universitária Feminina. Entre o conjunto de eventos tradicionais proporcionados às associadas, além dos chás, havia também palestras acerca de questões específicas das mulheres. Nesse texto, Flora noticia a respeito da palestra “A menstruação e o psiquismo”, promovida pela associação, proferida pela dra. Isabel Melo, pesquisadora de Manguinhos¹⁵. A pesquisa realizada focava como tema a “variabilidade do humor feminino”, tendo em vista as diversas fases do ciclo menstrual.

Considerando o “tema muito sugestivo e de interesse a todas as mulheres”, e por tratar-se de uma coluna que se propõe a interpretar sonhos, da pesquisa da Dra. Isabel o que mais interessava era a afirmação de que essa excitação que precede as regras produz sonhos arrojados e conflituosos. A pesquisa conclui que “as mulheres delinquentes, quando cometem os seus crimes, estão na fase pré-menstrual, que lhes dá a energia necessária para esses impulsos” (VELOSO, *Jornal das Moças*, 28 abr. 1960, p. 15).

O destaque dado na nota de Flora à identificação da dra. Isabel Melo como pesquisadora de Manguinhos demonstrava às leitoras da revista a contribuição da UUF sobre temas tão relevantes a elas, certificado pelo conhecimento científico, sendo essa mais uma vantagem de se ligarem à associação.

A ADVOGADA FLORA FERRAZ VELOSO: A CONQUISTA DO DIPLOMA OU O “BELO SEXO FRÁGIL” PERANTE O JÚRI

A presença da UUF nas páginas da revista denota a necessidade de persistir, ainda na década de 1950, uma entidade com esse perfil. Com isso, revisitamos o ensino superior na época e nele a presença feminina, focando nas formaturas do curso de direito.

Nos anos dourados, período compreendido como a “época que se estende de 1945

14 A Federação Internacional de Mulheres Universitárias (FIMU) foi criada pela iniciativa de Virgínia Gildersleeve, reitora de uma das maiores escolas superiores femininas norte-americanas, a Barnard College, após a Primeira Guerra Mundial. Ao se juntar com a professora Carolina F. E. Spurgeon, da Universidade de Londres, criaram a Federação das Mulheres Universitárias, organizando sua primeira conferência em Londres, no verão de 1920. Daí em diante, começaram a englobar outras federações, nessa iniciativa de unir as estudantes universitárias ao redor do mundo (MEYER, s. d., p. 43).

15 Assim denominado devido a sua localização geográfica. A história desse bairro se entrelaça ainda com a da Fundação Oswaldo Cruz. Manguinhos é um bairro localizado na Zona Norte do município do Rio de Janeiro, onde se encontra o Pavilhão Mourisco, prédio sede da Fundação (FIOCRUZ, s. d.).

a 1964” (PINSKY, 2014, p. 9), o Brasil era um país subdesenvolvido, mas querendo sair de tal condição. Nessa perspectiva, a segunda metade da década de 1950 será marcada irremediavelmente por JK – governo de 1956 a 1961 (BRASIL, 2018). Nas palavras de Angela de Castro Gomes (2002, p. 11), “nesses ‘anos dourados’ há sem dúvida uma grande figura: o presidente Juscelino Kubitschek”.

Acompanhado do *slogan* “50 anos em 5” e com um plano de metas “arrojado”, Juscelino propagava alavancar a economia e tirar o Brasil do rol dos países agrário-exportadores. O Plano de Metas, por ele apresentado, era composto de um conjunto de 30 objetivos em diversos setores da economia, a serem alcançados ao longo de seu governo, sendo a meta 30 referente à intensificação da formação de pessoal técnico e à orientação da educação para o desenvolvimento¹⁶. No campo educacional, o momento é marcado pelo debate em prol da consolidação de uma primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), iniciado em 1948 e retomado na segunda metade da década de 1950 (XAVIER, 1990). Essa lei seria instituída sob o nº 4.024, em 1961, encerrando esse ciclo de debates que, entre outras coisas, também definiu parâmetros referentes ao ensino superior. Entretanto, no ano de instituição da primeira LDBEN, a associação de mulheres universitárias atualiza seus estatutos passando a se chamar Associação Brasileira de Mulheres Universitárias (ABMU) (SOIHET, 1974).

O momento político, econômico e social de euforia nacional-desenvolvimentista, expresso na figura do presidente Juscelino Kubitschek, buscando tirar o Brasil da condição de país subdesenvolvido, gerou uma sensação de felicidade e de estabilidade financeira, fazendo com que a população acreditasse ser possível melhorar de vida. O ensino superior se inseriu nessa aura de “sonho”, como uma porta se abrindo para mulheres e homens ascenderem socialmente. Nos anos dourados, de 1945 a 1964, ocorreu a expansão do ensino superior no país, tendo o número de universidades crescido de 5 para 37. No caso das instituições isoladas, o aumento foi de 293 para 564 (MENDONÇA, 2000).

Em termos normativos, a Lei Orgânica do Ensino Secundário, instituída pelo Decreto-Lei n. 4.244, de 9 de abril de 1942, regulamentava que aos alunos que concluíssem o curso clássico ou o científico mediante exames seria assegurado o direito de ingressar em qualquer curso do ensino superior, ressalvadas as exigências peculiares à matrícula. Nesse mesmo decreto-lei, percebemos regulamentação específica voltada ao público feminino estipulada no artigo 25. “Serão observadas, no ensino secundário feminino, as seguintes prescrições especiais”:

¹⁶ Embora não tenha sido incluída inicialmente como um dos itens do Plano, a construção de Brasília “representava um compromisso de campanha e podia ser considerada uma meta-símbolo” (FARO; SILVA, 2002, p. 89), tornando-se então, a capital federal do Brasil. O Plano de Metas mencionava cinco setores básicos da economia: 93% dos recursos alocados fora para setores de energia, transporte e indústrias de base. Esse percentual demonstra que os recursos destinados aos outros dois setores incluídos no plano, alimentação e educação, não mereceram o mesmo tratamento dos primeiros (SILVA, s. d.).

1. É recomendável que a educação secundária das mulheres se faça em estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina.
2. Nos estabelecimentos de ensino secundário frequentados por homens e mulheres, será a educação destas ministrada em classes exclusivamente femininas. [...]
3. Incluir-se-á, na terceira e na quarta série do curso ginásial e em todas as séries dos cursos clássico e científico, a disciplina de economia doméstica.
4. A orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar. (BRASIL, 1942).

Por outro lado, instituída pelo Decreto-Lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946, a Lei Orgânica do Ensino Normal, em seu artigo 6º, estabelecia que: “Aos alunos que concluírem o segundo ciclo de ensino normal, será assegurado o direito de ingresso em cursos da faculdade de filosofia, ressalvadas, em cada caso, as exigências peculiares à matrícula” (BRASIL, 1946). Desse modo, uma moça menor de 21 anos deveria concluir o curso científico ou o clássico e, na sequência, realizar o exame para ingressar no ensino superior.

Mesmo frente a essas limitações legislativas, a articulista Flora Ferraz Veloso da revista *Jornal das Moças* concluiu o curso de direito e divulgou a entidade da qual era militante, a União Universitária Feminina. Sobre a vida dela pouco ainda sabemos, mas podemos afirmar que, além de ser articulista desse periódico, militante filiada à UUF, também era advogada. Em 1950, fez sua estreia no Tribunal do Júri, motivo de notícia intitulada “Acusada de ministrar vidro moído ao marido foi absolvida por unanimidade”, publicada no exemplar n. 17.704 do jornal *Correio da Manhã* de 2 de dezembro do mesmo ano.

A discussão trazida por Flora sobre a entidade e sua atuação como advogada não apaga das páginas da revista a representação do feminino como “o belo sexo”, não se furtando o periódico a publicar matérias a respeito de formaturas referentes ao curso de direito. Em janeiro de 1956, no exemplar n. 2.019, em “Uma homenagem aos novos advogados”, o *glamour* da formatura era demonstrado não apenas pelas roupas de gala e a beca oficial usada pelos novos formandos, mas também por contar com a presença de personalidades ilustres como, por exemplo, o ex-presidente da república Eurico Gaspar Dutra.

Considerando os entraves legais daquele momento histórico em relação ao ingresso de mulheres no ensino superior, a presença de formandas no curso de direito significava a possibilidade de novas discussões a respeito de aspectos jurídicos limitadores da emancipação feminina.

As poucas formandas da turma de 1956 do curso de direito vislumbravam um caminho para alteração das normas legais restritivas à sua condição feminina. Demonstraram que a situação de desigualdade entre mulheres e homens não é definitiva, que o lugar do “belo sexo” também é no espaço universitário e, quando formadas, é possível estar atuando perante o júri, como fez nossa protagonista Flora Ferraz Veloso, articulista da revista *Jornal das Moças*, advogada e militante da União Universitária Feminina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que o espaço do ensino superior ainda é para uns poucos e que as desigualdades educacionais continuam, não apenas na perspectiva de gênero. Se hoje, em números absolutos, as mulheres já são maioria nos bancos universitários, isso não significa igualdade se consideradas outras variáveis como: raça/cor, idade, nível socioeconômico, cursos que realizam, além das múltiplas jornadas cotidianas enfrentadas pelas mulheres estudantes, especialmente das classes menos abastadas.

Porém, não podemos desconsiderar historicamente a atuação da UUF e suas associadas mulheres privilegiadas – o fato de serem “senhoras diplomadas” já as coloca nessa posição social. A entidade, a seu modo, contribuiu para o ingresso e a permanência de mulheres no ensino superior, assim como a liberdade do exercício da profissão depois de formadas, na busca do direito à cidadania negado às mulheres, entre outras pautas. Trata-se de uma agremiação que reunia em seu interior desde jovens moças estudantes a mulheres diplomadas no ensino superior, exercendo a profissão por elas escolhida, como o foi o caso de Flora Ferraz Veloso, uma de suas consócias, que militou através das linhas da revista *Jornal das Moças*.

Como vimos, barreiras legais se colocavam às mulheres no tempo de Flora, e sua atuação nas páginas da revista *Jornal das Moças* se configurou como a de uma intelectual mediadora (GOMES; HANSEN, 2016), cumprindo seu papel de militante na causa que defendia.

Folhear as páginas desse periódico nos levou, através das linhas da articulista, à advogada Flora Ferraz Veloso, à rede de relações da União Universitária Feminina, à filiação à Federação Internacional de Mulheres Universitárias, e ainda nos brindou com a apresentação e identificação de algumas mulheres militantes associadas ou colaboradoras, como, além da própria Flora, as presidentes da entidade, Zeia Pinto Rezende da Silva e Isabel do Prado, e a pesquisadora de Manguinhos Isabel Melo, sendo que a elas dedicaremos outros trabalhos. Destaca-se a presença de Flora Ferraz Veloso na e para essa instituição ao se expressar nas páginas da revista *Jornal da Moças* enquanto associada, militante e divulgadora de suas ações em prol do “progresso” feminino.

SOBRE AS AUTORAS

NAILDA MARINHO DA COSTA é professora titular do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (EE/UniRio), coordenadora do Curso de Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu/UniRio) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Brasileira (NEPHEB/UniRio).

nailda.costa@unirio.br

<http://orcid.org/0000-0002-9348-9778>

PRISCILA DIEGUEZ é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGEdu/UniRio) e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Brasileira (NEPHEB/UniRio).

prisciladiequez@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-2617-3316>

REFERÊNCIAS

- ACUSADA de ministrar vidro moído ao marido foi absolvida por unanimidade. *Correio da Manhã*, n. 17.704, 2 de dezembro de 1950, p. 3.
- ALBUQUERQUE, Dálete C. S. Heitor de. O discurso estabelecido na revista *Jornal das Moças*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL, 7., Escritas, Circulação, Leituras e Recepções. Universidade de São Paulo, 10 e 14 de novembro de 2014. *Anais...* Disponível em: <http://gthistoriacultural.com.br/VIIsimposio/conf-D.php> Acesso em: 15 maio 2020.
- ALMEIDA, Jane Soares de. *Ler as letras: por que educar meninas e mulheres?*. São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo; Autores Associados, 2007.
- BOLSA de estudos oferecida pela UUF. *Correio da Manhã*, n. 19.997, 14 de maio de 1958, p. 3.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- BRASIL. Decreto-lei n. 7.247, de 19 de abril de 1879. Reforma o ensino primário e secundário no município da Corte e o superior em todo o Império. Legislação informatizada. Publicação original. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acesso em: 18 maio 2020.
- BRASIL. Lei n. 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071impresao.htm. Acesso em: 18 maio 2020.
- BRASIL. Decreto-lei n. 4.244, de 9 de abril de 1942. Lei Orgânica do Ensino Secundário. Legislação informatizada. Publicação original. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 maio 2020.

- BRASIL. Decreto-lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Normal. Legislação informatizada. Publicação original. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 maio 2020.
- BRASIL. Presidência da República. Planalto. Galeria de presidentes. Atualizado em 28 fev. 2018. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-presidencia/acervo/galeria-de-presidentes?b_startint=20. Acesso em: 26 abr. 2020.
- BRASIL. Senado Federal. Secretaria-Geral da Mesa. Secretaria de Informação Legislativa. Emenda Constitucional n. 13. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Brasília, 12 de novembro de 2019. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/31727296/publicacao/31727643>. Acesso em: 18 maio 2020.
- BUTCHER, Pedro. A reinvenção de Hollywood: cinema americano e produção de subjetividade nas sociedades de controle. *Contemporânea*, v. 2, n. 2, edição 3, 2004, p. 14-26. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/contemporanea/article/view/23154/16515>. Acesso em: 15 maio 2020.
- CHARTIER, Roger. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. Trad. Jefferson Luis Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- CORREIO da Manhã, n. 20.185, 14 de janeiro de 1959, p. 11.
- CPDOC/FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br. Acesso em: 15 maio 2020.
- BATISTA, Priscila Dieguez Alves. *Lugar de mulher é na sala de aula ou na cozinha? A inserção feminina no ensino superior durante os anos dourados: um olhar através do* Jornal das Moças. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2019.
- FARO, Clovis de; SILVA, Salomão L. Quadros da. A década de 1950 e o Programa de Metas. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGC, 2002, p. 67-106.
- FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz. História. s. d. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/historia>. Acesso em: 25 mar. 2020.
- GOMES, Angela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGC, 2002.
- GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (org.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- GONÇALVES, Andréa Lisly. *História e gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- HEMEROTECA Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 15 maio 2020.
- HAHNER, June Edith. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Tradução de Eliane Lisboa; apresentação de Joana Maria Pedro. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.
- JORNAL DAS MOÇAS. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/jornal-mocas/111031>.
- LUCA, Tania Regina de. Mulheres em revista. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- LUCENA, Felipe. História do Cine Odeon. 2 de junho de 2016. Disponível em: <https://diariodorio.com/historia-do-cine-odeon>. Acesso em: 15 maio 2020.
- MAIS uma vitória conquistada. *Jornal das Moças*, n. 2.170, 17 de janeiro de 1957, p. 12-13.
- MARINHO, Nailda. A engenheira militante feminista Carmen Portinho: a atuação na União Universitária Feminina. In: GASPARELLO, Arlette Medeiros; VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos (org.). *Educação na história: intelectuais, saberes e ações instituintes*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016, p. 215-232.
- MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

- MCCANN Worldgroup. About. Disponível em: <https://www.mccannworldgroup.com/about>. Acesso em: 11 maio 2020.
- MENDONÇA, Ana Waleska P. C. A universidade no Brasil. *Revista Brasileira de Educação* (online), n. 14, 2000, p. 131-150. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a08.pdf>. Acesso em: 15 maio 2020.
- MEYER, Agnes E. Virgínia Gildersleeve. U.S.A. – uma revista americana, v. 2, n. 7, Secretaria das Informações de Guerra dos EUA, Universidade de Indiana, s. d., p. 42-45. Digitalizado 4 fev. 2019. Googlebooks. Disponível em: <https://bit.ly/3wzvhh8>. Acesso em: 20 maio 2020.
- O DECÁLOGO da mulher ideal. *Jornal das Moças*, n. 2.299, 9 de julho de 1959, p. 10.
- PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana M. (org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 469-512.
- PINSKY, Carla Bassanezi. *Mulheres dos anos dourados*. São Paulo: Contexto, 2014.
- PORTINHO, Carmem. *Por toda a minha vida/Carmem Portinho*. Depoimento a Geraldo Edson de Andrade. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.
- REGIS, Caren Victorino. *A presença feminina na Casa do Estudante do Brasil (1931-1951): a atuação da União Universitária Feminina*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2012.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SANTOS, Liana Pereira Borba dos. *Mulheres e revistas: a dimensão educativa dos periódicos femininos Jornal das Moças, Querida e Vida Doméstica nos anos 1950*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.
- SASAKI, Sílvia. *Tessituras sociais: alinhavos entre costumes e modelos vigentes através do Jornal das Moças (1948-1968)*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.
- SAVIANI, Demerval. Entrevista com Demerval Saviani realizada por Dalton José Alves e Nailda Marinho da Costa Bonato, em Campinas, em 10 de janeiro de 2006. *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1-2, jan.-dez. 2005, p. 5-14. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/182/182>. Acesso em: 14 abr. 2019.
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul.-dez. 1995, p. 71-99.
- SILVA, Suely Braga da. O Brasil de JK – 50 anos em 5: o Plano de Metas. s. d. CPDOC/FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanodeMetas>. Acesso em: 11 maio 2020.
- SOARES, Diogo dos Santos; SILVA, Ursula Rosa da. O *Jornal das Moças*: uma narrativa ilustrada das mulheres de 30 a 50 & sua passagem por Pelotas nas décadas. UFPel. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA ARTE, 12. *Anais...*, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Arte/article/view/3013/2594>. Acesso em: 20 maio 2020.
- SOARES, Marina Juliana de Oliveira. Mary Montagu e a inoculação da varíola na Inglaterra no século XVIII. *Khronos*, Revista de História da Ciência, n. 5, maio 2018, p. 35-46. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/khronos/article/view/142399>. Acesso em: 20 maio 2020.
- SOIHET, Rachel. *Bertha Lutz e a ascensão social da mulher, 1919-1937*. Dissertação submetida ao Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, 1974.
- UMA HOMENAGEM aos novos advogados. *Jornal das Moças*, n. 2.019, 26 de janeiro de 1956, p. 8-9.
- VELOSO, Flora Ferraz. Outubro – Personalidade feminina. *Jornal das Moças*, n. 2.260, 9 de outubro de 1958, p. 16.

VELOSO, Flora Ferraz. A respeito da U.U.F. *Jornal das Moças*, n. 2.364, 28 de abril de 1960, p. 14-15.

VELOSO, Flora Ferraz. Os sonhos e sua interpretação. *Jornal das Moças*, n. 2.341, 6 de outubro de 1960, p. 8, p. 71.

XAVIER, Maria Elisabete Sampaio Prado. *Capitalismo e escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961)*. Campinas: Papirus, 1990.

Formação do professor de geografia: um olhar para o pensamento geográfico

[*Teacher training of geography: a look at geographical thinking*]

Andréa Rabelo Marcelino¹

Gildo Volpato²

RESUMO · Atualmente vivemos em tempos de constante transformação educacional, pensando e estudando possibilidades de melhoria da educação em todas as áreas do conhecimento. Para compreender o pensamento geográfico na formação do professor de geografia em dois cursos de licenciatura na modalidade a distância, pretendemos analisar as correntes de pensamento geográfico contidas nas DCNs de geografia e nos PPCs e identificar as correntes de pensamento geográfico contidas na matriz curricular dos cursos. A abordagem foi qualitativa e a técnica utilizada foi a análise documental dos cursos. A corrente de pensamento que mais foi identificada foi a crítica, evidenciando nos documentos a interação entre o espaço vivido e a sociedade, não sendo possível, no entanto, perceber no estudo como essa interação é organizada na modalidade a distância. · **PALAVRAS-CHAVE** · Educação; pensamento geográfico;

formação de professores. · **ABSTRACT** · We currently live in times of constant educational transformation, thinking and studying possibilities for an improvement in education in all areas of knowledge. In order to understand the geographic thinking in the formation of the geography teacher in two degree courses in the distance modality, we pretended to analyze the currents of geographic thinking contained in the geography DCNs and in the PPCs and identify the currents of geographic thought contained in the curriculum of the courses. The approach was qualitative and the technique used was the document analysis of the courses. The current of thought that was most identified was criticism, showing in the documents the interaction between the lived space and society, however, it is not possible to see in the study how this interaction is organized in the distance modality. · **KEYWORDS** · Education; geographic thinking; teacher training.

Recebido em 27 de julho de 2020

Aprovado em 2 de julho de 2021

MARCELINO, Andréa Rabelo · VOLPATO, Gildo. Formação do professor de geografia: um olhar para o pensamento geográfico. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 79, p. 87-103, ago. 2021.



DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.vii79p87-103>

1 Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc, Criciúma, SC, Brasil).

2 Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc, Criciúma, SC, Brasil).

Vivemos em um mundo globalizado, onde o desenvolvimento dos transportes e das comunicações passa a exigir um mundo cada vez mais unitário, porém situado em diferentes dimensões e espaços geográficos. Mundialmente, podemos dizer que existe uma única sociedade humana, porém com desigualdades e grande diversidade.

Assim como as demais áreas, a educação passa por uma fase de intensas reformulações, e com isso o ensino da disciplina de geografia deve ser repensado e reconstituído no espaço das instituições de ensino. Vesentini (2013, p. 8) comenta que um dos grandes desafios para este novo século está pautado no “papel da escola na sociedade: as suas relações com a cidadania”. Frente às rápidas modificações e inovações em diferentes espaços, cabe a reflexão no sentido de quais as potencialidades que a escola deve desenvolver em seus alunos, que relações deve cultivar com os grupos da comunidade em que está inserida. E, para tal, torna-se importante conhecer os processos de formação de professores de geografia e as correntes de pensamento geográfico que embasam essa formação, pois são eles que irão atuar nas escolas.

As leituras realizadas fortaleceram a proposta de estudo apresentada, que partiu da seguinte problemática de pesquisa: qual a corrente de pensamento geográfico que embasa a formação do professor de geografia? Nesse sentido, o objetivo geral dessa pesquisa³ foi compreender as correntes de pensamento geográfico que embasam a formação do professor nos cursos de licenciatura em geografia na modalidade de ensino a distância.

Para alcançar o objetivo geral da pesquisa, foram definidos os seguintes objetivos específicos: a) analisar as correntes de pensamento geográfico contidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) de geografia; b) verificar as correntes de pensamento geográfico que estão contidas nos projetos pedagógicos dos cursos de geografia; c) identificar as correntes de pensamento geográfico contidas na matriz curricular dos cursos.

Para encontrar possíveis respostas para esse problema, definimos como lócus da

3 Dessa pesquisa, resultou também o presente texto, que é uma versão modificada de capítulo da dissertação de mestrado *O pensamento geográfico na formação do professor de geografia: um estudo em dois cursos de licenciatura* (MARCELINO, 2019).

pesquisa duas instituições de ensino superior que possuem polos no município de Criciúma (SC) e ofertam o curso de geografia na modalidade a distância. A proposta de pesquisa nasceu da tentativa de entender a formação de ideias geográficas e a visão de mundo que lhe serve de base e sustentação para poder reconhecer, com maior clareza, a geografia que se aprende nessas instituições, pois se supõe que são elas que condicionam as correntes de pensamento geográfico que permeiam as escolas de ensino básico.

A pesquisa foi de abordagem qualitativa, que tomou como base a análise documental, priorizando os documentos como DCNs de geografia, o PPC e as matrizes curriculares dos cursos de licenciatura em geografia pesquisados.

A interpretação dos dados tomou como base os princípios da análise de conteúdo. De acordo com Bardin (2009), a análise de conteúdo segue primeiramente a pré-análise, na sequência, a exploração do material e, por fim, a interpretação e análise dos resultados obtidos.

A pesquisa foi desenvolvida com reflexões teóricas baseadas nos seguintes referenciais: Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2001); e nos seguintes autores: Andrade (1987), Callai (2001; 2013), Moreira (1994; 2010), Nogueira e Carneiro (2013), Santos (1985; 1986), Vesentini (2013), entre outros.

Parte-se da contextualização sobre o tema abordando questões históricas das correntes do pensamento geográfico bem como sobre o ensino de Geografia proposto nos documentos oficiais e na literatura didática brasileira. Em seguida apresentam-se os resultados da pesquisa realizada nos dois cursos de licenciatura em geografia.

HISTÓRICO DAS CORRENTES DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

Os conhecimentos geográficos vêm sendo aplicados desde os povos primitivos, e foram se ampliando à medida que a sociedade foi se desenvolvendo e se transformando.

Ferreira e Simões (1992) comentam que esses povos primitivos, mesmo sem dominar a escrita, registravam o conhecimento no interior das cavernas por meio de símbolos e desenhos, transmitindo seus conhecimentos de geração a geração. Nesse contexto, percebe-se o quanto esses povos possuíam ideias geográficas, ainda que não fosse um conhecimento acadêmico, mas um conhecimento do seu saber prático, saber da experiência vivenciada ao longo dos anos em interação com o meio físico e social.

Ferreira e Simões (1992, p. 26) definem a geografia como a ciência que vai estudar as “variações das distribuições espaciais dos fenômenos da superfície da Terra” e as relações da natureza com o ser humano. Segundo Pereira (2009), esse ramo da ciência surge entre os gregos, pois são os primeiros a registrar os conhecimentos relacionados à superfície terrestre.

Andrade (1987) salienta que os mesopotâmios aprenderam os ensinamentos sobre astronomia identificando as estrelas e alguns planetas. Foi esse povo que observou o movimento da revolução lunar em volta da Terra, estabelecendo a quantidade de dias em um ano e a organização dos dias da semana de acordo com as fases da Lua.

Um estudo importante foi realizado por Dicearco e Eratóstenes (275 a.C.-195 a.C.) com o intuito de estabelecer o tamanho do planeta Terra, medindo as latitudes. De acordo com Pereira (2009, p. 49), Eratóstenes, “diretor da biblioteca de Alexandria”, escreveu a primeira obra chamada de *Geografia* reescrita após 200 anos por Estrabão.

Andrade (1987, p. 24) comenta que, na obra, Estrabão relata os conhecimentos sobre o mundo de sua época a partir do registro de suas viagens, ficando conhecido como o “pai da geografia regional”. O estudo de observações registradas a partir de viagens realizadas pela costa litorânea possibilitou a construção dos primeiros “périplos”⁴, que, mesmo sem as medidas corretas, sem escalas, já apresentavam os pontos de referências entre os portos da costa.

Segundo Pereira (2009) a população faz geografia há muito tempo, no entanto, faz sem saber. Havia duas tendências opostas ou complementares no conhecimento da época:

De um lado, os geômetras e os astrônomos; de outro, os viajantes, os curiosos, os historiadores e os políticos, que, sensíveis aos aspectos do quadro natural, das produções, dos povos e de seus costumes, refletem sobre as relações entre os diferentes territórios e as várias sociedades humanas. Os périplos, as conquistas, os contatos com o mundo bárbaro vão paulatinamente alargando o horizonte geográfico. (PEREIRA, 2009, p. 65).

Medeiros (2010) destaca que o desenvolvimento das ciências, principalmente a Geografia, no espaço de tempo entre o século XVIII e XIX, e as descobertas científicas em função da expansão do capitalismo apresentaram fortes influências para a formação da Geografia Moderna.

Moraes (2002) afirma que a geografia, como ciência, teria sua origem a partir dos registros de Alexander Von Humboldt e de Carl Ritter. Esses dois pensadores – Humboldt e Ritter – são considerados os precursores da geografia moderna, e foi a partir da influência deles que se iniciou a geografia científica (MOREIRA, 1994).

A geografia tradicional, também conhecida como geografia clássica, surge na Alemanha e na França no início do século XIX, estendendo-se para outros países. Os pensadores que levantaram a bandeira dessa corrente foram Alexander Von Humboldt e Carl Ritter. É nessa corrente de pensamento que emergem os primeiros conceitos de geografia e o seu objeto de estudo, pois, até então, a geografia era conhecida como uma ciência que estudava tudo que existia na superfície terrestre.

Souza et al. (2009, p. 3) afirmam que as primeiras definições sobre a geografia e o seu objeto de estudo não eram claras. Era considerada a disciplina “do tudo” ou “da superfície terrestre”.

Durante esse período do século XIX, Andrade (1987, p. 50-51) salienta que:

4 Périplos são mapas com itinerários de estudos de áreas litorâneas, dominadas pelos gregos. Tratava-se de documento manuscrito que registrava, em uma sequência, os portos e os pontos geográficos costeiros, com as distâncias aproximadas entre eles.

[...] as desigualdades sociais tornaram-se tão fortes, tão marcantes que estudiosos da sociedade formularam teorias que contestavam os princípios justificadores do capitalismo em expansão. Essa contestação foi feita, a princípio, pelos socialistas utópicos, que imaginavam sociedades mais justas, situadas em pontos de difícil acesso, como ilhas imaginárias, localizadas a grande distância; em seguida surgiram pensadores materialistas que, baseados na observação, na análise das estruturas sociais e na evolução da sociedade, criticaram estas estruturas e partiram para o desenvolvimento de uma metodologia de análise dialética, para a contestação da sociedade e a indicação de transformações sociais que deveriam ocorrer em determinados momentos históricos.

Nesse período, segundo o mesmo autor, houve fortalecimento da filosofia dialética, contrapondo-se – e a contestando – à filosofia positivista. Os filósofos procuraram esclarecer a dinâmica da sociedade, analisando-a de forma totalizadora. Talvez tenha sido um dos momentos mais ricos e contraditórios no campo do pensamento por meio da observação e da análise da realidade na história. Moreira (2010) comenta que as modificações e as conservações da sociedade, naquele momento, viviam em conflito.

Logo, para compreender a utilização do espaço, faz-se necessário o entendimento das correntes do pensamento geográfico. De acordo com Gomes (1996), ao final do século XIX, surge a corrente determinista, demonstrando os primeiros modelos de geografia como ciência. O determinismo trabalha com os casos sem fazer distinção e, ao estabelecer relações de causa e efeito, procura pensar sobre as categorias gerais, para, depois, chegar aos fatos. Defendida pelo geógrafo alemão Friedrich Ratzel, de acordo com Moraes (2002), essa corrente relata as influências que as condições naturais exercem sobre os seres humanos, ou seja, o meio natural determinaria o homem; os homens iriam organizar o espaço para garantir a manutenção da vida.

Andrade (1987, p. 54) reitera que esses dois pensadores alemães, Humboldt e Ritter, respondiam, em suas obras, ao desafio da sociedade europeia, na qual viviam, tanto na questão de domínio capitalista, quanto na formação da unidade da Alemanha, pois, naquele momento, o conhecimento de mundo e o aprofundamento das relações entre sociedade e natureza eram fundamentais para o “grupo de dominantes que aspiravam à união nacional, à unificação política [...] e à disputa pelo domínio do mundo extraeuropeu [...] e norte-americano” em um outro momento.

Os estudiosos posteriores a Humboldt e Ritter destacaram-se mais nos estudos específicos, como climatologia e geomorfologia, em vez de geografia geral. Moraes (2002, p. 52) explica que “um revigoramento do processo de sistematização da geografia vai ocorrer com as formulações de Friedrich Ratzel”, pois ele viveu o momento da constituição do real Estado Nacional Alemão em suas primeiras décadas e formulou uma concepção geográfica para atender as necessidades da nova sociedade. Andrade (1987, p. 54) coloca que o estudo de Ratzel estava voltado para a antropologia, afirmando que ele “encarou o homem como uma espécie animal e não como um elemento social”, cuja evolução se daria por meio de adaptações ao meio natural. O autor afirma que Ratzel, em seus estudos, procurou entender as relações entre o homem e o meio, demonstrando o quanto os povos apresentam diferenças em vários sentidos.

Segundo Moraes (2002), La Blache definiu a relação do homem com a natureza, na perspectiva da paisagem, como objeto da geografia. Assim, colocou o homem como um ser ativo, que sofre a influência do meio, porém, que atua sobre esse meio, transformando-o.

La Blache foi considerado um dos grandes responsáveis pela difusão da geografia humana, apesar de afirmar que a geografia não deveria estudar o homem, mas o meio em que ele vive, ou seja, deve estudar a “população não a sociedade; estudar os estabelecimentos humanos não as relações sociais; estudar as técnicas e os instrumentos de trabalho não o processo de produção” (MORAES, 2002, p. 72).

Percebe-se que o pensamento geográfico passou por grandes transformações, decorrentes das diferenças entre os pensadores de cada época. Logo é importante perceber que os geógrafos começaram a se preocupar em explicar a geografia com maior ênfase e detalhamento, aprofundando-se nos detalhes e procurando entender as maneiras de organização do homem no espaço a fim de elevar ao máximo a utilização dos recursos disponíveis.

Sentiram a necessidade, também, de expandir a sua área de conhecimento, buscando outras ciências para explicar a paisagem e compreender a realidade da região. Entre os geógrafos, havia uma confusão entre os conceitos, pois havia os que consideravam a geografia como uma ciência natural e não como uma ciência social, e os que diziam que a geografia era a ciência dos lugares e não do homem. Andrade (1987), porém, comenta que foi com os estudos de Paul Claval e Pierre George que a geografia se consolidou como uma ciência do social e do homem, e não somente uma ciência natural. Nesse sentido, a geografia, como ciência social e humana, tem a responsabilidade de observar e analisar a sociedade, bem como as próprias relações que influenciam no espaço produzido, além de explicar o porquê da utilização desse espaço.

Os movimentos de renovação da geografia iniciam suas manifestações a partir de 1950. Daí por diante, muitas incertezas e questionamentos continuaram a surgir em vários pontos. De acordo com Moraes (2002), a geografia tradicional, em meados de 1970, literalmente estava enterrada, ficando para um passado já de superações. Logo, um momento de críticas e novas propostas para a disciplina de geografia vai chegando de maneira sólida. Os geógrafos abrem espaços de debates para novas propostas e buscam soluções até então não discutidas. Esse é um momento de crise, de conflitos de pensamentos, porém benéfico, buscando na geografia tradicional propostas para uma disciplina mais aberta aos novos espaços.

As técnicas de análise de pesquisas da geografia tradicional não conseguem mais explicar os conceitos até então estabelecidos, pois uma mudança rápida e complexa apresenta-se nesse novo momento de organização do espaço. Faz-se necessária a busca por novas técnicas para estudar o espaço geográfico, adaptando os instrumentos para a coleta de dados de campo com maior precisão, fazendo uso dos computadores, das imagens de satélite e do uso do sensoriamento remoto.

Logo, foram destacados alguns pontos relevantes de crítica à geografia tradicional, como a indefinição do seu objeto de análise, abrindo espaço para outras áreas do conhecimento científico e a questão da generalização. A geografia sozinha buscava compreender o conjunto de acontecimentos de maneira resumida e “permaneceu nos estudos de singularidades” (MORAES, 2002, p. 106). Contudo, Moraes (2002) comenta

que essa falta de outra forma de generalização agravou ainda mais a crise existencial da geografia tradicional, abrindo espaço para “dualidades que permearam toda a produção geográfica: Geografia Física e Geografia Humana, Geografia Geral e Geografia Regional, Geografia Sintética e Geografia Tópica” (MORAES, 2002, p. 106).

Souza et al. (2009) corroboram em seus estudos que a geografia tradicional é realmente marcada pela presença de dicotomias existentes entre a geografia física e a geografia humana, a geografia geral e a geografia regional, sendo a geografia física responsável pelos estudos naturais, e a geografia humana, responsável pelas atividades da população. Assim, o desenvolvimento das ciências da natureza se materializava com a geografia física.

O movimento de renovação representava uma dispersão, pois apresentava uma diversidade de métodos de interpretar e de se posicionar, buscando caminhos diferenciados para compreender essa área do conhecimento. A geografia renovada é bem diversificada e compreende concepções diferenciadas e que se dividem em geografia pragmática⁵ e geografia crítica⁶.

Moraes (2002, p. 108) destaca dentro da geografia pragmática um estudo que se aproxima da psicologia, chamando de geografia da percepção ou comportamental. Essa geografia procurava compreender como as pessoas percebiam o espaço por elas ocupado, além de refletir sobre sua relação e ação ambiental com o meio em que vivem.

Nesse sentido, os pensadores dessa corrente buscam explicar e valorizar o território e os espaços vivenciados e a relação do comportamento humano com o meio. Logo, os estudos se baseiam nas relações do comportamento humano no espaço urbano, em “relação aos espaços de lazer; a influência das formas na produtividade de trabalho; a relação das sociedades com a natureza” (MORAES, 2002, p. 108).

Percebe-se que essa corrente pragmática é um instrumento da dominação burguesa, existindo um interesse do Estado capitalista na maximização dos lucros, na crescente acumulação de rendas, na manutenção e exploração do trabalho, mascarando assim as contradições da sociedade e regulando a ação do capital sobre o espaço terrestre.

A nova geografia e os paradigmas tradicionais, que surgem a partir de 1970, segundo Christofolletti (1985), são fortemente questionados, surgindo então a geografia crítica, a qual o mesmo autor subdivide em geografia radical, humanística e idealista.

Para Moraes (2002), a denominação de geografia crítica vem de uma postura crítica radical em relação às correntes de pensamento geográfico existentes até então. A crítica diz respeito a um posicionamento em relação à realidade estabelecida. Os problemas sociais começam a aparecer, a renda concentra-se nas mãos de poucos privilegiados, as pessoas começam a procurar os centros maiores e migrar em

5 A geografia pragmática – também conhecida por nova geografia, geografia teórica ou quantitativa – faz uma crítica à falta de análise da geografia tradicional, por não analisar os seus fundamentos e nem tampouco a base social.

6 O pensamento crítico na geografia significou uma aproximação com os movimentos sociais, primando na busca por acesso a uma educação de qualidade, moradia, ampliação dos direitos civis e sociais, além do combate à pobreza, direito à terra, buscando, enfim, dialogar em diferentes espaços e gerando debates e conflitos de opiniões.

busca de melhores condições. No entanto, esses espaços não possuíam condições de estrutura para acolher essas populações, causando problemas de ocupação do espaço.

Santos (1986) representa em sua obra *Por uma geografia nova* uma proposta geral para estudar o espaço geográfico e ainda retrata sobre a sua concepção do objeto geográfico. Procura dar uma resposta sobre o que é geografia e comenta que é importante dialogar sobre o espaço social e perceber a produção desse espaço como um elemento. Esse autor comenta que o espaço, além de ser social, faz parte da história, pois, ao mesmo tempo que reside nele, o homem se relaciona, produz e transforma o meio em que vive.

Contudo, o pensamento crítico na geografia significou uma aproximação com os movimentos sociais, primando na busca por acesso a educação de qualidade, a moradia, pela ampliação dos direitos civis e sociais, além do combate à pobreza, o direito à terra, enfim, a corrente crítica busca dialogar em diferentes espaços, gerando debates e conflitos de opiniões.

Assim sendo, devemos admitir que essas transformações no campo do conhecimento geográfico vêm colocando desafios para a formação não apenas do geógrafo pesquisador (técnico e planejador) como também para o geógrafo professor do ensino fundamental, médio e superior. A atual dinâmica das transformações pelas quais o mundo passa, com as novas tecnologias, com os novos recortes de espaço e tempo, com a predominância do instantâneo e do simultâneo, com as complexas interações entre as esferas do local e do global, afetando profundamente o cotidiano das pessoas, exige que a geografia procure caminhos teóricos e metodológicos capazes de interpretar e explicar essa realidade dinâmica.

O ENSINO DE GEOGRAFIA PROPOSTO NOS DOCUMENTOS OFICIAIS E NA LITERATURA DIDÁTICA BRASILEIRA

No território brasileiro, as primeiras intenções de formação em geografia surgiram através da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP) e do Departamento de Geografia em 1934 (BRASIL, 1998, p. 19). A disciplina de geografia passou a ser trabalhada nas escolas na década de 1940 por professores licenciados, com ênfase na escola francesa de La Blache.

A geografia daquela época era marcada pelo esclarecimento objetivo e qualitativo da realidade da escola francesa, que tinha como objetivo aproximar as “relações do homem com a natureza de forma objetiva” (BRASIL, 1998, p.19). Nessa escola, embora se valorizasse o homem como sujeito histórico, estudava-se a relação entre homem e natureza sem levar em conta as relações sociais. Nesse sentido, a geografia estudava a população, mas não a sociedade, os utensílios de trabalho, desconsiderando os modos de produção, não possibilitando a discussão das relações essenciais à sociedade, afastando o homem de seu caráter social.

O ensino de geografia dessa época era centrado na descrição das paisagens, sem caracterizar o espaço ocupado pela sociedade e a organização dele. A maneira de ensinar era baseada em descrição e memorização das paisagens. Entre os anos de 1940 a 1970, a produção de livros didáticos reproduzia conceitos de aprendizagem defendidos pela geografia tradicional (BRASIL, 1997). No período da ditadura militar,

entre os anos de 1964 e 1985, a geografia e a história foram descaracterizadas pela Lei n. 5.692/71 e diluídas nos chamados estudos sociais.

Nesse contexto, a geografia acadêmica contemporânea busca por definições que tratem as relações particulares e individuais que os seres humanos em sociedade constituem com o espaço natural. Tais dimensões são organizadas pela experiência individual, marcadas pelos aspectos culturais da sociedade, que resultam em diferentes percepções da construção do espaço geográfico (BRASIL, 1997). Com essa busca por explicações, surge a necessidade de ampliar os saberes geográficos com a intersecção de outras áreas do conhecimento, como a antropologia, a sociologia, a biologia e as ciências políticas. O que se queria, nessa época, era uma geografia que não estivesse vinculada a processos mnemônicos, restrita somente à descrição de paisagens e pautada em interpretar as questões políticas e econômicas do mundo. Mas que fosse uma geografia pautada nas relações socioculturais existentes nas paisagens, bem como os seus elementos físicos e biológicos interagindo entre si, formando, assim, um espaço geográfico.

As correntes de pensamento geográfico acabam condicionando a formação de professores de geografia, os conteúdos e as formas de seu ensino nas escolas brasileiras. Nesse sentido, o ensino de geografia desde a sua implementação vem sendo trabalhado muitas vezes de forma descontextualizada e distante da realidade dos estudantes.

Faz-se necessário ressaltar as abordagens didáticas e metodológicas utilizadas na literatura brasileira a fim de compreender e repensar posturas perante a formação para atuar nessa disciplina de tamanha importância na contemporaneidade, destacando que o foco principal do ensino de geografia é compreender o seu objeto de estudo, que é o espaço geográfico, entendendo-o como um produto histórico, um conjunto de objetos e de ações de determinado grupo, o qual possui maneiras diferenciadas de pensar, viver, sonhar, agir, enfim, de construir e transformar o espaço que ocupa.

O desafio da geografia escolar é fazer com que os estudantes identifiquem o espaço vivido através de experiências cotidianas relacionadas ao conteúdo estudado. Cabe ao professor possibilitar momentos para que a aprendizagem aconteça, observando esse espaço vivido de cada indivíduo, fazendo relações com o meio em que vive.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) são documentos orientadores para a prática profissional do professor que, além de auxiliarem na construção de uma educação geográfica, podem constituir-se no aspecto crítico de como fazer o ensino de geografia um conteúdo específico de uma matéria de ensino curricular, para compreender a sociedade a partir da análise espacial.

Diante deste contexto, o ensino de geografia pode servir para situar os sujeitos neste mundo de maneira que compreendam a espacialidade dos fenômenos e que os espaços resultam da história dos homens que vivem nos lugares, isto é, um espaço construído a partir dos interesses dos que ali vivem, como um jogo de forças a partir de relações de poder entre as pessoas e os grupos do lugar. Assim, a geografia crítica deve proporcionar um olhar analítico para que os educandos possam, além de

entender que o que está singularizado no lugar possui elementos que o diferenciam de outro local, compreender, num sentido mais amplo e global, o mundo.

Logo, a geografia escolar tem um papel importante na construção de referências para os educandos; faz-se necessário que o profissional que se proponha a atuar como educador nessa área repense o que ensinar e como ensinar. Esse profissional deve compreender que a escola deve ser um lugar de encontro e confronto entre as diferentes formas de concepções e práticas cotidianas e científicas, pensando em uma educação próxima à realidade dos estudantes.

Ao considerar o estudante, que “é um ser histórico que traz consigo e em si uma história e um conhecimento adquirido na sua própria vivência” (CALLAI, 2001, p. 136), é necessário reconhecer a importância da análise do conhecimento do lugar em que ele vive em diferentes escalas, valorizando o seu cotidiano. Com isso, o estudo de geografia pode se tornar prazeroso, pois, quando relacionado com as experiências concretas vividas pelo estudante no seu espaço cotidiano, a sala de aula se torna um ambiente de vivências pedagógicas significativas, que contribuem para o desenvolvimento cognitivo. O ensino de geografia cumpre, assim, sua verdadeira função, a de ir além do fornecimento de dados ou informações atuais, e passa a estabelecer relações sobre informações do mundo cotidiano, conforme afirma Martins (2011).

O município de Criciúma, de acordo com a regionalização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), está localizado na Região Sul do Brasil, possui uma área de 210 km², com uma altitude de 46 m, localizada na latitude de 28°40'39”S e uma longitude de 49°22'11”O.

Atualmente, Criciúma é o maior município do Sul Catarinense e um dos cinco maiores do estado catarinense, com uma população estimada em 2019 de 215.186 habitantes. Por se tratar de um município com um número significativo de habitantes, tem instalados oito polos de instituições de ensino superior na modalidade de ensino a distância que ofertam vários cursos, dentre eles o curso licenciatura em geografia.

CORRENTES DE PENSAMENTO GEOGRÁFICO: O QUE MOSTRAM OS DOCUMENTOS DAS IES PESQUISADAS

Após o referencial teórico, com o propósito de verificar qual pensamento geográfico embasa a formação do professor de geografia em dois polos de ensino superior na modalidade de ensino a distância, localizados no município de Criciúma (SC), apresentamos os dados relativos à análise dos seguintes documentos: Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), Proposta Pedagógica Curricular (PPC) e matriz curricular dos cursos.

Para compreender qual é o pensamento geográfico que se faz presente nos documentos analisados, foi definida a seguinte classificação: “presença”, “presença potencial” e “ausência”. A classificação “presença” significa a existência do pensamento geográfico crítico no documento; “presença potencial” significa que o documento proporciona ao professor a oportunidade de incluir o pensamento

geográfico crítico; “ausência” significa a não existência do pensamento geográfico crítico nos documentos analisados.

Por meio da Tabela 1, em função da análise das DCNs para o ensino de geografia, cabe destacar que a presença da corrente de pensamento geográfico crítica, apareceu quatro vezes no documento. Da mesma forma, a presença potencial para uma corrente crítica de pensamento geográfico também apareceu por quatro vezes. Já as correntes de pensamento determinista e possibilista não houve presença e presença potencial e sim ausência no documento analisado.

DCNs					
Corrente de pensamento geográfico	Presença	Presença potencial	Ausência	Total de ocorrências	Total de documentos
Geografia determinista	0	0	4	4	1
Geografia possibilista	0	0	4	4	1
Geografia crítica	4	4	0	8	1

Tabela 1 – Análise da corrente de pensamento geográfico contida nas DCNs. Elaboração dos Autores com base em Bardin (2009)

Diante das análises realizadas em busca do pensamento geográfico presente nas DCNs dos cursos de geografia, percebe-se que o pensamento geográfico crítico se faz presente, pois a geografia é uma área do conhecimento que vem, ao longo dos anos, consolidando teorias científicas na busca por compreender e explicar as diferentes interações entre a sociedade e o meio natural, como se inter-relacionam.

Atualmente, no mundo em que vivemos, percebe-se a sua constante transformação, e é através dessa movimentação que surgem novos espaços apresentando relações complexas de interação em âmbito local e global, que vão se refletir no dia a dia da população, fazendo com que o campo da geografia busque por métodos e teorias com condições suficientes para auxiliar na compreensão dessa realidade.

Os colegiados dos cursos de geografia devem buscar por metodologias que possibilitem a “liberdade da crítica” e que consigam se desvincular do livro didático como “cartilha” (BRASIL, 2001), pois o objeto de estudo é o espaço geográfico onde tudo acontece, considerando o rigor científico dessa área do conhecimento.

Percebe-se nas DCNs de geografia a tendência do pensamento geográfico para uma criticidade, possibilitando aos estudantes de graduação criar e estabelecer situações de reflexão sobre o meio em que vivem para poderem atuar nas escolas, fazendo uso de diferentes metodologias e não somente o livro didático.

Na Tabela 2 apresentamos a análise das concepções de ensino contidas nos projetos pedagógicos dos cursos de geografia pesquisados, apresentados como A e B.

PPC					
Concepções de ensino	Presença	Presença potencial	Ausência	Total de ocorrências	Total de documentos
	A/B	A/B	A/B	A/B	A/B
Tradicional	0-0	0-0	4-4	4-4	2
Tecnicista	0-0	0-0	4-4	4-4	2
Histórico-crítica	4-4	4-4	0	8-8	2

Tabela 2 – As concepções de ensino geográfico contidas nos PPCs dos cursos. Elaboração dos Autores, 2020

Após análise dos documentos, fica evidenciado que os dois cursos apresentam em seus projetos pedagógicos todos os itens estabelecidos pelas DCNs do curso de licenciatura em geografia, sendo que a formação inicial deve ter como finalidade preparar o estudante para a docência em geografia.

As palavras temas presentes nos documentos analisados – como pensamento crítico, preparação do estudante para atuar em sociedade, debates, troca de experiências e interdisciplinaridade – sinalizam, nos dois projetos pedagógicos dos cursos de geografia, a presença de uma concepção de pensamento geográfico crítico.

Moraes (2002) destaca a denominação de geografia crítica, aquela que vem de uma postura crítica radical em relação às correntes de pensamento geográfico existentes até então, como o determinismo e o possibilismo. Logo, busca-se uma transformação da realidade social, resgatando o objeto de estudo como uma “arma” frente a esse processo. Assim, luta-se por uma geografia de caráter militante, que busque uma sociedade justa e igualitária, considerando as questões geográficas como um instrumento para libertar o ser humano da ausência de conhecimentos.

Santos (1986) destaca ainda que o espaço, além de ser social, faz parte da história, pois, ao mesmo tempo que reside nele, o homem se relaciona com o meio em que vive, produzindo-o e o transformando.

O pensamento crítico na geografia significou uma aproximação com os movimentos sociais, primando pela busca ao acesso a uma educação de qualidade, a moradia, a ampliação dos direitos civis e sociais, além do combate à pobreza, o direito à terra, buscando, enfim, dialogar em diferentes espaços, gerando debates e conflitos de opiniões. Nesse sentido, essa abordagem diz respeito a um posicionamento em relação à realidade estabelecida, constatando-se pela análise dos documentos que ambos apresentam uma abordagem histórico-crítica, apresentando total de oito (8) ocorrências da Tabela 2.

Na Tabela 3, apresentam-se os dados da corrente de pensamento geográfico contida na grade curricular dos cursos analisados.

De maneira geral, no documento das instituições verificadas, consta que o futuro profissional deverá estar preparado para atuar com qualidade para o exercício da docência na sua área de conhecimento, apresentando-se como um profissional capacitado para lidar com as situações no espaço escolar, proporcionando aos

estudantes conhecimentos científicos, práticos e pautados em uma corrente de pensamento crítica.

O documento preconiza que a implementação da iniciação científica do curso de licenciatura em geografia é uma forma pela qual é desenvolvida a linha de pensamento crítica, a qual possibilita ao estudante debater e estar em contato com as teorias da disciplina de geografia. O documento retrata a concepção do pensamento geográfico crítico, estabelecido por Moraes (2002), que diz respeito a um posicionamento em relação à realidade estabelecida, possibilitando uma abertura para pensar e buscar posicionamentos e resoluções de possíveis problemas.

GRADE CURRICULAR					
Corrente de pensamento geográfico	Presença	Presença potencial	Ausência	Total de ocorrências	Total de documentos
	A/ B	A/ B	A/ B	A/ B	A/ B
Determinista	0-0	0-0	4-4	4-4	2
Possibilista	0-0	0-0	4-4	4-4	2
Crítica	4-4	4-4	0	8-8	2

Tabela 3 – Corrente de pensamento geográfico contida na grade curricular. Elaboração dos Autores, 2020

Ao verificar os documentos das instituições pesquisadas, percebeu-se que, de acordo com as palavras-temas (construção da cidadania; formação pedagógica; compreensão do espaço geográfico e interdisciplinaridade), a ocorrência pela presença e presença potencial é de quatro nos dois documentos analisados. Percebe-se que isso tem a ver com a amplitude da disciplina de geografia, possibilitando nessa área do conhecimento desenvolver com os estudantes a interdisciplinaridade, pois, de acordo com Callai (2013), a geografia é uma disciplina curricular que contribui muito com a produção de instrumentos intelectuais para compreender o mundo e entender as pessoas como sujeitos deste mundo.

Uma questão presente nas duas instituições analisadas na modalidade a distância é que a graduação deve proporcionar aos estudantes a possibilidade de, além de conhecerem os conteúdos das disciplinas, realizarem a interação entre as áreas do saber. Percebe-se, no documento, que o estágio curricular é descrito como um componente obrigatório para ser cumprido legalmente e que necessita de planejamento e preparação dos estudantes que frequentam o ensino regular da instituição de nível superior. Observa-se, aqui, uma articulação entre a teoria e a prática, momento este que coloca o estudante a pensar sobre a realidade do espaço escolar, estabelecendo um início para as atividades de estágio em um movimento entre o saber e o fazer.

Entendendo que o estágio obrigatório é um componente que vai articular a relação entre a teoria e a prática, Pimenta (2002) destaca que o estágio obrigatório

constitui uma reflexão sobre a realidade educacional e a partir dessa realidade o conhecimento teórico faz parte como elemento de investigação e pesquisa para as atividades práticas de docência.

Pimenta (2002) afirma que o estágio obrigatório é uma disciplina teórica que vai se aproximar às práticas no espaço escolar, o que caracteriza uma discordância em relação aos documentos analisados nas duas instituições, que apresentam o estágio obrigatório como mais uma disciplina prática, que proporciona aos estudantes a oportunidade de observar na prática escolar e relacionar com a teoria estudada.

Logo, faltam elementos nos documentos analisados para compreender melhor a organização do estágio curricular obrigatório e, assim, perceber qual é a concepção de pensamento geográfico que está sendo desenvolvida pelo estudante em seu momento de prática pedagógica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao verificar os documentos das DCNs de licenciatura em geografia, os PPCs e a matriz dos dois cursos, foi possível perceber que estão em consonância com a legislação e bem atualizados no que se refere ao currículo e à organização das disciplinas apresentadas na matriz curricular.

Com a análise da corrente de pensamento geográfico presente nas Diretrizes Curriculares Nacionais, foi possível perceber e refletir que a geografia deve assumir o compromisso de buscar descobrir o conhecimento complexo que justifica a existência do seu objeto de estudo, que é o espaço geográfico dentro dos currículos escolares, visto que o documento aponta para diferentes situações de compreensão desse espaço.

Quanto à análise dos PPCs dos dois cursos, observou-se que cada instituição se organiza de maneira diferenciada, porém as duas pautadas nas normas da legislação estipulada pelo MEC, principalmente em relação às DCNs.

Percebe-se que na elaboração dos documentos dos cursos houve atenção aos documentos legais, uma vez que são eles que normatizam a implementação de possíveis modificações nos currículos, de forma a superar a cultura da “cartilha” sem abrir mão do rigor científico e metodológico que se deve ter perante a disciplina de geografia. As duas instituições pesquisadas formam professores de geografia, ficando claro que os primam pela autonomia, desenvolvimento da criticidade, competências e habilidades para que o estudante ao longo do curso possa ir se aperfeiçoando e interagindo com teorias e práticas. No entanto, não se tem clareza, a partir do estudo dos documentos, como essas questões são realizadas na modalidade a distância.

Percebe-se ainda, ao verificar os PPCs, que existe a preocupação dos colegiados dos cursos em atender esse novo momento da sociedade frente às inovações e o compromisso em formar profissionais com capacidade suficiente para exercer sua cidadania e ser um agente de transformação da sociedade.

Na análise das matrizes curriculares, foi possível perceber que as disciplinas e atividades propõem novos desafios, trabalhando com diferentes metodologias e estratégias diferenciadas, desenvolvendo nos estudantes habilidades e competências

para que a prática de sala de aula esteja alicerçada e com embasamento teórico, de modo que o curso possa realmente resgatar a consciência cidadã de seus estudantes e que eles, após a formação inicial, consigam em seus espaços de trabalho desenvolver atividades que busquem a formação de cidadãos reflexivos, atuantes e com criticidade para transformar o espaço geográfico em que vivem com conhecimento e sabedoria.

No entanto, cabe a reflexão: será que a geografia é capaz de contribuir com as tensões, os conflitos e as representações sociais que aparecem dentro do espaço escolar como um ponto de encontro e (des)encontro de histórias, de geografias de indivíduos que pensam e agem de modo diferente um do outro? Será que esses futuros profissionais frente ao mundo atual terão condições de perceber a corrente de pensamento geográfico que perpassa por entre os conteúdos trabalhados? São alguns questionamentos que ficaram no processo de pesquisa.

Nas instituições de ensino superior pesquisadas, ficou evidenciado pelos documentos analisados que a corrente que embasa a formação do professor de licenciatura em geografia é a corrente crítica, no entanto, uma pesquisa que abarcasse os egressos e o Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos referidos cursos talvez pudesse ratificar a predominância dessa corrente ou apresentar novas questões para pesquisa.

Este estudo contribuiu para muitas outras interrogações que surgem a cada leitura e análise que se realiza, pois, se as instituições de ensino superior, em seus documentos, estão pautadas conforme a legislação, estão organizadas em seus currículos pedagógicos primando pela formação crítica, será que esses futuros profissionais conhecem o espaço geográfico no qual estão dispostos a trabalhar?

Os referenciais teórico-metodológicos de maior destaque na literatura sobre o ensino de geografia são os PCNs e a BNCC. No entanto, cabe outra reflexão: será que as instituições de ensino superior na modalidade de ensino à distância, que formam professores de geografia para atuarem nas escolas da região, conhecem e fazem uso desse material, garantindo assim os aportes teóricos relacionando a prática no cotidiano escolar, fazendo com que essa disciplina escolar possa refletir, analisar, investigar, enfim, alfabetizar para uma educação geográfica e compreender a corrente de pensamento por ela embasada?

Muitos são os desafios para repensar a prática pedagógica, pois ensinar geografia é muito mais que trabalhar com conteúdo desconectados ou repetir conceitos prontos, é conseguir articular o conhecimento geográfico nos seus aspectos físico e humano, relacionando-os, para que a geografia na escola seja realmente significativa e faça relação com a teoria estudada.

SOBRE OS AUTORES

ANDRÉA RABELO MARCELINO é professora e coordenadora do Curso de Geografia da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).

armarcelino@unesc.net

<https://orcid.org/0000-0002-1936-4141>

GILDO VOLPATO é professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense (PPGE/Unesc).

giv@unesc.net

<https://orcid.org/0000-0001-9167-7559>

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. *Geografia: ciência da sociedade*. São Paulo: Atlas, 1987.

ANDRADE, Maria Margarida de. *Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalho na graduação*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ARCASSA, Wesley de Souza. Friedrich Ratzel: a importância de um clássico. *Geographia Opportuno Tempore*, v. 3, n. 1, 2017, p. 98-115. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/31840>. Acesso em: 22 de janeiro de 2019.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2009.

BESSI, Meri Loudes. *Região: uma (re)visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2004.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Características da investigação qualitativa. In: BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994, p. 47-51. (Coleção Ciências da Educação 12).

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei 9.394, de 20 de dezembro 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 22 jan. 2019.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia*/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro051.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2019.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: geografia*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/geografia.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/Câmara Superior de Educação. Parecer CNE/CES 492/2001 – homologado. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia,

- Arquivologia e Museologia. Brasília: MEC/CNE, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CESo492.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2019.
- CALLAI, Helena Copetti. *A formação do profissional da geografia: o professor*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2013.
- CHRISTOFOLETTI, Antonio. *Perspectivas da geografia*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1985.
- FERREIRA, Conceição Coelho; SIMÕES, Natércia Neves. *A evolução do pensamento geográfico*. 7. ed. Lisboa: Gradiva, 1992.
- GIL, Antonio Carlos. *Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES, Paulo César da Costa. *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- MARCELINO, Andréa Rabelo. *O pensamento geográfico na formação do professor de geografia: um estudo em dois cursos de licenciatura*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2019.
- MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MEDEIROS, Lucy Satyro de. *O currículo escolar de geografia e a construção do conhecimento: um olhar para a prática pedagógica do professor de Geografia*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2010. Disponível em: <http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/dissertacoes.html>. Acesso em: 11 jan. 2019.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. *Geografia: pequena história crítica*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- MOREIRA, Ruy. *O que é geografia*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- MOREIRA, Ruy. *O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes clássicas originárias*. São Paulo: Contexto, 2010.
- NOGUEIRA, Valdir; CARNEIRO, Sônia Maria Marchiorato. *Educação geográfica e a formação da consciência espacial cidadã*. Curitiba: ed. UFPR, 2013.
- PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. *Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna*. 4. ed. ver. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/75444>. Acesso em: 9 mar. 2019.
- PIMENTA, Selma Garrido. *Estágio e docência*. São Paulo: Cortez, 2002.
- SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos, GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, n. 1, julho de 2019, p. 1-15. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000215&pid=S0034-7612201400040000400033&lng=pt. Acesso em: 9 mar. 2019.
- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.
- SOUZA, C. G. et al. As principais correntes do pensamento geográfico: uma breve discussão da categoria de análise de lugar. *Enciclopédia Biosfera*, Centro Científico Conhecer, Goiânia, n. 7, 2009. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Disponível em: <http://www.conhecer.org.br/enciclop/2009/as%20principais.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2019.
- TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.
- VESENTINI, José William (org.). *O ensino de geografia no século XXI*. 7. ed. Campinas: Papirus, 2013.

Entre os gramados e os trilhos: a história do Paulista Futebol Clube de Jundiaí

[*Between fields and rails: the history of Jundiaí's Paulista Futebol Clube*]

Guilherme Grandi¹

Marcelo Roubicek²

RESUMO • O presente artigo investiga a relação entre o Paulista Futebol Clube de Jundiaí e a Companhia Paulista de Estradas de Ferro nas duas primeiras décadas do século XX. A partir do cruzamento de fontes documentais do Clube com o Banco de Dados Ferrovia, Cidade e Trabalhadores, a conquista do Oeste (1850-1920), revela-se o perfil dos ferroviários participantes da agremiação futebolística, trazendo à tona a dimensão paternalista das relações entre a equipe de futebol e a ferrovia. • **PALAVRAS-CHAVE** • Futebol; ferrovia; Paulista F.C. • **ABSTRACT** • This study investigates the

relationship between Jundiaí's Paulista Futebol Clube and Companhia Paulista de Estradas de Ferro during the first two decades of the 20th century. Through the crossing of information from the club's sources and the database Ferrovia, Cidade e Trabalhadores, a conquista do Oeste (1850-1920), the study shows the profile of the railway workers that participated in the football club, revealing the paternalist dimension of the relations between the football team and the railway company. • **KEYWORDS** • Football; railway; Paulista F.C.

Recebido em 11 de setembro de 2020

Aprovado em 16 de julho de 2021

GRANDI, Guilherme; ROUBICEK, Marcelo. Entre os gramados e os trilhos: a história do Paulista Futebol Clube de Jundiaí. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 79, p. 104-123, ago. 2021.



DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v71i79p104-123>

1 Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

2 Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

O surgimento de equipes de futebol no Brasil durante a primeira metade do século XX é comumente associado, pela historiografia especializada, ao avanço das companhias de estradas de ferro pelo território nacional³. Buchmann (2004) levanta dezenas de equipes originalmente vinculadas aos trabalhadores ferroviários do país, e o estado de São Paulo, em particular, se destaca a esse respeito, haja vista que ao menos 40 equipes de futebol foram organizadas por essa categoria profissional em todo o estado. Entre tantos clubes fundados por ferroviários e empresas de estradas de ferro, muitos se mantêm ainda ativos, tendo alcançado relativo sucesso esportivo ao longo das décadas. O Nacional Atlético Clube (antigo São Paulo Railway Athletic Club), o Ituano Futebol Clube, o Esporte Clube Noroeste (de Bauru) e a Associação Ferroviária de Esportes (de Araraquara), são alguns exemplos de clubes do interior paulista que foram fundados por iniciativa de empresas ferroviárias e seus funcionários.

Costa (1976, p. 160) associa a instalação das estradas de ferro com os primórdios do trabalho assalariado no Brasil e, portanto, com uma nova relação econômica, pautada pela lógica capitalista, que foi inserida em um sistema produtivo tipicamente escravista no decorrer da segunda metade do século XIX. Nesse sentido, o ferroviário pode ser entendido como o que a autora chama de “proletariado precoce e embrionário”.

Lanna (2016, p. 532), por sua vez, observa que a divisão do trabalho era uma das características mais marcantes da estrutura laboral existente no interior das companhias ferroviárias. A subdivisão de tarefas e cargos em diversas seções de trabalho favorecia a hierarquização dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, possibilitava a eles construir longas carreiras numa mesma empresa. Em outras palavras, a divisão da estrutura organizacional das empresas ferroviárias em inúmeros departamentos incentivava o operário a iniciar de baixo, como aprendiz, por exemplo, induzindo-o a buscar a progressão na carreira ao longo dos anos. Cabe apontarmos ainda para um aspecto central das relações de trabalho do setor ferroviário: a recorrente fidelidade dos operários à empresa, uma decorrência

3 Sobre a vinculação dos clubes de futebol com empresas ferroviárias em São Paulo, consultar, dentre outros trabalhos citados ao longo deste estudo, o artigo de Almeida, Gutierrez e Ferreira (2010).

direta do paternalismo⁴ existente nesse setor em São Paulo. Dado que muitos ferroviários passavam a vida inteira na mesma companhia, criava-se uma cultura de identificação desses trabalhadores com a “filosofia” da empresa, que inspirava respeito e admiração por ela, e com o serviço ferroviário, logo, com a rotina de trabalho em uma diversidade de funções que se complementavam entre si.

A carreira de ferroviário era transmitida por laços de família e, portanto, havia um caráter hereditário que se difundia por gerações. Era comum a profissão ser passada de pai para filho, com o herdeiro repetindo o ciclo profissional do seu progenitor ao iniciar na profissão em cargos inferiores, buscando perseguir paulatinamente postos mais elevados na estrutura produtiva e organizacional da ferrovia. Além disso, as empresas ferroviárias costumavam abrir vagas e espaços de atuação exclusivos para os filhos de seus funcionários, a exemplo dos cursos de formação profissional oferecidos pelas próprias companhias em suas oficinas de construção, reparo e manutenção do material ferroviário (SEGNINI, 1982; LANNA, 2016; INOUE; GRANDI, 2021).

Tudo isso contribuía para a emergência da “família ferroviária”, configuração segundo a qual os operários se organizavam em torno da identidade comum ao trabalho e do sentimento de pertencimento a um grupo social específico, que, inseridos em uma estrutura produtiva e um ambiente profissional marcados por uma cultura paternalista de gestão empresarial, seguiam fiéis ao trabalho disciplinado ao se sentirem honrados pelos cargos ocupados e funções exercidas. As diretorias dessas estradas incentivavam, por meio de práticas paternalistas, esse tipo de organização e de sentimento entre os funcionários ao agir como o *pater familias*. O próprio lema “Trabalho, Família e Companhia Paulista” explicita tal relação (LANNA, 2016, p. 526).

Para Segnini (1982, p. 80), a relação de trabalho no setor ferroviário se caracteriza, dentre outras coisas, pela introjeção da “moral patronal”, ou seja, pela inserção dos valores da corporação nas relações cotidianas vividas pelos trabalhadores. Quando se considera a hierarquização presente nas empresas e se retoma a ideia de uma estrutura dividida em vários níveis, é possível inferir que a moral patronal começava dos níveis hierárquicos mais altos e ia descendo, se disseminando através de microrrelações de poder estabelecidas no interior da empresa. Esse caminho era percorrido de forma pessoal, resultando na transmissão e reprodução dos valores empresariais nos ambientes sociais e privados dos ferroviários.

Diante do exposto nesta breve introdução, a organização dos operários para a prática esportiva também era um dos espaços sociais produzidos e, portanto, forjados pelas relações paternalistas de produção que marcaram a gestão empresarial das companhias ferroviárias paulistas. O presente artigo busca investigar como tal

4 Via de regra, o paternalismo busca assegurar a dominação do capital sobre o trabalho, uma vez que empresas organizadas sob tal modelo de gestão procuram atender às necessidades dos seus funcionários em troca de um comportamento que denote gratidão e lealdade à empresa. Nesse sentido, a aceitação do domínio se dá por meio da disciplina e subordinação irrestrita dos trabalhadores à gerência empresarial, além do esforço constante dos subordinados em corresponder às expectativas da direção da empresa (TEIXEIRA, 1984). Para um aprofundamento sobre a questão do paternalismo na Companhia Paulista de Estradas de Ferro entre as décadas de 1920 e 1940, ver: Inoue e Grandi (2021).

configuração se manifestava nos clubes de futebol e, em especial, como era refletida pelos próprios membros das agremiações futebolísticas. Nosso estudo, contudo, examina a história de um clube específico que se originou da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (doravante Companhia Paulista). Trata-se do Paulista Futebol Clube de Jundiá (doravante Paulista F.C.).

METODOLOGIA, OBJETIVO E ESTRUTURA DO ARTIGO

Antes de iniciar a análise, é necessário explicitarmos que o presente estudo se baseia no exame de documentos selecionados que compõem o acervo do Centro de Memória de Jundiá (CMJ), vinculado ao Museu Histórico e Cultural de Jundiá, da Unidade de Gestão de Cultura do Município. Nesse acervo, foi possível consultar diversos documentos referentes a vários períodos da história do Paulista F.C., incluindo jornais, fotos, livros de ofícios, atas de reunião, entre outros. Para a elaboração deste artigo, o principal documento consultado foi o Livro de Ofícios do Paulista Foot Ball Club, que compreende o período entre janeiro de 1915 e fevereiro de 1919 e constitui, junto com o acervo fotográfico e alguns outros documentos (tais como a ata de fundação e trechos de jornais), o registro mais antigo das atividades do clube, cuja fundação remonta ao ano de 1909.

A principal técnica de pesquisa utilizada neste estudo foi o cruzamento de dados e informações encontrados sobre o clube no material empírico por nós selecionado no CMJ e no Banco de Dados Ferrovia, Cidade e Trabalhadores, a conquista do Oeste (1850-1920), organizado por Lanna (2000). A técnica do cruzamento de fontes primárias nos permitiu identificar os membros das primeiras gerações do Paulista F.C. que foram contratados pela Companhia Paulista no período compreendido pelo banco de dados, sendo este o objetivo principal do presente artigo. O resultado completo desse cruzamento pode ser conferido na Figura 1.

Nome	Nacionalidade	Ano de Admissão	Idade na Admissão	Anos de Empresa	1º Cargo	Último cargo	1º salário	Último Salário	Motivo de saída	Posição no Paulista
Adão Gray	Esvolço	1888	20	43	Ajustador	Chefe de Oficinas	2075000 / mês	1805000 / mês	Aposentadoria	Sócio
Melchior Almeida	Portugal	1891	17	41	Aprendiz de Ajustador	-	35500 / dia	-	Demissão	1º Tesoureiro
Accacio Simões	-	1891	-	32	Ajustador	-	55500 / dia	15800 / hora	Aposentadoria	Sócio
Gustavo Storch	-	1892	-	36	Chefe de Oficinas	Chefe de Oficinas	3205000 / mês	3205000 / mês	Aposentadoria	Sócio Honorário
Francisco Santos Paes	Brasileiro	1894	16	37	Telegrafista	1º Escrivário	1455000 / mês	6005000 / mês	Aposentadoria	Sócio
Carlos Jorge Marques	-	1894	-	30	Chefe	Escrivário	1805000 / mês	3705000 / mês	Aposentadoria	Sócio
José Manilla	-	1895	-	28	Rebeldado	Caldeireiro	75000 / dia	25000 / hora	Aposentadoria	Tesoureiro
Ogripau Arruda	Brasileiro	1896	14	33	Praticante Escrivário	-	405000 / mês	1405000 / mês	Aposentadoria	Sócio
Tibácio Sigreira	Brasileiro	1896	-	32	Escrivário	Ajudante de Almoço/fidado	1505000 / mês	1505000 / mês	Aposentadoria	Presidente
Alfredo Ehrardt	-	1896	-	28	Fundidor	-	85000 / dia	-	Aposentadoria	Sócio
José Faggiani	-	1897	-	31	Aprendiz	Chefe da Tipografia	45500 / dia	9005000 / mês	Aposentadoria	2º Tesoureiro
Nicomedes Correa	Brasileiro	1900	13	50	Aprendiz de Fundidor	Inspetor de Carros e Vagões	5500 / dia	-	Apos. especial	Comissão de Sindicância /
Arthur Marcianno	Brasileiro	1900	12	39	Praticante Telegrafista	Chefe de Seção	25500 / mês	9005000 / mês	Aposentadoria	Sindicância
Francisco Fuller	Brasileiro	1901	15	48	Aprendiz de Ajustador	Coma Mestre	5500 / dia	Cr\$1500 / mês	Aposentadoria	Sócio / Comissão de Sindicância / Dir. Esportivo
Americo Bertolin	Brasileiro	1903	13	46	Aprendiz de Fundidor	Chefe de Turno	5500 / dia	Cr\$1750 / mês	Aposentadoria	Vice Diretor Esportivo / Comissão de Futebol
Carlos Corde	Brasileiro	1904	17	35	Memagisto	Chefe da Seção de Arquivo	1005000 / mês	-	Aposentadoria	1º Secretário
Joaquim Santos	Brasileiro	1904	16	34	Praticante Telegrafista	-	-	9005000 / mês	Aposentadoria	Sócio
Joaquim E. Oliveira	Brasileiro	1906	17	43	Memagisto	Auxiliar Administrativo	755000 / mês	Cr\$1500 / mês	Apos. especial	Tesoureiro
Amadeu Guimarães	Brasileiro	1906	15	43	Trabalhador	Ajudante de Apontador	3500 / dia	15500 / hora	Aposentadoria	Sócio
Benedictio Santos	Brasileiro	1906	17	27	Furador	Ajustador	35500 / dia	15600 / hora	Falecimento	Sócio
Sidney John Norrman	Brasileiro	1907	15	42	Aprendiz de Ajustador	Mestre	15000 / dia	Cr\$2500 / mês	Aposentadoria	Sócio
Francisco Soares	Brasileiro	1908	13	41	Aprendiz de Ajustador	Ajustador	15000 / dia	Cr\$6,25 / hora	Aposentadoria	Sócio
Carlos Ely	Brasileiro	1908	15	43	Aprendiz de Torneiro	Furador	15000 / dia	Cr\$6,25 / hora	Aposentadoria	Sócio / Capitão
Antonio Marques Mera	Espanhol	1908	15	41	Praticante Escrivário	Auxiliar Administrativo	205000 / mês	2105000 / mês	Aposentadoria	Sócio
José Sarmento Netto	Brasileiro	1909	15	40	Praticante Telegrafista	Assistente de Contador	-	2005000 / mês	Apos. especial	Sócio
Alvaro Nazareth	Brasileiro	1910	13	39	Aprendiz de Ajustador	Mestre	18800 / dia	Cr\$2416 / mês	Aposentadoria	Sócio
Jayne Chittenden	Inglês	1910	14	39	Aprendiz de Fundidor	Auxiliar de Inspetor	5500 / dia	1805000 / mês	Aposentadoria	Sócio / Capitão
Ignacio Duarte	Brasileiro	1910	16	39	Aprendiz de Fundidor	Fundidor	5500 / dia	65400 / dia	Aposentadoria	Sócio
Eugenio Zichel	Brasileiro	1911	15	38	Aprendiz de Torneiro	1º Oficial	5500 / dia	25500 / hora	Aposentadoria	Sócio
José Maria Correia Lemos	Brasileiro	1912	19	37	Praticante Escrivário	1º Escrivário	505000 / mês	Cr\$1300 / mês	Aposentadoria	Sócio
Henrique Bergant	Brasileiro	1912	15	37	Aprendiz de Ajustador	Oficial 1	5500 / dia	Cr\$750 / hora	Aposentadoria	Sócio
Gaspar G. da Silva	Brasileiro	1912	18	37	Praticante Escrivário	Chefe de Seção	405000 / mês	-	Aposentadoria	Sócio
Waldemar de Godoy	Brasileiro	1912	16	33	Trabalhador	Torneiro Mecânico	35500 / dia	25000 / hora	Falecimento	Sócio
Emílio Tordello	Brasileiro	1913	20	36	Continuo	Escrivário 4	1205000 / mês	4550000 / mês	Aposentadoria	Sócio
Augusto Maia	Brasileiro	1913	15	36	Aprendiz de Carpinteiro	Modelador	5500 / dia	5900 / hora	Aposentadoria	Sócio
Antonio Grassi	Italiano	1913	17	33	Malhador	Apontador	45000 / dia	Cr\$950 / mês	Aposentadoria	Sócio
Benedictio Pompeu	Brasileiro	1913	19	15	Marielero	Malhador	-	-	Exercerção	Sócio
Antonio dos Santos	Brasileiro	1914	12	36	Aprendiz de Ajustador	Ajustador	5500 / dia	Cr\$6,25 / hora	Apos. especial	Sócio
Rosario Braun	Italiano	1914	23	22	Furador	Caldeireiro	55000 / dia	25300 / hora	Aposentadoria	Sócio
Wenceslas Zymkowski	-	1915	-	12	Fogueteiro	Fogueteiro	75000 / dia	15200 / hora	Falecimento	Sócio
Joko Norrman Jr	Brasileiro	1916	14	33	Praticante Escrivário	Assistente	305000 / mês	Cr\$3500 / mês	Aposentadoria	Sócio Honorário
Manoel Perna	Brasileiro	1917	20	32	Trabalhador	Ajustador	35500 / dia	15500 / hora	Aposentadoria	Sócio
Carlos Campos	Brasileiro	1917	20	32	Tipografo	Tráfego	905000 / mês	-	Apos. especial	Sócio
Antônio Baragatti	Brasileiro	1918	22	31	Alcunhe de Ajustador	Marceneiro	45500 / dia	15600 / hora	Aposentadoria	Sócio / Capt. / Arbitro / Comissão de Futebol

Figura 1 – Integrantes das primeiras gerações do Paulista F.C. contratados pela Cia. Paulista, 1888-1918

Mais do que a coincidência de nomes que constam nas duas fontes, nos foi possível identificar as funções assumidas pelos indivíduos nas duas organizações – o clube e a ferrovia –, reconhecendo características e traços de cada uma delas. Além disso, foram transcritos alguns trechos desses documentos que complementam e enriquecem a ilustração do quadro histórico que representa a relação entre a agremiação futebolística e a empresa ferroviária. Assim, optamos por subdividir nosso estudo em mais duas seções, além das considerações finais. A seção a seguir trata das origens do Paulista F.C., ao passo que a seção subsequente versa sobre a relação entre o Clube e a Companhia Paulista.

TRABALHO FERROVIÁRIO, PRÁTICA ESPORTIVA E HEREDITARIEDADE

A primeira tentativa de criação de um time de futebol ligado aos ferroviários da Companhia Paulista alocados no município de Jundiaí, fundamentalmente nas oficinas de construção, reparos e manutenção do material ferroviário, se deu em 1903 por meio do Jundiahy Foot Ball Club (LANNA, 2016, p. 540). A agremiação foi fundada pelos trabalhadores da Companhia, e a primeira partida foi disputada em 24 de junho de 1903 contra a Associação Atlética União da Lapa, equipe oriunda do bairro operário da Lapa, da cidade de São Paulo, onde a presença de ferroviários da companhia inglesa São Paulo Railway também era expressiva. Lucato (2002, p. 19-27) nota que o jogo foi realizado em um campo no bairro da Barreira, próximo à sede da Companhia Paulista

em Jundiaí, e que os atletas usaram como vestiário um vagão de trem situado nas proximidades do campo onde se realizou a partida. A equipe da Lapa venceu por um a zero. A escalação do Jundiahy para esse jogo foi a seguinte: John Normanton; A. Henworthy e T. Scott; G. Hanikel, Curadi e Pacheco; Ribeiro, Rogek, J. Henworthy, Frederico Fuller e Leite; na reserva, J. Simões e A. Simões (LUCATO, 2002, p. 21).



Figura 2 – Equipe do Jundiahy Foot Ball Clube. Registro feito entre 1903 e 1908. Foto cedida por Márcio José Dias

Uma curiosidade a respeito desse confronto foi revelada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* do dia 23 de junho de 1903, no qual o Jundiahy foi apresentado como o time do Grêmio Recreativo dos Empregados da Companhia Paulista. O Grêmio Recreativo era uma organização formada por trabalhadores da ferrovia para a realização de eventos dedicados ao lazer e entretenimento, como bailes dançantes e sessões de cinema. Estaria o Jundiahy F.C., de fato, ligado diretamente a essa agremiação? Ao que tudo indica, sim. No entanto, é importante pontuarmos que havia à época uma evidente indefinição acerca do que era uma organização fundada especificamente para a prática do futebol, em relação a outras voltadas para formas diversas de lazer e entretenimento praticadas pelos empregados da Companhia Paulista.

O fato, no entanto, é que o Jundiahy Foot Ball Club teve vida efêmera, sendo extinto em 1908 em decorrência da morte de um dos seus fundadores (LANNA, 2016, p. 540). Todavia, não tardou para que houvesse uma nova tentativa de organizar um clube de futebol ferroviário em Jundiaí. Em 17 de maio de 1909, o Paulista Foot Ball Club foi fundado como resultado da reunião realizada ao pé do

trem nº 34, no pátio de manobras da Companhia Paulista. Segue a transcrição do seu documento de fundação:

Associação: - 'Paulista Foot Ball Club'

Tendo sido por indicação do sócio 1º secretário da assembleia, proposto o uniforme haver com monogramma sobre o lado esquerdo em todas as camisas, (1º e 2º teams) o sr. presidente da assembleia nomeou-se em comissão para estudar a indicação.

Tendo-se discutido as propostas apresentadas, procedeu-se à eleição da directoria que dirigirá os destinos da associação durante o corrente anno, dando a sua apuração o seguinte resultado:

Presidente: - John Lewis Jones

Vice “: - Williams Knox

1º secretário: - Carlos Bloch

2º “: - Luis Carvalho

1º Thesoureiro: - Melchior Almeida

2º “: - Accacio Simões

1º Captain: - Freddie Fuller

2º “: - William Gorst

Nada mais havendo que tratar-se, levantou-se a sessão às 2 ½ horas da tarde. Eu, Carlos Salles Bloch, secretário da assembleia e primeiro secretário do Jundiahy; digo 'Paulista Foot Ball Club', que reescrevi e assigno.

Jundiahy, 17 de Maio de 1909

Carlos Salles Bloch,

Transladada do original, em 1º de Junho de 1909 (Dacta termo de abertura)⁵.

Salienta-se que na ata de fundação do Paulista F.C., transcrita acima, o próprio secretário se confunde ao chamar a nova organização de Jundiahy, evidenciando a continuidade entre a nova agremiação esportiva e a anterior. A partir da fundação, o Paulista F.C. passou a reunir cada vez mais sócios, que se juntavam para a prática recreativa do futebol. Havia inclusive duas divisões de equipes. Uma era a divisão em primeiro e segundo quadros, que seriam os responsáveis por representar o clube em partidas com outras agremiações. A outra era a divisão interna de times formados por membros do próprio clube, que realizavam partidas entre si. Assim, as divisões se distinguiam por cores (time vermelho, time branco, time preto etc.), que eram representadas por seus respectivos capitães. Desse modo, mesmo quem não estivesse no primeiro quadro teria espaço para a prática do futebol, ainda mais considerando-se que o esporte bretão naquele contexto ainda era praticado de forma amadora e que o profissionalismo só viria a ser adotado pelo Paulista F.C. na virada dos anos 1940 para a década de 1950 (GOTTARDO, 2018, p. 15-16).

Ao reunir a identidade dos sócios do Paulista F.C. nos anos compreendidos entre 1909 e 1920 e cruzar com as informações do banco de dados “Ferrovia, cidade e trabalhadores, a conquista do Oeste (1850-1920)”, identificamos 44 indivíduos comuns

5 Ata de Fundação do Paulista Foot Ball Club, 17 de maio de 1909. Nas transcrições, foram mantidas a grafia e a pontuação originais dos documentos.

que constam nas duas fontes (ver Figura 1). O número se explica pela alta incidência de homônimos e pela dificuldade de confirmarmos se os mesmos nomes se referem necessariamente às mesmas pessoas. Dos 44 indivíduos selecionados, nos foi possível identificar a nacionalidade de 37 deles, sendo 31 brasileiros. Os seis estrangeiros vinham da Inglaterra (Jayme Chittenden), da Itália (Rosario Bruno e Antonio Grassi), de Portugal (Melchior Almeida), da Escócia (Adão Gray) e da Espanha (Antonio Marques Mora). Mesmo entre os trabalhadores brasileiros, é possível reconhecer alguns de ascendência estrangeira, como é o caso dos irmãos Normanton, filhos do inglês John Normanton, que jogou pelo Jundiahy F.C. na partida inaugural contra a União da Lapa (RIBEIRO; BONI, 2013, p. 83).

O exame da documentação nos indica que 27 indivíduos tinham registradas sua cor de pele, sendo todos eles definidos como brancos, o que está em acordo com a dificuldade de inserção dos negros nos espaços futebolísticos, conforme apontado por Santos (2010). Além disso, a presença de estrangeiros era comum em clubes de futebol e nas empresas ferroviárias durante as primeiras décadas do século XX. Segundo Ferreira (2004), a convivência entre imigrantes e brasileiros era muitas vezes conturbada nos espaços do trabalho ferroviário. Em especial, as tensões entre brancos estrangeiros e negros brasileiros criavam divisões no ambiente profissional, o que frequentemente gerava obstáculos para a ascensão dos negros dentro das empresas. No caso do Paulista F.C., os prontuários funcionais dos ferroviários revelam que a presença de estrangeiros não implicava em maior tensionamento de eventuais conflitos raciais, já que todos os integrantes do clube que tiveram a cor da pele especificada foram registrados como brancos. O levantamento realizado por Lanna (2016, p. 524) também reforça esse traço étnico entre os funcionários da Companhia Paulista ao revelar o baixo número de negros contratados pela empresa entre 1870 e 1919 em comparação ao número de brancos.

O material empírico nos revela também a idade de admissão na Companhia Paulista de 36 dos 44 indivíduos arrolados, conforme pode ser consultado na Figura 1 – 30 deles ingressaram com menos de 20 anos de idade, sendo os mais novos com 12 anos; os outros seis tinham entre 20 e 23 anos, o que também indica que se tratava de jovens. A idade de admissão no grupo escolhido fica em pouco mais de 16 anos em média. O mais comum entre esses jovens era iniciarem as atividades na Companhia Paulista como aprendizes ou praticantes. Dos 18 indivíduos selecionados que ingressaram na empresa com 15 anos ou menos, apenas um (Amadeu Gianazzi) não começou por meio de um desses cargos de iniciante. O restante ocupou funções de aprendiz – ajustadores, fundidores, torneiros ou carpinteiros – ou praticante nas atividades de escriturário, telegrafista, entre outras.

O salário inicial da maioria dos trabalhadores era consideravelmente baixo devido, em geral, à pouca idade, variando entre \$500 e 1\$800 ao dia. Para efeito de comparação, o vencimento de um fundidor à época era de 8\$000 ao dia, enquanto rebitadores e foguistas ganhavam cerca de 7\$000 por jornada diária. Entretanto, além dos dados relativos à idade, ao cargo e ao salário no momento do ingresso na Companhia daqueles que se tornaram membros do Paulista F.C., é importante observarmos como eles deixaram de trabalhar na ferrovia. Da nossa amostra de 44 ferroviários, impressionantes 39 se aposentaram na empresa, sendo cinco deles

com aposentadoria especial. Outros três faleceram enquanto eram empregados da estrada (Waldemar de Godoy, Benedicto Santos e Wenceslau Zmylowski), sendo um outro exonerado (Benedicto Pompeu)⁶ e um último demitido (Melchior Almeida)⁷.

A partir de outro ângulo de análise, apenas dois, da totalidade dos nomes arrolados, não foram funcionários da Companhia Paulista até o fim de suas vidas profissionais. Isso reflete a ideia de que era comum aos trabalhadores construírem suas carreiras dentro de uma única empresa, o que evidentemente contribuía para a formação e o fortalecimento da identidade ferroviária e da noção de “família ferroviária”. Afinal, o indivíduo era admitido muito jovem e passava a vida inteira trabalhando com as mesmas pessoas, no mesmo ambiente, buscando aos poucos alçar-se a postos de trabalho mais qualificados dentro da hierarquia ocupacional da estrada de ferro. Esse aspecto pode ainda ser reforçado quando se observa que a média de permanência como funcionário da Paulista, entre aqueles que se aposentaram na Companhia, é de 36 anos.

De todos os funcionários que encerraram suas carreiras na empresa, encontramos 12 que eram membros do Paulista de Jundiaí e que permaneceram mais de 40 anos trabalhando na Companhia Paulista, a maioria dos quais ingressou na década de 1900 e saiu apenas nos anos 1940. Entre esses 12, a média de tempo de dedicação ao trabalho na ferrovia é de cerca de 43 anos. O sócio do clube futebolístico com maior tempo de atuação na Companhia é o sr. Nicomedes Correa, que foi empregado por 50 anos⁸ e sobre o qual falaremos mais adiante.

Quanto ao cargo no momento de saída da empresa, esse variava de acordo com a trajetória traçada por cada trabalhador. O sr. Augusto Maia, por exemplo, entrou em 1913, aos 15 anos de idade, como aprendiz de carpinteiro, ganhando um ordenado de \$500 ao dia. Quando se aposentou, em 1949, ele atuava como modelador e recebia um salário de \$900 por hora⁹. Já o sr. Eugênio Zichel, que também começou a trabalhar na Paulista aos 15 anos de idade, iniciou em 1911 como aprendiz de torneiro e permaneceu na empresa por 38 anos. Quando se aposentou, ocupava a função de 1º oficial e ganhava 2\$500 por hora de trabalho¹⁰.

Há, contudo, algumas dificuldades de análise em se comparar os salários dos trabalhadores no momento de suas aposentadorias. Em primeiro lugar, nem todos se aposentaram sob o regime da mesma moeda, dado que em 1942 o mil-réis foi substituído pelo cruzeiro. Além disso, nem todas as remunerações estão expressas na

6 Cp. 75.3-2, prontuário 117, ficha 1566. Arquivo Geral da Fepasa, Banco de Dados Ferrovia, Cidade e Trabalhadores, a conquista do Oeste (1850-1920).

7 Cp. 75.4-34, prontuário 1110, ficha 212. Arquivo Geral da Fepasa, Banco de Dados Ferrovia, Cidade e Trabalhadores, a conquista do Oeste (1850-1920).

8 Cp. 75.4-72, prontuário 1598, ficha 313. Arquivo Geral da Fepasa, Banco de Dados Ferrovia, Cidade e Trabalhadores, a conquista do Oeste (1850-1920).

9 Cp. 75.4-51, prontuário 1348, ficha 273. Arquivo Geral da Fepasa, Banco de Dados Ferrovia, Cidade e Trabalhadores, a conquista do Oeste (1850-1920).

10 Cp. 75.4-31, prontuário 1082, ficha 1460. Arquivo Geral da Fepasa, Banco de Dados Ferrovia, Cidade e Trabalhadores, a conquista do Oeste (1850-1920).

documentação primária sob a mesma unidade de tempo, ou seja, há funcionários cujo último salário está registrado por hora, enquanto outros têm o valor lançado por dia ou por mês. Isso, além do fato de se tratar de valores nominais, limita a comparação entre os vencimentos dos indivíduos analisados.

Retomando a questão da longevidade dos sócios da agremiação esportiva dentro da empresa ferroviária, observamos que isso só era possível devido ao caráter amador da atividade futebolística do Paulista F.C. à época, o que permitia a conciliação entre o trabalho na ferrovia e a participação eventual como jogador do clube. Os gramados e os trilhos não eram excludentes, mas complementares na vida do trabalhador jundiaense.

Outro aspecto que salta aos olhos refere-se à hereditariedade da categoria ferroviária entre os sócios do Paulista de Jundiaí. Ao investigar os membros do Clube, cujas fichas profissionais foram identificadas no Banco de Dados Ferrovia, Cidade e Trabalhadores, a conquista do Oeste (1850-1920), é possível encontrarmos casos em que o filho seguiu a mesma trajetória do pai ao se tornar ferroviário. O percurso profissional do sr. Conrado Föelkel, por exemplo, é emblemático nesse sentido. Os filhos Arnaldo¹¹ e Conrado Júnior¹² entraram na Companhia Paulista respectivamente como aprendiz de ajustador, em 1913, e praticante de escriturário, em 1915, ambos com 14 anos. Em seguida, passaram cerca de 36 anos na empresa, antes de se aposentarem – Arnaldo em setembro de 1949 e Conrado Júnior em dezembro de 1950. O pai, Conrado Föelkel, havia sido eleito por unanimidade pela assembleia geral do Paulista F.C. como sócio honorário do Clube.

Além de Föelkel, outro sócio honorário do Paulista viu seus filhos fazerem carreira na estrada de ferro. Trata-se do inglês João (John) Normanton, que atuou como goleiro do Jundiahy F.C. naquela primeira partida da equipe contra a Associação Atlética União da Lapa (RIBEIRO; BONI, 2013, p. 83). Seu filho Sydney John Normanton¹³ ingressou na Companhia Paulista em 1907, aos 15 anos, como aprendiz de ajustador. Ao longo da carreira, foi ferreiro, 1º oficial e mestre ferreiro. Sua aposentadoria se deu após 42 anos de serviço. Já João Normanton Júnior¹⁴ iniciou em 1916 como praticante de escriturário. Em mais de 33 anos de carreira, ele passou por Jundiaí e Campinas, atuando primeiramente como escriturário, chegando até à chefia da secretaria. Nos prontuários da Companhia Paulista, há ainda o registro de um terceiro Normanton, chamado Benjamin, que, segundo Ribeiro e Boni (2013, p. 83), também era filho de John Normanton. Benjamin entrou na ferrovia aos 14 anos

11 Cp. 75.4-56, prontuário 1403, ficha 338. Arquivo Geral da Fepasa, Banco de Dados Ferrovia, Cidade e Trabalhadores, a conquista do Oeste (1850-1920).

12 Cp. 75.4-140, prontuário 2597, ficha 745. Arquivo Geral da Fepasa, Banco de Dados Ferrovia, Cidade e Trabalhadores, a conquista do Oeste (1850-1920).

13 Cp. 75.4-144, prontuário 2648, ficha 766. Arquivo Geral da Fepasa, Banco de Dados Ferrovia, Cidade e Trabalhadores, a conquista do Oeste (1850-1920).

14 Cp. 75.4-44, prontuário 1263, ficha 124. Arquivo Geral da Fepasa, Banco de Dados Ferrovia, Cidade e Trabalhadores, a conquista do Oeste (1850-1920).

como aprendiz de ajustador e permaneceu na empresa por 38 anos, se aposentando como chefe da turma de ajustadores¹⁵.

Além dos Normanton, há ainda o exemplo dos Tordello. O sr. Emílio Tordello¹⁶, sócio do Paulista F.C., fez carreira na Companhia Paulista, onde trabalhou por 36 anos, e ainda viu seus dois filhos atuarem na mesma empresa. Em 1934, aliás, Emílio enviou uma carta ao sr. José de Oliveira Brochado, então chefe da Contadoria e Estatística da Companhia Paulista (LANNA, 2016, p. 530-531). Nesse documento, ele solicita a admissão do filho João na ferrovia, o que, de acordo com a correspondência, era “um desejo do pai, o qual seja, o de encaminhar seu filho à senda sublime do trabalho e do devir”¹⁷.

Um último caso que merece nossa menção é o do sr. Henrique West, cujos filhos Henrique West Filho e Francisco Alfredo West também trabalharam na Companhia Paulista. Dos dois, apenas a ficha de Francisco Alfredo consta no Banco de Dados Ferrovia, Cidade e Trabalhadores, a conquista do Oeste (1850-1920), revelando que sua trajetória profissional teve início em 1902, atuando como aprendiz de aplainador, e terminou em 1932 ao se aposentar com cargo não especificado no prontuário¹⁸.

Os exemplos anteriores evidenciam como o Paulista F.C. de Jundiaí era formado por trabalhadores que se encaixam no perfil por nós identificado da “hereditariedade ferroviária”, conforme descrito na introdução deste estudo. Nota-se também como muitos desses “herdeiros” não só iniciaram a carreira na estrada de ferro como seguiram também o modelo do chamado carreirismo ao permanecerem na Companhia Paulista durante toda a vida profissional.

Outra observação a ser feita sobre os 44 indivíduos identificados é que 5 deles tiveram passagens registradas por outras empresas ferroviárias do estado de São Paulo, além da Companhia Paulista. O sr. Carlos Jorge Marques, por exemplo, passou o período de 1890 a 1894 trabalhando na Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, tendo atuado em Campinas, Valinhos e Cordeiro (atual município de Cordeirópolis) como telegrafista, escriturário e chefe de estação, respectivamente¹⁹. Além dele, o sr.

15 Cp. 75.4-169, prontuário 2948, ficha 950. Arquivo Geral da Fepasa, Banco de Dados Ferrovia, Cidade e Trabalhadores, a conquista do Oeste (1850-1920).

16 Cp. 75.4-79, prontuário 1650, ficha 220. Arquivo Geral da Fepasa, Banco de Dados Ferrovia, Cidade e Trabalhadores, a conquista do Oeste (1850-1920).

17 O trecho da carta foi extraído do campo “observações”, relativo ao prontuário do Sr. Emílio Tordello: Cp. 75.4-79, prontuário 1650, ficha 220. Arquivo Geral da Fepasa, Banco de Dados Ferrovia, Cidade e Trabalhadores, a conquista do Oeste (1850-1920).

18 Cp. 75.4-191, prontuário 3290, ficha 1152. Arquivo Geral da Fepasa, Banco de Dados Ferrovia, Cidade e Trabalhadores, a conquista do Oeste (1850-1920).

19 Cp. 75.4-198, prontuário 3390, ficha 1181. Arquivo Geral da Fepasa, Banco de Dados Ferrovia, Cidade e Trabalhadores, a conquista do Oeste (1850-1920).

Melchior Almeida também passou cinco anos (de 1896 a 1901) na Mogiana²⁰, assim como o sr. José Mantilla, que ficou dois anos nessa mesma empresa (de 1896 a 1898)²¹.

Já o sr. Accacio Simões²², um dos fundadores do Paulista F.C., começou na Companhia Estrada de Ferro Rio Claro, além de ter passado pela Companhia Bragantina antes de ingressar na Paulista em 1898. Outro com trajetória semelhante foi o sr. Adão Gray²³, que foi funcionário da Companhia Estrada de Ferro Sorocabana, entre 1903 e 1904, e que também teve uma passagem por Campinas e Rio Claro antes de se aposentar em 1931. O escocês Gray, aliás, foi presidente em 1914 de outro clube de futebol originário de uma empresa ferroviária, o Rio Claro F.C.²⁴. Nesse mesmo período, ele também esteve à frente do Grêmio Recreativo dos Empregados da Companhia Paulista (MINA, 2017, p. 88).

A prática de trabalhar em outras ferrovias, ou em outros pontos do estado de São Paulo, também pode ser observada em relação a alguns membros do Paulista F.C. que, no entanto, não transparecem no Banco de Dados Ferrovia, Cidade e Trabalhadores, a conquista do Oeste (1850-1920). É o caso do primeiro presidente do Paulista F.C., o inglês John Lewis Jones, que comandou a agremiação entre 1909 e 1914. Na década de 1920, Jones trabalhou em Rio Claro, onde ocupou o cargo de mestre geral das oficinas da Companhia Paulista e integrou a diretoria do Rio Claro F.C. Conforme documentação examinada por Mina (2017, p. 100-101), o ex-presidente do Paulista F.C. era o responsável, dentro da Companhia Paulista, por autorizar a liberação do passe do trem para a prática do ludopédio tanto para os times que iam a Rio Claro enfrentar a equipe homônima, quanto para a própria esquadra local visitar outra agremiação para uma partida.

20 Cp. 75-4, prontuário 757, ficha 1521. Arquivo Geral da Fepasa, Banco de Dados Ferrovia, Cidade e Trabalhadores, a conquista do Oeste (1850-1920).

21 Cp. 75-4-156, prontuário 2793, ficha 855. Arquivo Geral da Fepasa, Banco de Dados Ferrovia, Cidade e Trabalhadores, a conquista do Oeste (1850-1920).

22 Cp. 75-4-137, prontuário 2593, ficha 716. Arquivo Geral da Fepasa, Banco de Dados Ferrovia, Cidade e Trabalhadores, a conquista do Oeste (1850-1920).

23 Cp. 75-4-138, prontuário 2572, ficha 687. Arquivo Geral da Fepasa, Banco de Dados Ferrovia, Cidade e Trabalhadores, a conquista do Oeste (1850-1920).

24 A lista de presidentes ao longo da história do Rio Claro Futebol Clube pode ser consultada no *site* do próprio clube. Sobre a história da Companhia E.F. Rio Claro, que em 1892 foi adquirida pela Companhia Paulista, ver: Grandi (2007).



Figura 3 – John Lewis Jones, o primeiro presidente do Paulista F.C.
Fonte: Acervo de Imagens do Centro de Memória de Jundiaí

Vale a pena citarmos também o caso do sr. Nicomedes Correa, que foi um dos fundadores do Grêmio Recreativo dos Empregados da Companhia Paulista em 1900. Nesse ano, ele havia entrado na empresa como aprendiz de fundidor em Jundiaí. Após diversos anos atuando como carpinteiro e integrando o quadro social do Paulista F.C., Correa foi deslocado em 1929 para Rio Claro, onde também se envolveu com o Rio Claro F.C. ao presidi-lo no ano de 1930. Em 1932, foi mais uma vez transferido para outro município atendido pela ferrovia, Marília, onde trabalhou na seção de fundição. No final da década, mais uma transferência, agora para São Carlos, cidade em que ocupou o cargo de inspetor de carros e vagões, mesma função que desempenhou na década de 1940 em Campinas. Aposentou-se em 1950, após 50 anos de serviços prestados à Companhia Paulista²⁵.

Um último caso de relevo a ser apresentado é o do escocês Thomas Archibald Scott, que se envolveu com a Associação Atlética Ponte Preta, de Campinas. De acordo com Lucato (2002, p. 87-90), o sr. Scott, junto com o filho J. Scott, teria participado da fundação da equipe campineira em 1900, sendo um profundo conhecedor das regras do esporte bretão. Dois anos depois se mudou para Jundiaí em decorrência do surto de febre amarela que assolou Campinas, ajudando a implantar o futebol em solo jundiaense. Scott participou da partida a qual já mencionamos entre o Jundiahy e a União da Lapa, em 1903, e ocupou o cargo de diretor fiscal do Paulista F.C. no ano de fundação do Clube. Faleceu em 1913, em Jundiaí, e ao longo de todo esse período mencionado foi funcionário da Companhia Paulista.

25 Cp. 75.4-72, prontuário 1598, ficha 313. Arquivo Geral da Fepasa, Banco de Dados Ferrovia, Cidade e Trabalhadores, a conquista do Oeste (1850-1920).

As trajetórias dos indivíduos citados servem para ilustrar como o futebol acompanhou a vida de profissionais ligados às ferrovias. Quando transferidos e realocados, os trabalhadores da Companhia Paulista traziam às novas cidades não só as suas capacidades de ofício, como também as suas formas de entretenimento e lazer – entre elas, a prática do futebol. As redes de organização dos trabalhadores ferroviários, cujas ligações eram inicialmente profissionais, se estendiam para além dos horários de serviço e ajudavam na concepção da “família ferroviária”. Nesse cenário, o arranjo coletivo do lazer para a prática esportiva favoreceu a disseminação do futebol ao longo das regiões do estado alcançadas pelas linhas férreas.

UM OLHO NO TREM, OUTRO NA BOLA: A IMBRICADA RELAÇÃO DO CLUBE COM A COMPANHIA

Mesmo vestindo as cores e assumindo o nome da empresa, é importante observarmos que o Paulista F.C. não pertencia à ferrovia, mas aos ferroviários. Porém, isso não quer dizer que a Companhia não tivesse participado direta ou indiretamente no Clube, exercendo, portanto, o papel de *pater familias* da “família ferroviária”. Pelo lado da empresa, a organização dos trabalhadores favorecia a “moral patronal” ao reforçar a ideia de “família ferroviária” e salientar os valores cultivados no espaço profissional (INOUE; GRANDI, 2021). Mais do que isso, o próprio futebol fornecia uma base disciplinadora compatível com os princípios difundidos pela direção da estrada de ferro.

Pinto (2007, p. 44) esclarece que o ludopédio – acessível para qualquer coletivo em posse de um objeto minimamente próximo a uma esfera que pode ser chutada – trazia consigo o significado do ensinamento por meio de regras sociais no espaço do lazer. Assim, a disciplina, enquanto componente básico do jogo (através das delimitações comportamentais via regras, advertências e punições), se encaixava na configuração industrial do trabalho, que tinha por base os modelos europeus e estadunidenses, os quais as ferrovias brasileiras procuravam reproduzir.

Zambello (2005, p. 261) salienta que o compartilhamento dos espaços de lazer e do tempo livre pelos trabalhadores gerava um quadro de vigilância disciplinadora exercida pelos próprios operários. O pesquisador se refere, em especial, às vilas operárias erguidas próximas aos locais de trabalho, prática também exercida pela Companhia Paulista, além de outras empresas ferroviárias de São Paulo.

Através do Banco de Dados Ferrovia, Cidade e Trabalhadores, a conquista do Oeste (1850-1920), nos foi possível identificar apenas seis sócios do Paulista cuja situação de morada havia sido registrada. Dessa meia dúzia, cinco viviam em casas fornecidas pela empresa: é o caso do sr. Manoel Penna, do sr. Jayme Chittenden, do sr. Antonio Marques Mora, do sr. Amadeu Gianazzi e do sr. Attilio Bragantini. Apenas o sr. Ignacio Duarte é listado como proprietário da respectiva casa.

A extensão do domínio e da vigilância da empresa sobre o espaço privado dos trabalhadores se encaixa no que se pode chamar de “lazer autorizado”. Inoue e Grandi (2021) abordam a questão, destacando que a presença da firma no horário de descanso visava estimular o chamado bom comportamento e a disciplina, em oposição à vagabundagem, à vadiagem e ao alcoolismo.

Dentro do cenário descrito, é evidente que a Companhia Paulista exercia uma expressiva influência sobre o ambiente de lazer desportivo dos seus funcionários, mais especificamente sobre o Paulista F.C. Para além da disponibilização dos espaços e dos eventuais empréstimos de materiais, a relação entre as duas partes se mostrava profundamente enraizada. Diversos ofícios encontrados no CMJ atestam que as direções do clube e da ferrovia se comunicavam com certa frequência, mas nunca de forma totalmente institucionalizada: dirigentes e representantes do clube costumavam entrar em contato com os diretores da empresa de modo geralmente pessoal e intimista.

Era comum, por exemplo, membros do Clube solicitarem favores a funcionários do alto escalão da Companhia. Entre esses atos, estavam os já referidos pedidos de transporte gratuito para as equipes de futebol, seja para o próprio time local ou para adversários visitantes. A prática aparece neste ofício, enviado em maio de 1915 ao sr. Alfredo Williams, chefe de Locomoção da Companhia Paulista em Jundiaí:

Illm° Sr. Alfredo Williams

D.D. Chefe de Locomoção

Desejando os rapazes do PAULISTA FOOT BALL CLUB de que sou humilde presidente jogar amanhã, em Campinas um match de foot ball com um dos clubs daquela cidade, venho por esta pedir à V.S. a concessão de um passe para 11 jogadores, dos quaes 5 os Srs. Jorge Normanton, - Americo Bertoline, - William Gorst, - José Müller e Antonio Giovanne são empregados nas Officinas, 3 da Locomoção os Srs. Dino Siqueira, - João Siqueira e Octavio de Oliveira e 2 da Contadoria os Srs. Nestor Simões e Guilherme Aranha e finalmente 1 que não é empregado da Cia. Paulista.

De antemão agradecido, subscrevo me

De V.S.

Att° Venr e Cr°

Tibúrcio Siqueira

Presidente²⁶

Uma particularidade é que esse documento, ao contrário de outros que são assinados pelo então primeiro secretário, o sr. Carlos Cordts, traz a assinatura do presidente da agremiação, Tibúrcio Siqueira. Isso se explica pelo fato de se tratar de um contato direto com um quadro da chefia da Companhia Paulista, e não com um “mero” funcionário da ferrovia, o que demandava um esforço mais formal e oficial, expressando a devida atenção e respeito a um superior hierárquico.

Além de constatar que a maior parte dos jogadores que pretendiam ir a Campinas para a partida de futebol atuava nas oficinas da Paulista em Jundiaí, o ofício ainda nos permite depreender que a justificativa do pedido seria o fato dos atletas serem quase todos funcionários da ferrovia. A carta traz um raciocínio segundo o qual os

26 Livro de Ofícios do Paulista Foot Ball Club – 5 jan. 1915 a 13 fev. 1919, p. 114. Ofício enviado entre os dias 20 e 29 de maio de 1915 ao sr. Alfredo Williams.

serviços prestados pelos empregados à empresa podem ser equiparados ao serviço que a empresa pode oferecer ao transportar seus funcionários.

A ideia de *retribuição* aparece com mais clareza no ofício enviado em janeiro de 1917 ao chefe do tráfego da Companhia Paulista. No documento, a diretoria do clube pede ao superior doações para a construção do estádio da Vila Leme, que seria inaugurado em junho de 1918:

11 de Janeiro de 1917

EXMO Dr. Gabriel Penteadó

D.D. Chefe do Tráfego da Companhia Paulista

CAMPINAS

A Directoria do 'Paulista Foot Ball Club' desta cidade, estando empenhada na construção de uma ordem de archibancada no seu ground, tem para o conseguimento desse desideratum appellado para a generosidade de pessoas bondosas, dentre as quaes se destacam os dignos Administradores da Companhia Paulista.

Assim é que o Exm. Sr. Dr. Monlevade, seu presidente honorário e os Exms. Snrs. Dr. Alberto Moreira e Alfredo Williams a teem auxiliado, o primeiro fazendo-lhe doação de madeira e isentando-a de fretes; o segundo doando-lhe diversos dormentes e o último mandando desdobrar nas officinas vários toros de peroba.

Escudada na boa vontade demonstrada por esses distintos cavalheiros e convicta de que da generosidade de V. Exia é dado esperar a mesma boa vontade, vem a Directoria pedir lhe seja feita a cessão por preço o mínimo possível e pede o obséquio de informar qual será, de 10 encerados velhos de que precisa para a coberta de ditas archibancadas. Aguarda o favor de sua resposta que de antemão muitíssimo agradece.

Pela Directoria

Tiburcio Siqueira, presidente

Carlos Cordts – Secretário²⁷.

A carta evidencia a expectativa dos membros do Clube para com os diretores da ferrovia, esperando a demonstração de boa vontade através da doação de recursos. Não se tratava, todavia, de uma simples contribuição; o tom que mistura cobrança, cordialidade e bajulação expõe as nuances da relação entre o Paulista F.C. e a Companhia Paulista. Se, por um lado, o respeito profissional se expressava pela formalidade da mensagem, por outro, o tom de bajulação parecia, por vezes, sugerir que a relação existente entre as diretorias extrapolava a dimensão estrita das relações de trabalho, pois, afinal, tais condutas podem ser compreendidas como sinais de intimidade entre as partes e excessiva proximidade pessoal. A esse respeito, parece haver certa sobreposição entre as noções de *contribuição* e *retribuição*, pois, ao que tudo indica, tal visão era compartilhada pelos diretores da ferrovia, que, de fato, costumavam atender aos pedidos dos ferroviários boleiros.

Um último ponto a ser explorado sobre o ofício enviado ao dr. Gabriel Penteadó é a menção ao dr. Francisco Monlevade, inspetor-geral da Companhia Paulista entre 1906 e 1925. Monlevade era conhecido entre os ferroviários por cometer frequentes

27 Livro de Offícios do Paulista Foot Ball Club – 5 jan. 1915 a 13 fev. 1919, p. 375. Ofício enviado no dia 11 de janeiro de 1917 ao sr. Gabriel Penteadó.

abusos de autoridade, tendo inclusive sido um dos principais alvos e adversários dos ferroviários que realizaram a grande greve de 1906, após a qual foi promovido ao cargo em que permaneceu por quase duas décadas (ZAMBELLO, 2005, p. 82). Conforme apresentado no documento, o dr. Monlevade recebeu o título de presidente honorário do Paulista F.C. Em diversas cartas enviadas pela agremiação ao diretor, é evidente que a relação mantida com o inspetor-geral era particularmente paternal e repleta de bajulação e de demonstrações de reverência.

O ofício a seguir, enviado por ocasião da reforma do campo da Vila Leme, e transcrito do Livro de Ofícios do Paulista Foot Ball Club, que contém documentos de janeiro de 1921 a abril de 1922, ilustra devidamente como tal relação se configurava:

Jundiahy, 5 de abril de 1922.

Exmo Snr. Dr. Francisco Paes Leme de Monlevade

Digníssimo Inspector Geral da Companhia Paulista,

NESTA,

Tenho a honra de acusar recebimento do officio de D. Exc. communicando haver a digna Directoria da Companhia Paulista concedido gratuitamente o material destinado à melhoria da nossa praça de esportes, cujo pedido a ella fora encaminhado por V. Exc. O Paulista Foot-ball Club agradece de joelhos a concessão de um favor tão relevante sem o qual não lhe seria permittido levar avante os projectados melhoramentos que lhe virão dar uma posição de destaque e de verdadeiro brilho no esporte do interior. A V. Exc. tão solícito em atender a esse pedido, por elle se interessando com a boa vontade que caracterisam todos os actos da maior glória da engenharia brasileira e que por felicidade nossa superintende os destinos desta grande empreza, a nossa gratidão.

Aproveitamos o ensejo para levar ao conhecimento de V. Exc. que após luctas memoráveis, nas quaes sempre triumphamos, pois não perdemos um só jogo, acabamos de conquistar mais uma vez o título de Campeão do Interior do Estado de São Paulo, distincção máxima que o esporte concede ao Club que mais se distingue. E para honra da empreza a que pertencemos e de quem tiramos o nome, essa distincção coube a nós, como justa recompensa a tantos esforços despendidos.

Respeitosas saudações,

Presidente²⁸.

Como é possível notar, o documento traz uma série de elementos que devem ser analisados separadamente, mas que em conjunto sintetizam e simbolizam a relação entre o Paulista F.C. e a diretoria da Companhia Paulista. O primeiro aspecto que captura nossa atenção é a veemência dos elogios ao inspetor-geral da Companhia. Mais do que reconhecimento por atos benevolentes, a carta se preocupa em exaltar exacerbadamente o diretor e a ferrovia, ao mesmo tempo que coloca o Clube – e, conseqüentemente, os funcionários – em uma posição de submissão. As expressões “maior glória da engenharia brasileira” e “agradece de joelhos” são os exemplos mais emblemáticos do que estamos pontuando.

28 Livro de Ofícios do Paulista Foot Ball Club – 19 jan. 1921 a abr. 1922, p. III. Ofício enviado no dia 5 de abril de 1922 ao dr. Francisco Paes Leme de Monlevade.

A parte final do ofício trata do sucesso esportivo do Paulista F.C., revelando que o Clube, além de trazer consigo um grande orgulho pela conquista invicta do Campeonato do Interior, estende à empresa tal sentimento. Pela ótica dos boleiros, a honra pelo título pertence também à ferrovia, a qual deve se sentir orgulhosa dos seus funcionários.



Figura 4 – Equipe do Paulista F.C. vencedora do Campeonato do Interior de 1921. Fonte: Paulista Futebol Clube

O ofício ilustra, por si só, os desdobramentos das relações paternalistas que vigoravam na empresa. A solicitação (e subsequente aceite) de uma prestação de favor aliada ao tom personalista e bajulador – cujo alcance extrapola a relação estritamente profissional – e à manifestação de um orgulho visto como uma via de mão dupla denotam o caráter paternalista que permeava a relação entre os integrantes do Paulista F.C. e a chefia da Companhia Paulista. Ademais, o tratamento dado a Francisco Monlevade como benfeitor e símbolo máximo da figura do *pater familias* é um sintoma da existência de vínculos que se davam para além do ambiente de trabalho ao invadir o tempo livre e as atividades de lazer dos ferroviários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou retratar, por meio de fontes primárias diversas, a primeira geração de jogadores do Paulista F.C., traçando o perfil profissional dos ferroviários e o papel exercido pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro na organização da agremiação esportiva e no seu fomento. A pesquisa indica as duas vias da relação

entre as partes mencionadas, explicitando a compatibilidade desse percurso histórico com as noções de “família ferroviária” e paternalismo, amplamente exploradas pela historiografia especializada no tema das relações de trabalho nas ferrovias paulistas.

É evidente que o alcance deste estudo não deve ser superdimensionado. Afinal, trata-se de um estudo voltado a um único caso, tendo como espectro temporal o período de pouco mais de uma década. Não se pode, portanto, inferir que as relações entre empresas ferroviárias e clubes de futebol tenham assumido a mesma configuração por todo o estado de São Paulo e ainda mais por todo o Brasil. Em hipótese alguma, defendemos esse tipo de argumento de viés generalista. Não obstante, o caso do Paulista F.C. pode ser visto como sintomático – e não necessariamente representativo – de um arranjo trabalhista que implica em uma dinâmica específica de relações sociais, cujo legado bem como o caráter de *path dependence*²⁹ podem ser verificados até hoje em alguns campos e equipes de futebol pelo Brasil.

SOBRE OS AUTORES

GUILHERME GRANDI é professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP).

ggrandi@usp.br

<https://orcid.org/0000-0002-6040-0650>

MARCELO ROUBICEK é economista formado pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP) e jornalista do Nexo Jornal.

marcelo.roubicek@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-1839-7574>

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; GUTIERREZ, Gustavo Luis; FERREIRA, Ricardo Pellison. Futebol e ferrovia: a história de um trem da industrialização que parte para o noroeste paulista. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v. 24, n. 2, 2010, p. 249-258.

29 A dependência da trajetória (*path dependence*) é um conceito frequentemente utilizado pelos autores vinculados à Nova Economia Institucional, que corresponde à influência do passado no presente. De acordo com North (2005, p. 52): “*Path dependence is not ‘inertia’, rather it is the constraints on the choice set in the present that are derived from historical experiences of the past*”.

- BUCHMANN, Ernani. *Quando o futebol andava de trem: memória dos times ferroviários do Brasil*. 2. ed. Curitiba: Editora Sesquicentenário, 2004.
- COSTA, Wilma Peres. *Ferrovia e trabalho assalariado em São Paulo*. 170 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1976.
- FERREIRA, Lania Stefanoni. *Racismo na “família ferroviária”*: brancos e negros na Companhia Paulista em São Carlos. 113 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, 2004.
- GOTTARDO, Ivan Henrique. *1968: o ano que o galo cantou*. Campinas: Pontes Editores, 2018.
- GRANDI, Guilherme. *Café e expansão ferroviária: a Companhia E.F. Rio Claro (1880-1903)*. São Paulo: Annablume, 2007.
- INOUE, Luciana; GRANDI, Guilherme. A reinvenção do paternalismo: a Companhia Paulista de Estradas de Ferro entre as décadas de 1920 e 1940. *América Latina en la Historia Económica*, v. 28, n. 1, 2021, p. 1-23.
- LANNA, Ana Lucia Duarte. *Ferrovia, cidade e trabalhadores. A conquista do Oeste (1850-1920)*. [S.l.: s.n.], 2000.
- LANNA, Ana Lucia Duarte. *Trabalhadores das ferrovias: a Companhia Paulista de Estrada de Ferro, São Paulo, 1870-1920*. *Varia Historia*, v. 32, n. 59, 2016, p. 505-545.
- LUCATO, Claudio. *Jundiahy Foot Ball Club ou Paulista F.C.* Jundiaí: Literarte, 2002.
- MINA, Renan Vidal. *A bola e os trilhos: a incorporação do futebol em Rio Claro e o desenvolvimento do Rio Claro Futebol Clube*. 179 f. Dissertação (Mestrado em Ciências). Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, 2017.
- NORTH, Douglass. *Understanding the process of economic change*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2005.
- O ESTADO de S. Paulo, 23 de junho de 1903.
- PAULISTA FUTEBOL CLUBE. Galeria. Disponível em: <http://paulistafutebol.com.br/o-clube>. Acesso em: 15 jun. 2018.
- PINTO, Rodrigo. *Do passeio público à ferrovia: o futebol proletário em Fortaleza*. 156 f. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Humanidades. Universidade Federal do Ceará, 2007.
- RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado; BONI, Marcela. *Pontes da memória: história da nossa gente*. São Paulo: Prefeitura de Jundiaí/Museu Histórico e Cultural de Jundiaí, 2013.
- RIO CLARO FC. Rio Claro Futebol Clube. Galo Azul, o Azulão. Disponível em: <https://www.rioclarofc.com.br>. Acesso em: 15 jun. 2019.
- SANTOS, João Manuel. *Revolução vascaína: a profissionalização do futebol e a inserção socioeconômica de negros e portugueses na cidade do Rio de Janeiro (1915-1934)*. 501 f. Tese (Doutorado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.
- SEGNINI, Liliane. *Ferrovias e ferroviários: uma contribuição para a análise do poder disciplinar na empresa*. São Paulo: Cortez, 1982.
- TEIXEIRA, Déa. A estrutura de poder, o paternalismo e o papel da assessoria técnica gerencial na pequena empresa industrial. *Revista de Administração de Empresas*, v. 24, n. 2, 1984, p. 13-17.
- ZAMBELLO, Mario Henrique. *Ferrovia e memória: estudo sobre o trabalho e a categoria dos antigos ferroviários da Vila Industrial de Campinas*. 368 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2005.

Stela do Patrocínio: um passado de areia

[*Stela do Patrocínio: a past of sand*]

Solange de Oliveira¹

RESUMO • Este trabalho propõe uma leitura de abordagem fenomenológica sobre a obra de Stela do Patrocínio, interdita na Colônia Juliano Moreira por cerca 30 anos. Sua poesia expressa para além da beleza cruel. Impõe uma experiência de engajamento, como se o olhar da poetisa invadisse o leitor e nele se instalasse como um órgão de sentidos. Este ensaio celebra a alteridade como fonte de conhecimento e de possibilidades que se abrem, quando nos permitimos adentrar em um mundo impensável até então. O intuito é suscitar a resistência ao pensamento homogêneo e convocar à tomada de posição. • **PALAVRAS-CHAVE** • Stela do Patrocínio; arte ínsita;

fenomenologia. • **ABSTRACT** • This work proposes a phenomenological approach on the poetry of Stela do Patrocínio. She was interdict at Juliano Moreira Colony for about 30 years. Her poetry expresses far beyond cruel beauty. Such an experience of engagement is imposed, as if the gaze of the poet invaded the reader and installed that impression on him as an organ of the senses. This essay celebrates otherness as a source of knowledge and of the possibilities that open up when we allow ourselves to enter into an unthinkable world. The aim of this work is to raise resistance to homogeneous thinking, and to call for a position to be taken. • **KEYWORDS** • Stela do Patrocínio; inherent art; phenomenology.

Recebido em 15 de junho de 2021

Aprovado em 27 de julho de 2021

OLIVEIRA, Solange de. Stela do Patrocínio: um passado de areia. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 79, p. 124-133, ago. 2021.



DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1179p124-133>

¹ Universidade Federal de Sergipe (UFS, São Cristóvão, SE, Brasil).

*O mundo que eu tô botando pra dentro
De tanto olhar*

*Olhar
De tanto enxergar olhar ver espisar
Sentir e notar
Tô botando tudo pra dentro porque botando
pra dentro eu botei pra fora.*

(Stela do Patrocínio, 2001, p. 152).

Stela do Patrocínio aguça imagens borradas e cruas. Expressa-se torcendo as palavras, espoliando-as sem pudor. Pouco se sabe sobre sua origem, não foge ao inelutável destino de negros e pobres, os indesejáveis sociais. Filha de Manoel e Zilda Xavier do Patrocínio, Stela nasceu no Rio de Janeiro, em 9 de janeiro de 1941, e conquistou apenas a instrução secundária. Antes de sua incursão pelo mundo dos eletrochoques e das infindáveis doses de Haldol, trabalhou como empregada doméstica na Urca, na mesma casa onde sua mãe havia enlouquecido. Em 15 de agosto de 1962, com apenas 21 anos, e cumprindo a sina familiar, iniciou sua incursão intramuros no Centro Psiquiátrico Pedro II, no Engenho de Dentro, de onde foi transferida para a Colônia Juliano Moreira quatro anos mais tarde (PATROCÍNIO, 2001, p. 155).

Mulher sensível, Stela acumula dicotomias: conserva gostos comezinhos, como leite condensado, biscoito de chocolate, cigarros e blusas azuis (POMPERMAIER, 2017), e, por outro lado, se expressa com escandalosa sofisticação sobre as coisas da vida. Essa concepção foi lapidada pela sobrevivência asilar e pela excepcional habilidade de tonalizar a miséria e a solidão com um olhar apurado. Os 30 anos de asilo e esquecimento foram saciados em 1992, quando uma infecção generalizada calou seu inspirado discurso após dois longos meses de agonia.

A fala, entre espirituosa e poética, foi postumamente organizada em um livro indicado ao Prêmio Jabuti de 2002. Sua história se soma à massa homogênea de excluídos asilados, e denuncia o tratamento praticado em um período histórico do qual não nos orgulhamos, marcado pela eugenia, a exemplo do que decorreu

com Arthur Bispo do Rosario², aliás, na mesma instituição. À primeira vista, o traço comum entre Stela e Bispo é a fatura de uma vida de abandono e privações intramuros. Também os aproxima a beleza³ de suas expressões artísticas, que esbanjam sentidos reinventados. A fonte de seu aprendizado é a miséria do cotidiano asilar e as memórias de uma vida que ficou no passado, do lado de fora dos portões da instituição.

Eu vim pra Colônia porque eu estava andando na Rua Voluntários da Pátria ao lado do Luís, com um óculos, vestido azul, sapato preto, com uma bolsa branca com um dinheirinho dentro, porque eu ia pegar o ônibus e ia saltar na Central do Brasil, na Central do Brasil eu ia tomar uma refeição [...] aí eu peguei o carro ainda na Rua Voluntários da Pátria com o Luís [...], o Luís foi ao bar, eu estava ao lado do Luís [...] ele tomou a refeição sozinho, não pagou pra mim [...] quando ele acabou nós saímos, eu perdi o óculos, perdi o óculos, perdi o óculos que estava comigo, um óculos escuro, parecia que ele tinha me dado um bofetão na cara pra mim perder o óculos [...] eu caí por cima do óculos e o óculos e eu ficamos no chão, aí veio, aí veio uma velhinha, na porta do apartamento dela, me levantou, disse que não tinha sido nada, pra mim parar de ficar chorando, aí veio uma dona me botou pra dentro do Posto do Pronto Socorro perto da Praia de Botafogo, e lá, eu dentro do Pronto Socorro, ela me aplicou uma injeção, me deu um remédio, me fez um eletrochoque, me mandou tomar um banho de chuveiro, mandou procurar mesa, cadeira, cadeira, mesa [...] e aí chamou uma ambulância, uma ambulância assistência e disse: “carreguem ela” [...]. (PATROCÍNIO, 2001, p. 48)⁴.

Stela simplesmente habita o mundo ao sabor das experiências, negligencia juízos e opiniões. Sua rara capacidade de reinscrever agruras em outros termos não se sedimenta sobre antecedentes, mas os sustenta de forma que todo esse repertório venha coabitá-la e, em um ímpeto expressivo, ganhe voz.

Eu estava com saúde
Adoeci
Eu não ia adoecer sozinha não

2 Sobre a questão asilar na vida e obra do artista sergipano, ver: Oliveira, 2016.

3 Não é o caso e não pretendemos adentrar na discussão sobre o conceito de belo artístico, assunto bastante extenso. Mas, no intuito de melhor delimitar o sentido em que aqui o empregamos – segundo uma noção do filósofo italiano Luigi Pareyson, explicitamos rapidamente sua posição, a qual nos parece cabível neste estudo. Até o Romantismo, diz Pareyson (2001), que a lei da arte foi a beleza. Depois, a beleza canônica foi gradativamente sendo substituída pela beleza da expressão de um verdadeiro sentimento de interioridade. Com o despontar da modernidade, o conceito de belo permitiu a incorporação de objetos feios e repugnantes e foi ganhando consideração menos estrita no campo da arte, além de descolar-se cada vez mais de um saber leigo e subjetivo do termo. Aderiu-se a uma enorme gama de predicados que tendem para uma doutrina mais da sensibilidade que da plasticidade – “a beleza não é lei mas resultado da arte: não seu objeto ou fim, mas seu efeito e êxito, não que a obra de arte seja artística porque bela, mas é bela porque artística” (PAREYSON, 2001, p. 138).

4 Em todas as citações de Stela do Patrocínio, foram mantidas a grafia, a concordância verbal e a pontuação originais de seu livro.

Mas eu estava com saúde
Estava com muita saúde
Me adoeceram
Me internaram no hospital
E me deixaram internada
E agora eu vivo no hospital como doente

O hospital parece uma casa
O hospital é um hospital
(PATROCÍNIO, 2001, p. 51).

Mas nossa índole cartesiana está justamente à revelia dessa espontaneidade. Fomos incentivados a iluminar aquilo que se sabe, para que assuma o protagonismo sobre qualquer intuição. Transitamos nos limites familiares de uma fronteira segura, orientados por um olhar sobre o mundo constituído pelo pensamento já instalado: o mundo é aquilo sobre o qual reflito. Nossa cultura e sociabilidade nos levaram a confiar irrestritamente em um letramento excessivo. Essa noção é de Henri Bergson (2006), para quem o conhecimento letrado não deve ser abandonado, mas relativizado e reinventado. Devemos ajustar nossos passos ao seu andamento, adotando seus gestos e suas atitudes e, assim, a inteligência virá mais tarde para matizá-lo, a exemplo de como se desenrola o aprendizado na infância.

Assim, somos inclinados a um conhecimento do mundo que se dá pela ciência, no entanto, a experiência do mundo é encarnada e, sem ela, os símbolos da ciência se esvaziam: “Todo o universo da ciência é constituído sobre o mundo vivido [...]. A ciência não tem e não terá jamais o mesmo sentido de ser que o mundo percebido, pela simples razão de que ela é uma determinação ou uma explicação dele” (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 3). O saber objetivo – como a psicologia, as patologias da expressão e a linguística – destina-se a este mundo o qual habitamos e não a um mundo ideal, conceitual e, para que nele nos situemos como uma ponte ou uma via de ligação, a linguagem é uma forma de mediação e esclarecimento. Os fatos de linguagem vivem em nós, estamos inexoravelmente atados a eles; são uma “fala que se enuncia em nós, e à qual, em meio ao nosso trabalho científico, permanecemos ligados como por um cordão umbilical” (MERLEAU-PONTY, 2012, p. 46). Nada há na poesia de Stela do Patrocínio que suscite esse mundo explicado e comprovado pelas verdades científicas. A fala da poetisa se anuncia em nós, e nos convoca a uma tomada de posição diante de seu estilo.

Seja prosaico, seja poético ou plástico, se responde unicamente a relatos, teses e conclusões articulados na coerência das certezas científicas, o pronunciamento empobrece, pois se mantém aquém das infinitas relações de signos e de significações. É apenas verdade desmaiada. Se, ao contrário, opera ou imprime ativamente um estilo, pode expressar uma significação oblíqua ou latente. Merleau-Ponty (1991) tem uma posição peculiar sobre a questão do estilo nas expressões artísticas. Em tempo, enquanto a visibilidade do fato artístico é turva, o reconhecimento do estilo do autor por parte do leitor é flagrante e, às vezes, imediato.

O estilo é um modo de formulação através do qual Stela se faz reconhecer em sua

escritura. É um determinado meio de recriar o mundo a partir de um repertório de valores. Ou Stela atribui uma expressão de certa significação ou, então, sua escritura é a consequência de uma visão. Assim, o estilo não pode se restringir apenas a um meio, como se tivesse *per si* o poder de se fazer reconhecer fora desse contato existencial, como se fosse um fim (MERLEAU-PONTY, 1991, p. 55). De modo análogo, a palavra também não se coloca exclusivamente a serviço de uma finalidade objetiva. O ponto no mundo que ocupa e do qual Stela fala é único; também suas experiências são inalienáveis, mas têm o poder de nos penetrar e articular em nós um pensamento que era impensável até esse contato unívoco.

Não há como buscar correspondência, não há fórmulas, nem reciprocidade. A palavra muda, repleta de modulações, insinuações e silêncios, a exemplo das tentativas, erros e decisões mal tomadas entre uma e outra escritura ou pincelada – ou nos alinhavos do bordado de Arthur Bispo do Rosario –, em um só gesto pode condensar “toda a verdade de um homem” (MERLEAU-PONTY, 1991, p. 81). É na palavra não pronunciada, no traço hesitante, ou mesmo na iniciativa abandonada, que estão a discussão e a busca inesgotáveis.

É dito: pelo chão você não pode ficar
Porque lugar de cabeça é na cabeça
Lugar de corpo é no corpo
Pelas paredes você também não pode
Pelas camas também você não vai poder ficar
Pelo espaço vazio você também não vai poder ficar
Porque lugar de cabeça é na cabeça
Lugar de corpo é no corpo
(PATROCÍNIO, 2001, p. 52).

A expressão guarda mais do que ideias e conceitos; suas matrizes, seus emblemas, e a própria linguagem são quem nos ensina seu segredo: “Sua opacidade, sua obstinada referência a si própria, suas retrospectões e seus fechamentos em si mesma são justamente o que faz dela um poder espiritual: pois torna-se por sua vez algo como um universo capaz de alojar em si as próprias coisas depois de as ter transformado em sentido das coisas” (MERLEAU-PONTY, 1991, p. 43).

Assim, o sentido é enraizado no vivido, como fica evidente em certas obras. No caso de Stela do Patrocínio, a expressão mergulha em um mundo nada glamuroso, e de lá se retira o alimento, como a flor de lótus cintilando ao sol, com as raízes fixadas na lama. Surge em um ímpeto de insubordinação, contrariando todas as prerrogativas, e projeta suas pétalas para além da escuridão.

Perdi o gosto o prazer o desejo a vontade o querer
(PATROCÍNIO, 2001, p. 121).

De fato, expressões inatas, de iletrados artisticamente, subletrados ou, no limite, completamente iletrados têm ganho espaço e relativa notoriedade no mundo contemporâneo, diverso e multicultural, e já são admitidas nos salões.

Resta saber se seus protagonistas também são. Nesse sentido, a denominação “arte ínsita” oferece certo distanciamento sobre a disputa política no campo da arte. Essa expressão foi proposta pela primeira vez nas Trienais de Bratislava, em 1972, mas acabou caindo em desuso. Sua procedência é o latim, *in situ*, e significa inato, congênito, não formado, original. Tenho procurado adotar a expressão arte ínsita, que cobre a expectativa sobre a produção desses autores. É lícita, justamente na medida em que coloca em relevo o conhecimento inato que o sujeito traz consigo para esse mundo, e é apropriada para referir tais fenômenos, por causa da expressividade e da ontologia que essas obras reivindicam e oferecem. Além disso, é uma contribuição democrática, não distingue ou nivela sujeitos segundo o grau de conhecimento formal adquirido.

Para se realizar, a obra solicita quem a faz, óbvio, mas também quem a acessa, instigando questões que estão além do prazer da fruição, pois traspassa ou fixa-se nos espectadores como um órgão do espírito, fazendo-os ver sob nova perspectiva que se incorpora a um mundo novo, que jamais pensaram e do qual, a partir de agora, não mais poderiam prescindir⁵.

A fala espirituosa de Stela do Patrocínio só pode se apresentar como uma linguagem que não se estrutura através de conceitos. Sua arte nos introduz em um mundo novo, do qual passamos a participar por uma força da verdade que se instaura a partir das expressões do artista encarnado. A partir do momento em que embarcamos em seu estilo, que não é senão seu modo próprio de se colocar em situação, esse estilo só ganha tónus e adesão se mergulhado nas experiências mundanas de seus interlocutores, no caso de Stela, o cotidiano intramuros. Em uma relação peculiar e inédita, os signos que Stela faz dançar sob nossos olhos se fazem exprimir de tal modo que, paradoxalmente, são imediatamente esquecidos para ceder lugar a um sentido que nos atinge de maneira ainda mais contundente: é a manifestação de uma palavra verdadeira, capaz de libertar um “sentido cativo na coisa” (MERLEAU-PONTY, 1991, p. 45). Esse desvelamento mágico e insólito surge da relação inédita que Stela põe em obra em sua poesia. Desse modo, a única condição para que sua obra a expresse é que seja feita, que exista.

Empenhando irredutivelmente suas experiências nesse empreendimento engajado, e valendo-se dos mesmos signos tão desgastados pelo uso rotineiro e monótono, a poetisa os coloca em situação de modo particular e intransferível – é o seu estilo – e faz surgir um sentido inaudito. E, assim, o leitor é pego de assalto em um inédito arranjo de signos. Esse desenho altera a configuração usual a ponto de

5 “[A arte] se instala e nos instala num mundo cuja chave não temos, [podendo] ensinar-nos a ver e finalmente fazer-nos pensar como nenhuma obra analítica consegue fazê-lo, porque a análise encontra no objeto apenas o que nele pusemos. O que há de imprevisto na comunicação literária, e de ambíguo, de irredutível à tese em todas as grandes obras de arte, não é uma fraqueza provisória de que se poderia esperar libertá-las, é o preço a ser pago para ter uma literatura, isto é, uma linguagem conquistadora, que nos introduza em perspectivas alheias, em vez de nos confirmar nas nossas” (MERLEAU-PONTY, 1991, p. 81-82).

esgarçá-la e alçar nova significação. A essa altura, o espírito do leitor se abre para a linguagem de Stela, ela o transformou e o tornou apto a adentrar em sua sutileza⁶.

Meu passado foi um passado de areia
Em mar de Copacabana
Cachoeira de Paulo Afonso
Bem dentro da Lagoa Rodrigo de Freitas
No Rio de Janeiro

O futuro eu queria
Ser feliz
E encontrar a felicidade sempre
E não perder nunca o gosto de estar gostando [...]
(PATROCÍNIO, 2001, p. 73).

De fato, o que se indicia aqui é a existência de duas linguagens que encerram um sentido temporal. Há a linguagem de depois – assim que é acedida, desaparece sob o sentido que passou a carregar – e há a linguagem que surge no momento da expressão cuja condução “vai justamente fazer-me passar dos signos ao sentido” (MERLEAU-PONTY, 2012, p. 39). Em outras palavras, a linguagem obsessivamente persegue o sentido puro, não é limitada senão por si mesma e só pode ser compreendida na interação das partes, os signos (MERLEAU-PONTY, 1991). Não é possível enfrentarmos os signos ou as palavras de outro modo senão pela relação de coexistência que lhes confere sentido. Seu caráter diacrítico – compõe-se e organiza-se consigo mesmo – garante um aprendizado e uma compreensão que se realizam na própria maneira como a linguagem se articula, pelas modulações do aparelho expressivo, com as quais contribuo apelando para minhas experiências. Ao reconhecer algum resíduo aparentemente familiar, assim que o identifico no arranjo a mim apresentado, ele imediatamente transborda a configuração trivial ratificada como parte de minhas experiências cotidianas, para se desvelar em um sentido que me desafia com sua proposição inédita.

É assim que a linguagem poética de Stela do Patrocínio institui uma nova ordem relacional dos signos cujos sentidos surgem de sua reunião, mas nascem sobretudo dos vãos, das pausas, das modulações e dos silêncios que se abrem cedendo espaço para algo novo. E é nos outros que sua expressão ganha relevo, contorno, e se torna significação.

No caso da linguagem expressiva das obras de arte, elas são apercepções absolutamente pessoais (MERLEAU-PONTY, 1980, p. 116). De certo modo, o que

6 “Mas a linguagem falante é a interpelação que o livro dirige ao leitor desprevenido, é aquela operação pela qual um certo arranjo dos signos e das significações já disponíveis passa a alterar e depois a transfigurar cada um deles, até finalmente secretar uma significação nova, estabelecendo no espírito do leitor, como um instrumento doravante disponível, a linguagem de Stendhal. Uma vez adquirida essa linguagem, posso perfeitamente ter a ilusão de tê-la compreendido por mim mesmo: é que ela me transformou e tornou-me capaz de compreendê-la” (MERLEAU-PONTY, 2012, p. 43).

nos desafia está relacionado à aparição de um sentido que nos interroga sobre sua verdade. Mas, como capturá-lo, se a expressão é uma possibilidade que anseia por quem a aperceba, portanto, permanentemente em aberto? Seria preciso retomar o percurso de seu autor, imanente na obra? E como recuperá-lo na obra, se ela, incontinentemente, ultrapassa seu criador? Mais uma vez estamos diante da dificuldade de relativizarmos o que nos interroga quando nos deparamos com obras de expressão. Essa resistência é o apego às “ideias muito possuídas” (MERLEAU-PONTY, 2009), que só pode ser vencido se admitirmos que ele é insuficiente para suprir a riqueza de sentidos de uma obra de pensamento, pois é tagarelice, é apenas fala sobre falas: normativa, esvaziada e previsível.

O acesso à obra é um mergulho na intenção de outrem. Tentando fugir de meus próprios pensamentos, me dou conta da perspectiva de uma alteridade que só é possível por mim mesma⁷. Entretanto, esse caminho só se oferece como efetiva possibilidade quando a linguagem é familiar. Assim, após reconhecida, é retomada e segue paulatinamente arriscada em seu equilíbrio estável.

Aos poucos, passa a ser descentrada e organizada em um novo equilíbrio que desafia o leitor. Sua função segunda, constituinte, só se apresenta a partir do momento em que supomos dada a primeira, já constituída, então alçamos uma consciência mais sutil sobre a verdade que ela porta e colocamos a linguagem antes da linguagem, pois, antes de ter significação, a linguagem é significação (MERLEAU-PONTY, 2012, p. 45).

O caminho que conduz à intenção de um artista é incerto e arriscado. É incerto porque não se sabe precisamente por que vias seguirá; e é arriscado porque esse percurso poderá solicitar o empenho e a coragem de vir a enfrentar um caminho inesperado. E, enfim, doravante seguirá plasmado na existência do leitor.

Não deu tempo
Eu estava tomando claridade e luz
Quando a luz apagou
A claridade apagou
Tudo ficou nas trevas
Na madrugada mundial
Sem luz
(PATROCÍNIO, 2001, p. 124).

Para alguns, a penúria dos asilados em instituições totais, como Stela do Patrocínio, Lima Barreto, Ernesto Nazareth e Arthur Bispo do Rosario⁸, só os solicita no desempenho de um papel testemunhal, como quem observa *A incredulidade de*

7 Diz o filósofo: “A leitura é um confronto entre os corpos gloriosos e impalpáveis de minha fala e da fala do autor” (MERLEAU-PONTY, 2012, p. 44).

8 Os autores de literatura, artes visuais e música são mencionados a título de demonstração da amplitude dos efeitos desastrosos da política asilar, em meados do século passado. Do ponto de vista pessoal, da penalização dos sujeitos – trato aqui especialmente do caso de Stela do Patrocínio –, mas as baixas se avolumaram a tal ponto, que, além das irreparáveis perdas humanas, os prejuízos alcançaram o campo da cultura e da arte.

São Tomé, de Caravaggio, ou *Tiradentes esquarterado*, de Pedro Américo, no conforto do museu, e suspira aliviado pois o martírio lhe é alheio. Porém, é irrecusável, há algo de uma certa dor, de determinada solidão na poesia de Stela, que não se explica essencialmente no diagnóstico maldado da instituição total, em um período de nossa história envergonhado de sua vocação eugênica. Esses heróis de sua própria epopeia transferem para as obras “a hereditariedade sensações ricas, emoções arrebatadoras, um vago sentimento de angústia ou de mistério que desorganizam sua vida voluntária e separam-na dos homens; esses dons, porém, só chegam à obra pelo ato de expressão e em nada participam das dificuldades como das virtudes deste ato” (MERLEAU-PONTY, 1980, p. 121). Esse insumo existencial é um presente que a natureza e a história lhe proporcionaram, e ele, às obras, para decifração em um sentido figurado e inédito, que passa a existir após seu surgimento como obras. Assim, o sentido não está posto em dado ponto, ou nas coisas. O sentido é um despertar de experiências, e um enraizar-se em outras consciências: “Se a obra é bem-sucedida, tem o estranho poder de transmitir-se por si” (MERLEAU-PONTY, 1980, p. 121), e o espectador retoma e reúne vidas, que antes estavam separadas, em um sentido que passa a habitá-las⁹.

Seguimos destinados à retomada de expressões cujos sentidos nos penetram e passam a nos habitar. Resta nos empenharmos e desfrutarmos dessa liberdade, nos interrogando sobre aquilo que não se explica pela vida ou pela história de seus protagonistas, ainda que a obra tenha exigido uma vida dramática para existir. É preciso consciência sobre a oportunidade que se oferece a uma liberdade, à qual, certamente, não estamos inexoravelmente condenados, porém, há inúmeras ocasiões em que ela só seria passível de realização inaudita através da arte. Em geral, nas demais instâncias da vida, a liberdade tornou-se ilusória ou compulsória, é apenas liberdade assistida. Infelizmente, em geral, as obras estão convertidas em espetáculo, em nossa cultura contemporânea.

Empenho minha verdade à dessa alteridade que resolvi visitar. Estou só e não estou. Há muitos comigo, de alguma forma, passeando uma presença-ausente em suas expressões imbricadas às minhas experiências. Eis que esses tantos surgem sob as letras que saltam dos poemas de Stelas, dos pontos bordados de Bispos ou das notas de Nazareths urgindo minha presença:

Olha quantos estão comigo
Estão sozinhos
Estão fingindo que estão sozinhos
Para poder estar comigo
(PATROCÍNIO, 2001, p. 65).

Merleau-Ponty nos deixa um alento e um alerta: desde o nascimento sou projeto

9 “A expressão jamais é absolutamente expressão, o exprimido jamais é completamente exprimido; à linguagem é essencial que a lógica de sua construção jamais seja das que se podem colocar em conceitos, e à verdade, que jamais seja possuída, mas apenas transpareça através da lógica confusa de um sistema de expressão que traz os vestígios de um outro passado e os germes de um outro futuro” (MERLEAU-PONTY, 2012, p. 77).

e, dado esse fato, interpõe-se uma dificuldade: distinguir o dado e o criado. Há indivíduos que trazem em germe, a obra de arte que irão realizar. No entanto, não há determinação, ainda que nunca deixem de ser quem são, com toda a dor e a beleza que essa encarnada liberdade implica. Está em nossas mãos deixar que a liberdade atue e sobrevenha, se possível em obra, na beleza da expressão de uma obra de arte.

SOBRE A AUTORA

SOLANGE DE OLIVEIRA é docente do Departamento de Artes Visuais e Design da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e pesquisadora na área de estética e filosofia contemporânea, com ênfase em formas expressivas.

sololiveira@usp.br

<https://orcid.org/0000-0001-8615-928X>

REFERÊNCIAS

- BERGSON, Henri. *O pensamento e o movimento: ensaios e conferências*. Tradução Bento Prado Neto. São Paulo: Martins Fontes 2006.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. A dúvida de Cézanne. In: MERLEAU-PONTY, Maurice. *Os pensadores*. Tradução e notas de Marilena Chauí e Nelson Alfredo Aguilar. São Paulo: Nova Cultural, 1980, p. 113-126.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Signos*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *O visível e o invisível*. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *A prosa do mundo*. Tradução: Paulo Neves. Edição e posfácio: Claude Lefort. São Paulo: Cosac Naify, 2012.
- OLIVEIRA, Solange de. Arthur Bispo do Rosario além dos muros da Colônia. *Psicologia USP*. v. 27, n. 3, dez. 2016, p. 395-403. <https://doi.org/10.1590/0103-656420130017>.
- PAREYSON, Luigi. *Os problemas da estética*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- PATROCÍNIO, Stela. do. *Reino dos bichos e dos animais é o meu nome*. Organização e apresentação: Viviane Mosé. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2001.
- POMPERMAIER, Paulo Henrique. “Nega, preta, crioula”, a poeta Stela do Patrocínio atravessou com sua fala a própria condição social, a vida no hospício e o precipício humano. *Cult*, UOL, 9 de maio de 2017. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/stela-do-patrocinio-vozes-subterraneas/>. Acesso em: 25 maio 2021.

Trânsito e significados do pandeiro no Rio de Janeiro (1900-1939)

[*Transit and meanings of the pandeiro in Rio de Janeiro (1900-1939)*]

Eduardo Vidili¹

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – Brasil – Código de Financiamento 001.

RESUMO · Este artigo busca examinar o trânsito do pandeiro no Rio de Janeiro, no período entre 1900 e 1939, e os significados atribuídos ao instrumento. Os objetivos específicos são: mapear os ambientes pelos quais o pandeiro transitava; entender os papéis simbólicos ocupados pelo instrumento e instrumentistas no imaginário nacional que se constituía naquele período; examinar como se deu a construção das imagens artísticas dos primeiros pandeiristas profissionais. A metodologia adotada é a pesquisa em periódicos de época. · **PALAVRAS-CHAVE** · Pandeiro; pandeiristas; história da música popular brasileira. · **ABSTRACT** · This paper

seeks to examine the transit of the pandeiro (Brazilian tambourine) in Rio de Janeiro, from 1900 to 1939, and the meanings attributed to the instrument. As specific goals, this article seeks: to map the environments through which the pandeiro circulated; to understand the symbolic roles occupied, in the national imaginary in constitution at that time, by the instrument and by musicians who played it; to examine how the building of the first professional pandeiro player's artistic images took place. The methodology adopted is the research in periodicals of that period. · **KEYWORDS** · Pandeiro; pandeiro players; history of Brazilian popular music.

Recebido em 21 de agosto de 2020

Aprovado em 28 de julho de 2021

VIDILI, Eduardo. Trânsito e significados do pandeiro no Rio de Janeiro (1900-1939). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 79, p. 134-154, ago. 2021.



DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1i79p134-154>

1 Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio, Rio de Janeiro, RJ, Brasil).

A ideia de que o pandeiro é um dos instrumentos simbólicos da nação parece estabelecida no senso comum do brasileiro desde o Estado Novo, época de grande investimento na definição de critérios constituidores de uma ansiada “identidade nacional”. Nesse processo, o samba se consagrava como o gênero musical brasileiro por excelência (VIANNA, 2012), e o pandeiro, tendo seu uso associado a ele, se convertia em um dos símbolos da identidade musical brasileira. “É meu Brasil brasileiro/ Terra de samba e pandeiro/ Brasil!”, afirma Ary Barroso em “Aquarela do Brasil”. “Brasil, esquentai vossos pandeiros/ Iluminai os terreiros/ Que nós queremos sambar”, proclama Assis Valente em “Brasil pandeiro”. Essas canções de grande êxito popular, produzidas na virada da década de 1930 para a de 1940, são emblemas da forte identificação que se consolidava naquela época entre pandeiro, samba e brasilidade².

O entendimento do pandeiro como um dos símbolos da cultura brasileira que se afirmava naquela época persiste até os dias atuais, sendo reproduzido na literatura especializada sobre o instrumento, que endossa esse senso comum. O pandeiro é tido como “símbolo do instrumento de percussão típico brasileiro” (GIANESELLA, 2009, p. 159); “logotipo da música brasileira” (LACERDA, 2007); “instrumento de percussão quintessencial da nação” (POTTS, 2012, p. 1 – tradução minha)³.

No entanto, a assunção desse instrumento como símbolo identitário da nação é naturalizada, como se a identidade social do pandeiro não resultasse de uma construção cultural. O presente estudo⁴ pretende “estranhar” e, por outro lado, apontar possíveis caminhos da construção do estatuto do pandeiro como instrumento nacional brasileiro, seguindo seus rastros no Rio de Janeiro nas primeiras décadas

2 É importante ressaltar que a utilização do pandeiro não se restringe ao samba: o instrumento não pode ser tomado como metonímia desse gênero musical. Há, no Brasil, uma grande quantidade de variantes e usos regionais desse instrumento, de maneira que seria mais adequado pensar em “pandeiros brasileiros”, no plural, ao invés de “um” pandeiro brasileiro (VIDILLI, 2017, p. 58-64).

3 “[...] *the nation’s quintessential percussion instrument*” (POTTS, 2012, p. 1).

4 Este artigo é uma versão expandida da comunicação oral “Visões sobre o pandeiro e pandeiristas na imprensa do Rio de Janeiro (1900-1939)”, apresentada no IX Encontro da Associação Brasileira de Etnomusicologia e publicada nos anais daquele evento.

do século XX. Essa cidade, então, ocupava “um lugar absolutamente central no simbolismo da unidade nacional brasileira” (VIANNA, 2012, p. 13-14). Aos poucos, os gêneros musicais ali desenvolvidos ganharam *status* de músicas nacionais; o Rio ditava comportamentos e valores que permeavam a sensibilidade cultural da nação (TABORDA, 2011, p. 19). Como a cidade concentrava boa parte das instâncias de produção e distribuição da música popular mercantilizada da época, além de importantes veículos da imprensa periódica, a imagem do pandeiro ali construída reverberava para além da então capital federal.

O objetivo deste artigo é examinar o trânsito do pandeiro e os significados atribuídos ao instrumento no Rio de Janeiro no período entre 1900 e 1939. Ao olhar para um mundo sociocultural a partir de um instrumento musical, o estudo assume um exercício de perspectiva, entendendo o pandeiro como elemento dinâmico e ativo nas redes de sociabilidade constituídas em seu entorno (BATES, 2012). Parte-se do pressuposto de que o pandeiro age socialmente – ainda que desprovido de intencionalidade – ao possibilitar, estimular, influenciar ou proibir as ações humanas (LATOURET, 2012). Procura-se acessar parte das camadas semânticas (sociais, afetivas, musicais) acumuladas historicamente pelo instrumento (RANCIER, 2014).

Assim, busca-se compreender quais os papéis, concretos e simbólicos, ocupados pelo pandeiro, bem como pelas pessoas que o tocavam, naquele período e lugar. Entende-se que o instrumento atravessou uma série de práticas musicais e sociais; ensejou em torno de si discursos englobando práticas musicais, festas populares, valores associados a tradição, estética, preconceitos; assumiu o papel simbólico da Nação brasileira, articulado com outras manifestações simbólicas do país; foi elemento ativo na economia do carnaval e da música popular profissionalizada; conformou identidades artísticas das pessoas que o tocavam.

Conforme apontado, ao final dos anos 1930 já era forte a associação entre o pandeiro e a ideia da nação brasileira. No entanto, como relataram diversos músicos ligados ao samba e ao choro no Rio de Janeiro, durante as primeiras décadas do século XX o pandeiro havia sido associado à vadiagem, sendo passível de apreensão policial e de prisão do seu portador. Essa contradição levou às questões iniciais de pesquisa: para além daqueles relatos, há outros registros verificáveis de repressão ao uso de pandeiros no início do século XX? Em caso positivo, quais foram as condições que propiciaram ao instrumento, em poucos anos, passar a ser entendido de maneira radicalmente oposta, como símbolo cultural brasileiro? De que forma essa suposta mudança de estatuto é sinalizada nos discursos da época? Como é possível entender e narrar a passagem entre os dois aparentes extremos da história desse instrumento neste recorte temporal?

Para buscar respostas, foi realizada uma pesquisa em periódicos veiculados no Rio de Janeiro no período em questão. Partiu-se do pressuposto de que seu exame permite acessar as diversas práticas discursivas (refletindo percepções e juízos de valor) em torno do pandeiro e das pessoas que o tocavam. As matérias jornalísticas possibilitam também rastrear a “concretude” do instrumento: seu trânsito por aquela cidade e os usos que dele se fazia, mostrando os ambientes onde estava já inserido e onde passou a se inserir ao longo do período pesquisado. Foram levados em conta também anúncios publicitários que referem o comércio e a produção industrial do pandeiro, assim como sua inclusão em ambientes da música profissionalizada.

Todos os periódicos consultados na pesquisa estão disponibilizados na Hemeroteca Digital Brasileira⁵. Foi feita uma busca sistemática por menções ao pandeiro nos jornais de maior circulação no Rio de Janeiro no início do século XX (FONSECA, 2008): *Jornal do Commercio*, *Gazeta de Notícias*, *O Paiz*, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã*, referentes ao período entre 1º de janeiro de 1900 e 31 de dezembro de 1939. Durante uma fase prospectiva da busca, verificou-se que *A Noite* (fundado em 1911) figura entre os três periódicos com maior número de menções ao instrumento durante os anos 1920 e 1930, razão pela qual se optou por examiná-lo sistematicamente também. Eventualmente, foram incluídas matérias de outros periódicos, provenientes de buscas não sistemáticas⁶.

Para organizar a grande massa de informações levantadas, as matérias selecionadas foram agrupadas em quatro categorias, configurando “unidades de sentido”: 1) repressão policial ao pandeiro; 2) discursos de valorização estética e de associação do pandeiro à tradição; 3) o pandeiro prestigiado pela elite socioeconômica; 4) pandeiristas vistos como artistas. As transcrições dos textos foram adaptadas para as normas gramaticais atualmente vigentes.

REPRESSÃO POLICIAL AO PANDEIRO

A historiografia do samba frequentemente refere depoimentos retrospectivos de músicos que afirmam ter havido repressão ao gênero nas primeiras décadas do século XX (SANDRONI, 2012). Alguns desses relatos, especificamente sobre o pandeiro, sustentam que indivíduos estavam sujeitos a prisão, apreensão ou inutilização do instrumento e outras formas de violência policial simplesmente por tocá-lo na rua.

Um dos pontos de partida do presente estudo foi a busca por matérias jornalísticas que corroborassem a plausibilidade desses depoimentos. Foi constatado, na mesma direção do que sustentam autores como Hertzman (2013) e Cunha (2015), bastante críticos ao tema da repressão ao samba (não especificamente ao pandeiro), que tal repressão de fato ocorria, mas de maneira não sistemática, apresentando diversas nuances. Os resultados evidenciaram que, se o pandeiro não era exatamente proibido, as pessoas que o tocavam eram alvo da “suspeição generalizada” que marcava o cotidiano de moradores negros e pobres do Rio de Janeiro.

No contexto do período pós-abolição, a recém-instalada República brasileira aspirava ao “progresso”, inspirada por concepções europeias de civilidade e modernidade. O Rio de Janeiro passaria naquelas décadas por transformações urbanísticas radicais, sobretudo na região central, quando grande quantidade de

5 O acervo da Hemeroteca, pertencente à Fundação Biblioteca Nacional e disponibilizado desde 2012, é composto de todos os periódicos brasileiros do século XIX existentes nessa biblioteca, assim como os do século XX já extintos ou que não circulam mais no formato impresso.

6 A tecnologia de Reconhecimento Óptico de Caracteres (OCR), empregada no processo de digitalização da Hemeroteca Digital Brasileira, permite empreender a busca por meio de palavras-chave. A pesquisa foi feita a partir das palavras-chave “pandeiro” e “pandeiros”. Ao todo, foram examinados 4.052 resultados nos periódicos mencionados.

habitações populares foi demolida a partir de alegações higienistas, e o traçado das ruas, reconfigurado. A população negra e pobre foi forçada a se mudar para áreas periféricas e morros – situação que daria origem às favelas (VIANNA, 2012).

O Código Penal de 1890, em vigor até 1940, alinhava-se a essa concepção higienista e de controle social. A vadiagem, nele tipificada como contravenção, era fragilmente definida: consistiria, basicamente, na ausência de profissão definida, ou na subsistência por meio de práticas ilícitas ou ofensivas aos bons costumes, ou na ausência de residência fixa. Uma vez que a definição de vadiagem era vaga, a polícia podia agir de forma arbitrária, muitas vezes investindo contra populações negras e pobres (HERTZMAN, 2013).

Várias matérias localizadas atestam o uso da força policial contra grupos de indivíduos sobre os quais não pesava acusação específica, sendo presos pelo simples fato de parecerem “suspeitos” ao tocarem pandeiro na rua ou em festas populares, ou participarem de cultos de religiões de matriz africana. Desde o início do século, fica nítido o juízo prévio de valor sobre as pessoas que tocavam pandeiro na rua, referidas como “indivíduos da pior espécie”, “desordeiros”, “vagabundos”, “vadios” (GRANDE conflito..., 1900; QUEIXAS do povo, 1902). O instrumento parece funcionar como índice confirmador da periculosidade atribuída àquela gente que, “munida de pandeiros”, eventualmente portava também objetos contundentes e reagia às investidas policiais.

Há diversos registros de agressão policial, sem razão aparente, a essas pessoas, tais como uma sucessão de “violências e arbitrariedades” cometidas por dois policiais em uma rua na região central em 1917: “policiais, pelo fato de se acharem naquela rua tocando pandeiro três ou quatro dos moradores locais, praticaram coisas simplesmente indescritíveis, efetuando várias prisões, espancando populares etc.” (VIOLÊNCIAS inomináveis..., 1917). Em 1928, um operário tocava pandeiro com alguns colegas, em uma estação de trem na Zona Norte. Dois soldados da polícia o insultaram, agrediram a sabre e o levaram preso (ALÉM de preso..., 1928).

Vários dos episódios ocorreram na Festa da Penha, tradicional evento religioso anual do Rio de Janeiro que, à época, era a segunda festa mais popular da cidade e tinha uma dimensão extra-religiosa bastante relevante. A cada edição, havia incerteza se os sambas, batuques e instrumentos musicais relacionados a essas manifestações seriam proibidos ou tolerados durante a festa (SOIHET, 2008). O *Correio da Manhã* narra fatos estarrecedores em torno da coibição dessas práticas na edição de 1910, em mais um exemplo de violência física gratuita perpetrada pela polícia:

[...] o delegado do 23º distrito e vários comissários seus esbordoam e dizem insultos e obscenidades aos pobres-diabos que vão à delegacia *pedir a restituição de seus pandeiros* ou tratar de qualquer outro assunto. A um deles vimos nós o próprio delegado dar bofetadas e pontapés, no próprio recinto do posto policial da Penha. (O SEGUNDO domingo..., 1910 – grifos meus).

Há registros de apreensão de pandeiros em diversas outras edições da Festa da Penha (*Jornal do Brasil*, 1906; 1912; 1922; *A Noite*, 1942). Foram localizados também

relatos de apreensão do instrumento em locais de cultos religiosos de matriz africana, referidos genericamente pela imprensa como “feiticeira”, “candomblés” ou “macumbas”. Os textos evidenciam o viés racializado da ação policial e do próprio texto do periódico.

Esses locais sofriam invasão da polícia, que muitas vezes levava presos os participantes. As matérias que reportam essas ações policiais, além de naturalizá-las, evidenciam preconceitos contra os participantes (“retardados”; “ladrões”; “vadios”) e possivelmente fantasiam ao relatar objetos apreendidos junto aos pandeiros, como “olhos de urubu” e “corujas empalhadas” (UMA MACUMBA..., 1917; NO MORRO..., 1920; EM QUE DEU..., 1923; A POLÍCIA contra..., 1929).

Também no dia a dia da cidade há relatos de apreensão de instrumentos, como em uma ação policial no bairro da Mangueira, em 1920. O texto, em tom afetadamente neutro, informa que “vários desocupados” faziam na mesma rua um “ruidoso samba, ao som de pandeiros e outros instrumentos”. Chamada ao local, a polícia deteve “parte do pessoal do batuque”, além de apreender “cinco pandeiros e um tambor” (A POLÍCIA interrompeu..., 1920) (Figura 1).



Figura 1 – Notícia de prisão de batuqueiros e apreensão de pandeiros. *Correio da Manhã*, 9 ago. 1920, p. 3. Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira

Os instrumentos às vezes eram quebrados pela polícia, como ocorreu em 1920, durante investida contra um rancho carnavalesco em uma festa na praia de Botafogo (VIOLÊNCIAS contra o rancho..., 1920). Mas nem sempre os instrumentos confiscados

eram destruídos. No mesmo ano, um certo Antonio Loponte, que andava à noite “levando tranquilamente um pandeiro, que havia comprado”, foi assediado por um policial e preso sem maiores justificativas. Posto em liberdade no dia seguinte, Antonio reclamou seu instrumento, sendo informado “que o comissário o havia dado de presente a um guarda civil, para os filhinhos deste” (O ANTONIO..., 1920).

Como explicar que o instrumento, estigmatizado, pudesse justificar uma detenção e, ao mesmo tempo, fosse considerado adequado para crianças? A partir desta pergunta, exploraremos outros significados associados ao pandeiro no Rio de Janeiro durante as primeiras décadas do século XX.

Jornais descrevem diversas visitas de ranchos carnavalescos infantis a suas redações, como esta: “um lindo petiz de cabelos de ouro e olhos de safira esteve em nossa redação, onde, com uma graça infinita, tocou pandeiro, dançou e cantou” (VISITAS à Gazeta, 1925). Nesses textos, que evidenciam a boa aceitação do uso do instrumento por crianças, não há nada que lembre as associações, abundantes nos exemplos anteriores, entre pandeiro e vadiagem, feitiçaria e criminalidade. O campo semântico se desloca para formosura, gentileza, mimo. O instrumento é mediador entre os atributos infantis e os efeitos que estes provocam nos adultos. O pandeiro inspira os cantos daquelas “vozinhas delicadas”; seu som faz com que as crianças bailem alegremente; quando uma delas rufa o instrumento, leva “encanto a toda a gente” (CARNAVAL, 1904b; VISITAS, 1907; MOMO, 1912).

Outro aspecto a ser considerado é a relevância do pandeiro como componente da economia do carnaval, quando a festa, por sua vez, passava a ser elemento importante para a receita das empresas jornalísticas (COUTINHO, 2006). Foi localizada quantidade significativa de anúncios de fábricas e lojas vendendo pandeiros e acessórios para o instrumento (*Jornal do Brasil*, 1903; 1910; 1916; 1925b; 1931; 1935; 1939c). Havia também anúncios de empresas procurando funcionários para trabalhar na confecção dos instrumentos, ou procurando máquinas ou insumos para sua fabricação (*Jornal do Brasil*, 1911; 1925; 1939a; 1939b).

Em suma, o instrumento não era exatamente “proibido”. Por outro lado, não era incondicionalmente tolerado ou permitido. Ocorria, de fato, repressão policial a pessoas tocando o pandeiro em contextos como música feita na rua, festas populares, cultos religiosos de matriz africana. Essa repressão não era exercida de forma unívoca, tampouco estava amparada em legislação específica. Tudo indica que as restrições diziam respeito não ao instrumento, mas aos indivíduos que o tocavam e aos contextos em que era tocado. O pandeiro podia funcionar como um índice amplificador de percepções preexistentes em relação aos sujeitos que o tocavam: eles não eram visados unicamente por portar o instrumento, mas por sua condição social e por sua racialização a partir do olhar do poder hegemônico. O alvo da repressão eram suas formas de vida e as expressões destas.

DISCURSOS DE VALORIZAÇÃO ESTÉTICA E ASSOCIAÇÃO DO PANDEIRO À TRADIÇÃO

Segundo Eduardo Coutinho (2006, p. 56), os cronistas da imprensa carioca que, desde fins do século XIX, escreviam sobre o carnaval popular da cidade atuaram de maneira fundamental para promovê-lo e transformá-lo em algo “civilizado em sua rusticidade”, “apto a ser incorporado à cultura oficial como expressão da nacionalidade brasileira”. Esses cronistas assumiram a defesa das manifestações das classes sociais humildes, alvos de discursos elitistas e intervenções policiais, atuando como “negociadores da existência possível do Carnaval dos negros, mulatos e brancos pobres numa sociedade que acabara de sair do escravismo” (COUTINHO, 2006, p. 25). Na retórica da imprensa, os ranchos carnavalescos passaram a ser positivados como manifestações “pitorescas” e “verdadeiramente nacionais”, que aos poucos, superando seu *status* de manifestação “rude”, se mostravam adequadas “à imagem civilizada da sociedade dominante” (COUTINHO, 2006, p. 66). Sintonizada com a posição de intelectuais como Coelho Neto, Sílvio Romero e Melo Moraes Filho, essa retórica evidenciaria componentes ideológicos ligados a “aspirações patrióticas, tradicionalistas, folcloristas que faziam parte do conteúdo de ideias do período” (COUTINHO, 2006, p. 71).

Foram localizadas diversas menções ao pandeiro por parte da imprensa que cobria o carnaval popular, valorizando seus elementos estéticos ou vinculando o instrumento a tradições nacionais. Algumas delas decorriam da visita de um grupo carnavalesco à redação do jornal (prática comum no período), como estas, registradas pelo *Jornal do Brasil*: o rancho Flor da Carioca deliciou os jornalistas com “uma toada plangente, acompanhada de um batuque de pandeiros habilmente executado” (GRUPOS carnavalescos, 1905); os Teimosos da Conceição cumprimentaram a redação “ao som de pandeiros e caixas magistralmente rufados” (GRUPOS carnavalescos, 1909).

Além de valorizar a habilidade dos músicos, muitos textos entendem o pandeiro como elemento típico da paisagem sonora do carnaval popular. O barulho do instrumento é positivado e associado a termos como “diabólico” ou “infernai”, também conotados positivamente. O normalmente sisudo *Jornal do Commercio* se rende ao préstito do Grupo Flor do Barroso: “Endiabrado, terrível grupo, que, ao som do seu pandeiro e mais instrumentos atroadores, saudaram a véspera dos grandes dias consagrados ao entusiasmo e ao prazer” (CARNAVAL, 1904a). A *Noite* registra que um bloco visitou sua redação “cantando e rufando pandeiros, numa barulheira infernal” (DEPOIS da hora..., 1926). A *Gazeta de Notícias* agradece a visita de um grupo munido de “pandeiros, banjos e outros instrumentos diabólicos, que fazem os nossos nervos vibrar de uma sensação agradável e dominadora” (CARNAVAL, 1927).

Em fins dos anos 1920, inicia-se a criação e popularização das escolas de samba. O primeiro concurso delas, promovido em 1932 pelo jornal *Mundo Esportivo*, foi seguido de uma apresentação das vencedoras no Theatro Recreio. Promovendo a noitada musical, o *Jornal do Brasil* afirma: “o interessante é que esses conjuntos se apresentarão caracteristicamente vestidos com as suas respectivas orquestras como sejam: caixas, pandeiros, tamborins e reco-reco oferecendo um espetáculo sinfônico até então desconhecido para muitos” (QUER conhecer...?, 1932). Um cronista da *Gazeta*

de Notícias se refere à percussão das escolas de samba como “sinfonia do ‘bataque” (ENFIADO, 1935). Comentando sobre a inauguração da sede da escola de samba “Depois eu digo”, o *Correio da Manhã* afirma: “as suas Cuícas, Pandeiros e Tamborins desfilam sempre com imponência” (A ESCOLA..., 1936).

Esse deslocamento do campo semântico em torno dos pandeiros do carnaval, da “barulheira infernal” associada aos blocos para o “espetáculo sinfônico” das escolas de samba, sinaliza a grande valorização atribuída pelos cronistas à ordenação do desfile e à novidade da organização da percussão em naipes. A batucada coreografada dos pandeiros e outros instrumentos percussivos é entendida como uma orquestra em movimento, em toda a sua magnitude.

Por outro lado, alguns textos da época revelam como o desprezo ao instrumento ainda decorria de uma amálgama de preconceitos de raça, classe e estética. O maior exemplo vem de um colunista da *Gazeta de Notícias*, que em 1935 chama praticantes do samba de morro de “macacada”, e estende seu desprezo ao instrumento: “O pandeiro? Ora, com franqueza, o pandeiro lá é instrumento! [...] Instrumentos de batucada poderão ser. Nada, porém, de sons harmoniosos nem melodiosos. Bataque, apenas, simplesmente bataque” (LIMA, 1935).

Ainda que seja apontada essa ressalva, as valorações estéticas positivas do pandeiro predominam, e não somente no contexto do carnaval. Muitas delas são imbricadas com discursos que afirmam o pandeiro como portador da tradição brasileira, referindo-se a “típicos cortejos com a indispensável orquestra de pandeiros” (A FESTA..., 1935); pandeiristas “defensores do que é nosso” (PELOS CLUBES, 1932); “uma autêntica batucada do morro, com pandeiros” (anúncio publicitário, *Jornal do Brasil*, 1939d). No campo semântico aqui delineado, os pandeiristas, o pandeiro e a música que eles fazem são definidos como autênticos, genuínos, típicos, “nossos”. O conceito de fundo, permeando esses valores, é o de tradição.

O pandeiro não é originário do Brasil, tendo sido introduzido no país pelo colonizador português. A despeito da importante pesquisa de Rodrigues (2014), a trajetória do instrumento no país nas épocas colonial e imperial permanece uma grande lacuna historiográfica ainda a ser superada. O que se pode afirmar com segurança é que, ao curso de séculos no país, o pandeiro brasileiro adquiriu particularidades que o diferenciam de outros tipos de pandeiros existentes pelo mundo – incluindo materiais e formas de construção, contextos de utilização, maneiras de tocar. Após séculos de disseminação nas diversas manifestações regionais brasileiras, o instrumento passou a ser entendido como “tradicional”, representativo do Brasil, e imaginado predominantemente a partir de sua vinculação com o samba – embora sua utilização exceda bastante o âmbito dessa prática musical.

Além da positivação das qualidades estéticas do instrumento e de sua vinculação às tradições brasileiras, outros passos seriam fundamentais para que se consolidasse a imagem do “Brasil pandeiro”, como Assis Valente finamente sintetizou em sua canção de 1940. Um deles foi a inserção do pandeiro e pandeiristas nos ambientes associados às elites.

O PANDEIRO PRESTIGIADO PELA ELITE SOCIOECONÔMICA

Registros de periódicos indicam a progressiva inserção do pandeiro, ao longo das décadas de 1920 e 1930, em ambientes associados à “alta sociedade”, como eventos artísticos, grandes bailes de carnaval e as ondas do rádio, veículo então ainda pouco acessível à população em geral. Essa inclusão se daria pelas mãos tanto de pandeiristas provenientes dos estratos inferiores da população, quanto de instrumentistas de classes sociais mais favorecidas.

Um marco relevante nesse sentido foi quando o conjunto Os Oito Batutas, liderado por Pixinguinha, começou a tocar no elegante Cine Palais, no Centro do Rio, em 1919. Jacob Palmieri, integrante do grupo, talvez tenha sido o primeiro pandeirista profissional a ter seu retrato estampado pela imprensa brasileira (OS OITO BATUTAS..., 1919, p. 21). Mas, ao mesmo tempo que, para os Batutas, “apresentar-se na sala de espera do Palais representava um importante índice de *status* profissional”, a imprensa carioca debateu o fato de parte de seus integrantes serem negros, tido como algo depreciativo e inadequado para aquele espaço (COELHO, 2009, p. 167).

Tensões motivadas pelas origens sociais e raciais dos músicos estão presentes em outros episódios registrados durante a década de 1920. Mas, nos anos 1930, quando pandeiristas cada vez mais circulavam pelos ambientes elegantes, essas tensões são pouco notadas nos registros da imprensa. A aceitação do pandeiro nesses ambientes foi favorecida por sua conexão com o samba, gênero que experimentava grande ascensão e era absorvido pela indústria fonográfica e pelo rádio. Além de acenar a indivíduos de classes sociais humildes com a possibilidade de viver profissionalmente de música, o samba exerceu apelo aos estratos sociais mais altos, como aponta Paranhos (2003).

Essa mudança na recepção do pandeiro e nos significados em torno dele é evidenciada por sua presença em eventos como um bailado de “senhoritas e meninas da sociedade carioca” no Theatro João Caetano (A VIDA social, 1931); um chá dançante beneficente no Hotel Balneário da Urca (A VIDA social, 1932); uma distinta “festa artística” no salão do Instituto Nacional de Música, em homenagem a uma atriz portuguesa que desejava “estabelecer contato com a sociedade carioca” (A VIDA social, 1935).

Também no ambiente do rádio se nota a inserção do instrumento a partir do final dos anos 1920. Note-se que, nessa época, as emissoras ainda funcionavam como sociedades sem fins lucrativos, predominando a programação de música erudita, com o intuito de promoção de valores tidos como civilizatórios. Pandeiristas tomavam parte em programas de música “regional” ou “ligeira”, tocada ao vivo, referidos nos periódicos por notas que tratam os músicos com distinção, por meio de termos como “senhorita”, “senhor”, “madame” ou “artista” (RÁDIO, 1928; SEM FIO, 1928; SEM FIO, 1931a; SEM FIO, 1931b).

Nos festejos dos grandes clubes e sociedades carnavalescas, chama a atenção a ampla referência ao pandeiro – tanto à sua presença concreta, sonora, quanto a representações ou alegorias do instrumento. Em vários bailes era anunciada a distribuição de pandeiros aos participantes (NO HIGH-LIFE..., 1933; NOS CLUBES..., 1935; SERÃO UM..., 1936; A PRIMEIRA festa, 1938; O CARNAVAL no..., 1939). Em alguns

eventos, seria premiado o bloco que apresentasse o maior número de pandeiros (UM BANHO..., 1936; A MAIOR batalha..., 1936). Em 1939, o *Jornal do Brasil* afirma que Momo era o “monarca dos risos e dos pandeiros” (O TIJUCA..., 1939).

O instrumento também se tornava tema de decoração. Em 1935, o baile de carnaval do Theatro Municipal teria, “no teto, um disco de pandeiro iluminado” (A DECORAÇÃO..., 1935). O baile de carnaval de 1937 do Tijuca Tênis Clube teria uma porta ornamentada “com um grande pandeiro – símbolo da folia” (O Suntuoso..., 1937 – grifo meu). Em 1939, o tema do baile de gala do Clube Ginástico Português foi “a deslumbrante ‘noite dos pandeiros’” (NO LIMIAR..., 1939).

Exemplos como esses, que se acumulam durante a década de 1930, deixam nítido que o instrumento passava a ser cada vez mais festejado durante o carnaval, como elemento importante a ele vinculado. Era, por vezes, considerado o próprio símbolo da festa. Dessa forma, percebe-se que o pandeiro, à medida que era assumido como símbolo da cultura brasileira, passava também a representar outros elementos dessa cultura, como o carnaval e o samba – talvez por possuir concretude, podendo ser representado visualmente. A representação visual, ou o objeto em si, é tomado como alegoria dessas manifestações às quais está associado, e que funcionam de forma articulada como representações culturais da nação.

PANDEIRISTAS VISTOS COMO ARTISTAS

Pandeiro e pandeiristas transitaram, igualmente, no campo do entretenimento mercantilizado. Um dos espaços de atuação foi o teatro de revistas, espetáculo musical de variedades composto de quadros sucessivos, que foi o “grande foco da vida musical brasileira e carioca até meados dos anos 20” (NAPOLITANO, 2016, p. 46).

A inserção do pandeiro no teatro de revista se faz nítida de duas maneiras: pela referência ao instrumento no título do espetáculo ou no título de um de seus quadros, tendência evidenciada a partir de meados dos anos 1920 e que indica o uso destacado do instrumento (anúncio publicitário, *Jornal do Brasil*, 30 jan. 1926; TEATROS e..., 1927; anúncio publicitário, *Correio da Manhã*, 4 dez. 1930; NOS THEATROS, 1936; anúncio publicitário, *Jornal do Brasil*, 7 jan. 1938); pela presença de pandeiristas que, quando artistas conhecidos, eram mencionados em anúncios, para atrair público (anúncio publicitário, *Correio da Manhã*, 17 abr. 1935; anúncio publicitário, *Correio da Manhã*, 29 jan. 1935; anúncio publicitário, *Jornal do Brasil*, 18 set. 1936).

Essa estratégia dizia respeito, sobretudo, a pandeiristas atuantes no rádio. O setor radiofônico teve seu ponto de inflexão em 1932, quando um decreto de Getúlio Vargas regulamentou a exploração de publicidade pelas emissoras, possibilitando a algumas delas se tornarem potências midiáticas e financeiras. A partir daí, e durante mais de duas décadas, o veículo funcionou como a instância central de produção musical e de consagração de artistas. A cena radiofônica carioca, sobretudo a partir dos anos 1940, assumiu o *glamour* de uma espécie de Hollywood brasileira (AZEVEDO, 2002, p. 80), e seus artistas atuavam com destaque em outras esferas, como a fonografia, o cinema, o teatro de revista e até mesmo a vida política.

Uma vez que boa parte da programação musical era executada ao vivo, as

emissoras mantinham em seus quadros conjuntos versáteis, chamados de “regionais”, compostos usualmente de um instrumento solista (flauta, bandolim etc.), dois violões, cavaquinho e apenas uma percussão – o pandeiro. Esses instrumentistas eram elementos constituintes do sistema de estrelato do rádio, cujo topo, comumente, era ocupado por cantores, cantoras e apresentadores.

Com o desenvolvimento do rádio, desenvolveu-se também o nicho da imprensa que explorava assuntos relacionados a esse veículo. Newton Dângelo (2013) nota que, a partir de meados da década de 1930, as publicações que tratavam do rádio passaram a incorporar assuntos como fofocas de bastidores e da vida privada dos artistas, além da maior exposição de suas imagens por meio de fotografias. Dessa forma, a imprensa, ao mesmo tempo que passava a explorar mais a figura do artista, também ajudava a construí-la.

Para colher matérias especificamente a respeito de pandeiristas atuantes no rádio, foi feita uma pesquisa complementar, na qual foram examinados mais de 20 periódicos diários, semanais, quinzenais ou mensais editados no Rio de Janeiro⁷. Verificou-se que os pandeiristas mais mencionados nos anos 1930 são Russo do Pandeiro, João da Bahiana e, com menor frequência, Darcy de Oliveira.

A maior parte das menções é feita em tom entusiástico. Os periódicos, em linhas gerais, seguem dois caminhos, muitas vezes entrelaçados: enfatizam a importância ou celebridade de cada um deles; elogiam suas habilidades musicais ou virtuosismo.

João da Bahiana, provavelmente, foi o pandeirista mais popular e respeitado naquela década. É chamado de “mestre” (PREPARANDO a..., 1933); “célebre pandeirista” (NOS ARRAIAIS..., 1933); “craque” (VEM AÍ..., 1936). Em 1937, a *Gazeta de Notícias* era categórica: “o maior artista do pandeiro que atua no nosso *broadcasting* é, indiscutivelmente, João da Baiana. Senhor de todos os segredos do disco de couro, ele, no conjunto regional brasileiro, é um elemento indispensável” (JOÃO DA BAHIANA..., 1937 – o primeiro grifo é meu). “Artista do pandeiro”: era essa a construção que estava em curso, e não somente no caso desse pandeirista.

Filho de baianos migrados para o Rio de Janeiro, João da Bahiana aprendeu a tocar pandeiro com Perciliana Maria Constança, sua mãe – as “tias baianas” não eram exclusivamente lideranças daquela comunidade, mas sambistas ativas e habilidosas. João foi um dos pioneiros da inserção do pandeiro, bastante praticado nos ambientes “domésticos” em que o samba carioca começou a se desenvolver, nos âmbitos em vias de profissionalização do rádio e da fonografia (GOMES, 2011, p. 49-63).

João talvez tenha sido o pandeirista do rádio dos anos 1930 que melhor encarnou o *glamour* do astro popular. Extremamente elegante, usando chapéu e gravata borboleta, suas poses nos retratos parecem calculadas, como, por exemplo, na Figura 2, em que a cabeça pende para o lado do corpo. A própria produção da foto é cuidadosa, com o rosto do artista bem iluminado, fundo neutro e enquadramento próximo, enfatizando o rosto e adereços de cabeça e pescoço.

7 Além dos periódicos já mencionados, destacam-se: *Diário Carioca*, *Diário da Noite*, *O Cruzeiro*, *Fon-Fon*, *Carioca*, *O Malho* e *Cinearte*.



Figura 2 – João da Bahiana. *O Malho*, 18 jun. 1937, p. 9.

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira

Os demais pandeiristas do rádio adotavam, comumente, vestimenta mais sóbria (porém, sempre “distinta”). É o caso de Darcy de Oliveira, tratado como “popular pandeirista brasileiro” (QUE PENSAM..., 1937), “festejado pandeirista” (DALVA DE OLIVEIRA e..., 1937), “rei do pandeiro” (A CASA do..., 1936). Na Figura 3, em pose estudada, pandeiro à mão, ele examina a partitura de uma composição sua em parceria com Herivelto Martins, sugerindo seriedade e erudição.



Figura 3 – Darcy de Oliveira (à dir.) e Herivelto Martins. *O Malho*, 13 nov. 1936, p. 6.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira

A atividade de compositor, certamente, agregava capital simbólico à figura do músico. Ressalte-se que essa condição não era exclusiva de Darcy – estendia-se à maior parte dos pandeiristas examinados pela pesquisa. Durante toda sua trajetória, João da Bahiana manteve essa atividade, que por vezes é colocada pela imprensa em evidência maior que sua atuação como instrumentista. Tanto a matéria jornalística mais antiga encontrada sobre o músico, quanto a primeira entrevista concedida por ele tratam-no exclusivamente como compositor (O NOVO maxixe..., 1923; OUVINDO..., 1933).

Também Russo do Pandeiro atuava como instrumentista e compositor. Sua carreira começa efetivamente nos anos 1930, e ele logo rivalizaria em prestígio com João da Bahiana. É chamado de “o maior pandeirista da América do Sul” (TEATRO, 1931), “o maior, Rei dos Pandeiristas do Brasil” (“VOU mostrar...”, 1939), “magistral em seu pandeiro” (ARCO-ÍRIS..., 1935). Russo talvez tenha sido o pandeirista atuante nos regionais das rádios que mais se notabilizou por fazer malabarismos. Provavelmente, a exploração dessa capacidade foi crucial para alçá-lo à condição (excepcional, à época) de artista “solo”, anunciado como atração à parte nos espetáculos de que participava. Essa característica de Russo é ressaltada em diversos registros textuais, fílmicos e iconográficos, como na Figura 4:



Figura 4 – Russo do Pandeiro fazendo malabarismos. *Carioca*, 22 fev. 1936, p. 47. Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira

A legenda original da foto assinala que Russo realiza algo notável, ao chamá-lo de “mágico do pandeiro”. O tropo “mágico” é frequentemente associado a esse músico, e parece relacionado com a capacidade de malabarismos. Outro tropo, também associado aos malabarismos, é “infernai” ou “diabólico”. Vários pandeiristas do rádio foram assim chamados, como Russo, Darcy de Oliveira, Joca e Didi, além de outros dos quais não se encontraram registros de atividade radiofônica. Dentre eles, destaca-se Alfredo Alcântara, integrante do grupo Os Batutas na década de 1920 e que carregou a alcunha de “pandeirista infernal” ao longo de sua carreira, desenvolvida em grande parte no exterior.

João da Bahiana é exceção: o próprio músico sinalizou, em entrevista, seu despreço por gestos coreográficos, especialmente quando prejudicavam o aspecto sonoro (A VOZ..., 1936). Isso não significa que ele não fosse admirado por sua

habilidade e musicalidade, descritas de maneira lírica: “O pandeiro nos dedos ágeis de João da Bahiana cria uma expressão sonora que se assemelha a um ser vivo... O seu ritmo, o colorido das notas arrancadas [...] fazem da ‘arte’ de João da Bahiana um conjunto de maravilhas que se ouve com agrado” (JOÃO da Bahiana, 1939). Para outro redator, em suas mãos o instrumento experimentava emoções humanas: João da Bahiana “faz o pandeiro falar, rir, chorar” (RECREIO..., 1933).

O tratamento francamente elogioso dos periódicos aos pandeiristas do rádio, tendência nítida a partir de meados dos anos 1930, revela que se estabelecia um novo modo de olhar para aqueles instrumentistas e para o instrumento que tocavam. Os retratos e textos sobre os “artistas do pandeiro”, produzidos a partir da Capital Federal, circulavam nacionalmente, atingindo até mesmo lugares ainda não alcançados pelas transmissões de rádio (MCCANN, 2004, p. 23).

Em 1936, a revista *Carioca* considerava “impossível imaginar Russo sem o pandeiro” (HONRA..., 1936). Essa afirmação pode ser estendida aos demais pandeiristas do período: nenhum deles seria imaginado, ao menos da maneira como o foram, sem a mediação do instrumento. Reciprocamente, como continua aquele texto, “seria bastante difícil imaginar o pandeiro” sem Russo, ao que se pode acrescentar: seria difícil imaginar o instrumento sem o trabalho feito também por seus colegas, responsáveis por inserir o pandeiro nos ambientes de disseminação massiva da música e, em boa parte, responsáveis pela projeção e positivação decisivas do instrumento naquela década.

Porém, o êxito desses pandeiristas ocorria dentro de certos limites – inclusive, limites financeiros. A ampla inserção de João da Bahiana no mercado fonográfico e radiofônico (ele foi empregado de várias emissoras) não o eximiu de manter um emprego paralelo à carreira artística: trabalhou como fiscal no porto do Rio de Janeiro até se aposentar, em 1949. Dentre os pandeiristas que tocavam nas rádios cariocas na década de 1930, talvez somente Russo do Pandeiro viria a conseguir boa situação financeira – e tudo indica que isso ocorreu apenas depois de ele se radicar nos Estados Unidos, por cerca de seis anos, a partir de 1945.

Ainda que fuja ao escopo deste artigo, a temporada de Russo no exterior chama a atenção para um limitador importante das possibilidades de êxito daqueles pandeiristas: o aspecto racial. Como aponta Suzana Miranda (2020), nas décadas de 1940 e 1950 houve três pandeiristas brasileiros atuando com relativo êxito nos Estados Unidos: Russo, Russinho e Gringo do Pandeiro. Todos eles com características caucasianas e nomes artísticos que apontam “para fora” do Brasil. Tal fenótipo, aliás, foi regra geral para os músicos brasileiros estabelecidos na indústria cultural norte-americana da época e que, por conta disso, eram festejados pela imprensa brasileira. Pandeiristas negros, como João da Bahiana, dificilmente tinham a chance de desenvolver carreira internacional e de obter o mesmo tipo de legitimação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui sintetizada mostrou as múltiplas significações atribuídas ao pandeiro e às pessoas que o tocavam no Rio de Janeiro, entre 1900 e 1939. O instrumento

atravessou diversos âmbitos de práticas musicais e sociais; mobilizou práticas discursivas em torno de temas como estética, tradição e preconceitos de diversos tipos; teve papel ativo em diferentes esferas do negócio da música.

Confirmou-se que ocorriam estigmatização e repressão policial a pessoas que tocavam pandeiro em certos contextos, como festas populares, músicas feitas na rua, cultos religiosos de matriz africana, embora não houvesse leis específicas contra essas práticas. Verificou-se, ainda, que a repressão não era feita de forma unívoca, afetando somente determinadas formas e expressões de vida. Anúncios publicitários de compra e venda do pandeiro evidenciam que o instrumento não era “proibido”.

O instrumento era, então, bem-aceito em outros contextos. Na imprensa que cobria o carnaval popular dos ranchos, observa-se a crescente valorização estética do pandeiro, entendido como componente da paisagem sonora da festa, bem como da habilidade dos instrumentistas. Nos anos 1930, a percussão das recém-criadas escolas de samba é comparada à de orquestras, sinalizando o caráter de espetáculo com que a manifestação era compreendida. Vários desses discursos também evidenciam o entendimento do pandeiro como representante das tradições nacionais brasileiras.

Com o passar dos anos, nota-se a progressiva inserção do instrumento em espaços associados à elite socioeconômica, como eventos artísticos, programação radiofônica (em um momento em que possuir um aparelho ainda era privilégio para poucos) e bailes de carnaval nos grandes clubes. Sua presença era tanto concreta quanto alegórica, sendo tomado como o próprio símbolo da festa.

Com a absorção do pandeiro pelas instâncias da música profissionalizada, sobretudo pelo rádio (já em sua era comercial), iniciou-se a individuação e construção das *personas* artísticas dos pandeiristas. Veículos de imprensa estampavam seus elegantes retratos, acompanhados de textos que enfatizavam sua celebridade e habilidades musicais. Sobrepondo-se a esses fatores, a forte presença do pandeiro no ambiente radiofônico, sinalizando sua assimilação pelas novas formas que o negócio da música assumia, provavelmente foi fator fundamental para a grande aceitação social do instrumento e sua consagração, no senso comum, como instrumento representativo da nação.

SOBRE O AUTOR

EDUARDO VIDILI é doutorando em Música na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio) e professor assistente de História da Música na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc).
eduardovidili@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-2562-9943>

REFERÊNCIAS

- A CASA do Caboclo vai a Buenos Aires. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 27 out. 1936, p. 13.
- A DECORAÇÃO do Theatro Municipal para o baile carnavalesco. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 2 mar. 1935, p. 3.
- A ESCOLA de Samba “Depois Eu Digo” vai inaugurar, brevemente, a sua nova sede. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 11 jan. 1936, p. 10.
- A FESTA da Penha. *A Noite*, Rio de Janeiro, 3 out. 1932, p. 4.
- A FESTA da Penha. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 out. 1912, p. 12.
- A FESTA da Penha. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 out. 1935, p. 16.
- A FESTA da Penha. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 out. 1906, p. 4.
- A MAIOR batalha carnavalesca de 1936. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 18 fev. 1936, p. 10.
- A POLÍCIA contra as “macumbas”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12 jun. 1929, p. 11.
- A POLÍCIA interrompeu o samba. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 9 ago. 1920, p. 3.
- A PRIMEIRA festa carnavalesca da A. A. Banco do Brasil. *A Noite*, Rio de Janeiro, 9 fev. 1938, p. 7.
- A VIDA social. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 set. 1931, p. 6.
- A VIDA social. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 9 mar. 1932, p. 6.
- A VIDA social. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17 dez. 1935, p. 6.
- A VOZ do pandeiro. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 12 jan. 1936, p. 21.
- ALÉM de preso, espancado a sabre. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 16 out. 1928, p. 3.
- ARCO-ÍRIS Atlético Clube. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1935, p. 16.
- AZEVEDO, Lia Calabre. *No tempo do rádio: radiodifusão e cotidiano no Brasil – 1923-1960*. 275 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, 2002.
- BATES, Eliot. The social life of musical instruments. *Ethnomusicology*, v. 56, 2012, p. 363-395.
- CARNAVAL. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 1º mar. 1927, p. 8.
- CARNAVAL. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 14 fev. 1904a, p. 2.
- CARNAVAL. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 fev. 1904b, p. 2.
- COELHO, Luis Fernando Hering. *Os músicos transeuntes: de palavras e coisas em torno de uns Batutas*. 295 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.
- CORREIO da Manhã, Rio de Janeiro, 17 abr. 1935, p. 14.
- CORREIO da Manhã, Rio de Janeiro, 29 jan. 1935, p. 16.
- CORREIO da Manhã, Rio de Janeiro, 4 dez. 1930, p. 14.
- COUTINHO, Eduardo Granja. *Os cronistas de Momo: imprensa e carnaval na Primeira República*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. “*Não tá sopa*”: Sambas e sambistas no Rio de Janeiro, de 1890 a 1930. Campinas: Editora da Unicamp, 2015. Edição do Kindle.
- DALVA DE OLIVEIRA e o Conjunto São Paulo. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 30 jun. 1937, p. 8.
- DÂNGELO, Newton. Intelectuais, revistas radiofônicas e música popular no Brasil: o rádio por escrito – 1924-1954. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. *Anais...* Natal: Associação Nacional de História, 2013.
- DEPOIS DA HORA... *A Noite*, Rio de Janeiro, 17 fev. 1926, p. 7.
- EM QUE DEU A REUNIÃO no Morro da Reunião. *A Noite*, 2 abr. 1923, p. 3.
- ENFIADO. Espuma... *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 7 abr. 1935, p. 18.
- FESTA da Penha. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 out. 1922, p. 6.

- FONSECA, Letícia Pedruce. *A construção visual do Jornal do Brasil na primeira metade do século XX*. 214 f. Dissertação (Mestrado em Artes e Design). Centro de Teologia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica, 2008. <https://doi.org/10.17771/PUCRio.acad.11855>.
- GIANESELLA, Eduardo Flores. *Percussão orquestral brasileira: problemas editoriais e interpretativos*. 237 f. Tese (Doutorado em Música). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2009. <https://doi.org/10.11606/T.27.2009.tde-20102009-133729>.
- GOMES, Rodrigo Cantos Savelli. *Samba no feminino: transformações das relações de gênero no samba carioca nas três primeiras décadas do século XX*. 157 f. Dissertação (Mestrado em Música). Centro de Artes, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.
- GRANDE conflito na Gamboa. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, edição da tarde, 26 dez. 1900, p. 2.
- GRUPOS carnavalescos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 fev. 1909, p. 4.
- GRUPOS carnavalescos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 mar. 1905, p. 7.
- HEMEROTECA digital brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>
- HERTZMAN, Marc. *Making samba: a new history of race and music in Brazil*. Durham and London: Duke University Press, 2013. Edição do Kindle.
- HONRA ao pandeiro!. *Carioca*, Rio de Janeiro, n.18, 22 fev. 1936, p. 47.
- JOÃO DA BAHIANA no regional da PRA-9. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 23 out. 1937, p. 8.
- JOÃO da Bahiana. *Pranóve*, Rio de Janeiro, n. 14, ago. 1939, p. 30.
- JORNAL do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 jan. 1903, p. 5
- JORNAL do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 jan. 1910, p. 20.
- JORNAL do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 nov. 1911, p. 2.
- JORNAL do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 fev. 1916, p. 18.
- JORNAL do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 jan. 1925, p. 3.
- JORNAL do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 fev. 1925b, p. 21.
- JORNAL do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 jan. 1926, p. 14.
- JORNAL do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 jan. 1931, p. 26.
- JORNAL do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 fev. 1935, p. 25.
- JORNAL do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 set. 1936, p. 32.
- JORNAL do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 jan. 1938, p. 24.
- JORNAL do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 jan. 1939a, p. 2.
- JORNAL do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 dez. 1939b, p. 2.
- JORNAL do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 dez. 1939c, p. 22.
- JORNAL do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 set. 1939d, p. 32.
- LACERDA, Vina. *Pandeirada brasileira*. Curitiba: Edição do Autor, 2007.
- LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à teoria ator-rede*. Salvador: EdUFBA, 2012; Bauru: Edusc, 2012.
- LIMA, Amador Cyneiros de. A música brasileira e o “samba do morro”. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 21 abr. 1935, p. 10.
- MCCANN, Bryan. *Hello, hello Brazil: popular music in the making of modern Brazil*. Durham: Duke University Press, 2004. <https://doi.org/10.1215/9780822385639>.
- MIRANDA, Suzana Reck. Background musicians and their (in)visibilities. *Alphaville: Journal of Film and Screen Media*, n. 19, 2020, p. 31-47.
- MOMO. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 1º abr. 1912, p. 4.
- NAPOLITANO, Marcos. *História e música: história cultural da música popular*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

- NO HIGH-LIFE Club. *A Noite*, Rio de Janeiro, 25 fev. 1933, p. 8.
- NO LIMIAR da folia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 fev. 1939, p. 7.
- NO MORRO dos urubus. *A Noite*, Rio de Janeiro, 23 jun. 1920, p. 4.
- NOS ARRAIAIS da folia. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 29 jan. 1933, p. 9.
- NOS CLUBES esportivos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 fev. 1935, p. 17.
- NOS THEATROS. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 3 jun. 1936, p. 7
- O ANTONIO e o pandeiro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 29 jan. 1920, p. 4.
- O CARNAVAL no Bonsucesso F. Clube. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 fev. 1939, p. 13.
- O NOVO maxixe de João da Bahiana. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 7 jan. 1923, p. 3.
- O SEGUNDO domingo da romaria da Penha teve uma concorrência de mais de vinte mil pessoas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 10 out. 1910, p. 3.
- O Suntuoso baile do Tijuca, de segunda-feira gorda. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 3 fev. 1937, p. 14.
- O TIJUCA Tennis Clube e o Carnaval. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 fev. 1939, p. 13.
- OS OITO BATUTAS da Orchestra do Cine-Palais. *Theatro e Sport*, 26 abr. 1919, p. 21.
- OUVINDO os bacharéis do samba. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 7 jan. 1933, p. 7.
- PARANHOS, Adalberto. A invenção do Brasil como terra do samba: os sambistas e sua afirmação social. *História*, São Paulo, v. 22, n. 1, 2003, p. 81-113.
- PELOS CLUBES. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 dez. 1932, p. 23.
- POTTS, Brian J. *Marcos Suzano and the amplified pandeiro: techniques for nontraditional performance*. 2012. 77 f. Ensaio de Doutorado. University of Miami, 2012.
- PREPARANDO a grande folia. *A noite*, Rio de Janeiro, 28 jan. 1933, p. 13.
- QUE PENSAM os rádio ouvintes. *Carioca*, Rio de Janeiro, 10 abr. 1937, p. 45.
- QUEIXAS do povo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 abr. 1902, p. 2.
- QUER conhecer uma “escola de samba”? *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 fev. 1932, p. 16.
- RÁDIO. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 21 jan. 1928, p. 5.
- RANCIER, Megan. The musical instrument as national archive: a case study of the Kazakh Qyl-qobyz. *Ethnomusicology*, v. 58, n. 3, 2014, p. 379-404.
- RECREIO das Flores. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 jan. 1933, p. 14.
- RODRIGUES, Valeria Zeidan. *Pandeiros: entre a Península Ibérica e o Novo Mundo, a trajetória dos pandeiros ao Brasil*. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura). Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2014.
- SANDRONI, Carlos. *Feitiço decente: transformações do samba no Rio de Janeiro (1917-1933)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.
- SEM FIO. *A Noite*, Rio de Janeiro, 3 set. 1928, p. 4.
- SEM FIO. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 10 out. 1931a, p. 8.
- SEM FIO. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14 fev. 1931b, p. 11.
- SERÃO um deslumbramento. *A Noite*, Rio de Janeiro, 24 jan. 1936, p. 7.
- SOIHET, Rachel. *A subversão pelo riso: estudos sobre o carnaval carioca da belle époque ao tempo de Vargas*. 2. ed. Uberlândia: EDUFU, 2008.
- TABORDA, Márcia. *Violão e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- TEATRO. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 2 out. 1931, p. 5.
- TEATROS e música. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 26 abr. 1927, p. 5.
- UM BANHO à fantasia na Avenida Atlântica. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 jan. 1936, p. 17.
- UMA MACUMBA interrompida pela polícia. *A Noite*, Rio de Janeiro, 1º jan. 1917, p. 2.
- VEM AÍ o Carnaval! *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 5 jan. 1936, p. 11.

- VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- VIDILI, Eduardo Marcel. *Pandeiro brasileiro: transformações técnicas e estilísticas conduzidas por Jorginho do Pandeiro e Marcos Suzano*. Dissertação (Mestrado em Música). Centro de Artes, Universidade do Estado de Santa Catarina, 2017.
- VIOLÊNCIAS contra o rancho carnavalesco Vaidosos do Amor. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 dez. 1920, p. 6.
- VIOLÊNCIAS inomináveis da polícia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 6 jan. 1917, p. 4.
- VISITAS. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 fev. 1907, p. 3.
- VISITAS à "Gazeta". *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 24 fev. 1925, p. 4.
- "VOU mostrar o samba aos parisienses!". *O Radical*, Rio de Janeiro, 9 jul. 1939, p. 9.

Stachys Sylvatica

Stachys sylvatica. [ca. 1880].
Desenhos botânicos da
Coleção Alberto Lamego, Arquivo IEB/USP,
código de referência AL-160.
Número da imagem: 120



Stachys Sylvatica

CRIAÇÃO • CREATION)

Poemas

[Poems]

Dinha (Maria Nilda de Carvalho Mota)¹

RESUMO • A seção Criação tem por objetivo publicar textos e materiais inéditos de escritores e/ou artistas, fotógrafos, desenhistas, além de documentos inéditos encontrados no Arquivo do IEB/USP. Neste número, são publicados seis poemas de Dinha (Maria Nilda de Carvalho Mota). Dinha é poeta, militante contra o racismo, integrante e cofundadora do selo independente Edições Me Parió Revolução e pós-doutora em Literatura e Sociedade (IEB/USP). É autora dos livros *De passagem mas não a passeio* (2006), *Zero a zero – quinze poemas contra o genocídio da população negra* (2015), *Maria do Povo/María Pepe Pueblo* (2019) e *Diário do fim do mundo* (2020), dentre outros. Em 2019, foi homenageada como patrona da Academia Estudantil de Letras² da EMEF Candida Dora Pretini, na cidade de São Paulo. • **PALAVRAS-CHAVE** • Dinha (Maria Nilda de Carvalho Mota); poesia; literatura brasileira contemporânea. • **ABSTRACT** • The

Creation section has the objective of publish unpublished texts and materials by writers and/or artists, photographers, designers, as well as unpublished documents found in the USP IEB Archive. In this issue, six poems written by Dinha (Maria Nilda de Carvalho Mota) are published. Dinha is a poet, militant against racism, member and co-founder of the independent label Edições Me Parió Revolução and Post-Doctorate in Literature and Society (IEB-USP). She is the author of *De passagem mas não a passeio* (2006), *Zero a zero – quinze poemas contra o genocídio da população negra* (2015), *Maria do Povo/María Pepe Pueblo* (2019) and *Diário do fim do mundo* (2020), among others books. In 2019, she was honored as patron of the Student Academy of Letters EMEF Candida Dora Pretini, in the city of São Paulo. • **KEYWORDS** • Dinha (Maria Nilda de Carvalho Mota); poetry; contemporary Brazilian literature.

Recebido em 20 de junho de 2021

Aprovado em 2 de agosto de 2021

MOTA, Maria Nilda de Carvalho (Dinha). Poemas. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 79, p. 156-163, ago. 2021.



DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1i79p156-163>

1 Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

2 Implementada em unidades escolares da rede municipal de São Paulo, incluindo as de ensino fundamental, a Academia Estudantil de Letras (AEL) “é uma autêntica Academia de Letras com as devidas adaptações para o público estudantil [...]. Dentro da dinâmica do projeto, são os próprios acadêmicos que escolhem um autor da literatura para representar na Academia” (SME/SP, s. d.).

TIRAR SELFIE É MAIS LISINHO OU: OUTRAS DOPAMINAS

Vontade mesmo é de escrever.
Mas tirar selfie é mais lisinho.
O prazer é instantâneo.

Desde que seja vista
(Curtidas
são lambidas
na tela
da virilha
e outras obscenidades
pré e pós consentidas).

MINUTA NO TREM

Vovozinha branca.
Vendedor neguim.

Ninguém nem atenção emprestou.

Antes de ir, o recado
a conversa escandalosamente alta:

- Povo safado
- Gosta de mentira
- E de quem aluga
criancinha.

MINUTA DE SILÊNCIO

Foi naquele lugar
em que o menino
ele foi alvejado

que o protesto parou.

As pretas e pretos fizeram
uma minuta de homero
contra o sadismo
do imperador.

MINUTA DE REVOLUÇÃO

Minha terapeuta e eu concluímos

Que antes de morrer é preciso:

Fazer uma árvore

Plantar um livro

Escrever um filho

E

Derrubar

o sistema!!

MEU AMOR É CARRINHO DE ROLIMÃ

Querida, querido,
talvez eu não tenha explicado direito,
durante o tempo em que seu colo era meu leito
e minha pele seu cobertor,
qual tipo de amor é o meu.

Por isso lhe escrevo estes versos,
póstumos e já quase fedendo a tédio
salvo tanto perfume de flor
que a gente fez bem em insistir e colher.

Sabe, querido, querida,
assim que notei o carrinho
e desajeitada fui subindo
a rua, puxando ele pela mão,
eu tinha ciência de que o final
da aventura era o meu corpo

estilhaçado contra o outro morro.

Querida, querido,
quando eu tava já no alto,
sem nenhuma chance nova
de subir mais morro acima,
eu olhei bem lá do alto da montanha e só vi
o abismo.

Mesmo assim eu quis descer.

Querida, querido,
quando enfim pus as mãos no controle
e os pés no pedal sem freio
e um frio percorreu minha espinha,
foi parar na barriga
e ali se gestou, eu sabia.

E quando o sol, querida, querido,
bateu bem nas minhas costas
e minha sombra enorme
desenhou-se toda torta
no chão, eu também sabia.

Certamente eu sabia,
querido, querida,
que o amor é queda digna
e se esborrachar é sina.

Mas eis que eu sou meio burra
(ou cínica)
E eis que eu não abro mão.
Meu amor é na descida
um carrinho de rolimã

ALIBABÁ E OS QUARENTA POEMAS

(Hoje o dia foi de cama.

Não convém contar a dor que me tolheu os passos, porque ela envolve personagens que eu tenho evitado expor.

Mas talvez valha a pena dizer que tem um ou quarenta poemas se formando bem debaixo das minhas costelas – ou das minhas tretas.

Os pedaços deles ficam
alfinetando, forçando
dos lados e daqui a pouco
vão rasgar a minha pele.

Esses poemas deveriam estar no esôfago. Na ponta do cérebro, da língua, ou do lápis.

Mas não.

Querem crescer bem debaixo
das costelas e nascer
de parto cesariana.
Nascer pelas minhas costas.

Mas se eu pudesse escrever agora
Só se)

Eu faria um poema
Que chovesse e não molhasse
Esse meu peito ranheta
Barco cinza em mar aberto
Monstro covarde, apenas
Nessa terra sem milagres
Onde a caixa do peito bate
Mas de tudo ela já sabe:
Essa porra, esse cadáver,
Nada disso vale a pena

SOBRE A AUTORA

DINHA (MARIA NILDA DE CARVALHO MOTA)

é poeta, militante contra o racismo, integrante cofundadora de Edições Me Parió Revolução, pós-doutora em Literatura e Sociedade pelo IEB/USP e autora de, entre outros, *Maria do Povo/Maria Pepe Pueblo* (2019) e *Diário do fim do mundo* (2020). Em 2019 foi homenageada como patrona da Academia Estudantil de Letras da EMEF Candida Dora Pretini (São Paulo).

marianilda@usp.br

<https://orcid.org/0000-0003-4570-0580>

REFERÊNCIA

SME/SP – Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Academia Estudantil de Letras. s. d. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/ael>. Acesso em: 20 maio 2021.

Lysimachia nummularia. [ca. 1880]. Desenhos botânicos
da Coleção Alberto Lamago, Arquivo IEB/USP, código
de referência AL-160. Número da imagem: 127

Lysim. nummularia



*Lysimachia
nummularia*

**DOCUMENTAÇÃO •
DOCUMENTS)**

Entre plantas e documentos: algumas considerações sobre a contribuição do acervo do IEB ao *Pequeno guia da botânica modernista*

[*Between plants and documents: some considerations on the contribution of the IEB collection to "A guide book of modernist botany"*]

Ana Carolina Carmona Ribeiro¹

Agradecimentos a Gabriel Pedrosa, Camilla Freitas, Vladimir Bartolini, Elisabete Marin Ribas e Luciana Suarez Galvão.

RESUMO • O artigo apresenta o livro *Pequeno guia da botânica modernista*, no qual são investigadas 19 das espécies vegetais representadas pelos modernistas de São Paulo. A publicação traz, além de reproduções de obras artísticas e literárias, imagens de documentos históricos pertencentes a diversos arquivos, entre eles o do IEB. Discutiremos as contribuições trazidas por esse acervo, notadamente o do Fundo Mário de Andrade, no qual se encontra um curioso cartão-postal enviado por Oswald a Mário e três fotografias pouco conhecidas tiradas por Mário na viagem à Amazônia em 1927. • **PALAVRAS-CHAVE** • Botânica modernista; divulgação científica;

pesquisa em acervos. **ABSTRACT** • This article presents the publication *A guide book of modernist botany*, which investigates 19 of the plant species represented by São Paulo's modernist artists. The book includes -- in addition to reproductions of artistic and literary works -- historical documents belonging to various archives, the IEB collection among them. We will discuss these archives' contributions, notably the Mário de Andrade Fund, home to a curious postcard Mario received from Oswald de Andrade as well as three little-known photographs taken by Mário during his 1927 trip to the Amazon. • **KEYWORDS** • Modernist botany; scientific communication; archive research.

Recebido em 20 de junho de 2021

Aprovado em 23 de julho de 2021

RIBEIRO, Ana Carolina Carmona. Entre plantas e documentos: algumas considerações sobre a contribuição do acervo do IEB ao *Pequeno guia da botânica modernista*. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 79, p. 165-178, ago. 2021.



DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v79p165-178>

¹ Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil); Instituto Federal de São Paulo (IFSP, São Paulo, SP, Brasil).

A ideia de organizar o *Pequeno guia da botânica modernista* (RIBEIRO, 2020) surgiu durante a pesquisa de doutorado *Botânica modernista e a natureza do Brasil redescoberto*, um estudo sobre a representação das espécies vegetais no modernismo paulista das décadas de 1920 e 1930. O principal objetivo do trabalho foi o de esclarecer o papel da vegetação e de categorias afins – como natureza e paisagem – na busca de uma identidade nacional e moderna para o Brasil. Ao analisar obras de artistas como Lasar Segall, Anita Malfatti, Tarsila do Amaral, Flávio de Carvalho, Mina Klabin Warchavchik, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Blaise Cendrars e Paulo Prado, em sua interlocução com obras de autores considerados pré-modernistas, como Monteiro Lobato, e de artistas não expressamente identificados com o movimento paulista, como Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade e Roberto Burle Marx, percebemos que, articulando um conjunto significativo de plantas, elas criam novos “símbolos vegetais” e apontam para novas relações entre natureza e cultura. Surgiu assim a expressão “botânica modernista”, que continuamos a empregar aqui.

Além dos estudos teóricos e históricos sobre o modernismo de 1922 e da análise comparativa das obras, a pesquisa envolveu um extenso “levantamento pictórico-literário” de espécies vegetais. Nele – tal qual um botânico que vai a campo coletar espécies e volta com a sacola cheia –, descobrimos que, surpreendentemente, esses artistas e escritores faziam menção a mais de 200 plantas. Dessas, ao menos 70 apareciam mais de uma vez nas suas obras. Algumas famílias ou espécies eram representadas dezenas de vezes, enquanto outras, apesar de raramente mencionadas, se destacavam como tema principal de ensaios, poemas, pinturas, gravuras e desenhos, sendo utilizadas, ainda, nos primeiros projetos de jardins modernistas. Tal descoberta, aliada à intuição de que tanto a botânica quanto a arte são assuntos que interessam a um público muito mais amplo, para além dos especialistas, fez com que a vontade de tornar a pesquisa mais acessível ganhasse impulso – nascendo então o *Pequeno guia*, no qual foram apresentadas e discutidas 19 dessas plantas.

Não são apenas plantas nativas, como seria de esperar, mas também plantas exóticas naturalizadas brasileiras; espécies do mundo todo (africanas, como o café, australianas, como o eucalipto), que, da mesma forma que as

ferrovias, automóveis e arranha-céus, passam a delinear nossa modernidade; espécies do México e da América Central (como o agave), que falam da busca modernista pelas raízes latino-americanas e ancestrais do Brasil, anteriores à colonização; plantas nobres, que servem para embelezar a grande cidade (como as palmeiras e os plátanos); plantas humildes como o milho – carinhosamente chamadas, em *Macunaíma* (ANDRADE 2013a), de “plantinhas” ou “plantas boas” –, que alimentam a gente da roça ou da floresta; e até mesmo plantas que, normalmente desprezadas e taxadas de “mato” (a embaúba, a aninga, a tiririca), passam no modernismo a explicitar a dimensão intensa e conflituosa da relação homem-natureza. São árvores, ervas, folhagens e arbustos variadíssimos, que brotam na selva, nas plantações e nos jardins, no solo seco e à beira das lagoas, uns associando-se à volúpia, à exploração e ao desejo de dominação e controle, outros, à fertilidade e à capacidade de resistência.



Figura 1 – Projeto gráfico do *Pequeno guia da botânica modernista* (projeto gráfico de Gabriel Pedrosa). Fotografia de Tatiana Nolla

Priorizou-se, na publicação, a utilização de materiais e linguagens capazes de despertar a curiosidade dos leitores. Assim, concebido como um livro-objeto, o projeto gráfico do *Pequeno guia* procurou explorar as múltiplas possibilidades de leitura de cada planta, estimulando a reflexão sobre as relações entre ciência e arte, representação e realidade. De forma lúdica, desdobrados em cartazes, os textos sobre as espécies articulam-se com os variados materiais iconográficos, textuais e

documentais encontrados em duas principais fontes de pesquisa: em primeiro lugar, no acervo do Herbário Virtual Re flora, que reúne quase 4 milhões de imagens de espécimes da flora brasileira provenientes de herbários nacionais e estrangeiros. Essas amostras de plantas secas – conhecidas como *exsicatas* – foram entendidas, no guia, como (mais uma) maneira de representação da vegetação, em diálogo com o provocativo *slogan* oswaldiano de que, no Brasil, “nunca tivemos gramáticas, nem coleções de velhos vegetais” (ANDRADE, [1928] 2008, p. 174)².

2 Com esse *slogan*, no *Manifesto antropófago* Oswald parece identificar as gramáticas e as coleções botânicas de plantas herborizadas – “velhas”, guardadas por décadas em empoeirados e inacessíveis arquivos – como formas eurocêntricas e imobilizadas de interpretação da realidade nacional. Para ele, tanto a cultura e a língua, quanto a natureza brasileira trariam o Brasil como uma realidade muito mais complexa, profunda e viva do que tais instrumentos poderiam, em sua pretensa objetividade e universalidade científicas, cogitar. Ainda no próprio *Manifesto*, outro *slogan* reforça esse sentido da conexão entre natureza e cultura como elemento da originalidade brasileira: “Contra as elites vegetais. Em comunicação com o solo” (ANDRADE, 1928, p. 177).



HERBÁRIO COM
Nº 2963

FLOR NACIONAL (1930)

A vitória-régia é imediatamente flor. E apresenta todos os requisitos da flor. (...) Mistura de mistérios, dualidade interrogativa de coisas sublimes e coisas medonhas, grandeza aparente, dificuldade enorme, o melhor e o pior ao mesmo tempo, calma, tristeza, ofensiva; é impossível ignorar que nação representa essa flor...

O POETA DOS JARDINS

(...) Pernambuco deu uma lição ao Brasil, confiando ao poeta dos jardins o parque de Casa Forte (...) e o cactário da Praça Euclides da Cunha (...) [São jardins] maravilhosos. O artista [Burlé Marx] transplantou para lá árvores bizarras do Amazonas; a vitória-régia se expandiu em folhas de quase dois metros de diâmetro; os cactos engordaram felizes; as plantas ornamentais do Nordeste fizeram ali o seu ponto de reunião; as árvores do local, tratadas cientificamente, estenderam suas copas num gesto prodigioso de prestigitação.

- A. Tarsila de Amaral. "O poeta dos jardins" (1930). Museu de Arte de São Paulo, São Paulo, 1996.
- B. Mário de Andrade. O livro sem nome. Coleção Pequena Biblioteca, 1997.
- C. Anita Malfatti. Jardim (1931) [MAM-SP].
- D. Carta postal da Praça de Casa Forte em Recife (1914) [Enviado Joaquim Nabuco].
- E. Jardim Nacional (1930). Museu de Arte de São Paulo, São Paulo, 1996.
- F. Instituto Burle Marx.
- G. Foto de Aracelis Botelho. Na lição do Amazonas perto do lago de Casa Forte em Recife (1930). E-mail enviado ao autor no prazo 1997 [EAB-GP].

7 DE JUNHO, VITÓRIA-RÉGIA. As vezes a água do Amazonas se retira por detrás das embalsas, e nos riuques do silêncio forma lagoas tão serenas que até o grito dos sapês afunda n'água. Pois é nessas lagoas que as vitória-régias vivem, calmas, tão calmas, cumprindo o seu destino de flor.

Feito bolas de cacho, engruvadas, espinentas as folhas novas chofram do espelho imóvel, porém as adultas mais sábias, abrindo a placa redonda, se apóiam n'água e escendem nela a malvalença dos espinhos.
Tempo chegando, o boião cheira também fora d'água. É um ouriço espinhento em que nem insecto pouso. E assim cresce e arredonda, esperando a manhã de ser flor.
Alfombrada arraiada o botão da vitória-régia arreganha os espinhos, se fende e a flor enorme principia branqueando a calma da lagoa. Pétalas pétalas vão se libertando brancas brancas em porção, em pouco tempo matinal a flor enorme abre um mundo de pétalas pétalas brancas, pétalas brancas e odora os ares indolentes.
Um cheiro encantado leviano balança, um cheiro chamando, que deve inebriar sentido forte. Pois reme e pegue a flor. Logo as sépalas espinentas mordem raivosas e o sangue escorre em vossa mão. O caule também de espinhos ninguém poderá pegar, carce cortá-lo e enquanto a flor boia n'água, levanta-la pelas pétalas puras, mas já estragando um boçal. Então, despejo o caule dos espinhos e cheire, cômodo, a flor. Mas aquele aroma suavíssimo, que encanta bem, de longe, não sendo forte de perto, é evasivo e dá náuseas, cheiro ruim...

Já então a vitória-régia principia roseando toda. Roseia, roseia, fica toda cor-de-rosa, chamando de longe com o aroma gostoso, bonita cada vez mais. E assim. Vive um dia inteiro e sempre mudando de cor. De rosea vira encarnada e ali pela boca da noite, ela amolece aveludada os colares de pétalas roxas.

Em todas essas cores a vitória-régia, a grande flor, é a flor mais perfeita do mundo, mais bonita e mais nobre, é sublime. E bem a forma suprema dentro da imagem da flor (que já deu a ideia Flor).

Noite chegando, a vitória-régia roxa toda roxa, já quase no momento de fechar outra vez e morrer, abre afinal, com um arranco de velha, as pétalas do centro, fechadas ainda, fechadinhas desde o tempo de botão. Pois abre, e lá do coração nupcial da grande flor, inda estonteado pelo ar vivo, mexe-mexe ramelento de pólen, nojento, um bando repugnante de besouros cor-de-cha. É a última contradição da flor sublime... Os nojeiros partem num zumbeirinho mundo fora, manchando de agouro a calma da lagoa adormecida. E a grande flor do Amazonas, mais bonita que a rosa e que o lótus, encerra na noite enorme o seu destino de flor.

Figura 2 – Pôster do Pequeno guia da botânica modernista: vitória-régia. As obras de Mário de Andrade, Anita Malfatti e Burlé Marx são sobrepostas à excisada da *Victoria amazonica*, cedida pelo Herbário da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Projeto Re flora. Fonte: A Autora

Uma segunda fonte importante – e é sobre ela que nos deteremos aqui – foram os acervos de universidades, museus e outras instituições culturais e de pesquisa, dentre os quais o Museu Lasar Segall, o Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulalio da Universidade Estadual de Campinas (Cedae/Unicamp), a Fundação Joaquim Nabuco e o Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP)³. A pesquisa nesses acervos enriqueceu o “levantamento pictórico-literário” inicial; eles revelaram a existência de trabalhos pouco estudados, expostos ou reproduzidos, e, portanto, desconhecidos do grande público. Um exemplo é a produção de Lasar Segall da fase brasileira (entre 1924 e 1927); apesar de pinturas como *Menino com lagartixas* (1924) e *Bananal* (1927) serem amplamente conhecidas, há muitas gravuras e desenhos que o grande público ignora, vários deles estudos sobre a vegetação brasileira, e notadamente sobre a bananeira – que, nelas, ultrapassa a condição referencial de “assunto” para se transformar em “tema plástico” (KLINTOWITZ, 1977, p. 102-103), associando-se à busca de um *brasileiro* que é popular, negro e feminino. O caso de Tarsila é igualmente emblemático; ainda que as suas pinturas sejam as primeiras a serem lembradas quando se fala em modernismo brasileiro – a exemplo do *Abaporu* (1928) e seus cactos, ou de *Morro da favela* (1924) e a vegetação variada que pontua o morro de verde, ajudando a reforçar a visão dos espaços populares como “renitentes imagens de natureza” na cidade (SALZSTEIN, 1997, p. 14) –, ainda não foi dada suficiente atenção a muitos de seus interessantíssimos desenhos. *Serra da Mantiqueira/Rio Parahyba*, por exemplo, é uma das ilustrações de Tarsila que integram a primeira edição de *Feuilles de route* (1924), de Blaise Cendrars⁴. Feito durante a viagem a Minas Gerais nesse mesmo ano, esse desenho se revela como um verdadeiro inventário do Brasil “redescoberto”, em que a artista, a partir de palavras-chave e registros gráficos rápidos (espalhados pelo papel sem preocupações com relações de escala ou espacialidade), faz um levantamento do repertório pictórico e simbólico que depois será rearticulado em outras obras da fase Pau Brasil: vê-se, assim, uma única figura humana (um homem negro esquemático), construções e elementos construtivos, instrumentos de trabalho, fragmentos da paisagem; a vegetação já se anuncia como elemento central em suas pesquisas, e é constituída por árvores de desenho simplificado, uma pequena embaúba e detalhes de suas folhas, hortênsias, girassóis, uma folha de bananeira, um agave florido, um cacto, cogumelos, uma “parasita” no tronco de uma árvore, outra árvore recoberta de barba-de-velho; as palmeiras aparecem mais de uma vez, e Tarsila está atenta à sua estrutura e à forma como ela se relaciona com a paisagem.

3 Dentre os acervos pesquisados, destacam-se ainda o Arquivo Warchavchik, o Museu da Cidade do Recife, a Coleção de Arte da Cidade do Centro Cultural São Paulo (CCSP), o Sítio Roberto Burle Marx, o Arquivo Público do Estado de São Paulo (Apesp), o Acervo da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade (Feena), o Museu Paulista da USP, o Instituto Moreira Salles, o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM Rio) e a Pinacoteca do Estado de São Paulo.

4 O IEB possui dois exemplares dessa edição – um pertencente à coleção de Mário e outro à de Yan de Almeida Prado.

Os acervos também iluminaram a pesquisa ao trazer outros materiais para além das obras artísticas e literárias: fotografias de época, correspondências entre os artistas, manuscritos não publicados, primeiras edições de livros, entre outros documentos. Tais materiais permitiram compreender melhor os significados e problemáticas em torno de cada uma das espécies vegetais; ajudaram a situá-las não apenas em termos da produção artística ou literária, mas também em relação ao contexto histórico, urbanístico, paisagístico em que foram plantadas, descritas, desenhadas; além disso, deram pistas importantes sobre os “lugares” que determinada planta ocupou na biografia de cada artista – por exemplo, os cactos, que, em Tarsila, associam-se à infância na fazenda e, em Flávio de Carvalho, às raízes ancestrais do Brasil (em que o inconsciente encontra-se com a ancestralidade dos povos pré-colombianos). Nesse sentido, no acervo do IEB – que abriga o Fundo Mário de Andrade e o Fundo Anita Malfatti (assim como os arquivos de importantes críticos do modernismo brasileiro, entre eles Gilda de Mello e Souza, Antonio Candido e Aracy Amaral) –, foram encontrados alguns materiais bastante intrigantes, que contribuíram para a proposta do livro de “ir além do livro”, abrindo ao leitor a possibilidade de, pelas obras e documentos, reconstituir as formas e sentidos de cada espécie da “botânica modernista”, relacionando-as, inclusive, com a sua própria experiência de vida.

TRÊS FOTOGRAFIAS D’O TURISTA APRENDIZ...

No arquivo pessoal de Mário de Andrade do IEB, encontramos três fotografias da viagem à Amazônia, realizada em 1927 e depois *relatada* no livro *O turista aprendiz: viagem pelo Amazonas até o Peru, pelo Madeira até a Bolívia e por Marajó até dizer chega*. Como coloca Telê Ancona Lopez (2005, p. 139), as mais de 500 imagens da viagem⁵ – tiradas com a câmera “Codaque” que o modernista levava a tiracolo –, constituem um verdadeiro “diário imagético”, que, acompanhado das legendas a lápis no verso das fotografias, se justapõe ao “diário do texto”. O resultado é um diário moderno, fragmentário, multifacetado e híbrido, no qual “viceja tanto o registro que se propõe fidedigno como a criação literária que exerce o humor, o lirismo e a metalinguagem”, e onde as “impressões do viajante” se mesclam à “invenção do ficcionista” (LOPEZ, 2005, p. 139).

5 Ainda segundo Lopez (2005, p. 136), o arquivo pessoal do escritor no IEB reúne 1.538 imagens em positivo e um grande número de negativos.



Figura 3 – “Na lagoa do Amanium perto do igarapé de Barcarena Manaus – 7-VI-27 – Minha obra-prima”, fotografia e anotações de Mário de Andrade. Fonte: Arquivo IEB/USP, Fundo Mário de Andrade, código de referência MA-F-0250

A primeira dessas fotografias, segundo anotação do próprio Mário, foi tirada em junho de 1927 na lagoa do Amanium, em Manaus. Faz parte de uma série de imagens que revelam a “descoberta” da vitória-régia (*Victoria amazonica*) pelo escritor modernista, demonstrando o seu deslumbramento inicial (equivalente, quem sabe, ao dos primeiros exploradores europeus que descreveram a espécie no século XIX). Em primeiro plano, um pouco deslocado para a direita e olhando para a câmera, aparece o barqueiro, que divide a composição com as enormes folhas flutuantes da planta e a “flor extraordinária” que surge entre elas. Ao fundo, vê-se a superfície da lagoa e as (apequenadas) árvores da floresta. Se, por um lado, essa fotografia ainda retém uma função documental ao se voltar para “os aspectos da geografia física da região [amazônica], para o homem e a cultura material” (LOPEZ, 2005, p. 143), por outro lado, a função poética emerge no enquadramento pouco usual e na ironia da legenda “Minha obra-prima”, que parece sugerir certa insegurança do escritor ao se fazer fotógrafo e sua consciência de que a fotografia não deixa de ser uma apropriação da imagem da flor, obra-prima da natureza.

No *Pequeno guia*, essa imagem liga-se a outras reflexões modernistas sobre a *Victoria amazonica*: o desenho *Índia*, de Anita Malfatti, que já em 1917 resumia a flora brasileira em algumas poucas espécies centrais (como cactos, palmeiras, bananeiras e a vitória-régia), associando-as à figura solene da mulher indígena; o projeto de

Burle Marx para a Praça de Casa Forte, em Recife, no qual a vitória-régia ocupa lugar de destaque em meio a outras espécies da flora tropical, nos espelhos d'água que estruturam o jardim, logo se transformando em uma de suas principais atrações; e dois textos de Mário que se voltam à planta – uma entrada no diário de viagem à Amazônia, com a mesma data da fotografia (na qual, negando a “vida parada” das naturezas-mortas, cria uma narrativa quase cinematográfica da descoberta da flor, numa sucessão de quadros que desvela os mistérios da flor e os do próprio narrador); e a crônica intitulada “Flor nacional”, publicada no *Diário Nacional* em 7 de janeiro de 1930, na qual avança em sua avaliação acerca do significado dessa planta:

A vitória-régia é imediatamente flor. E apresenta todos os requisitos da flor. [...] Mistura de mistérios, dualidade interrogativa de coisas sublimes e coisas medonhas, grandeza aparente, dificuldade enorme, o melhor e o pior ao mesmo tempo, calma, tristonha, ofensiva, é impossível a gente ignorar que nação representa essa flor... (ANDRADE, [1930] 1976, p. 184).

Esse conjunto de textos e imagens não só indica como e quando surge o interesse dos modernistas pela vitória-régia, como demonstra o processo mais amplo de sua transformação em “flor nacional”, um símbolo vegetal contraditório e ambíguo, que traz para o centro do “problema” Brasil uma Amazônia “desgeografizada” e a emergência do feminino como questão, numa associação entre a flor e a mulher que vai além dos clichês acadêmicos (indicando a violência masculina do colonialismo e a força feminina da natureza e dos povos originários que a ele resistem).



Figura 4 – “Coari-II-VI-27/ Alto Solimões/ Manacá Trombeta e/ Balança”, fotografia de Mário de Andrade. Fonte: Arquivo IEB/USP, Fundo Mário de Andrade, código de referência MA-F-0260

A segunda fotografia de Mário registra suas três companheiras de viagem, d. Olívia Guedes Penteado, Margarida Guedes Penteado (sobrinha de d. Olívia) e Dulce do Amaral Pinto (filha de Tarsila), na legenda identificadas pelos apelidos que o escritor lhes confere durante a excursão: “Manacá, Trombeta e Balança”.

D. Olívia, objeto da amizade reverente do modernista, é cognominada Nossa Senhora do Brasil e *Manacá, flor discreta, perfumada*; Dolur se torna Trombeta, e Mag, Balança, por conta de uma brincadeira envolvendo a questão do Juízo Final. (LOPEZ, 2005, p. 142 – grifos nossos).

As três aparecem bem vestidas e sorridentes, em uma rua de chão batido, no pacato município de Coari, no interior do Amazonas. Essa imagem, diferentemente da anterior, refere-se mais proximamente ao que Lopez (2005, p. 142) chama de registro do “cotidiano do quarteto excursionista”, que se desdobra “na ficção vivida como lazer”. No *Pequeno guia*, essa fotografia, juntamente com o poema “Carnaval” (1927), faz emergir a dimensão simbólica mais rotineira da árvore manacá, nome popular da *Pleroma mutabile* (também utilizado para identificar a *Brunfelsia uniflora*, ou manacá-de-cheiro). Descobre-se assim que, nos anos 1920, o nome dessa árvore da Mata Atlântica era também uma gíria que significava mulher bela, faceira, perfumada: “o mocinho vai fuçando o manacá naturalizado espanhola”, diz Mário no poema, jogando com as palavras e nacionalidades e as correspondências entre cultura e natureza. Já o quadro *Manacá* (1927) de Tarsila amplia essa leitura ao explicitar como, na fase Antropofágica, a visão mais “ingênua” acerca de certas plantas nativas – caso do popular manacá, com suas flores rosas e roxas, que poderiam ser enfeites de papel – radicaliza-se em direção à compreensão de que a natureza, a paisagem e a vegetação estão no centro dos conflitos que permearam a formação do Brasil. O manacá, assim, funde-se ao cacto, dando origem a uma planta inventada, novíssima e ao mesmo tempo ancestral, que incorpora as dimensões do sonho e do inconsciente para, em sua “extraordinária força explosiva”, trazer à superfície sentimentos e sensações longamente reprimidos.

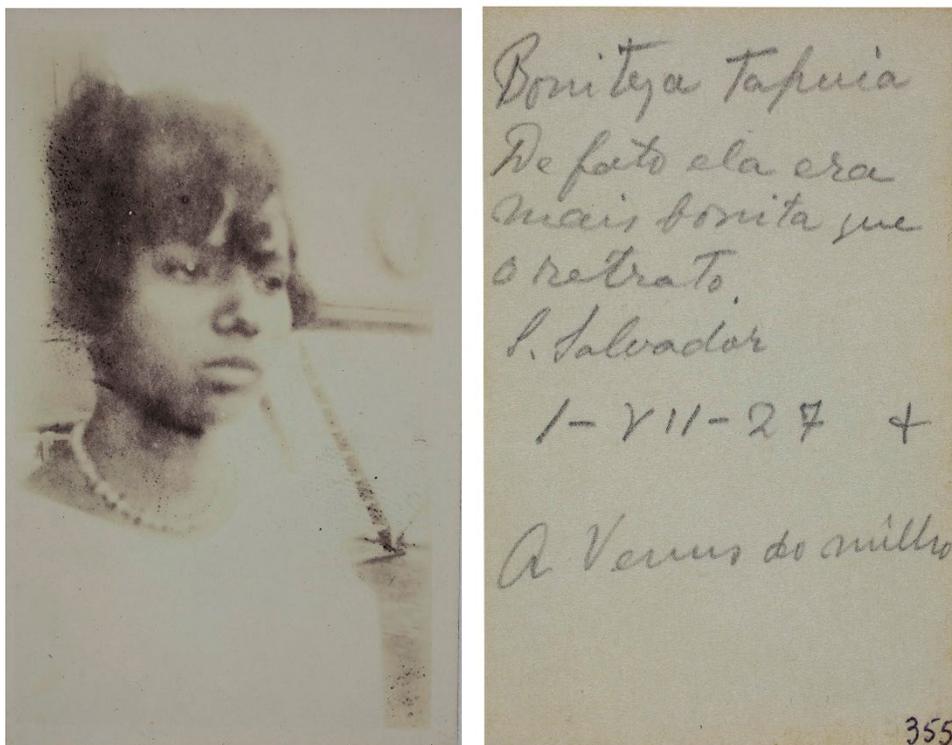


Figura 5 – “Boniteza tapuia – De fato ela era mais bonita que o retrato. São Salvador – I-VII-27 – A Vênus do milho”, fotografia e anotações de Mário de Andrade. Fonte: Arquivo IEB/USP, Fundo Mário de Andrade, código de referência MA-F-0355

A terceira fotografia, a princípio, parece ser um retrato convencional de uma jovem “tapuia” – palavra que os colonizadores usavam para se referir aos índios não tupis do Norte do Brasil e que, ainda hoje, nos estados do Pará e do Amazonas, pode ser usada para se referir a um indígena de qualquer etnia (TAPUIA, 2021). Na legenda, além de identificar a data e local da fotografia, Mário ressalta a “boniteza” da moça, que, numa anotação posterior⁶, faz surgir o trocadilho “Vênus do milho”, numa referência à estátua clássica Vênus de Milo, deusa da beleza e do amor. A legenda, tanto pela escolha do termo “tapuia” quanto pelo trocadilho “Milo/milho”, ressignifica e transforma a leitura da imagem, fazendo com que ela ultrapasse a dimensão de simples registro etnográfico ou, ainda, de mero registro “sentimental” do viajante – dialogando com a história da arte (além da estátua helenística, pode-se entrever uma possível referência de Mário à *Mulher tapuia*, do pintor holandês Albert

6 Em relação às legendas anotadas a lápis no verso das fotografias, Lopez (2005, p. 139) explica que em uma primeira etapa da escritura elas “geralmente transpõem apenas as informações colhidas *in loco*”; em um segundo momento, que pode ser notado pelo traço mais leve, “glosam as representações e o exercício fotográfico”.

Eckhout, de 1641) e aproximando-a do entendimento da fotografia como linguagem e recurso para a interpretação da realidade brasileira.

A menção ao “milho” (*Zea mays*), associada à imagem da mulher indígena do Norte do Brasil, ajuda, assim, a compreender o lugar dessa espécie – planta nativa da América e há milhares de anos cultivada pelas civilizações mesoamericanas – na “botânica modernista”. Tal compreensão aprofunda-se quando a fotografia é colocada ao lado de outras obras e documentos que fazem referência ao milho – como o bem conhecido poema “Vício na fala”, de Oswald de Andrade, ou a fotografia da coleção de Segall que mostra uma casa simples e uma família de trabalhadores rurais em meio a uma roça de milho, ou, ainda, certos trechos de *Macunaíma*, como “Maioridade”...

[...] Jiguê viu que a maloca estava cheia de alimentos, tinha pacova tinha milho tinha macaxeira, tinha aluá e cachiri, tinha maparás e camorins pescados, maracujá-michira ata abio sapota sapotilha, tinha passoca de viado e carne fresca de cutiara, todos esses comes e bebes bons... (ANDRADE, 2013a, p. 26).

... e “Ursa Maior”:

[...] Taína-Cã deu uma chegadinha no céu, foi até o corgo Berô, fez oração e botando uma perna em cada barreira do corgo esperou assuntando a água. Daí a pouco vieram vindo no pelo da aguinha *as sementes do milho cururuca, o fumo, a maniveira, todas essas plantas boas*. Taína-Cã apanhou o que passava, desceu do céu e foi no roçado plantar. (ANDRADE, 2013a, p. 204 – grifos nossos).

No conjunto desses materiais, o que se vislumbra é um reconhecimento do Brasil indígena, negro, caboclo, um país profundo e belo como a linda “Vênus do Milho”, onde prevalecem os pequenos roçados, com variadas culturas de subsistência e formas de cultivo tradicionais (como a coivara, em que se intercalam culturas como arroz, feijão e milho). Um Brasil de “vícios” na fala, de gente simples que diz *mio* e não milho, *mió* e não melhor, mostrando que a língua é viva e feita na ação cotidiana do plantar, do colher, do construir. Um Brasil que é o inverso do país do café, de fazendas com milhares de hectares e centenas de trabalhadores, domínio da monocultura, do latifúndio e da exportação. Que é originário e original, como as “plantas boas” de *Macunaíma*.

... E UM CARTÃO-POSTAL

O último documento do acervo do IEB que aparece no guia é um cartão-postal enviado por Oswald a Mário em 7 de janeiro de 1923. Na frente do cartão, uma fotografia colorizada de uma plantação de bananas em Las Palmas, ilha espanhola na costa da África. No verso, ele escreve: “Mário – Bananas! Concorrência ao Brasil! Querem ver que também há modernidade ocidental em Las Palmas – Abraços do Oswald”.

Bananas e bananeiras foram, desde o início da Idade Moderna, identificadas como “exóticas” pelo colonizador europeu, simbolizando, nesse sentido, todo o

estranhamento do estrangeiro frente às novas culturas e aos territórios longínquos que ele apenas começava a explorar. A partir do século XIX, a expansão imperialista faz com que esse “exótico” se torne econômica e politicamente necessário aos “países centrais” – na medida em que as matérias-primas das zonas tropicais e os “produtos coloniais” (como o açúcar, o chá, o café e as frutas tropicais, entre elas a própria banana) fazem-se essenciais ao desenvolvimento tecnológico e ao estabelecimento da “democracia liberal de massas” nesses países (HOBSBAWM, 1998). Nas muitas obras modernistas em que a bananeira se faz presente – como *Tropical* (1917) de Anita, *A negra* (1923) de Tarsila, várias pinturas e gravuras de Segall, o painel nunca executado de Flávio de Carvalho para o Palácio do Governo do Estado de São Paulo (1928), ou os poemas de Oswald e Mário – veremos que os artistas e escritores, ao olhar constantemente para essa planta, irão lidar com esse ideário do exótico. Ora ele assumirá um sentido positivo (com uma exaltação do Brasil como país dádivo, de natureza pródiga), ora almejará a superação de tal visão, num esforço de autoconhecimento e mesmo emancipação.

No cartão-postal, a partir da associação entre o bananal e a “modernidade ocidental”, Oswald revela-se capaz de desconstruir a ideia de exotismo – valendo-se, para isso, dos próprios clichês “exotistas”. Por meio desse conceito por ele inventado, explicita-se a sua consciência acerca do lugar do Brasil no capitalismo mundial – enquanto país exportador de *commodities* e importador de produtos industrializados e da cultura europeia; ao mesmo tempo, esse lugar é ironizado, criticando-se a ideia de que os brasileiros seriam apenas um *outro* sem substância própria (uma negação simples da cultura ocidental, europeia e “civilizada”); ele insiste, assim, num autoconhecimento mais aprofundado, sem desconsiderar o caráter integrado e global, desigual e combinado, dessa “modernidade”.

O uso dos materiais de arquivo no *Pequeno guia* significou, portanto, um dos meios para estimular o sentido de *descoberta* por parte dos leitores do livro – um sentido que, afinal, também movia os artistas de 1922. Se para eles a vegetação foi uma das formas de se aproximar do Brasil enquanto “preocupação imperiosa”, elemento do “trabalho consciente” de crítica da realidade nacional, como diz Mário (ANDRADE, 1924, apud AMARAL, 2003, p. 166-167), para o leitor atual o contato com esses materiais e linguagens proporciona a abertura necessária para que o caráter “prático, tradicional e experimental” das pesquisas modernistas possa ser não apenas compreendido, mas também *vivenciado* nos dias de hoje.

Uma imagem sobre os arquivos que nos foi sugerida e muito nos agradou é a de que o Brasil, nas viagens modernistas de “redescoberta”, foi uma espécie de *arquivo* (*vivo*, acrescentaríamos) para os artistas. Hoje, às vésperas dos 100 anos da Semana de Arte Moderna, instituições como o IEB guardam uma parte dessa história e dessa produção, milhares ou centenas de milhares de documentos e informações que, como coloca Alberch Fugueras (2003, p. 202), só serão novamente “úteis” quando transformados em conhecimento. Assim, para nós (e, espera-se, para o público leitor), a reunião e a rearticulação dos materiais de acervo, das “velhas coleções” (no dizer de Oswald), contribuiu para a emergência do sentido hodierno da “botânica modernista”,

sem que, entretanto, fosse esquecido o seu sentido original, de forma que, ludicamente, os papéis puderam voltar a ser plantas, e o arquivo, mata, plantação ou jardim.

SOBRE A AUTORA

ANA CAROLINA CARMONA RIBEIRO é arquiteta e urbanista, doutoranda na área de paisagem e ambiente na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP) e professora no curso de Arquitetura e Urbanismo do Instituto Federal de São Paulo (IFSP).
accrbeiro@usp.br
<https://orcid.org/0000-0003-3785-1514>

REFERÊNCIAS

- ALBERCH FUGUERAS, Ramon. La dimensión democrática de los archivos. In: ALBERCH FUGUERAS, Ramon. *Los archivos, entre la memoria histórica y la sociedad del conocimiento*. Barcelona: Editorial UOC, 2003, p. 193-202.
- AMARAL, Aracy. *Tarsila, sua obra e seu tempo*. São Paulo: Edusp/Ed. 34, 2003.
- ANDRADE, Mário de. (1928). *Macunaíma*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013a.
- ANDRADE, Mário de. *Poesias completas – Vol. I*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013b.
- ANDRADE, Mário de. (1930). Táxi: Flor nacional. In: ANDRADE, Mário de. *Táxi e crônicas no Diário Nacional*. São Paulo: Duas Cidades/Secretaria de Cultura, 1976, p. 183-184.
- ANDRADE, Mário de. *O turista aprendiz*. Brasília: Iphan, 2015.
- ANDRADE, Oswald de. (1928). Manifesto antropófago. In: SCHWARTZ, Jorge. *Vanguardas latino-americanas: polêmicas, manifestos e textos críticos*. São Paulo: Edusp, 2008, p. 172-180.
- CENDRARS, Blaise. *Feuilles de route*. Paris: Au Sans Pareil, 1924.
- HOBSBAWM, Eric. *A era dos impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- KLINTOWITZ, Jacob. Lasar Segall, um artista contra o caos. In: MILLER, Álvaro et al. *Lasar Segall: antologia de textos nacionais sobre a obra e o artista*. Rio de Janeiro, Funarte, 1982, p. 102-103.
- LOPEZ, Telê Ancona. O turista aprendiz na Amazônia: a invenção no texto e na imagem. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 13, n. 2, jul.-dez. 2005, p. 135-164.
- REFLORA. Herbário Virtual. Disponível em: <http://reflora.jbrj.gov.br/reflora/herbarioVirtual>. Acesso em: 11 jun. 2021.
- RIBEIRO, Ana Carolina Carmona. *Pequeno guia da botânica modernista*. São Paulo: Ed. da Autora, 2020.
- SALZSTEIN, Sonia. A saga moderna de Tarsila. In: AMARAL, Tarsila. *Tarsila Anos 20* [catálogo de exposição]. São Paulo: Sesi, 1997, p. 9-17.
- TAPUIA. In: *Britannica Escola*. Web, 2021. Disponível em: <https://escola.britannica.com.br/artigo/tapuia/483582>. Acesso em: 24 jun. 2021.

CEL
SO
FURTADO
CORRESPONDÊNCIA
INTELECTUAL
1949-2004

TELEGRAMME OFFICIEL

M Celso Furtado
11 Rue du Rouergue
L.1 Cheville

A DÉCHIRER

ORGANIZAÇÃO,
APRESENTAÇÃO E NOTAS
ROSA FREIRE D'AGUIAR

18.5.86


COMPANHIA DAS LETRAS



INDIQUE
EL DOMICILIO
DE LA CASH
DEL DESTINATARIO

RESENHAS • BOOK REVIEWS)

Correspondência intelectual: uma nova perspectiva sobre Furtado

[*Intellectual correspondence: a new perspective about Furtado*

Mauricio C. Coutinho¹

[*Celso Furtado: correspondência intelectual – 1949-2004*. Seleção, introdução e notas: Rosa Freire d’Aguiar. Posfácio: Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

RESUMO · Um comentário sobre a correspondência intelectual de Furtado do período 1949-2004. Furtado correspondeu-se com acadêmicos, políticos e personalidades mundiais. A obra apresenta as cartas de Furtado e de seus interlocutores, e esclarece diversos aspectos da vida política e econômica do período. · **PALAVRAS-CHAVE** · Furtado, correspondência. · **ABSTRACT** · A

comment on the intellectual correspondence of Furtado, in the period 1949-2004. Furtado exchanged letters with academics, politicians and word personages. The book presents us the letters from Furtado and from his correspondents, and sheds new lights on several aspects of the political and economic life of the period. · **KEYWORDS** · Furtado, correspondence.

Recebido em 20 de junho de 2021

Aprovado em 30 de junho de 2021

COUTINHO, Mauricio C. Correspondência intelectual: uma nova perspectiva sobre Furtado. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 79, p. 180-185, ago. 2021.



DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1179p180-185>

1 Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, Campinas, SP, Brasil).

Celso Furtado – correspondência intelectual – 1949-2004, organizado por Rosa Freire d’Aguiar e lançado este ano (2021) após intenso trabalho de seleção e edição nos volumosos arquivos de correspondência de Celso Furtado, será recebido como um material valioso pelos estudiosos de sua obra, assim como pelos interessados em história do Brasil e em “desenvolvimentismo” do período do pós-guerra. O volume de certo modo complementa os *Diários intermitentes: 1937-2002* (FURTADO, 2019) – o caderno de anotações pessoais de Furtado lançado em 2019 – e acrescenta outros ângulos de análise a sua trajetória intelectual e política, após os densos volumes da *Obra autobiográfica* (FURTADO, 2014).

O que antes de mais nada chama a atenção do leitor – a mim, impressionou – é a qualidade da escrita. Já sabíamos, pelos artigos e livros publicados ao longo de sua vida, que Furtado é um bom escritor. Foge à regra dos economistas e cientistas sociais brasileiros, pois escreve muito bem! No entanto, podia-se esperar que o apuro na redação fosse dirigido às obras editadas, revisadas e postas a circular pelo próprio Furtado. Agora se vê que a suposição não é correta: a correspondência revela a mesma excelência e o mesmo talento literário dos textos editados. Se é verdade que correspondência era a norma de comunicação em sua época, não menos verdade é que as cartas agora divulgadas mostram um apuro na escrita que – digo eu – situa Furtado como um corpo estranho à Academia Brasileira de Letras. Definitivamente, um grande escritor.

Alguns aspectos da correspondência intelectual merecem destaque. Em primeiro lugar, a variedade de missivistas, incluindo um bom número de personalidades mundiais. Vê-se pelos interlocutores que Furtado foi acionado com estima e reverência não apenas pelos colegas da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), por acadêmicos e por um grande conjunto de companheiros de viagem na política brasileira, como por um sem-número de escritores e de personagens da cena mundial, como Ernesto Sábato, Bertrand Russel, Fidel Castro, Henry Kissinger, Jack Lang, Pérez de Cuellar, Robert Kennedy...

Se somarmos a essa lista os intelectuais brasileiros e internacionais que se dirigiam a Furtado por razões específicas, como o comentário a alguma ideia ou trabalho, manifestação de solidariedade ao proscrito político no pós-1964, convites para palestras ou para temporadas em instituições diversas, o panorama causará

impacto. Furtado se correspondeu com Albert Hirschman, Nicholas Kaldor, Wassily Leontief, Werner Baer, Richard Kahn, Oskar Lange, Luigi Spaventa... Em suma, com intelectuais e economistas de destaque da segunda metade do século XX. Para não falarmos, naturalmente, de correspondentes brasileiros mais ou menos frequentes, como Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Francisco de Oliveira, Maria da Conceição Tavares, Plínio de Arruda Sampaio, Otto Maria Carpeaux, Octavio Ianni, Luciano Martins, Helio Jaguaribe, Francisco Iglesias, Antonio Candido, Florestan Fernandes...

Impossível deixar de solidificar a ideia de que, tanto do ponto de vista das obras produzidas como do reconhecimento intelectual em diversos cantos do mundo, Furtado foi um nome ímpar. Possivelmente, o maior intelectual brasileiro de sua época, e não sob o ponto de vista de qualquer (e indevida) pugna pelo título de “intelectual preferido”, senão pelo critério de absorção de atenção. Percebe-se que Furtado foi uma espécie de ponto de referência na vida intelectual brasileira de seu período, a despeito de o maior volume da correspondência abranger a longa temporada na França e no exterior. A par disso, fica claro, em particular pela correspondência do período 1964-1975, que diversas elaborações intelectuais do período, envolvendo tópicos como desenvolvimento econômico, estagnação e recuperação, estrutura social, dependência e inserção internacional do Brasil, tiveram Furtado como interlocutor ou formulador decisivo. A esse respeito, as reuniões em Santiago no imediato abril de 1964, a correspondência do “clube Bianchi”², o período em Yale e na primeira década de sua temporada francesa – experiências tornadas bem mais claras pela correspondência – situam Furtado como um ponto de referência, e também de propulsão, dos debates sobre o desenvolvimento latino-americano que vieram a se estabelecer no período de disseminação das ditaduras militares.

Um segundo aspecto do volume a destacar é a luz lançada sobre a política brasileira no imediato pós-1964. Como já se sabia – veja-se a *Obra autobiográfica* –, Furtado nunca foi ingênuo em relação à natureza do regime militar e a suas possibilidades de longa sobrevivência. Acreditou que os militares tinham vindo para ficar, e que a articulação específica entre os militares, a velha política conservadora, os interesses empresariais, a ideologia de uma classe média em ascensão poderia garantir vida longa ao regime ou, ao menos, dar espaço a mudanças apenas secundárias e incapazes de abrandar o autoritarismo e a exclusão social brasileiros.

Pode-se pensar que o ceticismo e a razoável amargura de Furtado teriam sido impulsionados pela perseguição maldosa que lhe foi assegurada pelo regime: dificuldades com passaportes e com vistos, bloqueio a contatos internacionais e mesmo a atividades profissionais, para não falarmos na cassação imediata e na

2 De acordo com Rosa Freire d’Aguiar (2020, p. 382), a correspondência do “clube Bianchi” se iniciou em 1965, quando, durante um grande colóquio realizado em Londres “sobre os obstáculos políticos da América Latina”, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Helio Jaguaribe, Aníbal Pinto, Orlando Fals Borda, Jacques Chonchol, percebendo que estavam estudando temas semelhantes, “mas cada um em seu canto [...], resolvem formar o que, hoje, seria um grupo no google, ou até no whatsapp: uma pequena rede de troca de mensagens. O nome Bianchi era o da pizzaria em Londres onde nasceu o clube. Combinam de se escrever mensalmente contando o que cada um está fazendo e comentando o trabalho dos outros”.

demissão do serviço público – episódios, aliás, bem esclarecidos na correspondência. Longe disso. Na verdade, o panorama que se obtém é o de um Furtado já bastante escaldado por sua experiência com a elite conservadora nordestina, na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), e totalmente alerta aos projetos da direita política brasileira, vocalizados por Lacerda (aliás, um de seus correspondentes). Por outro lado, cético em relação à orientação dos trabalhistas e de João Goulart em particular, assim como absolutamente destoante da visão e das opções da esquerda brasileira, seja no pré-1964, seja no período que transcorre de 1964 ao início dos anos 1970. Se somarmos a isso a visão de prazo mais longo do intelectual sobre a natureza do processo de acumulação no pós-guerra e sobre o peso da exclusão social, teremos a base para um pessimismo consistente, o qual, naturalmente, não eliminava a expectativa de (e a luta por) uma transformação política que ensejasse um processo de absorção paulatina da população marginalizada à vida social decente. Na correspondência trocada com Darcy Ribeiro, uma carta de Furtado de 3 de abril de 1970 é bastante reveladora: “Você deve recordar-se de nosso encontro em 1964, em Santiago, de minha visão ‘pessimista’ com relação à evolução a médio prazo no Brasil. Hoje, olhando as coisas com mais distância, o que me surpreende é que tenhamos tido vinte anos de relativa liberdade” (p. 68-69). Em diversas outras cartas o tom é o mesmo.

O interessante é que, não obstante um quadro que não dava margem a qualquer otimismo, diversos correspondentes alimentaram a expectativa de um “afrouxamento” do regime, seja ainda no governo Castelo Branco, seja na transição a Costa e Silva. Enfim, até o Ato Institucional n. 5 (AI-5), ou próximo a ele, havia opositoristas esperançosos de alguma liberalização. Furtado ouvia (lia) seus interlocutores com curiosidade, sem alimentar ilusões. A correspondência é bastante ilustrativa do ânimo oscilante da oposição brasileira, a qual absorvia golpes e, paradoxalmente, alternava indignação com esperança infundada.

Naturalmente, um dos pontos altos do volume é a correspondência com os economistas, seja no período na Cepal, seja no exílio. Essa correspondência é tanto esclarecedora de diversos aspectos do pensamento dos interlocutores e de Furtado, como de sua atuação em posições estratégicas (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE, Sudene, Ministério do Planejamento). A volumosa correspondência com Prebisch, por exemplo, testemunha a evolução do pensamento econômico do mestre argentino. A correspondência com Kaldor, Hirschman, Gunder Frank, Ignacy Sachs, Aníbal Pinto, Sunkel, Conceição Tavares, Noyola Vázquez, Regino Boti permite que se obtenha um verdadeiro retrato do pensamento econômico de Furtado a cada momento, envolvendo concepções gerais e mesmo detalhes analíticos. A correspondência trocada com Joseph Love fornece um testemunho sintético do próprio Furtado sobre aspectos de sua obra e de sua contribuição à Cepal. Na carta de 22 de fevereiro de 1955 a Noyola Vázquez, Furtado se refere elogiosamente ao trabalho de Lewis sobre desenvolvimento com oferta ilimitada de mão de obra e confirma que na Cepal a mesma perspectiva havia sido adotada. Em correspondência com diversos interlocutores, Furtado reitera que *Formação econômica do Brasil* (1959), assim como trabalhos anteriores a respeito da evolução da economia brasileira, eram por ele entendidos como contribuições

ao estudo do “desenvolvimento econômico”. Vale dizer, obras que se tornaram referência em história econômica são vistas pelo autor como contribuições ao estudo do “desenvolvimento econômico”. Por outro lado, a correspondência com diversos economistas mostra a preocupação com crédito e inflação ainda na década de 1950. Se isso não representa surpresa para leitores criteriosos de *Formação econômica do Brasil* e de outras obras da época, desmente qualquer crítica descuidada a uma suposta pouca consideração dos desenvolvimentistas (e cepalinos) às questões relacionadas a financiamento e inflação.

A correspondência é ainda reveladora de alguns aspectos da abertura política afinal lograda em 1985. Sabe-se que Furtado participou ativamente, e com expectativas positivas, das articulações oposicionistas que se desenvolveram com ênfase na segunda metade do governo Figueiredo, chegando mesmo a filiar-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O desfecho é também conhecido: Sarney assume a presidência com a morte de Tancredo, Furtado é encaminhado a missões internacionais na Comunidade Europeia, vindo posteriormente a assumir o Ministério da Cultura. Antes de assumir o Ministério, Furtado já havia escrito sobre cultura e chegara mesmo a transformar-se em um interlocutor reconhecido na área. No Ministério, consolidou sua posição de referência intelectual e política sobre cultura, estimulando o debate e mesmo lançando iniciativas decisivas em uma esfera anteriormente à minguada de interesse político e governamental.

A despeito de a correspondência com personagens da temporada pós-1985, ou pós-anistia, não ser numerosa – vale lembrar que a presença mais constante e afinal a mudança ao Brasil reduziram os contatos epistolares –, há algumas peças deliciosas, como a correspondência com Francisco Iglesias. No entanto, poucos testemunhos há da decidida atuação de Furtado no MDB e nas negociações para a transição Tancredo-Sarney, assim como da razoavelmente inesperada (aos observadores externos) designação a um posto no exterior e mesmo, posteriormente, ao Ministério da Cultura. A esse respeito, pode-se dizer que tanto a *Obra autobiográfica* como os próprios *Diários* são bem mais elucidativos. Sabemos que Furtado participou ativamente das discussões internas ao MDB sobre as políticas a serem adotadas diante de uma situação econômica já encaminhada para o desastre, assim como sabemos que, ainda com Tancredo vivo, ele foi praticamente excluído do núcleo das decisões em política econômica. Em resumo, as alternativas propostas (e defendidas em público) por Furtado mostraram-se impalatáveis para a composição política conservadora que acabou por caracterizar a saída do regime militar. Mas isso, como foi dito, transparece muito pouco na correspondência. Ainda assim, algumas cartas do período pós-1975 ou pós-anistia mostram o progressivo engajamento de Furtado na discussão de alternativas ao regime militar, seja na esfera política, seja, em especial, no que se refere às perspectivas de inserção do Brasil em uma ordem econômica internacional muito modificada em relação à do período anterior a 1960. A experiência internacional e a abertura aos ares do mundo proporcionaram a Furtado uma percepção das transformações da economia mundial pouco usual em um país cujos intelectuais são em geral autocongratatórios e pouco abertos ao cosmopolitismo.

Correspondência intelectual nos brinda ainda com um prefácio e um posfácio

valiosos, escritos respectivamente por Rosa Freire d’Aguiar e Luiz Felipe de Alencastro. Como Rosa Freire d’Aguiar observa na “Introdução”, os volumes de correspondência comporão o acervo geral de Furtado, incorporado ao Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP), em processo de organização para acesso do público em geral e de pesquisadores. É notório que nos estudos e pesquisas sobre Furtado realizados nos últimos dez anos, pouca atenção foi dada ao período 1965-1980, ressaltados os trabalhos de Renata Bianconi (2014). A correspondência agora publicada, especialmente referida a esse período, representa uma amostra tentadora do que se poderá obter com estudos mais aprofundados da atuação de Celso Furtado à época.

SOBRE O AUTOR

MAURICIO C. COUTINHO é professor titular do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).
coutinho@unicamp.br
<https://orcid.org/0000-0002-1253-8567>

REFERÊNCIAS

- BIANCONI, Renata. *L’oeuvre de Celso Furtado à Paris: le parcours d’un intellectuel et homme d’Etat*. Thèse de doctorat en Histoire moderne et contemporaine. Sorbonne Université, 2014.
- D’AGUIAR, Rosa Freire. Entrevista concedida a Antônio Corrêa de Lacerda, Carlos Medeiros, Carmem Feijó e Tânia Bacelar. *Cadernos do Desenvolvimento – Centenário de Celso Furtado*, v. 15, n. 25, jan.-jun. 2020, p. 366-386. Disponível em: <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/viewFile/505/pdf>. Acesso em: 20 maio 2021.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.
- FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. Edição definitiva. Coordenação de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- FURTADO, Celso. *Diários intermitentes: 1937-2002*. Organização, apresentação e notas de Rosa Freire d’Aguiar. Prefácio de João Antonio de Paula. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

revista



REVISTA DO
**INSTITUTO
DE ESTUDOS
BRASILEIROS**

**CRITÉRIOS PARA PUBLICAÇÃO
E ORIENTAÇÕES AOS AUTORES***



*As normas e orientações atualizadas podem ser
acessadas no link abaixo / The updated standards and
guidelines can be accessed at the link below:

<http://www.ieb.usp.br/rieb>